



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

João Vitor Sandri Coelho

**O desenvolvimento do capitalismo no México:**

Da dualidade básica ao neoliberalismo

Florianópolis

2023

João Vitor Sandri Coelho

**O desenvolvimento do capitalismo no México:**

Da dualidade básica ao neoliberalismo

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador(a): Prof. José Messias Bastos, Dr.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Coelho, João Vitor Sandri

O desenvolvimento do capitalismo no México : da dualidade básica ao neoliberalismo / João Vitor Sandri Coelho ; orientador, José Messias Bastos, 2023.

162 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. México . 3. Capitalismo. 4. Neoliberalismo.  
I. Bastos, José Messias. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

João Vitor Sandri Coelho

**O desenvolvimento do capitalismo no México: da dualidade básica ao neoliberalismo**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 19 de setembro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. José Antonio Vieyra Medrano, Dr.  
Universidad Nacional Autónoma de México

Prof. Juan Carlos Moreno-Brid, Dr.  
Universidad Nacional Autónoma de México

Prof. Mario Italo Cerutti Pignat, Dr.  
Universidad Autónoma de Nuevo León

Profª. Rita Matos Coitinho, Dra.  
Instituto Brasileiro de Museus

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Prof. José Messias Bastos, Dr.(a)  
Orientador(a)

Florianópolis, 2023

Dedico este trabalho à minha mãe,  
que nunca mediu esforços para tornar meus sonhos possíveis.  
Minha mais profunda gratidão.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Silvia Sandri, por todo o sacrifício e dedicação, por todas as horas de feira debaixo do sol quente para poder manter a casa e me proporcionar as condições de ser quem eu sou. Este trabalho é dedicado a ela. Estendo os meus agradecimentos ao meu pai, Alex Coelho, aos meus irmãos, Ana Caroline, Hudson e Pedro, e aos meus demais familiares, tios(as), primos(as) e sobrinhos(as).

À Adriana Isabel Coelho, uma tia de coração cuja generosidade marcou a minha vida.

Ao meu orientador, professor José Messias Bastos, que através das conversas, aulas e orientações de iniciação científica, TCC e dissertação, me apresentou e aprofundou a ciência geográfica, sempre com a mais ampla liberdade intelectual.

À Universidade Federal de Santa Catarina, instituição pública e gratuita responsável por grande parte da minha formação profissional e pessoal, desde o nascimento (Hospital Universitário), passando pela educação infantil (Núcleo de Desenvolvimento Infantil – NDI), ensino fundamental e médio (Colégio de Aplicação – UFSC), até chegar à graduação e pós-graduação.

Ao LABEUR, pelo suporte através de disponibilização de material bibliográfico, de estrutura física, de apoio em participação de eventos científicos, e também pelas amigas lá criadas que levarei para toda a vida.

À Prof<sup>a</sup>. Dra. Rita Coitinho (IBRAM), ao Prof<sup>o</sup>. Dr. Juan Moreno-Brid (UNAM), ao Prof<sup>o</sup>. Dr. José Vieyra Medrano (UNAM) e ao Prof<sup>o</sup>. Dr. Mario Cerutti (UANL), pelos apontamentos, críticas, direcionamentos e demais contribuições realizadas durante exame de qualificação e durante a banca final, fundamentais para o aperfeiçoamento desta pesquisa.

Aos professores da Pós-Graduação em Geografia da UFSC Marcos Aurélio da Silva, Carlos Espíndola, Leila Dias e Daniela Onça, com os quais cursei disciplinas que contribuíram com as bases teórico-metodológicas desta pesquisa.

Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo suporte financeiro através de bolsa de mestrado, fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), pelo suporte acadêmico e institucional, e também pelos auxílios financeiros para a participação em congressos e demais eventos científicos, que proporcionaram debates, revisões e melhoramentos da pesquisa.

Aos colegas de laboratório e amigos Edson Machado, Karine Domingos, Yuri Perotto, Lucas Miquilini e João Leopoldo, com quem compartilhei reflexões, ideias, angústias e alegrias durante os anos de graduação e pós-graduação.

Aos amigos e companheiros de graduação Mateus Engel, Hugo Freitas, Rafael Elias, Lucas Frago, Joao Gustavo, Felipe Terra, Clara Niehues e Tainá Machado.

Aos eternos amigos do Colégio de Aplicação Raí Dietrich, Vitor Santos, Nicollas Souza, Lucas Muller, Daniel Baron, Thayná Lacerda, Matheus Moreira, Igor Régis e Luan Alves.

Por fim, registro meu agradecimento aos trabalhadores de todos os lugares, que com sangue e suor dignificam o mundo de hoje e transformarão o de amanhã.

“Cada passo em frente da ciência e da técnica mina, inevitável e inexoravelmente os alicerces da pequena produção na sociedade capitalista. E a tarefa da economia socialista é investigar este processo sob todas as suas formas, não raro complexas e intrincadas”  
(LENIN, 2020, p. 416).

“A superação de todo comportamento doutrinário e a disponibilidade de se confrontar com o próprio tempo e de filosofar em vez de profetizar são a condição necessária para que o marxismo possa renascer e se desenvolver no Ocidente”  
(LOSURDO, 2018, p. 213).



## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no México e suas implicações socioespaciais, respondendo a duas perguntas principais: como a formação socioespacial mexicana transitou ao modo de produção capitalista? E como se configura o padrão contemporâneo de acumulação de capital no país, caracterizado pelo neoliberalismo? Para isso, utilizou-se como fundamentação teórico-metodológica a categoria de formação socioespacial; as formulações leninianas acerca da questão nacional, tais como o desenvolvimento desigual do capitalismo e o imperialismo; e o pensamento de Ignácio Rangel, com ênfase em sua teoria da dualidade básica. Foram empregadas técnicas de pesquisa como a revisão bibliográfica e a análise documental de dados governamentais. Como resultado, observou-se que se formou uma estrutura dual desde a colonização do país, produto da combinação entre a estrutura social dos povos pré-colombianos, os institutos feudais da Coroa espanhola e de seu capital comercial, apresentando assim o capitalismo apenas em suas relações externas. A transição ao capitalismo, por sua vez, ocorreu em um processo de longa duração. Do ponto de vista econômico, esta transição implicou três fases distintas: a via norte-americana, a via prussiana clássica e a nova transição pelo alto. Do ponto de vista superestrutural, um ciclo de revoluções burguesas abarcou quatro momentos de ruptura política: a independência, as Leis de Reforma, a Revolução Mexicana de 1910 e as reformas estruturais de Lázaro Cárdenas. Em meio ao desenvolvimento desigual do capitalismo durante a segunda metade do século XX, os Estados Unidos iniciaram uma reação frente a sua decadência econômica que resultou no processo de financeirização da economia mundial e advindo do neoliberalismo no mundo. No México, o período neoliberal foi marcado pelas políticas de industrialização orientada para a exportação, com as chamadas indústrias maquiladoras, as quais refuncionalizaram a região setentrional do país a partir de investimentos de capitais estadunidenses atraídos por benefícios fiscais e mão de obra barata, intensificando os fluxos regionais. A anexação econômica do território mexicano pelos Estados Unidos foi aprofundada com o Acordo do NAFTA, o qual contribuiu para aprofundar as disparidades econômicas da região. Após mais de quarenta anos de políticas liberalizantes, os resultados apresentados no México, e na América Latina de modo geral, são contrastantes com a pujança econômica vivida pelos países do leste-asiático, tais como China e Coréia do Sul, que mantiveram seus respectivos Estados presentes e atuantes no desenvolvimento econômico da nação. O país, atualmente, enfrenta conflitos políticos internos e externos, com a tentativa limitada de superação do neoliberalismo por López Obrador e a reformulação do NAFTA, criando o USMCA, produto da desindustrialização estadunidense e da ameaça chinesa à sua hegemonia.

**Palavras-chave:** México; Capitalismo; Neoliberalismo.

## ABSTRACT

The present work aims to understand the dynamics of the development of capitalism in Mexico and its socio-spatial implications, answering two main questions: how the Mexican socio-spatial formation transitioned to the capitalist mode of production? And how the recent pattern of capital accumulation in the country is configured, characterized by neoliberalism? For this, the category of socio-spatial training was used as a theoretical-methodological foundation; Lenin's formulations about the national question, such as the uneven development of capitalism and imperialism; and the thought of Ignácio Rangel, with emphasis on his theory of basic duality. Research techniques such as literature review and document analysis of government data were employed. As a result, it was observed that a dual structure was formed since the colonization of the country, a product of the combination between the social structure of pre-Columbian peoples, the feudal institutes of the Spanish Crown and its commercial capital, thus presenting capitalism only in its external relations. The transition to capitalism, in turn, took place in a long-term process. From an economic point of view, this transition involved three distinct phases: the North American way, the classic Prussian way and the new transition from above. From a superstructural point of view, a cycle of bourgeois revolutions encompassed four moments of political rupture: independence, the Reform Laws, the Mexican Revolution of 1910 and the structural reforms of Lázaro Cárdenas. Amidst the uneven development of capitalism during the second half of the twentieth century, the United States began a reaction against its economic decay that resulted in the financialization process of the world economy and arising from neoliberalism in the world. In Mexico, the neoliberal period was marked by export-oriented industrialization policies, with the so-called maquiladora industries, which refunctionalized the northern region of the country based on US capital investments attracted by tax benefits and cheap labor, intensifying regional flows. The economic annexation of the Mexican territory by the United States was deepened with the NAFTA Agreement, which contributed to deepen the economic disparities in the region. After more than forty years of liberalizing policies, the results presented in Mexico, and in Latin America in general, contrast with the economic strength experienced by East Asian countries, such as China and South Korea, which maintained their respective states. present and active in the economic development of the nation. The country is currently facing internal and external political conflicts, with López Obrador's limited attempt to overcome neoliberalism and the reformulation of NAFTA, creating the USMCA, a product of US deindustrialization and the Chinese threat to its hegemony.

**Keywords:** Mexico; Capitalism; Neoliberalism.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Relevo mexicano .....	54
Mapa 2: Padrões climáticos do México.....	54
Mapa 3: Vice-Reino da Nova Espanha.....	57
Mapa 4: A economia do Vice-Reino da Nova Espanha nos séculos XVII e XVIII.....	61
Mapa 5: Rede ferroviária mexicana em 1873.....	79
Mapa 6: Rede ferroviária mexicana em 1910.....	80
Mapa 7: Regiões econômicas do México .....	92
Mapa 8: Território mexicano perdido para os EUA após a Guerra Mexicano-Americana.....	95
Mapa 9: Localização das primeiras empresas maquiladoras mexicanas.....	112
Mapa 10: Quociente de localização da indústria manufatureira no México - 1999.....	114
Mapa 11: Localização da indústria automobilística e de autopeças por data de implantação	117
Mapa 12: As dez unidades federativas com maior investimento direto dos EUA no setor automobilístico .....	118
Mapa 13: Reorganização do espaço econômico do México a partir do NAFTA.....	124
Mapa 14: Densidade demográfica, 2020. ....	132
Mapa 15: Rede urbana mexicana.....	133
Mapa 16: Rede rodoviária do México, 2015 .....	134
Mapa 17: Exportações de bens manufaturados, 2018 .....	136
Mapa 18: Número de empregados no IMMEX por estado mexicano, 2014.....	136
Mapa 19: Investimento externo direto no México por país de origem, 2022 (milhões de dólares) .....	137
Mapa 20: Investimento externo direto no México por unidade federativa, 2022 (milhões de dólares) .....	138
Mapa 21: Principal subsetor receptor de IED por entidade federativa, 1999-2020 .....	138

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características principais das fábricas de fios e tecidos de algodão no México por estados 1843 .....	76
Tabela 2: PIB per capita por setor 1800-1877 .....	77
Tabela 3: Capital estrangeiro investido no México por setor, 1911 (% do total).....	81
Tabela 4: Dotações agrárias por regimes presidenciais.....	86
Tabela 5: Estrutura do PIB, 1930 - 1970 (porcentagem).....	89
Tabela 6: Taxas de proteção tarifária, 1960 e 1970 (porcentagem) .....	90
Tabela 7: Principais características da indústria de transformação no México, comparação Cidade do México/resto do país, 1930-1970 (porcentagem).....	92
Tabela 8: Importância econômica das grandes regiões em relação ao total nacional (porcentagem), 1978.....	92
Tabela 9: IED acumulado por país de origem 1980-1993.....	111
Tabela 10: Características vinculadas a “fazer” ou “comprar” tecnologia, década de 1990..	129
Tabela 11: Produção total de automóveis e investimento privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na indústria manufatureira e automobilística* .....	131
Tabela 12: Percentual médio do PIB anual per capita, ajustado pela inflação .....	131
Tabela 13: Número de estabelecimentos manufatureiros com o Programa IMMEX e número total de trabalhadores ocupados, maio de 2023 .....	135
Tabela 14: Insumos consumidos pelos estabelecimentos manufatureiros com o Programa IMMEX segundo Unidades Federativas, maio de 2023 (milhares de pesos).....	140
Tabela 15: Déficit comercial dos EUA com México e China, 2010-2019.....	144

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Expansão da rede ferroviária durante os anos de 1873 e 1985 (em milhares de quilômetros).....	79
Gráfico 2: Comércio exterior de cinco países latino-americanos. Exportação + importação em libras por habitante (médias quinquenais).....	81
Gráfico 3: PIB per capita do México, 1900-2005 .....	89
Gráfico 4: Concentração relativa do emprego nos setores de serviços sofisticados e indústria, divisão em três regiões (Média nacional = 1.00).....	114
Gráfico 5: Composição das exportações mexicanas, 1980-2014 .....	115
Gráfico 6: Emprego em indústrias maquiladoras e não-maquiladoras.....	115
Gráfico 7: IED no setor automobilístico 1999-2019 (bilhões) – Comparação EUA/Países restantes .....	118
Gráfico 8: Balança comercial mexicana, 1982-1994.....	120
Gráfico 9: Reservas internacionais e <i>tesobonos</i> em circulação, dez. de 1993 - dez. de 1994	121
Gráfico 10: México e outros países selecionados: bens e serviços exportados (% PIB),.....	122
Gráfico 11: México: exportações totais por setor, 1993-2019 (milhões de dólares).....	123
Gráfico 12: México, PIB per capita e produtividade do trabalho como porcentagem dos EUA, 1994-2015.....	125
Gráfico 13: Remuneração horária dos trabalhadores mexicanos da produção em termos reais e como porcentagem dos EUA, 1994-2016 .....	125
Gráfico 14: México e países selecionados, bens e serviços importados (% PIB), 1980-2003 .....	126
Gráfico 15: Participação da indústria de transformação no PIB, Brasil (%).....	128
Gráfico 16: Fases de evolução da infraestrutura de transporte terrestre do México .....	134
Gráfico 17: Crescimento do PIB e participação do investimento fixo, público e privado .....	139
Gráfico 18: Salários na indústria manufatureira do México (dólares por hora), 2020-2021..	140
Gráfico 19: Participação da China, EUA e Alemanha nas exportações mundiais de manufaturados, 1980-2020 (%).....	143
Gráfico 20: Participação de China, EUA, Japão e Alemanha no valor agregado da manufatura, 2004-2018 (%).....	143
Gráfico 21: Comércio exterior mexicano com EUA e China, 1993-2022 .....	144

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema simplificado dos Ciclos longos (Kondratieff), dualidades da formação social brasileira e ciclos médios (juglarianos), conforme Ignácio Rangel .....	50
Figura 2: Mapa de Nuremberg, 1524 .....	56

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BRICS Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

EUA Estados Unidos da América

FED Federal Reserve System

IED Investimento Externo Direto

NAFTA North American Free Trade Agreement

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU Organização da Nações Unidas

PIB Produto Interno Bruto

PITEX Programa de Importación Temporal para Producir Artículos de Exportación

UE União Europeia

USMCA United States-México-Canada Agreement

VCL Valor de Conteúdo Laboral

VCR Valores de Conteúdo Regional

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....</b>	<b>20</b>
2.2 A CATEGORIA DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL .....	21
2.2.1 <i>Formação socioespacial ou Sistema-Mundo?</i> .....	24
2.2.2 <i>A filosofia pós-moderna e a negação da totalidade</i> .....	29
2.3 A QUESTÃO NACIONAL EM LÊNIN .....	33
2.3.1 <i>O imperativo do desenvolvimento econômico</i> .....	35
2.3.2 <i>Imperialismo: um debate atual</i> .....	37
2.4. IGNÁCIO RANGEL E A ECONOMIA POLÍTICA LATINO-AMERICANA .....	40
2.4.1 <i>A CEPAL e o estruturalismo latino-americano</i> .....	41
2.4.2 <i>A Teoria da Dependência</i> .....	44
2.4.3 <i>O Pensamento independente de Ignacio Rangel</i> .....	47
<b>3. A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL MEXICANA E SUA TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO .....</b>	<b>53</b>
3.1 A CONSTITUIÇÃO DA DUALIDADE BÁSICA DA ECONOMIA MEXICANA.....	53
3.1.1 <i>Aspectos físicos e os povos originários</i> .....	53
3.1.2 <i>Colonização e a dualidade básica da economia mexicana</i> .....	57
3.1.3 <i>A Hacienda e o Complexo Rural</i> .....	63
3.1.4 <i>Gênese e consolidação do Estado-nacional</i> .....	68
3.1.4.1 <i>A crise do sistema colonial e o processo de independência</i> .....	68
3.1.4.2 <i>A questão racial no nascente Estado mexicano</i> .....	71
3.2 A TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO .....	73
3.2.1 <i>O processo de substituição de importações</i> .....	74
3.2.1.1 <i>O século XIX e a via norte-americana de transição</i> .....	76
3.2.1.2 <i>O Porfiriato e a via prussiana clássica</i> .....	78
3.2.1.3 <i>O Cardenismo e a nova “transição pelo alto”</i> .....	85
3.2.2 <i>A “época revolucionária” e o ciclo de revoluções burguesas no México</i> .....	94
<b>4. O PERÍODO NEOLIBERAL.....</b>	<b>102</b>
4.1 FINANCEIRIZAÇÃO E IMPERIALISMO .....	103
4.2 A CRISE DE 1982 E A ENTRADA DO MÉXICO AO NEOLIBERALISMO .....	108



4.3 MAQUILADORAS: A INDUSTRIALIZAÇÃO ORIENTADA PARA A EXPORTAÇÃO .....	109
4.3.1 <i>O caso da indústria automobilística</i> .....	115
4.4 DA EXPORTAÇÃO À IMPORTAÇÃO: A GRANDE CRISE DE 1994.....	119
4.5 NAFTA E O NEOCOLONIALISMO .....	121
4.6 A QUESTÃO TECNOLÓGICA E OS CONTRASTES DA CHAMADA GLOBALIZAÇÃO .....	126
4.7 O MÉXICO NA ATUALIDADE: ESPAÇO GEOGRÁFICO E DISPUTAS POLÍTICAS .....	132
4.7.1 <i>Do NAFTA ao USMCA: O México no novo mundo multipolar</i> .....	141
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>153</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de dissertação de mestrado tem como objetivo compreender a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no México e suas implicações socioespaciais, respondendo a duas perguntas principais: 1) De que forma a formação socioespacial mexicana transitou ao modo de produção capitalista? e; 2) Como se configura o padrão contemporâneo de acumulação de capital no país, caracterizado pelo neoliberalismo?

Além desta breve introdução, o trabalho é organizado em outros quatro capítulos. O segundo capítulo trata da fundamentação teórico-metodológica de investigação, calcada em três pilares principais. O primeiro é a categoria de formação socioespacial, elaborada por Milton Santos a partir de formulações marxianas e leninianas anteriores. Esta categoria de análise é apresentada como uma superação dialética tanto da Teoria do Sistema-Mundo, quanto da filosofia pós-moderna, sendo a única capaz de apreender a realidade em sua totalidade.

O segundo pilar é a questão nacional em Lênin. A partir de suas elaborações sobre o desenvolvimento do capitalismo ao seu estágio superior, o imperialismo, o revolucionário russo expõe uma nova dimensão da luta de classes e tira conclusões político-estratégicas distintas para os países centrais e periféricos, evidenciando o imperativo ao desenvolvimento das forças produtivas na periferia, seja por experiências revolucionárias, seja por projetos nacionais autônomos. Lênin ainda elabora sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo, o qual culmina em sucessivas mudanças na correlação de forças internacionais e fortes reações das potências decadentes. Nesta chave é possível analisar o processo de financeirização da economia mundial como uma reconfiguração dos instrumentos de hegemonia do imperialismo estadunidense.

O terceiro e último pilar da fundamentação teórico-metodológica é o pensamento de Ignácio Rangel. Rangel foi um economista brasileiro que, inspirado em Lênin, investigou a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Tendo em vista a universalidade e a potencialidade de seu pensamento, sobretudo de sua teoria da dualidade básica da economia brasileira, propusemos a nos municiar de suas ferramentas teóricas para investigar outra realidade nacional latino-americana.

Voltando ao tema dos capítulos, o terceiro capítulo busca responder à primeira pergunta proposta: como se deu a transição ao capitalismo no México? Para isso, são apresentados dois momentos da história econômica do país. O primeiro constitui-se no processo de formação da dualidade básica da economia mexicana, quando o capitalismo está

presente apenas no pólo externo da formação socioespacial do México, na figura do capitalismo comercial espanhol, em combinação dialética com o pólo interno feudal. O segundo momento é propriamente o de transição ao capitalismo. Para tanto, aborda-se dois processos concomitantes: 1) o de substituição de importações; e 2) o ciclo de revoluções burguesas.

O quarto capítulo, por sua vez, objetiva responder à segunda pergunta proposta, a respeito do padrão contemporâneo de acumulação de capital, caracterizado pelo neoliberalismo. Para isso, é abordado o processo de financeirização da economia mundial enquanto uma reconfiguração dos instrumentos de hegemonia do imperialismo estadunidense. Os impactos causados pela desregulamentação do mercado financeiro e pelas crises econômicas subsequentes levaram o país a iniciar uma política calcada na industrialização orientada para a exportação, com as chamadas indústrias maquiladoras. Esta política neoliberal se aprofundou com a concretização do acordo do NAFTA, tornando o território mexicano um anexo econômico dos Estados Unidos.

Por fim, o trabalho realiza uma breve explanação sobre a situação atual do país, sua configuração territorial e as disputas políticas vividas com a ascensão de Andrés Manuel López Obrador à presidência do México na tentativa de superar o neoliberalismo em prol de um projeto nacional de desenvolvimento autônomo. Bem como a posição do país frente ao conflito geopolítico atual entre Estados Unidos e China, um dos fatores principais que influenciaram na reelaboração do acordo do NAFTA, criando o novo USMCA.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Por muito tempo a relação sociedade/natureza foi considerada o objeto de estudo da geografia. No entanto, esse princípio comumente resultava em uma leitura dualista da realidade, tratando sociedade e natureza como elementos dissociáveis, separados. É através do materialismo histórico, enquanto teoria que considera tanto a relação dos seres humanos entre si (relações de produção) quanto a relação destes com a natureza (forças produtivas), que se começa a superar dita antinomia e tratar esses dois elementos como uma unidade dialética, na medida em que o ser humano, ao transformar a natureza através de seu trabalho, transforma a si mesmo (PEREIRA, 2009). O método elaborado por Marx ganha centralidade na ciência geográfica.

A partir de abstrações da realidade concreta — isto é, “a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo”, tornando abstrato o elemento abstraído — volta-se ao concreto, saturando o elemento de suas “múltiplas determinações”, próprias da totalidade social (NETTO, 2011, p. 44). Conforme Marx:

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo [...]; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isto é falso. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo e, através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples (MARX, 2008, p. 258).

Depois de alcançar aquelas "determinações mais simples", descritas acima por Marx, ter-se-ia que voltar a fazer a “viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica **totalidade** de determinações e relações diversas" (*Ibidem*, p. 258). É precisamente através do movimento

de elevar-se do abstrato ao concreto que consiste o método da Economia Política. Do ponto de vista da geografia, estas múltiplas determinações também se cristalizam a partir do que André Cholley chamou de “combinações geográficas”, isto é, os arranjos concretos entre os elementos físicos, biológicos e sociais de um espaço particular (CHOLLEY, 1964).

A despeito da mesma raiz filosófica (a filosofia clássica alemã de Hegel), o encontro entre o marxismo e a geografia tardou a acontecer, uma vez que o primeiro nasceu mais internacionalista, diferentemente do segundo, arraigado de tradições nacionalistas por surgir, enquanto ciência, em meio ao processo de unificação nacional alemã (MAMIGONIAN, 1996). No entanto, esse cenário muda com Lênin, a partir da virada do século XIX para o XX, quando o capitalismo se desenvolve ao seu estágio superior, o capitalismo monopolista/imperialista. A partir do *desenvolvimento desigual* do capitalismo e da *sobreposição dialética entre a luta de classes e a questão nacional*, Lênin reformula e aprofunda a categoria de Formação Econômico-Social (FES)<sup>1</sup>, analisando o desenvolvimento do capitalismo na Rússia (1977a). Desse modo, é através das formulações leninianas em torno da categoria de Formação Econômico-Social, que encontramos a mais sólida *união entre marxismo e geografia*, o que se fortaleceu, posteriormente, com a categoria miltoniana de Formação Socioespacial.

## 2.2 A CATEGORIA DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

Por meio da análise da evolução histórica de diversos países e regiões, Karl Marx (2008) observou a existência de leis de desenvolvimento comuns a todos eles. Destacando as relações de produção e as forças produtivas, o intelectual alemão caracterizou os modos de produção comunistas primitivos, escravistas, feudais, capitalistas e socialistas. Importante destacar o papel dos *meios fundamentais de produção* — aqueles que subordinam todos os

---

<sup>1</sup> Segundo Lênin (2020, p. 73), “a análise das relações sociais materiais (isto é, daquelas que tomam forma sem passar pela consciência do homem: quando trocam produtos, os homens entram em relações de produção sem sequer perceber que há uma relação social de produção aqui) - a análise das relações sociais materiais pela primeira vez tornou possível observar a recorrência e a regularidade, e generalizar os sistemas dos vários países em um único conceito fundamental: a formação social. Foi somente essa generalização que possibilitou proceder da descrição dos fenômenos sociais (e sua avaliação do ponto de vista de um ideal) para sua análise estritamente científica, que isola, digamos, a título de exemplo, aquilo que distingue um país capitalista de outro, e investiga o que é comum a todos eles”. Influenciado por Lênin, Mao afirma que “[...] o marxismo deve se combinar com as características nacionais e se revestir de uma determinada forma nacional para ser útil” (MAO TSÉ-TUNG, 1980, p. 215).

demais — como critério de classificação, a saber: 1) modo de produção escravista - o escravo; 2) modo de produção feudal - a terra; 3) modo de produção capitalista - capital<sup>2</sup>.

No entanto, como enfatizou posteriormente Trotsky (1977, p. 25), “o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico”. Desta forma, “a órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado”. É a partir da constatação de que o desenvolvimento se dá de forma *desigual e combinado* que se evidencia a importância da categoria de formação social, ou formação econômico-social (FES). Assim,

Há relações dos homens com a natureza — e relações dos homens uns com os outros. Da interação do econômico e do social nasce uma *formação* em sentido pleno. Não uma estrutura fixa, mas uma realidade que se desenvolve como um organismo vivo (embora especificamente humano, histórico, social). Esta formação arrasta atrás do seu presente atual (a indústria ‘moderna’) um imenso passado e, por fim, a história inteira. Da mesma forma, um organismo complexo e diferenciado tem em si partes, tecidos ou células que datam do começo do seu desenvolvimento e outros tecidos ou células que mais só perto do final aparecem. A formação econômico-social mostra assim uma sedimentação, uma série de camadas sucessivas, datando de todas as épocas: arcaicas, feudais, semif feudais, estruturas pré-capitalistas (artesanato, pequena produção), indústria média e pesada... As ‘estruturas sociais’ bem determinadas e, portanto, descontínuas, que a análise distingue (a grande burguesia, a grande nobreza, o proletariado) estão por assim dizer recobertas por todas as espécies de transições e de intermediários (LEFEBVRE, 2020, pp. 184-5).<sup>3</sup>

A ideia de totalidade é central, bem como a necessidade de sua cisão. Trata-se de entender o movimento da totalidade como integral e diferencial: “Enquanto integral, a totalidade é vista como algo uno e, frequentemente, em *abstrato*. Enquanto diferencial, ela é apreciada em suas manifestações particulares, [...] em *concreto*” (*Ibidem*, p. 122)<sup>4</sup>. Conforme Santos:

O espaço total e o espaço local são aspectos de uma única e mesma realidade — a realidade total — à imagem do *universal* e dos *particulares*. A sociedade global e o

<sup>2</sup> Segundo Ignácio Rangel (2005b, p. 631): “Ponto de parte o primeiro e o último dos modos fundamentais de produção, dado que, em ambos o corpo social comanda todos os fatores de produção, nos demais a hegemonia cabe à classe detentora do domínio do fator objetivamente estratégico. E é isso o que caracteriza o modo de produção e a formação social que sobre ele se edifica”. Para uma maior explicação sobre isso, ver RANGEL, (2005a [1957])

<sup>3</sup> Mesmo Marx não se debruçando profundamente sobre esta categoria, embriões de seu fundamento se encontram, por exemplo, na passagem em que faz uma analogia com a estratificação da estrutura geológica do planeta Terra: “A formação arcaica ou primitiva do nosso globo contém uma série de estratos de diversas eras, uns sobrepostos a outros. Da mesma maneira, a formação arcaica da sociedade revela uma série de tipos diferentes, que caracterizam épocas diferentes e sucessivas” (1991, p. 131).

<sup>4</sup> Segundo Milton Santos (2017, p. 120) “O todo somente pode ser conhecido através do conhecimento das partes e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. Essas duas verdades são, porém, parciais. Para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização”.

espaço global se transformam através do tempo, num movimento que, embora interessado igualmente às diversas frações da sociedade e do espaço, é o resultado da interação entre sociedade global e espaço global e de suas diversas frações” (SANTOS, 2012, p. 208).

Desse modo, a totalização universal, que é dada pelo presente modo de produção, não pode se realizar senão através de outra totalização que nos é fornecida por intermédio do conceito de formação social (SANTOS, 2012, p. 213). Justamente porque o tempo do modo de produção é universal, a categoria de formação social busca analisar como se arranjam de forma concreta os diferentes modos de produção num espaço particular em seu desenvolvimento desigual e combinado. O modo de produção, com isso, é a possibilidade de realização, e a formação social, a possibilidade realizada.

Sereni, autor que se debruçou sobre a evolução da categoria de formação social, afirma que “esta categoria expressa a unidade [e, agregaremos, a totalidade] das diferentes esferas: econômica, social, política e cultural da vida de uma sociedade”, além disso, “na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico” (SERENI, 2013, p. 314-15). O autor ainda indica que o método não deve ser apenas lógico (estrutural, sistemático), mas também genético, histórico. Desse modo, daquele “sistema de relações necessárias que o tratamento lógico supõe”, deverão também ser consideradas aquelas “relações que condicionam a gênese, o desenvolvimento e a destruição da própria estrutura dada” (*Ibidem*, p. 331).

A categoria atinge maior maturidade com Milton Santos, quando é atribuído com maior solidez o papel do espaço na estruturação e evolução da sociedade<sup>5</sup>, denominando-o de formação socioespacial, uma vez que “todos os processos que juntos formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto” (SANTOS, 1979, p. 14).

Conforme Armen Mamigonian (1996, p. 204),

Milton Santos, no entanto, percebeu que formação social e geografia humana não coincidem completamente, menos pelas teorias que embasam aquela categoria marxista e esta área do conhecimento acadêmico do que pela prática indispensável de localização da geografia, nem sempre usada nos estudos de formação social, daí ter proposto a categoria ‘formação socioespacial’.

---

<sup>5</sup> O espaço para Milton Santos é uma estrutura subordinada-subordinante, uma inércia-dinâmica. Isso significa dizer que, do ponto de vista de suas qualidades funcionais, o espaço representaria o reflexo da intencionalidade da sociedade sobre ele. Porém, do ponto de vista de suas qualidades sistêmicas, o espaço seria um condicionante das demais estruturas sociais (SANTOS, 2012, pp. 180-181). O espaço, portanto, não é somente um mero palco da atividade humana, mas sim uma união dialética entre sociedade e natureza, indissociáveis entre si.

Em síntese, as formações socioespaciais existem “por causa de seus aspectos concretos que permitem levar em conta a especificidade de cada sociedade (sua evolução particular, sua situação atual, suas relações internas e externas)”, bem como deve ser entendida como “uma realidade historicamente determinada fundada sobre uma base territorial” (SANTOS, 2012, p. 237-38). A importância desta categoria está em “revelar as leis especiais (históricas) que regulam o surgimento, a existência, o desenvolvimento e a morte de um determinado organismo social e sua substituição por outro organismo superior” (LENIN, 2020, p. 97). Isso implica na “análise objetiva das relações de produção que constituem a formação social dada e uma investigação de suas leis de funcionamento e desenvolvimento” (*Ibidem*, p. 96). A visão de totalidade é central nesta análise, na medida em que permite relacionar a interdependência entre os elementos e as instâncias da realidade, a dialética universal/particular e a unidade da história em meio ao desenvolvimento desigual e combinado dos diferentes espaços particulares. Por isso, a categoria de formação socioespacial se apresenta como *o ponto de encontro entre a geografia e a economia política*, e um referencial essencial nas investigações geográficas (JABBOUR, 2012).

### 2.2.1 Formação socioespacial ou Sistema-Mundo?

Uma análise alternativa àquela embasada na categoria de formação socioespacial, é proveniente da Teoria do Sistema-Mundo, muito destacada nos estudos de relações internacionais atualmente, tendo como principais autores intelectuais como Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi.

Os autores ligados a essa corrente tendem a conceber o capital comercial como o principal elo de transição ao capitalismo, entendendo que qualquer Estado ou sociedade que mantém relações comerciais no âmbito da “economia-mundo” capitalista, adquire uma natureza capitalista, independente das formas concretas assumidas por sua produção interna (FERNANDES, 2000). No limite, as próprias experiências revolucionárias socialistas não lograram superar o capitalismo, na medida em que permaneceram componentes do “sistema-mundo capitalista”, conforme Wallerstein:

Assim como não há sistemas feudais, tampouco existem sistemas socialistas na economia-mundo de hoje. Só existe um sistema mundial. É uma economia-mundo com uma forma capitalista por definição. O socialismo implica na criação de outro tipo de sistema-mundo que não é nem um império-mundo, nem uma economia-mundo capitalista, mas um governo-mundo socialista (WALLERSTEIN, 1974, p. 415).



A abordagem comercial-circulacionista de Wallerstein, apontando já no século XV uma economia-mundo capitalista, não distingue *acumulação capitalista*, que opera sob leis específicas do modo de produção capitalista, e os processos de *acumulação primitiva*, que criaram as premissas para a acumulação capitalista na Europa feudal. Como explana Fernandes (2000, 138), no pensamento marxiano a diferença fundamental entre ambas está nos tipos de excedentes apropriados em cada caso: enquanto o lucro capitalista se originaria da apropriação privada do excedente gerado pela força de trabalho assalariada, o lucro comercial do período mercantilista “adviria da exploração de diferentes estruturas de preços nos distintos modos de produção recém integrados pelas rotas mundiais de comércio”. Conforme Marx:

Quando o capital mercantil agencia a troca de produtos de sociedades pouco desenvolvidas, o logro e a trapaça aparecem no lucro comercial, que deles deriva em grande parte. Há aí aspectos a considerar, além da circunstância do capital mercantil explorar a diferença entre preços de produção dos diferentes países (e então atua nivelando e determinando os valores das mercadorias). Aqueles modos de produção possibilitam ao capitalismo mercantil apoderar-se da parte preponderante do produto excedente: seja porque esse capital se interpõe entre sociedades com produção essencialmente voltadas para o valor de uso [...] seja porque, naqueles antigos modos de produção, os possuidores principais do produto excedente com os quais lida o comerciante, notadamente o proprietário de escravos, o senhor feudal e o Estado (por exemplo, déspota oriental) representam a riqueza a fruir (MARX, 2017 p. 374).

Em outra passagem, Marx alertava que o fluxo de riqueza do período mercantilista não determinava a passagem para o capitalismo, apenas servindo de base para aqueles países que já haviam desenvolvido condições internas favoráveis para a transição:

Não resta dúvida — e precisamente esse fato gerou pontos de vista totalmente falsos — de que nos séculos XVI e XVII as grandes revoluções ocorridas no comércio graças aos descobrimentos geográficos e que incrementaram rapidamente o desenvolvimento do capital comercial constituem um fator fundamental no favorecimento da transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. A súbita expansão do mercado mundial, a diversificação das mercadorias em circulação, a disputa entre as nações europeias por apoderar-se dos produtos asiáticos e dos tesouros americanos, o sistema colonial, tudo isso contribuiu de maneira essencial para derrubar as barreiras feudais da produção. No entanto, em seu primeiro período, o da manufatura, o modo de produção moderno só se desenvolveu onde as condições para isso haviam surgido durante a Idade Média. Comparemos, por exemplo, Holanda com Portugal (MARX, 2017, p. 376).

Seguindo o mesmo raciocínio sobre o papel do capital comercial no desenvolvimento do capitalismo, Lênin é claro ao dizer que o capital comercial é condição necessária, mas não suficiente para a gestação do capitalismo:

[...] historicamente, o capital comercial e usurário precede a formação do capital industrial e é, logicamente, a sua condição *necessária*, embora não a *suficiente* para o seu aparecimento (ou seja: para o aparecimento da produção capitalista); de fato, o capital comercial e usurário nem sempre decompõem o antigo modo de produção, substituindo-o pelo modo de produção capitalista: a formação deste último ‘depende inteiramente do grau de desenvolvimento histórico e das suas circunstâncias’. ‘A profundidade da decomposição do antigo modo de produção [pelo comércio e pelo capital comercial] depende, antes de tudo, da sua solidez e da sua estrutura interna. Não é do comércio, mas do caráter do antigo modo de produção que depende o resultado do processo de dissolução, ou seja, o modo de produção novo que ocupará o lugar do antigo’. 3) o desenvolvimento independente do capital comercial é inversamente proporcional ao nível de desenvolvimento da *produção* capitalista: mais o capital comercial e usurário se desenvolve, menos o faz o capital industrial (= a produção capitalista), e vice-versa (LENIN, 1977a, pp. 183-84).

Maurice Dobb (1987), notável intelectual que se debruçou sobre o tema da transição feudalismo-capitalismo, chama a atenção para a forma como essa nova burguesia mercantil entrou em “acordo com a sociedade feudal, assim que seus privilégios foram conquistados”. Nesse sentido, “o grau em que o capital mercantil floresceu num país nesse período não nos proporciona medida alguma da facilidade e rapidez com que a produção capitalista estava destinada a se desenvolver”, e completa, “em muitos casos deu-se exatamente o contrário” (1987, p. 127).

Partindo da premissa de que o lugar ocupado por determinado país no mundo depende sobremaneira da dinâmica do “sistema-mundo”, que, por sua vez, tem grande impacto no desenvolvimento interno de cada nação, essa teoria enfatiza fortemente as *externalidades*. Desse ponto de vista, a própria análise da totalidade se torna débil<sup>6</sup>, pois:

De um lado, a ideia de totalidade-mundo é reduzida a um dos seus aspectos e, de outro, o enfoque adotado conduz, geralmente, a análises externas ao fato geográfico, este ficando subjugado por alusões, comparações, analogias, metáforas, que, em nenhum caso, substituem a visão constitutiva do fenômeno. (SANTOS, 2017, p. 114)

Diferentemente da análise circucionista, Lênin concebia a possibilidade de transição ao capitalismo através de duas grandes vias: 1) na via “via revolucionária” ou “via norte-

---

<sup>6</sup> Sobre essas análises *estáticas* e fotográficas de “modelos” econômicos, que apenas vêem o todo pelo todo, e não na *dinâmica* de suas manifestações particulares, Hobsbawm comenta: “Assim, o desejo de classificar cada sociedade ou período, firmemente, em uma ou outra das categorias aceitas deu como resultado disputas demarcatórias, como é natural quando se insiste em encaixar conceitos dinâmicos dentro de estáticos. Houve, deste modo, muita discussão na China sobre a data da transição da escravidão ao feudalismo desde que ‘a luta foi de natureza muito prolongada, cobrindo vários séculos... Modos de vida sociais e econômicos diversos coexistiram temporariamente no amplo território da China’. No ocidente, dificuldade semelhante conduziu a debates sobre o caráter dos séculos que vão do XIV ao XVIII. Estas discussões tiveram, ao menos, o mérito de levantar os problemas da mistura e coexistência de diferentes ‘formas’ de relações sociais de produção” (HOBSBAWM, 1991, p. 63).

americana”, o desenvolvimento da pequena produção mercantil e sua gradual diferenciação social acaba por formar, de um lado, uma classe de pequeno-burgueses, e de outro, uma massa de trabalhadores assalariados; 2) a segunda via, a “via prussiana”, caracteriza-se por uma transição “de cima para baixo”, ou uma transição “pelo alto” em que os latifundiários feudais coordenam o processo de “modernização conservadora”, tornando-se burgueses, isto é, modernizam a estrutura econômica e conservam a superestrutura política<sup>7</sup> (LENIN, 1977). É importante ressaltar, porém, que essas duas formas podem também se combinar. O caso brasileiro é um exemplo dessa combinação, quando Getúlio Vargas (um estancieiro feudal dos latifúndios gaúchos), ao tomar o poder, criou condições institucionais para a transformação de pequenos produtores em empresários (Bardella, WEG, Gerdau, etc.), por meio de uma industrialização sem reforma agrária (via prussiana). Ou ainda, os casos japônês (Inovação Meiji), com os *Zaibatsus*, e sul-coreano, com os *Chaebols*. Em todos os exemplos de via prussiana o que se nota é a necessidade de um Estado modernizante frente a uma realidade nacional de profundo atraso e desenvolvimento tardio.

Tendo em vista a primazia da produção, torna-se necessária a distinção entre o processo de inserção da periferia no sistema capitalista e a formação de estruturas econômicas próprias do capitalismo moderno, tendo em vista que o primeiro não suscitou necessariamente o surgimento imediato do segundo. Cabe repetirmos a pergunta feita por Ellen Wood:

Se o fator decisivo é a acumulação de riqueza comercial, por que a Inglaterra? Por que a transição inglesa para o capitalismo ocorre no momento em que a Inglaterra estava longe de ser o país mais rico dos principais países europeus, ou mesmo o maior ou o mais forte, e possuía acumulações muito mais limitadas de riqueza comercial? O que explica a emergência do capitalismo agrário na Inglaterra antes - e, de fato, como condição - de sua supremacia comercial posterior? (WOOD, 2014, p. 132).

O grande problema dessa análise é que parece não haver nenhuma diferença essencial entre o capitalismo e outras formas de comércio, e dessa forma tornar-se-ia “difícil entender porque não se poderia dizer que algum tipo de capitalismo, ou protocapitalismo, existiu, ao menos de modo embrionário, na Roma antiga (como sugere Max Weber)” (WOOD, 2014, p. 131). Assim,

---

<sup>7</sup> Marcos Aurélio da Silva enfatiza a aproximação teórica entre a via prussiana e a categoria gramsciana de revolução passiva: “Com efeito, segundo já fora demonstrado, estamos diante de uma noção equivalente àquela leniniana de via prussiana. Assim é que em Gramsci, a revolução passiva, que no fundamental é a expressão da incapacidade de levar adiante o processo de transformação através de um programa popular, como ocorrera na França jacobina — notadamente a reforma agrária e a questão nacional a ela relacionada —, aparece como uma via de desenvolvimento não só para a Itália, mas igualmente para a Alemanha, que aqui figura como um “tipo intermediário” — logo, menos dramático — de transição pelo alto” (SILVA, 2016, p. 13).

O capitalismo, nessa concepção, não tem lógica ou dinâmica definida que o diferencie com clareza das outras formas sociais. Em particular, os imperativos específicos da concorrência capitalista, suas regras típicas de reprodução - a necessidade de estratégias de maximização, a maximização do lucro, e a necessidade constante de melhoria da produtividade no trabalho -, não são, aparentemente, essenciais para a definição do capitalismo. Elas não operavam, por exemplo, no caso genovês, no espanhol, nem no português. (*Ibidem*, p. 131)

Nota-se que existe uma confusão entre economia mercantil e capitalismo, desconsiderando que, conforme Marx (1991, p. 106), “a formação da riqueza monetária, em si, antes da transformação em capital [...] pertence à pré-história da economia burguesa”. Ou seja, o capitalismo pressupõe uma economia mercantil, mas nem todas as economias mercantis são capitalistas, uma vez que o modo de produção capitalista somente se estabelece quando essa economia mercantil se encontra em sua etapa de desenvolvimento em que até mesmo a força de trabalho se torna mercadoria. Esse erro faz com que a análise se aproxime muito mais de Adam Smith do que ao próprio Marx, na medida em que o problema histórico das origens do capitalismo torna-se o das origens da divisão social do trabalho baseada no comércio, e não o de uma transformação social peculiar, como pensava Marx. (BRENNER, 1977, pp. 39-40).

Tampouco se deve confundir grande propriedade com grande produção. Conforme Lênin, a grande extensão fundiária das explorações nada tem a dizer sobre o caráter capitalista ou não dela:

O exemplo americano mostra-nos com evidência como seria imprudente confundir os latifúndios com a agricultura capitalista em grande escala, pois, com muita frequência, os latifúndios constituem uma sobrevivência de relações pré-capitalistas: escravistas, feudais ou patriarcais (LÊNIN, 1980a, p. 42).

Isso porque o que indica o desenvolvimento do capitalismo na agricultura é, sobretudo, o “volume dos investimentos de capital na terra”, isto é, “modificações técnicas introduzidas na agricultura, sua intensificação, a passagem a sistemas superiores de cultura, a utilização massiva de adubos artificiais, o aperfeiçoamento dos instrumentos e máquinas”, além, é claro, do “recurso crescente ao trabalho assalariado”. Portanto, se considerarmos apenas a superfície, “não é possível expressar todos estes processos complexos e diversos, quando é precisamente o seu somatório que caracteriza o processo geral do desenvolvimento do capitalismo na agricultura” (LÊNIN, 1980a, pp. 52-3).

Em suma, é por meio do deslocamento da análise do *processo produtivo para o processo de circulação* que opera o erro da teoria do sistema-mundo, muito influente nas elaborações da chamada Teoria Marxista da Dependência (TMD). Esse erro culmina em abarcar apenas a aparência do fenômeno, similar ao erro dos mercantilistas criticado por Marx:

A primeira abordagem teórica do modo de produção moderno – o sistema mercantilista – teve necessariamente de partir dos fenômenos superficiais do processo da circulação, tais como se apresentam autonomizados no movimento do capital comercial. Por isso, essa abordagem só capturou a aparência [...]. A verdadeira ciência da economia moderna só nasce quando a consideração teórica passa do processo de circulação ao processo de produção (MARX, 2017, p. 381).

### 2.2.2 A filosofia pós-moderna e a negação da totalidade

Se o circucionismo da teoria do sistema-mundo foca demasiada atenção em um dos aspectos da totalidade, sendo incapaz de analisar o *universal em suas manifestações particulares*, a filosofia pós-moderna, por sua vez, baseia-se apenas no particular desconectado do movimento da sociedade total e mergulha numa *semiologização da realidade*<sup>8</sup>. Ganhando força a partir do famoso movimento de maio de 1968 em Paris, o termo “pós-modernismo” torna-se notório no âmbito das ciências sociais através da publicação da obra *Condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard, em 1979. Fundamental na construção teórica dos pressupostos pós-modernos, Michel Foucault, em sua conhecida obra *Microfísica do Poder* (2017), elaborou suas teses em torno na fragmentação dos micropoderes, dissociados de uma análise estrutural<sup>9</sup>. Outro autor de destaque e autodeclarado pós-moderno é, certamente, Boaventura de Sousa Santos, com sua *Introdução a uma ciência pós-moderna* (2007)<sup>10</sup>. Antes de começarmos a entender o pós-modernismo, é necessário, porém, compreendermos o que se entende por modernidade.

Junto à consolidação da sociedade burguesa industrial, a modernidade marca a ruptura com a ideia de razão ligada às crenças religiosas, próprias do período medieval. Essa dissociação da religião com a ciência promove o que é chamado de *razão iluminista*, uma racionalidade que entende que o mundo é um todo complexo e contraditório, mas passível de ser apreendido de forma racional e, portanto, de que existe sempre apenas uma verdade

<sup>8</sup> Semiótica, em filosofia, é o estudo dos signos, símbolos e representações.

<sup>9</sup> Para uma crítica ao conceito de poder de Foucault, ver Boito (2007).

<sup>10</sup> Para uma crítica à visão de Boaventura de Sousa Santos a respeito de Marx, ler Netto (2019).

objetiva para qualquer questão posta<sup>11</sup>. Associado ao intenso desenvolvimento das forças produtivas com o advento da indústria e o aumento exponencial das potencialidades humanas de transformação da natureza, a razão iluminista fortalece a concepção de que o mundo pode ser controlado e organizado de modo racional (HARVEY, 2016). Vemos, com isso, que a dialética da filosofia clássica alemã de Hegel — e o materialismo histórico do marxismo — é fruto da razão iluminista, na medida em que busca a verdade através da contradição entre diferentes teses (tese e antítese), para gerar um síntese que se apropria dos pontos superiores de ambas, operando sob a lógica da “negação da negação”.

Posteriormente, na segunda metade do século XX, esses pressupostos passam a ser questionados. O balanço dos conflitos mundiais e a degradação ambiental põem em xeque a racionalidade do ser humano. As transformações econômicas do capitalismo neoliberal e sua mudança de paradigma produtivo, do qual engendrou o fracionamento do ciclo produtivo, terceirizações e flexibilizações trabalhistas, mudam a aparência da estratificação da sociedade burguesa, antes mais nitidamente centrado na burguesia e no proletariado, para relações de trabalho cada vez mais efêmeras e instáveis, desintegrando o “sujeito de classe” e decaindo o apelo popular pela luta de classes. No final da década de 1980, tem-se também a queda da URSS.

No lugar das ideias de progresso, racionalidade, realidade objetiva e verdade, a filosofia pós-moderna passa a entender que a realidade é produto da consciência humana — e não da realidade material historicamente produzida, como pensa o materialismo histórico — e, portanto, a verdade é relativa à subjetividade individual de cada sujeito. A confrontação entre diferentes teses na busca da verdade não se torna mais necessária nessa filosofia que pretende a simples coexistência entre diferentes teses, cada um tendo a “sua” verdade. A noção de totalidade é negada por uma visão fragmentadora, que privilegia as vivências como método de validação científica para entender a realidade. A dialética entre aparência e essência — entendida no marxismo como sendo a aparência uma dimensão da essência, mas não ela toda — é negada por uma visão que equaliza ambos, culminando num verdadeiro culto ao empirismo, em que a teoria social não é mais necessária, bastando a descrição

---

<sup>11</sup> Entender que existe apenas uma verdade para qualquer questão posta, não quer dizer que deve-se encarar qualquer pretensa verdade como uma verdade absoluta. Sobre esse caráter ao mesmo tempo relativo e absoluto da verdade no âmbito da dialética, Lefebvre e Guterman explicam: “Relativa a um momento, a uma etapa do pensamento, da práxis, da história humana. Absoluta pelo progresso coletivo desse pensamento, pela *superação* perpétua numa direção, a do domínio e da posse de ser verdadeira. A verdade efetiva deve ser negada — contrário, deixaria de ser verdadeira. Ela só é verdade pela superação, e é essa superação que a conserva (negação da negação). Somente o pensamento movente e o movimento do pensamento — ‘estruturado’ e ‘refletido’ — são verdadeiros. É esse o sentido aprofundado da negatividade da superação” (LEFEBVRE e GUTERMAN, 2018, pp. 49-50).

(NETTO, 2010). Tal como a filosofia pluralista, que Hegel combateu em seu tempo, a filosofia pós-moderna “experimenta e constata passivamente, em vez de conhecer. E nada limita o número de ‘essências’ que ela pode admitir”. Consequentemente, “o pluralismo só compreende a confusão ou o isolamento das noções. A posição dialética — conexão e oposição, diferença na unidade — lhe escapa” (LEFEBVRE e GUTERMAN, 2018, p. 30).

Ao negar a totalidade, a filosofia pós-moderna centra a análise no particular desconectado do universal. Desse modo, diferentemente da dialética materialista, que “afirma a especificidade concreta de cada grau, afirmando incessantemente a interdependência universal”, o pós-modernismo, “dissocia a multiplicidade da unidade, que negligencia a unidade e se orienta para um antirracionalismo” (LEFEBVRE e GUTERMAN, 2018, p. 82). Essa negação da universalidade tem forte influência na concepção pós-moderna do passado, na medida em que, “rejeitando a ideia de progresso, o pós-modernismo abandona todo sentido de continuidade e memória histórica, enquanto desenvolve uma incrível capacidade de pilhar a história” (HARVEY, 2016, p. 58).

Especificamente na geografia<sup>12</sup>, a filosofia pós-moderna dialoga muito com aquilo que Milton Santos (2012) chamou de “geografia da percepção ou do comportamento”. Sobre ela, o autor aponta que não se deve confundir a percepção de um objeto com a realidade própria do objeto experimentado:

Devido ao fato de que o principal interessado nesse mecanismo, ou seja, o sujeito, é ao mesmo tempo um ser objetivo e um microcosmo, o encontro entre a objetividade da coisa (ou a coisa objetificada) e a subjetividade de seu decifrador permite uma variedade de percepções. A coisa permanece una, total, intacta, mas as modalidades de sua percepção são diversas, parcelares, frequentemente deformantes (SANTOS, 2012, P. 93)

O empirismo imediatista da filosofia pós-moderna também é duramente criticado por Milton Santos (*Ibidem*, p. 94), na medida em que “o que eles alegam conhecer de imediato é, de fato, imediatizado por um processo histórico bem longo”. Segundo ele, “o que agora aparece como autoevidente não era óbvio no passado e o que parece simples é, na realidade, o resultado de um complexo desenvolvimento ‘enterrado em simplicidade’”. Isso sem falar no problema da tentativa de considerar a liberdade humana como absoluta e não como condicionada:

A geografia do comportamento estabeleceu-se sobre uma confusão entre a margem, diferente segundo os casos, deixada a cada indivíduo para escolher entre as formas

---

<sup>12</sup> Para uma crítica a geografia pós-moderna, ver Silva (2019).

possíveis de atuar e a possibilidade de atuar arbitrariamente, sem levar em conta condições reais de renda, de posição social, de oportunidades permanentes ou ocasionais, e mesmo de lugar. Em uma palavra, o fato de que a situação do indivíduo na produção é determinante não é reconhecido (*Ibidem*, p. 95).

A filosofia pós-moderna tende a conceber a consciência social desconectada da realidade material e da forma como a sociedade organiza a produção da sua vida material. Não se fala mais em ideologia enquanto superestrutura social, mas em “representações da realidade”, “olhares” sobre determinado objeto/fenômeno, quando na verdade “a ideologia é um nível da totalidade social e não apenas é objetiva, real, como cria o real”. Desse modo, “a realidade inclui a ideologia e a ideologia é também real” (SANTOS, 2017, pp. 126-7).

Em suma, ao negar a totalidade social, a filosofia pós-moderna nega a objetividade da realidade e a sua unidade, caindo em análises subjetivas e fragmentadas da realidade que, a rigor, a deforma:

No final de contas permanece-se com a ideia de que a percepção diria respeito apenas ao sujeito e não mais ao objeto, que o comportamento seria estranho às determinações sociais como se a práxis individual de cada um junta às práxis individuais dos outros dessem como resultado a práxis social total. O espaço dos geógrafos terminou por ser também tão fragmentado quanto o espaço reificado e a geografia tornou-se ideológica, hostil ao real (SANTOS, 2012, pp. 96-7).

Defrontando-se com a pergunta sobre a possibilidade de a geografia superar sua crise, Mamigonian (2019, p. 18) relembra as raízes da ciência geográfica:

A resposta a esta questão deve considerar que Humboldt e Ritter, fundadores da geografia, bem como Marx e Engels, fundadores do marxismo, foram filhos da filosofia clássica alemã, filhos do iluminismo. A geografia e o marxismo, cada um à sua maneira, se propuseram a estudar a natureza como um todo a sociedade como um todo, conhecimentos indispensáveis à interpretação da realidade, que hoje enfrenta excessos de fragmentações, que se tornam irracionais quando desprovidos de visão de conjunto (MAMIGONIAN, 2019, p. 18).

Portanto, a categoria de formação socioespacial se apresenta como o instrumental teórico-metodológico mais adequado para apreender a realidade em sua totalidade, analisar o *universal em suas manifestações particulares*, não caindo nem em abstrações gerais que se afastam da especificidade de determinado espaço, como faz a teoria do sistema-mundo, e nem em empirismos abstratos que não se relacionam com a universalidade da totalidade social, como a filosofia pós-moderna.



### 2.3 A QUESTÃO NACIONAL EM LÊNIN

“Crer que a revolução social é possível sem as insurreições das pequenas nações nas colônias e na Europa [...] significa rejeitar a revolução social [...] É como se, de um lado, se formasse um exército e dissesse: “Defendemos o socialismo”, e, de outro, se formasse outro exército e dissesse: “Defendemos o imperialismo”, e essa seria a revolução social! [...] Quem esperar por uma revolução social “pura” nunca a verá. É um revolucionário da boca para fora, que não entende a verdadeira revolução”.

(V. I. LÊNIN - The Discussion On Self-determination Summed Up, 1974)

Com a virada do século XIX para o XX, a economia mundial sofreu transformações radicais que fizeram Lênin (2012) propor que o capitalismo havia evoluído para um novo estágio de seu desenvolvimento: o imperialismo. Tais transformações estruturais foram sistematizadas pelo autor através de cinco características fundamentais: 1) a concentração e a centralização do capital, que formou grandes monopólios; 2) a fusão do capital industrial com o capital bancário e o surgimento, a partir disso, do capital financeiro e de sua “oligarquia financeira”; 3) passa-se a adquirir grande importância a exportação de capital, diferentemente da simples exportação de mercadorias; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) a consequente partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

A partir da formação dos grandes monopólios e do capital financeiro, gera-se uma massa de capital excedente e uma pressão para a exportação de capital para regiões mais atrasadas. Essa exportação de capital, segundo Lênin, faria com que a dinâmica do sistema capitalista mundial fosse marcada pelo *desenvolvimento desigual* dos países. No entanto, num sentido oposto àquele interpretado posteriormente pela teoria da dependência:

Contrariamente à interpretação que acabou predominando nos enfoques da chamada teoria da dependência latino-americana nos anos 1960 e 1970, o conceito de desenvolvimento desigual formulada por Lênin não apontava para o contínuo aprofundamento das assimetrias entre ‘centro’ e ‘periferia’ na economia capitalista mundial — o que Gunder Frank chamava de ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ —, mas precisamente para o seu contrário: a tendência estrutural à erosão do poder do centro dominante face à ascensão de novos pólos de maior dinamismo econômico em áreas de desenvolvimento capitalista mais tardio no próprio centro ou na periferia do sistema (FERNANDES, 2017, p. 57-58).

Deste modo, os países politicamente hegemônicos perderiam dinamismo econômico, em detrimento do próprio grau de monopolização do mercado e do rentismo parasitário

alimentado pela exportação de capitais<sup>13</sup>, enquanto que novos pólos dinâmicos<sup>14</sup> entrariam em conflito com a estrutura de poder do centro dominante. Essa dinâmica do desenvolvimento desigual do capitalismo geraria contínuas mudanças na correlação de forças a nível internacional que culminaria em conflitos interimperialistas. Assim,

O capitalismo cresce mais rapidamente nas colônias e nos países do ultramar. Entre eles surgem *novas* potências imperialistas (o Japão). A luta entre os imperialismos mundiais se agrava. O tributo que o capital financeiro recebe das empresas coloniais e do ultramar, particularmente lucrativas, aumenta. Na partilha deste saque, uma parte excepcionalmente grande vai para países que nem sempre ocupam os primeiros lugares no que toca ao ritmo de desenvolvimento das forças produtivas (LÊNIN, 2012, p. 134).

Nessa chave da *tensão entre geoeconomia e geopolítica* que Lênin explicaria o advento da Primeira Guerra Mundial, em que a Alemanha ascende economicamente, mas segue dispondo de “[...] uma região insignificante e de poucas colônias”, entrando em contradição com a estrutura do imperialismo britânico hegemônico:

Graças às suas colônias, a Inglaterra aumentou a rede ferroviária em 100 mil km, quatro vezes mais do que a Alemanha. Contudo, é amplamente conhecido que o desenvolvimento das forças produtivas da Alemanha neste mesmo período e, sobretudo, o desenvolvimento da produção hulheira e siderúrgica foram incomparavelmente mais rápidos do que na Inglaterra [...]. A questão que se coloca é a seguinte: *sob o capitalismo*, quais outros meios que não a guerra para se eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro, a partilha das colônias e das esferas de influência do capital financeiro? (LÊNIN, 2012, p. 135).

A partir dessa elaboração teórica, Lênin chega a conclusões político-estratégicas. A primeira delas aponta para que, nas novas condições do desenvolvimento desigual do capitalismo, poderiam ser gestadas crises revolucionárias nos elos fracos da cadeia imperialista, que não seriam necessariamente os países onde a produção capitalista estaria mais desenvolvida, como pensava Marx. Isso exigiria a formação de amplas alianças para a aquisição do poder político, sobretudo no que envolvesse a aliança com o campesinato.

<sup>13</sup> Segundo Lênin (2012, p. 137): “Como vimos, a base econômica mais profunda do imperialismo é o monopólio. Trata-se do monopólio capitalista, isto é, que nasceu do capitalismo; ele se encontra, no ambiente geral do capitalismo, da produção mercantil, da concorrência, numa contradição constante e insolúvel com esse ambiente geral. Não obstante, como todo monopólio, ele gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição”.

<sup>14</sup> Sobre o papel da exportação de capitais de gerar novos pólos dinâmicos, Lênin diz: “A exportação de capitais influencia o desenvolvimento do capitalismo no interior dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente. Se, em consequência disso, a referida exportação pode, até certo ponto, ocasionar uma estagnação do desenvolvimento nos países exportadores, isso tem lugar em troca de um alargamento e de um aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo” (LÊNIN, 2012, p. 96).

A segunda conclusão foi para a formação de duas grandes correntes no movimento revolucionário internacional: nos países centrais, predominaria o acirramento da contradição entre burguesia e proletariado; e nos países periféricos, o movimento anti-colonial e anti-imperialista. Com isso, Lênin polemiza tanto com aqueles que viam no imperialismo um papel civilizador ao desenvolver o capitalismo nas regiões dominadas, tanto com aqueles que pensavam que a bandeira da autodeterminação dos povos era um princípio nacionalista burguês, como pensava Rosa Luxemburgo. Desse modo, passa-se a ocorrer uma sobreposição dialética da questão nacional sobre a luta de classes. Em outras palavras, *a questão nacional torna-se uma expressão da luta de classes na periferia do sistema capitalista*<sup>15</sup>.

### 2.3.1 O imperativo do desenvolvimento econômico

Diferentemente do que pensado por Marx, de que a revolução aconteceria no país de capitalismo mais avançado, o surgimento do capitalismo monopolista/imperialista fez mudar o cenário político e o horizonte revolucionário. As revoluções eclodiram nos países da periferia, envolto a um intenso processo de liberação nacional. Com o atraso econômico e a impossibilidade de realização plena do socialismo, os partidos comunistas enfrentaram a difícil tarefa de modernização econômica, tendo em vista a necessidade de combater não apenas a desigualdade interna, que dilacera transversalmente o país, mas também a desigualdade externa, em âmbito internacional, que torna o atraso em relação ao centro extremamente favorável ao imperialismo. De certa forma, portanto, nos países em que a burguesia não fora capaz de promover a modernização nacional, tal como ocorrera com Bismarck na Alemanha; a inovação Meiji, no Japão; ou mesmo Vargas, no Brasil (vide Kerensky, na Rússia; Chiang Kai-Shek, na China), o partido comunista toma para si esta tarefa<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Sobre a diferença do nacionalismo na periferia do sistema capitalista e no centro, Mao Tsé-Tung insere o tema em seu contexto histórico-concreto: “Pode um comunista, que é internacionalista, ser, ao mesmo tempo, patriota? Sustentamos que não apenas pode, como deve sê-lo. O conteúdo concreto do patriotismo é determinado pelas condições históricas. Existe o ‘patriotismo’ dos agressores japoneses e de Hitler e existe nosso patriotismo. Os comunistas devem se opor resolutamente ao ‘patriotismo’ dos agressores japoneses e de Hitler. [...] O caso da China é diferente, porque ela é vítima da agressão. Em consequência, nós, comunistas chineses, devemos combinar o patriotismo com o internacionalismo. Somos ao mesmo tempo internacionalistas e patriotas e nosso lema é ‘lutar contra o agressor em defesa da pátria’” (MAO TSÉ-TUNG, 1980, p. 212).

<sup>16</sup> Segundo o próprio Ho Chi Minh, sobre as orientações leninianas ao oriente: “Em seu apelo aos revolucionários do Oriente, Lênin escreveu: ‘Vocês têm pela frente uma tarefa que era desconhecida pelos comunistas do resto do mundo: seguindo a teoria e prática do comunismo, aplicando-as às condições específicas que não existem na Europa, vocês têm de adaptá-las às condições em que os camponeses são as grandes massas; a tarefa não é lutar contra o capitalismo, mas contra os vestígios medievais’” (HO CHI MINH, 1980, p. 251)

Superando qualquer visão dogmática e entendendo a dialética que envolve a *unidade da história*, Lênin nega a dicotomia positivista entre capitalismo e socialismo, inserindo-os em uma perspectiva de *totalidade*. Segundo ele:

“Nós” voltamos frequentemente a cair ainda neste raciocínio: “o capitalismo é um mal, o socialismo é um bem”. Mas este raciocínio é errado, porque esquece todo o conjunto das estruturas econômico-sociais existentes, abarcando apenas duas delas. O capitalismo é um mal em relação ao socialismo. O capitalismo é um bem em relação ao medievalismo, em relação à pequena produção, em relação ao burocratismo ligado à dispersão dos pequenos produtores. Uma vez que ainda não temos forças para realizar a passagem direta da pequena produção ao socialismo, o capitalismo é em certa medida inevitável, como produto espontâneo da pequena produção e da troca, e portanto devemos aproveitar o capitalismo (principalmente dirigindo-o para a via do capitalismo de Estado) como elo intermediário entre a pequena produção e o socialismo, como meio, via, processo ou método de elevação das forças produtivas (LÊNIN, 1980b, pp. 508-9).

Explorando essa falsa antinomia, Lênin ainda continua:

Isto pode parecer um paradoxo: o capitalismo privado no papel de auxiliar do socialismo? Não se trata de nenhum paradoxo, mas de um fato econômico absolutamente incontestável. Tratando-se de um país de pequenos camponeses, com os transportes particularmente arruinados, que está a sair da guerra e do bloqueio e que é dirigido politicamente pelo proletariado, que tem nas suas mãos os transportes e a grande indústria, destas premissas decorre de modo absolutamente inevitável, primeiro, que a circulação local de mercadorias tem neste momento uma importância primordial, e, em segundo lugar, que o capitalismo privado (sem falar já do capitalismo de Estado) pode ser utilizado para ajudar o socialismo (LÊNIN, 1980b, p. 511).

Desta forma, as tarefas imediatas do poder soviético após a tomada do poder não foi “socialismo já”, mas “levar a cabo em todas as partes uma contabilidade e um controle rigorosos da produção e distribuição de produtos; aumentar a produtividade do trabalho; socializar de uma maneira efetiva a produção”, uma vez que a possibilidade de realização do socialismo ficaria determinada precisamente pela combinação entre o poder soviético e sua forma de administração com os últimos progressos do capitalismo, em um sistema de *grande produção*<sup>17</sup> (LÊNIN, 1960, p. 705):

---

<sup>17</sup> Segundo Lênin “el socialismo es inconcebible sin la gran técnica capitalista basada en la última palabra de la ciencia moderna, sin una organización estatal armónica que someta a decenas de millones de personas a la más rigurosa observancia de una norma única en la producción y la distribución de los productos” (LENIN, 1960, p. 756). Em outra passagem, Lênin (1980b, p. 505) ainda comenta: “‘implantando’ o capitalismo de Estado sob a forma de concessões, o Poder Soviético reforça a grande produção contra a pequena, a avançada contra a atrasada, a mecanizada contra a manual, aumenta a quantidade de produtos da grande indústria nas mãos (a sua quota-parte da produção), reforça as relações econômicas reguladas pelo Estado como contrapeso às relações pequeno-burguesas anárquicas”. Por razões de caráter geopolítico, a NEP leninista foi condicionada e forçada a ser substituída pela coletivização forçada do período stalinista, tendo em vista a perspectiva de um guerra mundial e a tentativa de invasões externas na URSS (que viria a se confirmar posteriormente), o que tornaria

No que tange aos demais países periféricos atrasados e envoltos no pré-capitalismo, em que os trabalhadores não possuem acúmulo de forças suficientes para a conquista da hegemonia política, os marxistas deveriam lutar “sempre contra o particularismo medieval”, reforçando a “coesão econômica de vastos territórios nos quais poderá desenvolver-se amplamente a luta do proletariado contra a burguesia” (LÊNIN, 1980c, p. 148). Trata-se de uma *colocação histórico-concreta da questão*, isto é, distinguir duas etapas do capitalismo radicalmente diferentes: a “época da queda do feudalismo e do absolutismo, a época da constituição da sociedade e do Estado democrático-burgueses”; e a “época dos Estados capitalistas plenamente formados, com um regime constitucional há muito estabelecido, com um antagonismo fortemente desenvolvido entre proletariado e burguesia” (Idem, 1979, p. 515).

Assim, o século XX foi marcado pelas revoltas e revoluções anticoloniais que aprofundaram a relação entre o marxismo e a questão nacional, de tal forma a ser apontada, por Mao, uma “identidade entre a luta nacional e a luta de classe” (1980, p. 213). Estas revoluções tiveram como imperativo o *rápido desenvolvimento das forças produtivas*, sofrendo o risco de perecerem em caso de malogro. Conforme Ho Chi Minh:

“Assim, a questão nacional não pode mais ser vista a partir de um ângulo abstrato e isolado. O marxismo-leninismo mostrou que os movimentos nacionais efetivamente dirigidos contra o imperialismo contribuem infalivelmente para a luta revolucionária geral, e que as aspirações e movimentos nacionais não devem ser avaliados segundo seu caráter estritamente político-social local, de uma forma limitada, mas segundo o papel que desempenham contra as forças imperialistas no mundo. O marxismo-leninismo desmascarou a democracia burguesa, que se disfarçava por trás de uma retórica abstrata sobre ‘igualdade’ entre as nações para camuflar a opressão e exploração de inúmeras nações do mundo por um punhado de países imperialistas. O marxismo-leninismo faz a distinção clara entre ‘nações submissas, dependentes e oprimidas’ e ‘nações soberanas, exploradoras e opressoras’” (HO CHI MINH, 1980, p. 261).

### 2.3.2 Imperialismo: um debate atual

Desde a formulação original de Lênin, o capitalismo sofreu algumas transformações que fizeram o imperialismo mudar sua forma, mas não seu conteúdo. Dentre estas mudanças, pode-se destacar a formação das instituições criadas após a Segunda Guerra Mundial (tal como a OTAN, o FMI, o Banco Mundial e o BID), que serviram como instrumentos de dominação indireta da nação a qual foi alçada ao grau de *hegemon* no pós-Guerra, os Estados

---

necessário um parque industrial que pudesse rapidamente se converter em indústria militar (FERNANDES, 2017).

Unidos da América. Estas instituições pressionam os demais países pela implementação de políticas econômicas e sociais que reproduzem os interesses norte-americanos sobre os demais membros do sistema internacional.

Um segundo aspecto importante foi o intenso processo de *financeirização* vivido pela economia mundial, sobretudo após as crises de 1973. O prosseguimento da dinâmica de desenvolvimento desigual do capitalismo fez ressurgir novas potências economicamente mais dinâmicas, tais como a Alemanha e o Japão. Diante disso, os Estados Unidos iniciaram uma reação através da *reconfiguração de seus instrumentos de hegemonia* (FERNANDES, 2011). Essa reconfiguração implicou na abolição unilateral do Acordo de Bretton Woods, em 1971, acarretando um processo de desregulamentação dos mercados financeiros, de aprofundamento do rentismo e de transformação do dólar como moeda de transação internacional sem a necessidade de lastro. A hipertrofia do sistema financeiro internacional gerou uma gradual “degeneração involutiva” para a especulação, que se mostra cada vez mais vulnerável às bolhas financeiras quanto mais se afasta da economia real (BORON, 2007, p. 509).

Ademais, a reação estadunidense ainda implicou em: 1) brusco aumento da taxa de juros da *Federal Reserve*, com Paul Volcker, gerando a crise da dívida na América Latina; 2) o Acordo de Plaza (1985), forçando a elevação cambial do yen japonês e do marco alemão e a consequente migração de capitais para o leste asiático e para o próprio México, em busca da redução dos custos de produção; 3) abertura comercial dos países da periferia, naquilo que ficou conhecido como o Consenso de Washington (MAMIGONIAN, 2018).

Além disso, a URSS vivia um momento de ofensiva geopolítica, com a vitória de insurreições revolucionárias durante as décadas de 1960 e 1970, tais como em Cuba, Vietnã, Coreia Popular, Angola, Moçambique, entre outros. No plano político-estratégico de ameaça sistêmica soviética, os Estados Unidos partiram para uma postura de confronto e enfrentamento, que atingiria seu ápice da chamada “Doutrina Reagan”. O marco principal desta doutrina foi a intensificação da corrida armamentista através do projeto “Guerra nas Estrelas”, “[...] explorando as dificuldades da União Soviética em sustentar o custo econômico e tecnológico desproporcional de manutenção da paridade estratégica com os EUA em poderio militar nuclear” (FERNANDES, 2011).

A essas reestruturações econômicas e políticas, seguiu-se uma ampla reestruturação ideológica, com a tentativa de apagar a luta de classes e o imperialismo da análise da realidade. No plano das ciências sociais, marca-se a ascensão do *relativismo pós-moderno*, e no campo das ciências econômicas, do *positivismo neoclássico*. Ambas profundamente *ahistóricas*, a antítese de uma visão de *processo histórico*. A divisão do mundo entre centro e

periferia é negada pela ideologia da globalização, do “mundo sem fronteiras” e da “aldeia global”, em que mercadorias e capitais fluem livremente e grandes massas populacionais são impedidas de migrar por barreiras fronteiriças. O anticomunismo é elevado a um novo patamar com o conceito de Hannah Arendt de *totalitarismo*<sup>18</sup>, equalizando nazismo e comunismo em oposição à democracia liberal, negligenciando a dimensão (neo)colonial que aproxima o nazifascismo muito mais dos países “democráticos” imperialistas do que dos comunistas.

A submissão econômica perante países imperialistas conta com grandes ferramentas ideológicas de persuasão que visam asfixiar o desenvolvimento autônomo e a gestação interna de um capitalismo financeiro nacional nos países periféricos, o que representaria um grande passo para independência econômica e soberania política (vide a China atual), bem como apontou Rangel para o Brasil<sup>19</sup>. Uma dessas ferramentas de submissão é a teoria ricardiana das vantagens comparativas, como afirma Jabbour:

Apesar de utilizar outras denominações ou *slogans* (“combate à inflação”, “responsabilidade fiscal”, etc.), a grande verdade é que a teoria das vantagens comparativas é o grande pano de fundo das políticas econômicas monetaristas. Concretamente, isso se dá a partir da adoção de políticas, monetária e fiscal, que sustentam o desenvolvimento de um sistema financeiro nacional. Ou seja, ao inviabilizarem a fusão entre capital bancário e indústria (a partir de teorias que contemplam a não existência de poupança interna na periferia), pelo caminho da abertura comercial (pela via da liberalização do câmbio) e compressão da demanda (altas taxas de juros), o que se busca é uma lógica de desenvolvimento que leva às últimas consequências o legado da utilização das vantagens comparativas. É neste momento que o direito ao desenvolvimento ganha contornos políticos e cores revolucionárias (questão nacional na periferia x imperialismo) (JABBOUR, 2012, p. 177)

O capitalismo, assim como na formulação clássica de Lênin (2012, p. 27), cada vez mais se torna um “sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países avançados”. Esse estrangulamento financeiro marca a diferença fundamental entre o velho colonialismo e o neocolonialismo imperialista: se o primeiro representa a anexação política, o segundo representa a anexação econômica. Dessa forma, Domenico Losurdo (2020a) aponta que a luta

<sup>18</sup> Para uma crítica à categoria de totalitarismo, ver Losurdo (2003).

<sup>19</sup> Para Rangel, capital financeiro e imperialismo não são sinônimos, sendo o primeiro um elemento central na independência econômica dos países subdesenvolvidos. Segundo ele: “A ideia de capital financeiro está conotada pejorativamente pelo imperialismo, porque, na verdade, o capital financeiro das potências dominantes é uma força de opressão. Não será fácil explicar que o nosso capital financeiro é uma força de libertação, do mesmo modo como o foi, no período transcurso, o capital industrial” (RANGEL, 2005a, p. 557). Atualmente vemos com clareza o papel do capital financeiro chinês cumprindo a função preconizada por Rangel décadas atrás como porta para o desenvolvimento e poderosa arma contra o imperialismo. Sobre isso, ver Jabbour (2012).

de libertação nacional, que desempenhou papel tão importante no século XX, se mantém até hoje, mas de forma diferente. A luta anticolonial que antes se encontrava na fase prioritariamente *político-militar*, passou para a fase prioritariamente *político-econômica*.

Tendo em vista a complexidade de uma transição política e sua dimensão objetiva (desenvolvimento das forças produtivas) e subjetiva (correlação de forças<sup>20</sup>), bem como o imperativo do desenvolvimento econômico na periferia do sistema capitalista, afastamo-nos do chamado “economismo imperialista”, criticado por Lênin:

“Agora nasce um novo ‘economismo’, que raciocina com duas piruetas análogas: ‘para a direita’ - nós somos contra o ‘direito à autodeterminação’ (isto é, contra a libertação dos povos oprimidos, contra a luta contra as anexações [...]). ‘Para a esquerda’ - nós somos contra o programa mínimo (isto é, contra a luta por reformas e pela democracia), pois isso ‘está em contradição’ com a revolução socialista” (LÊNIN, 1979, p. 672).

Um dia, certamente, a humanidade superará as divisões nacionais que separam e segregam diferentes populações e etnias. Essa superação, no entanto, não será feita da noite para o dia, enquanto a desigualdade e a dominação imperarem no âmbito das relações internacionais. Isso implica entender a nação como uma categoria histórica, conforme Rangel:

“A nação é, sem dúvida, uma categoria histórica, uma estrutura que nasce e morre, depois de cumprida sua missão. Não tenho dúvida de que todos os povos da Terra caminham para uma comunidade única, para ‘um mundo só’. Isto virá por si mesmo, à medida que os problemas que não comportem solução dentro dos marcos nacionais se tornem predominantes e sejam resolvidos os graves problemas suscetíveis de solução dentro dos marcos nacionais. Mas não antes disso. O ‘mundo só’ não pode ser um conglomerado heterogêneo de povos ricos e de povos miseráveis, cultos e ignorantes, hígidos e doentes, fortes e fracos” (RANGEL, 2005a, p. 450).

#### 2.4. IGNÁCIO RANGEL E A ECONOMIA POLÍTICA LATINO-AMERICANA

O atraso econômico da América Latina em relação ao centro do sistema capitalista sempre gerou grandes disputas teóricas e debates em torno da necessidade ou não do Estado na promoção do desenvolvimento. Até 1930, a ideia da vocação dos países latino-americanos a ser o celeiro do mundo era forte, sobretudo pelas classes mais favorecidas por esse arranjo socioeconômico, isto é, os grandes latifundiários semi-feudais exportadores de produtos agrícolas. Mesmo após esse período, o pensamento liberal permaneceu inserido no debate

---

<sup>20</sup> Conforme Lenin: “[...] es necesario saber calcular la correlación de fuerzas y no ayudar a los imperialistas, facilitándoles el combate contra el socialismo cuando éste es todavía débil y las probabilidades de éxito en la lucha le son evidentemente desfavorables” (LÊNIN, 1960, p. 745).



econômico, ainda que de forma marginal. No Brasil, economistas como Eugênio Gudín e Octávio Gouveia de Bulhões formaram uma equipe representante das ideias liberais, tendo como suas posições principais:

- a) eram partidários do princípio de redução da intervenção do Estado na economia;
- b) manifestaram-se continuamente a favor de políticas de equilíbrio monetário e financeiro, evitando a discussão dos seus efeitos sobre o nível de renda e emprego; e
- c) não propunham medidas de suporte ao projeto de industrialização e eram frequentemente contrários a essas medidas (BIELSCHOWSKY, 2004).

No entanto, após a crise de 1929 e a forte contração do comércio exterior, os ideais liberais perderam força e credibilidade frente a um cenário em que a simples liberdade dos mercados não dava conta de superar o atraso e fazer avançar aquelas sociedades para um modo de produção mais avançado. A ascensão de governos fortes no Brasil (Vargas), Argentina (Perón) e México (Cárdenas) estimulou um intenso processo de industrialização sob intervenção direta e indireta do Estado, fazendo com que as décadas de 1930 a 1980 fossem de grande crescimento para a América Latina, de modo geral.

Em meio a esse processo, três correntes de pensamento ganharam destaque no debate econômico da região: as ideias ligadas a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), a teoria da dependência e o pensamento de Ignacio Rangel. Veremos adiante um pouco do que cada uma delas elaborou para interpretar a realidade latino-americana e quais os diferentes caminhos para o desenvolvimento por eles apontados. Ressalta-se que de nenhuma forma se pretende aqui realizar uma apresentação extensa e pormenorizada sobre todas as dimensões e nuances das teorias citadas. Deste modo, ficaremos limitados a algumas generalizações, tendo em vista a riqueza destes corpos teóricos.

#### *2.4.1 A CEPAL e o estruturalismo latino-americano*

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social da ONU com o objetivo de contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Os intelectuais ligados à CEPAL são inúmeros até hoje, mas sua hegemonia em ambientes acadêmicos e intelectuais se deu, sobretudo, nas décadas de 1950 e 1960. O principal nome ligado a ela é o argentino Raúl Prebisch, autor da clássica obra “*O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*”

(2011), também chamado de *Manifesto Latino-Americano*, como ficou conhecido posteriormente. Outros prestigiados autores desta organização são: Celso Furtado, Juan Noyola Vazquez, Aníbal Pinto, Maria da Conceição Tavares, entre outros.

A análise cepalina tem como base a clássica divisão do mundo entre centro e periferia, em que os países desenvolvidos e industrializados encontrar-se-iam no centro do sistema e os países subdesenvolvidos, majoritariamente agrários e primário-exportadores, comporiam a periferia. Incorporando a crítica a teoria ricardiana das vantagens comparativas feita por Friedrich List, Prebisch elabora o conceito da *deterioração dos termos de intercâmbio*. O autor aponta para a diferença de comportamento da demanda dos produtos primários em relação a demanda dos produtos industrializados, pois: 1) com a elevação da renda de um país, o gasto proporcional com produtos primários tende a diminuir; 2) com o avanço tecnológico, muitas matérias primas são substituídas por sintéticos; e 3) como, via de regra, existe nos países centrais uma classe trabalhadora organizada e sindicalizada, nas fases de depressão econômica a queda dos lucros empresariais não seriam acompanhados pela queda dos salários dos trabalhadores, diferentemente da realidade dos países periféricos que, além de não possuírem trabalhadores organizados de forma sólida, os tem em grande número, o que contribuiria para o achatamento salarial<sup>21</sup>. Assim, a distância entre o centro e a periferia tende a aumentar sem intervenção estatal para fins de industrialização (PREBISCH, 2011).

Essa situação periférica de país primário-exportador produziria o chamado *dualismo cepalino*, isto é, uma economia dividida em dois grandes setores cuja característica principal que distingue ambas é o nível de produtividade. De uma lado, os setores capitalistas com grande produtividade do trabalho, de outro, os setores pré-capitalistas com baixa produtividade, sendo justamente esta “heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento” (FURTADO, 2009, p. 173)<sup>22</sup>. Conforme Furtado:

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista

---

<sup>21</sup> Conforme Raúl Prebisch (2011, p. 108): “A capacidade maior das massas dos centros cíclicos para obter aumentos de salários na crescente e defender seu nível na minguante e a aptidão desses centros para deslocar, graças ao papel que desempenham no processo produtivo, a pressão cíclica para a periferia — obrigando-a a comprimir sua renda mais intensamente do que nos centros — explicam por que, persistentemente, a renda nestes tende a subir mais intensamente do que nos países da periferia, como é evidente na experiência da América Latina. Nisso está a chave do fenômeno pelo qual os grandes centros industriais não apenas retêm para si o fruto da aplicação das inovações técnicas em sua própria economia, mas se encontram também em posição favorável para captar uma parte do fruto do progresso técnico da periferia”.

<sup>22</sup> Com o advento da industrialização, o dualismo cepalino se manifestaria através de um campo atrasado e uma cidade moderna.

e da intensidade dela. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (FURTADO, 2009, p. 161).

Outra tese central da CEPAL é a *industrialização via substituição de importações*. Partindo de obstáculos externos (depressão econômica mundial e queda das exportações), Prebisch apontava para a frequente queda da capacidade de importação da economia subdesenvolvida — muito voltada ao comércio exterior e, portanto, mais vulnerável — fazendo com que houvesse um estímulo para a produção industrial interna. Essa industrialização, no entanto, implicava aumento da necessidade de novas importações, o que se chocava com a baixa capacidade de importação, agravando o déficit externo e reincentivando o processo de substituição. Isto é, “a produção interna de bens anteriormente importados não soluciona o problema, porque o que o processo provoca é uma mudança na composição das importações, e não uma redução em seu volume”. (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 20)

Para além destes obstáculos externos, a CEPAL aponta também para obstáculos internos ao desenvolvimento, tais como: a concentração de renda, que limitava a formação de um mercado consumidor; a importação de tecnologias poupadoras de mão de obra para países com grande exército industrial de reserva<sup>23</sup>; e a adoção de padrões de consumo próprios dos países do centro, em decorrência da concentração de renda, desperdiçando o excedente econômico com consumo de artigos de luxo<sup>24</sup>. Devido a esta série de entraves, que fazia com que o excedente produzido fosse *absorvido externamente e desperdiçado internamente*, o

---

<sup>23</sup> Segundo Furtado: “Estabelecido que o subdesenvolvimento é por si mesmo um desequilíbrio no nível dos fatores — o qual reflete um desajustamento entre a disponibilidade de fatores e a tecnologia que está sendo absorvida, razão pela qual se torna impossível alcançar concomitantemente a utilização plena do capital e da mão de obra” (FURTADO, 2009, p. 174). Bielschowsky complementa que “no centro, o progresso técnico tende a criar desemprego, mas ao mesmo tempo reabsorve os trabalhadores que desloca, através do aumento dos investimentos, que elevam o emprego nos setores de bens de capital. Na periferia, entretanto, a inexistência desses setores implica o fato de que a demanda por bens de capital, inerente ao processo de modernização, não opera como absorvedora de mão de obra” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 20).

<sup>24</sup> Conforme Furtado, “o elemento dinâmico, na primeira etapa do desenvolvimento industrial europeu, atuou, conforme vimos, pelo lado da oferta. A ação empresarial — através da introdução de novas combinações de fatores — criou sua própria procura, na medida em que conseguiu oferecer um produto mais barato e mais abundante. No caso do desenvolvimento induzido de fora para dentro — como foi o brasileiro — formou-se, primeiramente, a procura de manufaturas, satisfeita com importações” (FURTADO, 2009, p. 168). Isto é, “trata-se, em suma, de uma manifestação do conflito latente entre o objetivo de assimilar rapidamente modos de existência que os países de técnica mais desenvolvida conseguiram gradualmente, graças ao aumento da sua produtividade, e as exigências de uma capitalização sem a qual não nos será possível conseguir tal aumento” (PREBISCH, 2011, p. 100). Eis, portanto, o contraste entre as realidades centrais, onde os padrões de demanda se desenvolveram *pari passu* com as descobertas tecnológicas e com a expansão da riqueza, e as realidades periféricas, onde o consumo é orientado sob uma base produtiva dissonante.

pensamento cepalino conclui para a falta de poupança interna na América Latina e a necessidade de se buscar poupanças externas para o financiamento da industrialização.

Com o advento dos golpes militares que assolaram a América Latina a partir da década de 1960, o pensamento da CEPAL perde força no debate político e econômico do subcontinente, dando espaço para as formulações da teoria da dependência.

#### 2.4.2 A Teoria da Dependência

Após os golpes militares que atingiram os países da América Latina nas décadas de 1960 e 1970, surge e ganha força a teoria da dependência, ancorada no pensamento de intelectuais como André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, entre outros.

Essa teoria buscou reinterpretar a história e dar novos sentidos à estratégia política. Deste modo, passa a entender os arcaísmos pré-capitalistas como manifestações do *subdesenvolvimento capitalista*<sup>25</sup>, sendo, portanto, o Brasil e a América Latina capitalistas desde o início da colonização, como para André Gunder Frank (1965), ou desde meados do século XIX, como para Ruy Mauro Marini (2017)<sup>26</sup>. Assim,

O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional (MARINI, 2017, p. 326).

Muitos dos elementos que fundamentam a ideia desse precoce capitalismo se encontram no pensamento do intelectual brasileiro Caio Prado Jr. que, já na década de 1940, argumenta que “[...] no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se

<sup>25</sup> Guido Mantega chama a atenção para a aproximação teórica dos autores dependentistas com a IV Internacional, segundo ele “A concepção nuclear do Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista guarda considerável semelhança com as ideias centrais da Teoria da Revolução Permanente de Trotski e da IV Internacional, a começar pela interpretação mais geral do funcionamento do sistema capitalista mundial, passando pelo papel aí atribuído aos países atrasados da periferia e pela ênfase na mais-valia absoluta, até no tocante ao tipo de transformações políticas previstas nesses países” (MANTEGA, 1987, p. 281).

<sup>26</sup> Marini discorda da elaboração de Frank quanto ao início da condição de dependência da América Latina, segundo ele: “[...] aí reside a debilidade do trabalho de Frank, a situação colonial não é o mesmo que a situação de dependência. Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas; [...] somente no curso do século 19, e especificamente depois de 1840, sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente. Isto se explica se considerarmos que é com o surgimento da grande indústria que se estabelece com bases sólidas a divisão internacional do trabalho” (MARINI, 2017, p. 327).

convencionou com razão chamar de ‘descobrimientos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu”, e completa que “tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo oceano afora” (PRADO JR, 2011, p. 19)<sup>27</sup>.

A interpretação da industrialização latino-americana também é reformulada, sendo entendida agora como uma *industrialização via mundialização do capital*, através da presença das multinacionais e do financiamento estrangeiro<sup>28</sup>, gerando mais dependência. As supostas burguesias nacionais abdicaram de sua independência, deixando de ser um processo autônomo para ser associado. Nesse sentido, a teoria da dependência rompe com a teoria marxista clássica da revolução burguesa apontando que a especificidade latino-americana é, mais do que a simples existência de uma burguesia atrofiada e pouco revolucionária, mas de uma burguesia cujos interesses de classes, grupos e coalizões de poder eram produto de um peculiar desenvolvimento movido pela acelerada internacionalização do mercado interno<sup>29</sup> (FIORI, 2018).

A reboque dessa relação quase simbiótica das burguesias nacionais com o grande capital financeiro internacional tem-se outra categoria cara a teoria da dependência, a chamada *superexploração do trabalho*. De forma a compensar a perda que ocorria com as trocas mercantis internacionais, as burguesias latino-americanas optam por forçar o aumento da intensidade do trabalho, a fim de obter uma maior taxa de mais-valia. Conforme Marini:

[...] o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a

<sup>27</sup> Segundo Caio Prado Jr (2011, p. 29): “Se vamos na essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras”.

<sup>28</sup> Conforme Marini (2017, p. 342): “O avanço conseguido pela concentração de capital em escala mundial coloca então nas mãos das grandes corporações imperialistas uma abundância de recursos, que necessitam buscar aplicação no exterior. O traço significativo do período é que esse fluxo de capital para a periferia se orienta de forma preferencial para o setor industrial”.

<sup>29</sup> Francisco de Oliveira (1988, p. 13) ressalta um elemento importante de ruptura da teoria da dependência com o pensamento da CEPAL. Segundo ele, “afastaram-se, assim, do esquema cepalino, que vê nas relações externas apenas *oposição a supostos interesses nacionais globais*, para reconhecerem que, antes de uma *oposição global*, a ‘dependência’ articula os interesses de *determinadas* classes e grupos sociais da América Latina com os interesses de determinadas classes e grupos sociais *fora* da América Latina. A hegemonia aparece como resultado da linha comum de interesses *determinada* pela divisão internacional do trabalho, na escala do mundo capitalista [grifos do autor]. Em consonância com Oliveira, Fiori (2018, p. 35) assinala que “o estruturalismo, em geral, não enfrentou o problema do ‘interesse de classe’ do empresariado ou da burguesia latino-americana. Em princípio, a maior parte do estruturalistas parece haver suposto, em suas análises e propostas político-econômicas, um comportamento empresarial ‘clássico’ ou europeu, e por isso também acreditaram numa ‘vontade coletiva nacional’, capaz de se impor diante de divergências entre classes sociais e das alianças supranacionais do empresariado latino-americano”.

perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica (MARINI, 2017, p. 333).<sup>30</sup>

Além disso, com a contração do mercado interno por conta da superexploração do trabalho, haveria aí a necessidade de expansão para o exterior, exportando seus produtos industriais para os demais países latino-americanos, o que caracterizaria o conceito de *subimperialismo*<sup>31</sup>.

É necessário, porém, fazer uma ressalva. A teoria da dependência, segundo Fiori (2018) possui duas vertentes cujos horizontes políticos são radicalmente distintos. A vertente do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” do economista André Gunder Frank, a qual foi dada mais atenção nesta apresentação, que conclui para o caráter insuperável do bloqueio imperialista dentro dos marcos do capitalismo, sendo a ruptura revolucionária e socialista a única saída possível. E a vertente do “desenvolvimento dependente e associado”, formulada pelo sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso em parceria com Enzo Faletto, do qual aponta para a possibilidade de um desenvolvimento nos países periféricos, mas sempre um desenvolvimento associado ao imperialismo. O encontro das duas vertentes se dá na ausência de uma burguesia nacional<sup>32</sup> na América Latina, cujo desenvolvimento *capitalista* remonta às origens da nação (colonial ou independente).

---

<sup>30</sup> Guido Mantega questiona o uso do termo “superexploração”, ao afirmar que a exploração do trabalho, em Marx, não possui uma conotação moral, mas objetiva, não havendo uma correlação direta com a pauperização do trabalhador: “[...] a elevação da mais-valia relativa aumenta a exploração sem necessariamente diminuir o nível de vida do trabalhador, vale dizer, sem levá-lo à pauperização, ou até mesmo com alguma melhora dessas condições, como costuma acontecer nos países de movimento operário organizado. Portanto, não há uma correlação necessária entre exploração capitalista e pauperização, salvo nos primórdios do capitalismo, sob a égide da mais-valia absoluta. Existe, isso sim, uma correlação entre exploração e pauperização relativa, que não depende do nível de vida do trabalhador, mas da sua participação na riqueza social” (MANTEGA, 1987, p. 269).

<sup>31</sup> A despeito de Marini se referir especificamente ao caso brasileiro, o autor deixa claro a aplicação para outros casos de subimperialismo na América Latina: “É certo que são as condições próprias da economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam a sua sociedade política, cujas contradições têm dado origem a um Estado militarista de tipo prussiano, as que levaram o Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que esse não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente. Na Argentina ou em El Salvador, no México, Chile, Peru, a dialética do desenvolvimento capitalista dependente não é essencialmente distinta da que procuramos analisar aqui, em seus traços mais gerais” (MARINI, 2017, pp. 345-6).

<sup>32</sup> No Brasil, em meio ao período neoliberal de enfraquecimento da questão nacional e da perspectiva de desenvolvimento periférico, a vertente mais moderada saiu vitoriosa, levando FHC à presidência da República.

### 2.4.3 O Pensamento independente de Ignácio Rangel

Apesar de ser reconhecido como “provavelmente o mais original analista do desenvolvimento econômico brasileiro” por Bresser-Pereira e José Marcio Rego (2014, p. 122), assim como seu “pensamento independente” é realçado por Ricardo Bielschowsky (2004, p. 209), Ignácio Rangel é praticamente ignorado na academia e no debate político brasileiro. Sua criatividade é fruto de uma formação intelectual eclética, que combina desde a filosofia clássica alemã de Kant e Hegel, até Smith, Marx, Lênin, Schumpeter e Keynes<sup>33</sup>. Dentre suas principais obras, tem-se *Dualidade Básica da Economia Brasileira*, *História da Dualidade Brasileira*, *Economia: milagre e anti-milagre*, e sua obra mais conhecida, *A Inflação Brasileira*.

De forma a elencar os pilares fundamentais do pensamento de Rangel, A. Mamigonian (1987) apontou para quatro elementos centrais: 1) a dualidade básica da economia brasileira; 2) o papel dos ciclos longos ou de Kondratieff; 3) o papel dos ciclos médios ou de Juglar; 4) a capacidade ociosa e pontos de estrangulamento. Começemos pelo primeiro, o qual é o grande norteador de todo o pensamento do autor.

Rangel entendia que era necessário assimilar de forma crítica as teorias convencionais elaboradas nos países do centro do sistema, dado que a história do Brasil “não retrata fielmente a história universal, especialmente a europeia, porque nossa evolução não é autônoma, não é produto exclusivo de suas forças internas” (RANGEL, 2005a, p. 296). Essa dupla determinação, interna e externa, produz uma *dualidade na economia brasileira*<sup>34</sup>. Deste modo, o que ocorria era uma “coexistência de relações de produção próprias de diferentes modos fundamentais de produção, agrupadas em ‘polos’ — interno e externo — em união dialética, isto é, em oposição e conflito” (RANGEL, 2005b, p. 633). Em outras palavras,

[...] a coexistência da realidade “antiga” com a “nova” — a contemporaneidade do não coetâneo, por assim dizer — não é uma simples superposição, mas uma oposição. As duas realidades reagem uma sobre a outra e se modificam mutuamente. Além disso, não constituem duas coisas separadas, mas uma realidade complexa única. Para usar a linguagem hegeliana, os contrários estão em unidade dialética. (RANGEL, 2005a, p. 207)

<sup>33</sup> Sobre os autores que influenciaram o pensamento de Rangel, ver Jabbour (2017).

<sup>34</sup> Sobre a dupla determinação, Rangel (2005a, p. 298) diz: “Trata-se de examinar quais as relações dominantes dentro e fora de cada unidade da economia, isto é, de pôr em evidência as duas economias dominantes — porque cada uma delas, em seu próprio campo, é dominante. A isso proponho que se chame de dualidade básica da economia brasileira. [...] A economia brasileira se rege basicamente, em todos os níveis, por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção. Essas duas formações econômicas básicas [...] não se limitam a coexistir. Pressionam continuamente uma sobre a outra, estão em permanente conflito.

Durante o período de expansão comercial em que se inicia as colonizações, o capital comercial incorporou o papel de articulador entre o centro e a periferia, e assim as formações socioespaciais periféricas eram “compostas de dois setores: o capital mercantil europeu presente na colônia e na metrópole e as estruturas produtivas internas que sozinhas não conseguiam definir um modo de produção” (MAMIGONIAN, 2000, pp. 23-24). Essas unidades produtivas eram organizadas sob um enquadramento jurídico e econômico feudal, pois ligado à Coroa europeia, tendo ainda no Brasil um conteúdo pré-feudal (escravista), por conta do baixo desenvolvimento das forças produtivas dos povos originários nômades, baseado no comunismo primitivo, diferentemente da América espanhola onde as civilizações já eram sedentárias e hierárquicas. Com isso, a dualidade se forma na América Latina em uma unidade dialética entre as relações de produção internas (da unidade produtiva) e as relações de produção externas (capital comercial)<sup>35</sup>. Em consonância com Ramos (2019) e Bastos (2014), entendemos a dualidade básica como tendo enorme potencial para representar a teoria e o método de análise das formações socioespaciais periféricas.

Na medida em que se defronta com uma formação social em que se encontram dialeticamente combinados modos de produção de diferentes épocas históricas (*contemporaneidade do não-coetâneo*) é que Rangel constata a *historicidade das leis econômicas*<sup>36</sup> e a necessidade de se trabalhar com autores aparentemente díspares e

---

<sup>35</sup> A dualidade básica é o pilar mestre de todo o pensamento de Rangel, uma influência direta de Hegel, conforme Mercadante: “Mas a dualidade básica é resultado sobretudo de um admirável processo de abstração, inspirado em Hegel. Neste pensador deram-se a supervalorização da abstração e uma desvalorização do abstrato. Para ele, abstrair era superar e reduzir a matéria sensível, que é simples fenômeno, no essencial, que só se manifesta no conceito. A abstração torna-se pois o que vulgarmente se chama de concreto, isto é, as coisas, as realidades singulares, fornecidas pela experiência. De forma que Ignácio Rangel, filosoficamente, chegou, em sua lei econômica da dualidade básica, à substância da nossa realidade” (MERCADANTE, 1998, p. 91).

<sup>36</sup> Sobre o assunto, Rangel diz: “Em meus estudos sobre a economia brasileira, parto da historicidade das leis da ciências. Recuso-me a admitir que a economia de uma tribo indígena pré-cabralina seja regida pelas mesmas leis que regem o funcionamento da bolsa de Nova York ou os planos quinquenais soviéticos. [...] A economia política ‘clássica’ é certamente o ponto de partida de todo e qualquer estudo. Mas é preciso compreender que não é a única ciência e que suas verdades não são universais nem eternas. São *verdades* relativas a uma fase determinada da evolução da economia humana, e só são verdades enquanto se referem a essa fase” (RANGEL, 2005a, p. 289). A influência de Engels sobre este aspecto do pensamento de Rangel torna-se clara na seguinte passagem: “Há uma distância enorme entre o arco e a flecha, entre a faca de pedra e o comércio de troca de ocorrência excepcional do selvagem e a máquina a vapor de mil cavalos, o tear mecânico, as ferrovias e o Banco da Inglaterra. Os habitantes da Terra do Fogo não conseguem chegar à produção em massa nem ao comércio mundial, à especulação cambial ou à quebra da Bolsa. Quem quisesse submeter a economia política da Terra do Fogo às mesmas leis a que está sujeita a Inglaterra de hoje evidentemente nada traria à tona a não ser o mais banal dos lugares-comuns. Assim, a economia política, essencialmente, não é nada além de uma ciência histórica” (ENGELS, 2015, p. 177).



temporalmente distantes, construindo uma economia política dramaticamente nacional, influência direta de Engels<sup>37</sup>.

É importante ressaltar a distinção metodológica entre a dualidade básica de Ignácio Rangel e o dualismo estruturalista da CEPAL. O dualismo cepalino diz respeito a uma oposição, que se reproduz continuamente, entre um setor arcaico e um moderno, afastando cada vez mais ambos setores econômicos um do outro. Esses setores, por vezes, expressam-se geograficamente através de um *campo* atrasado e uma *cidade* moderna. A dualidade básica rangeliana, por outro lado, diz respeito ao processo de *internalização do capitalismo na formação social brasileira*, processo esse que implica um longo momento de coexistência de diferentes modos de produção em uma mesma formação social<sup>38</sup>.

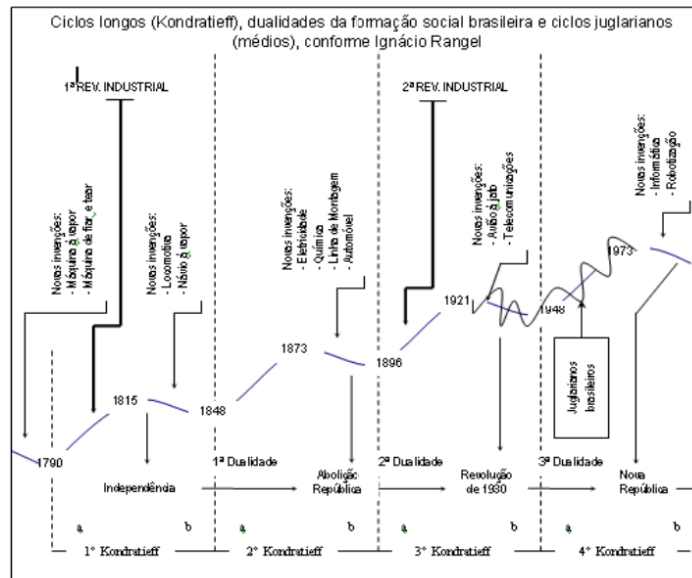
O segundo elemento fundamental das elaborações rangelianas é a sua apropriação da *teoria dos ciclos longos ou de Kondratieff*. A partir dos estudos estatísticos elaborados pioneiramente pelo soviético Nikolai Kondratieff (1979), na década de 1920, e aprofundados por Joseph Schumpeter (1939), Rangel apropria-se de suas formulações acerca do desenvolvimento cíclico do capitalismo para pensar suas influências na periferia do sistema. Segundo esta teoria, o sistema capitalista incorpora uma nova dinâmica de desenvolvimento ao consolidar-se em sua fase industrial. Esta nova dinâmica baseia-se em ciclos de acumulação com duração média de meio século, em que sua primeira fase (a) — isto é, seus primeiros vinte e cinco anos, aproximadamente — consiste em um período de expansão econômica, e sua segunda fase (b) — os vinte e cinco anos seguintes — um período de depressão. Esses ciclos mantêm estreita relação com as inovações tecnológicas, uma vez que, quando postas a serviço do mercado (máquina a vapor, energia elétrica, etc.), estas proporcionam superlucros para as poucas grandes empresas detentoras da tecnologia nova, fazendo com que a economia se expanda. Com o tempo, as inovações vão se difundindo para as demais empresas e a taxa média de lucro se comprime, abrindo uma fase recessiva da economia, que é superada quando gestam-se novas inovações tecnológicas capazes de transformar radicalmente o paradigma produtivo ou de transporte (locomotiva a vapor, carro, etc), fazendo com que substitua-se em grande parte o paradigma anterior, causando a chamada “destruição criativa”, conceito schumpeteriano.

---

<sup>37</sup> Segundo Engels: “As condições sob as quais os homens produzem e trocam o que foi produzido variam muito para cada país e, dentro de cada país, de geração para geração. Por isso, a Economia Política não pode ser a mesma para todos os países nem para todas as épocas históricas” (ENGELS, 2015, p. 177).

<sup>38</sup> Claramente inspirado em Marx, em sua célebre passagem: “Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade” (MARX, 2008, p. 48).

Figura 1: Esquema simplificado dos Ciclos longos (Kondratieff), dualidades da formação social brasileira e ciclos médios (juglarianos), conforme Ignácio Rangel



Fonte: Elaborado por Fábio Napoleão a partir de Mamigonian (1987)

Do ponto de vista da periferia do sistema, estes ciclos são cruciais no que diz respeito ao desenvolvimento econômico na medida em que, com a economia mundial em expansão, aumenta-se a procura por produtos primários da periferia por parte dos países centrais, inserindo-a mais veementemente na divisão internacional do trabalho. Ao passo que, com a economia em depressão, a periferia, não tendo meios para importar aquilo que antes era importado, passa a realizar um processo de substituição de importações, isto é, começa a produzir internamente aquilo que antes era adquirido no exterior (MAMIGONIAN, 2000). Estas substituições de importações, diferentemente do pensamento da CEPAL<sup>39</sup> que entende apenas como sendo substituições industriais, aconteceram também no âmbito da economia natural das próprias fazendas escravistas (substituição natural), posteriormente nas cidades (substituição artesanal) e, somente então, uma substituição industrial de importações, de

<sup>39</sup> Sobre a diferença da noção de desenvolvimento econômico de Rangel em relação à CEPAL, Bielschowsky explica: “Um aspecto muito interessante, nessa conceituação, é que ela abre à noção de aumento de produtividade um sentido muito mais amplo do que aquele encontrado na maior parte dos textos conceituais da moderna economia do desenvolvimento, inclusive nos de Prebisch. Nestes textos, o aumento de produtividade é visto essencialmente como resultado da elevação da ‘intensidade de capital’ por trabalhador e, em menor grau, como resultado da melhoria de nível educacional e de padrão de vida da população. Na análise de Rangel, mais acentuadamente ainda do que na de Furtado, a noção de elevação da produtividade centra-se no conceito de divisão social do trabalho. Tal elevação seria não apenas o resultado da intensificação e aperfeiçoamento do instrumental de trabalho e de melhoria da capacitação física e técnica do trabalhador, mas, igualmente, o resultado do processo de especialização que acompanha a divisão social do trabalho. [...] A transferência do trabalhador para a economia de mercado é a essência do desenvolvimento econômico, pela dupla razão de que o trabalhador torna-se especializado, e essa especialização admite instrumental de trabalho moderno” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 219).

forma escalonada e setorial, obedecendo a ciclos internos decenais (*ciclos médios ou de Juglar*) referentes a alternância de investimentos de setores superinvestidos (polo de ociosidade) para setores subinvestidos (nós-de-estrangulamento), isto é, a *dialética da capacidade ociosa*<sup>40</sup>.

Como já explanado, tanto o estruturalismo cepalino quanto a teoria dependentista compartilhavam visões estagnacionistas em relação ao desenvolvimento econômico brasileiro e latino-americano. A CEPAL apontava para o comércio exterior desfavorável e o excedente produzido internamente sendo desperdiçado pelas classes abastadas. A teoria da dependência permanecia com uma análise estagnacionista, agora sob outra forma, através do modelo semi-industrializado articulado às transnacionais estrangeiras. Rangel, diferentemente de entender o processo de desenvolvimento econômico do Brasil como uma relação entre *atraso e estagnação*, o via como uma combinação contraditória entre *atraso e dinamismo*<sup>41</sup>, tal qual Lênin quando analisa o desenvolvimento russo, o avanço do capitalismo cercado de feudalismo e o surgimento da indústria gerando a destruição do complexo rural e do sonho de transição ao socialismo a partir do *mir* rural, como pensavam os *narodniks* (populistas) (JABBOUR, 2017).

Outro consenso quebrado por Rangel no pensamento econômico brasileiro, novamente inspirado em Lênin, é o que diz respeito à dinâmica campo-cidade no desenvolvimento do capitalismo<sup>42</sup>. Tanto estruturalistas (Celso Furtado), quanto marxistas (Caio Prado), entendiam o desenvolvimento industrial sendo dependente do desempenho da agricultura e, conseqüentemente, o não desenvolvimento da agricultura brasileira como um dos responsáveis pelo subdesenvolvimento nacional. Segundo Leite:

O consenso “pessimista” quanto ao futuro da economia brasileira, pode ser sintetizado na seguinte maneira: em razão da ausência de uma revolução/modernização do campo, a agricultura crescia extensivamente, constituindo-se num setor que não

<sup>40</sup> A fim de tornar mais claro a diferença entre ambos os ciclos, Rangel explica: “Isso a que chamamos de ‘ciclos juglarianos internos’ têm [...] uma etiologia diferente da dos ciclos longos. Com efeito, enquanto esses prendem-se, muito plausível e principalmente, ao modo como se gesta e propaga a inovação tecnológica, nossos ciclos internos, partindo de um nível tecnológico dado exogenamente, parecem depender essencialmente das inovações institucionais que se sensibilizam a cada crise. Cada crise resolve-se em mudanças institucionais que sensibilizam certos grupos de atividades, suscitando, afinal, investimentos que elevam a conjuntura e permitem melhor utilização da capacidade excedente, deixado pelos ciclos anteriores (2005b, p. 284).

<sup>41</sup> Confirmando esta postura, Conceição Tavares afirma: “A esta altura, entre os chamados ‘economistas heterodoxos’, primava ainda, a interpretação estagnacionista, derivada de uma análise da tendência, projetada e entendida como o ‘limite’ do modelo de expansão anterior. Um dos poucos economistas brasileiros do meu conhecimento que não participava dessa visão era Inácio Rangel, ao qual devo as mais importantes intuições sobre a natureza central da acumulação naquele período de transição - a necessidade de transferir excedentes dos setores atrasados ou poucos dinâmicos para os de maior potencial de expansão” (TAVARES, 1977, p. 18).

<sup>42</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre este debate, ver Soares (2014).

respondia aos preços, tinha uma oferta inelástica, retardava o desenvolvimento da indústria (LEITE, 2014, p. 168).

Para Lênin e Rangel, ao contrário, a propulsão para o desenvolvimento vem da cidade para o campo, em decorrência da expansão da industrialização e da divisão social do trabalho. Assim, mais do que a situação da agricultura explicar o nível de desenvolvimento da indústria, como pensava o consenso citado, o que se dá é o contrário, pois a indústria transforma a estrutura da demanda, que por sua vez transforma a agricultura natural em agricultura mercantil<sup>43</sup>. Deste modo:

O processo fundamental de criação do mercado interno (ou seja, de desenvolvimento da produção mercantil e do capitalismo) é a divisão social do trabalho. Esta consiste em que diferentes tipos de transformação de matéria-primas (e de diferentes operações que se realizam nessa transformação) se separam sucessivamente da agricultura e constituem ramos independentes da indústria, trocando seus produtos (agora convertidos em mercadorias) pelos produtos agrícolas. Desse modo, a própria agricultura torna-se indústria (isto é, passa a produzir mercadorias) e também nela o mesmo processo de especialização se efetiva (LENIN, 1977a, p. 67).

Tendo feito esse debate sobre a economia política latino-americana e constatado a profunda originalidade do pensamento de Ignácio Rangel, bem como suas grandes potencialidades para explicar as formações socioespaciais latino-americanas, a seguir nos cabe analisar a formação socioespacial do México a luz do pensamento deste autor.

---

<sup>43</sup> Conforme Lênin (1980, pp. 68-9): “Quanto ao desenvolvimento da agricultura mercantil, ele não segue, de forma alguma, a via ‘simples’ imaginada ou suposta pelos economistas burgueses, e que consistiria no crescimento da produção dos mesmos produtos. Não. O desenvolvimento da agricultura mercantil consiste, com maior frequência, na passagem de uma determinada produção à outra. [...] Sabe-se que em todos os países capitalistas o desenvolvimento das cidades, fábricas, cidades industriais, terminais ferroviários, portos, etc. provoca uma demanda crescente de produtos deste gênero, faz subir seus preços, aumenta o número de empresas agrícolas que os produzem para a venda”.

### 3. A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL MEXICANA E SUA TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO

O México é um país com uma profunda diversidade, tanto no que diz respeito ao seu meio físico e biológico (relevo, clima, vegetação, etc), quanto ao meio econômico-social (étnico-racial, cultural, desigualdade econômica, etc.). É através das múltiplas determinações originadas destas *combinações geográficas* (CHOLLEY, 1964), que se delineia a formação socioespacial mexicana.

Neste capítulo serão abordados dois processos fundamentais na configuração da formação socioespacial mexicana, sendo eles: 1) a constituição daquilo que chamamos, inspirados nas elaborações de Ignacio Rangel, de dualidade básica da economia mexicana, produto da combinação dialética da estrutura social pré-colombiana, das instituições feudais da Coroa espanhola e de seu capital comercial; e 2) a transição ao modo de produção capitalista no país. Para este último, trabalhou-se com dois processos concomitantes e relacionados: a) o processo de substituição de importações e; b) o ciclo de revoluções burguesas. Se, anteriormente, o capitalismo se manifestava de forma externa, na figura do capital comercial, durante esses processos de transição o capitalismo se internalizará na formação socioespacial mexicana.

#### 3.1 A CONSTITUIÇÃO DA DUALIDADE BÁSICA DA ECONOMIA MEXICANA

##### 3.1.1 Aspectos físicos e os povos originários

As condições físicas do território mexicano exerceram importante influência na conformação do caráter heterogêneo e desigual do seu desenvolvimento social, sobretudo em suas etapas iniciais, pré-coloniais. O grande número de montanhas contribuiu para distribuir a população em uma sucessão de vales e planaltos, separados entre si por serras que dificultam a comunicação e favorecem o isolamento. Ao oeste, localiza-se a maior cadeia de montanhas do país, conhecida como *Sierra Madre del Occidental*, com grande número das minas exploradas pelos espanhóis. Ao leste temos a *Sierra Madre Oriental*, contornando a costa do Golfo do México. E ao sul, virada para a costa do Pacífico, está presente a *Sierra Madre del Sur*, onde se encontra o ponto com maior altitude do território mexicano, o *Pico de Orizaba*, com 5.636 metros. Em toda a porção central do país se estende um longo planalto que vai se

tornando cada vez mais desértico ao norte. No extremo sul, na península de Yucatán, predominam as planícies.

Mapa 1: Relevo mexicano



Fonte: INEGI, 2020

Mapa 2: Padrões climáticos do México



Fonte: INEGI, 2020

No momento da chegada dos espanhóis, o México era um “mosaico étnico” de mais de 600 grupos indígenas, falando 80 línguas pertencentes a 15 famílias linguísticas diferentes. Esse conjunto de povos originários poderia ser dividido em dois grupos: a população nômade dedicada à coleta, caça e pesca; e as grandes civilizações sedentárias. A distribuição geográfica desses dois grupos era estabelecida com relativa nitidez, podendo ser delineada próxima ao paralelo 19° Norte. Na região setentrional, ao norte, mais árida e desértica, com predomínio de estepes, situavam-se as populações nômades, espalhadas e pouco numerosas. Já ao sul, na região meridional, nos vales e planaltos entre a Sierra Madre Oriental e del Sur, bem como nas planícies da península de Yucatán, encontravam-se as civilizações sedentárias, mais numerosa e cuja organização era mais complexa (SEMO, 1987).

Os nômades do norte não conheciam nenhum cultivo, se alimentavam de frutas, tubérculos e, com seus arcos e flechas, caçavam veados, coelhos e outros animais pequenos. Com raras exceções, não tinham templos nem deuses, apenas adoravam o sol (CHEVALIER, 1956). Contraste profundo com a região meridional. Nessa, grandes civilizações complexas e sedentárias floresceram, como a civilização asteca, maia e o Estado de tarasco. A base da alimentação desses povos era o milho, alimento que guarda grande influência até os dias de hoje. O feijão e a abóbora completavam a dieta diária, a qual se adicionava eventualmente tomate, abacate, melão, banana e abacaxi, sendo a bebida preferida o cacau. Cultivava-se algodão nas zonas baixas, o qual era usado para confeccionar vestes para a classe dominante. Devido à falta quase total de animais para domesticação, esses povos não utilizavam no planalto mais do que as áreas férteis e bem irrigadas, concentrando a ocupação no vales das bacias fluviais (SEMO, 1987).

No momento da chegada dos espanhóis, existiam dois grandes Estados: o asteca mais ao leste e o tarasco ao oeste, onde hoje se encontra o estado de Michoacán, sendo o império asteca muito maior, mais rico e mais poderoso. Estima-se que Tenochtitlán, capital asteca construída sob uma ilha (Imagem 1), possuía uma população de 200 a 300 mil habitantes, maior que qualquer cidade europeia da época. Em sua expansão, não impunha aos povos vencidos seu governo, idioma ou religião, exercendo seu domínio apenas por vias tributárias. O Estado de tarasco, por outro lado, criavam colônias com sua própria gente nas zonas conquistadas, estendendo sua influência linguística e cultural. Os maias haviam vivido seu auge entre os anos 300 d.C. e 900 d. C., mas a partir do século X iniciaram um longo período de decadência, subsistindo daí em diante de forma precária na parte norte de Yucatán (SEMO, 1987).

Figura 2: Mapa de Nuremberg, 1524



Fonte: Noticonquista (UNAM)

O império asteca, o mais importante da época, possuía uma estratificação social bem marcada entre os nobres ou senhores (*pilli*) e os membros do *calpulli* (*macehuales* ou *calpuleques*), uma espécie de clã. A origem dessa aristocracia se encontra na descendência dos antigos ocupantes do vale do México, já o desenvolvimento do *calpulli* está vinculada a expansão militar dos astecas (CHEVALIER, 1956). As formas de propriedade da terra podem ser agrupadas em três: 1) as terras do *calpulli*, que se dividiam entre as de cultivo de cada linhagem ou grupos de famílias, e as terras comunais; 2) as propriedades dos nobres, individual, alienável entre eles com certas restrições e transmissível por herança; 3) diversos tipos de propriedades públicas, cujos produtos eram destinados à casa real, aos templos, à atividade de guerra e aos gastos administrativos (CARDOSO e BRIGNOLI, 1984).

Em relação ao trabalho, existiam quatro tipos básicos de trabalhadores: 1) os membros do *calpulli*, que trabalhavam para seu autoconsumo e para o pagamento de tributo, além da possibilidade de arrendar partes da terra para terceiros; 2) os arrendatários, que trabalhavam terras alheias (de nobres ou de comunidades); 3) os *mayerques*, uma espécie de servo exclusivo de alguns nobres, arrendatários também, mas presos à terra; 4) os escravos, que trabalhavam em circunstâncias semelhantes aos dos *mayerques* (CARDOSO e BRIGNOLI, 1984; CHEVALIER, 1956). Nota-se, com isso, que antes mesmo da chegada dos europeus já existia uma organização social com forte presença da servidão como relação social de produção predominante, ainda que de forma diferente do que as formas tradicionais europeias, pois ligado a um Estado altamente centralizado.



Portanto, com o início da colonização o México era dividido entre a região setentrional, marcada pelo clima desértico e as tribos nômades mais hostis ao domínio europeu, e a região meridional, com a predominância dos vales e planícies férteis e de civilizações complexas, estratificadas e que já dominavam o cultivo da terra. A estrutura social hierárquica e estratificada dessas civilizações, baseadas em relações servis de produção, foi determinante na “importação” de elementos feudais espanhóis no momento da colonização, como veremos a seguir.

### 3.1.2 Colonização e a dualidade básica da economia mexicana

Mapa 3: Vice-Reino da Nova Espanha



Fonte: Enciclopedia de Conocimientos Fundamentales, 2010

Desde fins da Idade Média, havia se desenvolvido na Espanha uma classe de comerciantes que viriam a promover as chamadas “Grandes Navegações”, a partir do final do século XV, em conjunto com a Coroa espanhola. Esta nova classe se aliou aos antigos senhores de terra de tal modo que, “ao não desenvolver-se a manufatura local (exceto em Segóvia), a burguesia espanhola permaneceu como um *addendum* parasitário da nobreza feudal” (CARDOSO e BRIGNOLI, 1984, p. 29). Essa estrutura econômica espanhola se mantém com ainda mais força a partir da comercialização da prata americana, o que

“inflacionou a estrutura de preços vigente no país de forma mais acelerada e profunda que sobre seus parceiros comerciais, levando à ruína as poucas indústrias que se haviam desenvolvido no período anterior” (STEIN e STEIN, 1977, p. 21). A classe latifundiária sai fortalecida dessa relação, enquanto que a burguesia comercial se vê acomodada ao sistema senhorial de dominação. Segundo Stanley e Barbara Stein:

A herança medieval não parecia constituir empecilho algum à expansão espanhola antes de 1500; afigurava-se, ao contrário, como fator de unidade e crescimento. A exploração das colônias americanas, México e Peru, tornara desnecessária a reestruturação de uma Espanha caracterizada pela prevalência de estruturas econômicas e sociais semifeudais, baseadas na posse da terra e aristocráticas. Não se trata, pois, de uma simples atrofia: em verdade, se os setores produtivos essenciais contraíram-se, determinados setores consumidores — a aristocracia, a burocracia, as ocupações voltadas para a prestação de serviços, a Igreja — floresceram. Nos anos que se seguem a 1600 os Estados europeus, modernizando-se, passam a questionar os conceitos e as práticas do privilégio, do ‘Estado absoluto’, da Igreja, do usufruto privado do poder público, do ouro e prata em lugar da produção, como fatores geradores de riqueza. Na Espanha e na América espanhola, não obstante, essas instituições e atitudes conheceram um novo revigoreamento (STEIN e STEIN, 1977, pp. 24-25).

Os fulcros de capitalismo que surgem no seio da sociedade feudal espanhola imprimiram certo dinamismo em sua economia, mas foi através do feudalismo que se organizou a colonização, tanto sob enquadramento jurídico quanto econômico. Em outras palavras, a “Europa tudo fez para enquadrar a América numa carapaça feudal”, sendo o primeiro passo dessa empreitada o Tratado de Tordesilhas, “o qual, ao mesmo tempo que dividia o continente americano entre as coroas de Espanha e Portugal, estatuiu que todas as nossas terras pertenciam ao rei” (RANGEL, 2005b, pp. 655-56). A Coroa espanhola logo impôs sua hegemonia<sup>44</sup>, de forma a derrotar “todas as tentativas — na Nova Espanha e no Peru — que fizeram os colonizadores de se tornar independentes de sua tutela e consolidou sua posição de proprietária imanente das terras, riquezas e homens do Novo Mundo”<sup>45</sup> (SEMO, 1987, p. 67, tradução nossa). Ao visitar o Vice-Reino da Nova Espanha, Humboldt aponta para esses elementos arcaicos de herança transmitida da metrópole à colônia:

<sup>44</sup> Segundo Stanley e Barbara Stein (1977, p. 22), “Esse comércio colonial [...] fora, desde o início, organizado de molde a assegurar o monopólio dos benefícios para a coroa, súditos e residentes de Castela. Controlado por uma Câmara de Comércio (*Casa de Contratación*) e uma guilda de comerciantes (*Consulado*), refletia o estreito exclusivismo das práticas comerciais características da etapa final da era medieval.

<sup>45</sup> Desse modo, a América espanhola fora considerada um grande feudo para a Coroa, conforme Semo (1987, p. 66-67): “Os conceitos de colônia e fábrica não aparecem na legislação espanhola dos séculos XVI e XVII, porque a casa reinante considerava suas imensas poses americanas como novos reinos ou repúblicas tributárias que viriam a agregar-se a constelação das já existentes na Espanha e fora dela e não como um objeto de exploração colonial pela nação espanhola” (tradução nossa).

É reconhecido que, apesar da diferença de clima e outras circunstâncias locais, a agricultura mexicana está repleta de obstáculos devido às mesmas causas políticas que impedem o progresso da indústria na península. Todos os vícios do governo feudal passaram de um hemisfério a outro; [...] O solo da Nova Espanha, assim como o da velha, está em grande parte nas mãos de algumas famílias poderosas que absorveram lentamente as propriedades particulares. Tanto na América como na Europa, existem grandes distritos condenados à pastagem para o gado e à esterilidade perpétua (HUMBOLDT, 1827, p. 445-46, tradução livre nossa).<sup>46</sup>

À isso se adiciona todos os mecanismos coloniais de proibições impostos pela metrópole para barrar qualquer tipo de desenvolvimento econômico endógeno, como conta Monteverde:

O sistema de proibições tinha em parte origem medieval; da qual era característico da política das doutrinas mercantilistas, que atribuía ao Estado e a corporação, e não ainda ao indivíduo, a função primordial do processo econômico. A Nova Espanha, em particular, viveu três séculos sob todo tipo de limitações burocráticas. Havia restrições e ainda proibições absolutas para levar a cabo certos cultivos ou plantações, para organizar um grêmio, para exercer um ofício, para iniciar uma indústria, para comerciar de uma cidade ou região a outra do território, para exportar e importar, para que as colônias trocassem seus produtos umas com as outras e, com mais razão, para que o fizessem com outros países, a margem do domínio espanhol. Nesse ambiente, naturalmente, dominavam os estancamentos, os monopólios e, em última instância, toda sorte de travas e interferências (MONTEVERDE, 1968, pp. 43-4, tradução livre nossa).<sup>47</sup>

Pelo fato de já existia um Estado consolidado antes da colonização, “o ‘Estado missionário’ espanhol não fez mais que substituir a teocracia indígena, enquanto que os conquistadores tomavam pouco a pouco o lugar da nobreza local” (CHEVALIER, 1956, p. 26, tradução nossa). Deste modo, “a relação entre a Coroa e as comunidades indígenas veio a ser uma continuação dos elementos tributários da sociedade pré-cortesiana<sup>48</sup>”, uma vez que a “visão de um império baseado no tributo de inumeráveis comunidades [...]

---

<sup>46</sup> “se reconoce que á pesar de la diferencia de clima y otras circunstancias locales, la agricultura mejicana está llena de trabas por las mismas causas políticas que entorpecen los progresos de la industria en la península. Todos los vicios del gobierno feudal han pasado del uno al otro hemisferio; [...] El suelo de la Nueva-España, bien así como el de la vieja, en gran parte se halla en poder de algunas familias poderosas que han absorbido lentamente las propiedades particulares. Tanto en América como en Europa, hay grandes distritos que están condenados á servir de pasto para el ganado y á una perpetua esterilidad”.

<sup>47</sup> “El sistema de prohibiciones tenía en parte un claro origen medieval; y a la vez, era característico de la política y las doctrinas mercantilistas, que asignaban al Estado y la corporación, y no todavía al individuo, el rol primordial en el proceso económico. La Nueva España, en particular, vivió tres siglos bajo toda clase de limitaciones burocráticas. Había restricciones y aun prohibiciones absolutas para llevar a cabo ciertos cultivos o plantaciones, para organizar un gremio, para ejercer un oficio, para iniciar una industria, para comerciar de una región o ciudad a otra del territorio, para exportar e importar, para que las colonias intercambiaran sus productos unas con otras y, con mayor razón, para que lo hicieran con otros países, al margen del dominio español. En ese clima, naturalmente, dominaban los estancos, los monopolios y, en última instancia, toda suerte de trabas e interferencias”.

<sup>48</sup> Hernán Cortés foi um colonizador espanhol, conhecido por ter dominado a área central do México, antiga capital do império asteca.

incondicionalmente submetidas ao poder central, emana da essência mesma do Estado espanhol, tal como este era nos séculos XVI e XVII” (SEMO, 1987, p. 65).

A partir disso se estrutura a primeira forma de colonização, a *encomienda*<sup>49</sup>, que se constituía em uma tarefa oficial das comunidades indígenas a um colonizador. O *encomendero* devia assegurar a submissão dos indígenas, regular sua administração e convertê-los ao cristianismo. Em contrapartida, possuía o direito de receber o tributo dos indígenas. A *encomienda* não era uma propriedade e sim um usufruto. Os indígenas eram livres, vassallos do rei, mas não do *encomendero*. Esse último ao invés de ser um empresário, era um aristocrata, um funcionário real, cujo modo de vida antes de chegar a ser burguês, tende rapidamente a se feudalizar (SEMO, 1987). Conforme Donghi (1974, pp. 12-13), os conquistadores e seus sucessores “orientaram-se predominantemente para a agricultura, sobretudo como *encomenderos*, dos quais deviam receber os tributos que, em todos os casos, os vassallos indígenas deviam à Coroa”. Nesse sentido, até mesmo Furtado (1978, p. 19) concorda que o “*encomendero*, em razão da tutela que exercia sobre um grupo de população, passava a exercer privadamente funções de direito público, o que o colocava socialmente em posição somente comparável à do senhor feudal”.

Como cada *encomendero* recebia algumas centenas de vassallos<sup>50</sup> indígenas, tornava-se difícil uma concentração muito grande de *encomenderos* em uma mesma vila ou cidade, de modo que estas condições propiciaram uma maior dispersão da população. Logo surgiram as primeiras cidades, predominantemente na região meridional, como Villa Rica de la Vera Cruz, Espiritu Santos (Coatzacoacos) e Santi Esteban de Puerto (Pánuco), sobre o Atlântico; Zacatula, Culiacán, Colima, Purificación e Compostela, na vertente do Pacífico; Antequera (Oaxaca), San Ildefonso (Villa Alta), Guadalajara. Cada cidade era constituída basicamente por uma praça, uma igreja e um conjunto de casas, e enraizada sob as tradições medievais. Nesse momento, o comércio ainda era ínfimo e as cidades eram autônomas (CHEVALIER, 1956).

A região do planalto mexicano logo atraiu a atenção dos agricultores espanhóis para a produção de trigo<sup>51</sup>, principalmente para o abastecimento da metrópole. Devido a falta de bois e ferramentas, a técnica empregada era similar a técnica de produção de milho dos povos

<sup>49</sup> Conforme Chevalier (1956), a *encomienda* americana era uma instituição muito semelhante a que já existia em Andaluzia, na própria Espanha.

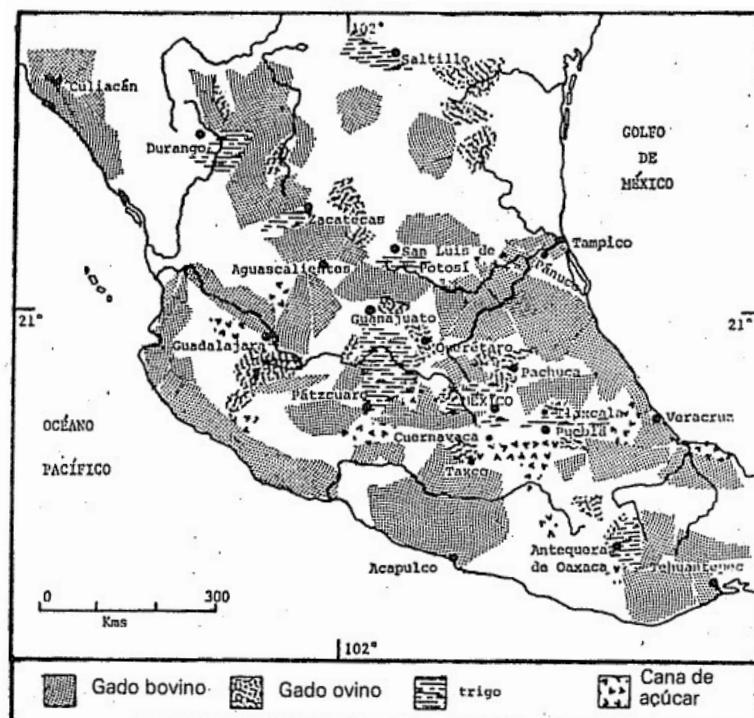
<sup>50</sup> Segundo Stanley e Barbara Stein (1977, p. 37), os espanhóis que buscaram o Novo Mundo “passaram à exploração das populações indígenas, colocando-as como vassallos da monarquia espanhola”.

<sup>51</sup> Segundo Chevalier (1956, p. 56), as principais regiões produtoras de trigo foram, por ordem de importância: Puebla-Atlixco-Tepeaca, seguida de perto pelo extenso vale do Bajío. Vinham depois as zonas situadas imediatamente ao norte da Cidade do México e várias localidades de Nueva Galicia e Nueva Vizcaya.

indígenas, até chegar o arado da Europa. A produção dava-se na parte norte da Cidade do México e com mais intensidade na zona Atlixco-Puebla, que havia se especializado nesse cultivo, produzindo 55 mil hectolitros. No século XVI, esta era “a zona mais rica e melhor cultivada de todo o país; abastecia em especial a frota da Espanha” e exportava para as Antilhas (CHEVALIER, 1956, pp. 52-3). Dentre os cultivos tropicais, tem-se o cacau, o anil e, principalmente, a cana-de-açúcar, cultivada nos vales profundos que permeiam o planalto central mexicano. Os engenhos de açúcar foram grandes explorações metade agrícola e metade industrial, que empregava uma grande quantidade de homens, indígenas ou negros<sup>52</sup>.

Na medida em que os europeus foram levando o gado para a Nova Espanha, surgiram grandes espaços de pastagem e criação desses animais, que logo se transformaram predominantes em termos de espaço ocupado, se espalhando de norte a sul, leste à oeste, planalto e planícies. A atividade pastoril era orientada em grande parte para as minas, para oficinas da Cidade do México e Puebla e, finalmente, para a Europa, grande consumidora de couro.

Mapa 4: A economia do Vice-Reino da Nova Espanha nos séculos XVII e XVIII



Fonte: CARDOSO e BRIGNOLI, 1984

<sup>52</sup> Um exemplo de um grande engenho que existiu no México colonial foi o Engenho de Orizaba: com todo um arsenal de ferramentas, caldeirões, peças de cobre, carpintaria e forjadeira para a manutenção das máquinas, o engenho propriamente dito, a ‘casa de prensa’, as caldeiras, duas ‘casas de purgar’ ou edifício em que se purificava o produto, bois, arados, 22 mulas e dezenas de escravos (Chevalier, 1956).

O florescimento da atividade mineira foi de fundamental importância no processo de ocupação territorial da colônia, bem como permitiu a manutenção da economia metropolitana espanhola. Em 1546, os espanhóis descobriram as minas de Zacatecas e, a partir de 1554, as minas de Fresnillo, Saín Alto, Mazapil, Avino, Chalchihuites, Ilerena e Sombrerete. Todas se encontravam mais ao norte do núcleo demográfico de herança asteca. Na medida em que novas minas foram sendo descobertas pelos espanhóis, concentradas no noroeste mexicano, mais claro ficava que o México mineiro era o México setentrional. Esse fato contribuiu para a ocupação da região semi-árida menos densamente povoada.

Esses centros mineiros que se formaram, chamados de *reales de minas*, não eram autônomos, pois dependiam de suprimento externo a eles. Portanto, concomitante ao seu surgimento, formaram-se também vastas áreas subsidiárias dedicadas às atividades agropastoris destinadas, em grande parte, a abastecê-los, dentre elas: Nombre de Dios, Durango (1963), Jerez, Saltillo, San Juan del Río e San Bartolomé. Devido a esta situação:

[...] a maioria dos grandes mineiros investiam somas importantes na agricultura. Dessa forma, uma fração do excedente gerado na mineração se transformava em renda feudal (sobretudo a que se aplicava a aquisição de haciendas de subsistência de caráter senhorial). Outra parte era absorvida pelo boato com que devias viver os novos ricos, para serem aceitos na aristocracia. [...] Só uma porção do produto excedente gerado na mineração se transformava em capital, que se reinvestia nas minas e se aplicava no desenvolvimento de fazendas de caráter semicapitalista (SEMO, 1978, p. 54).

Essas atividades subsidiárias foram impulsionadas, sobretudo, no caminho mina-capital-porto, formando uma corrente comercial abrangendo o centro de Jalisco e Michoacán, os vales meridionais de Zacatecas, de San Luis e do Bajío, os vales centrais de Oaxaca e na costa de Colima, Guerrero e Veracruz (BATALLA, 1979).

O regime de trabalho nas minas variava entre o recrutamento de indígenas através do *repartimiento*, que predominava nas minas do centro-sul, enquanto que sistemas precoces de trabalho assalariado predominavam nas minas do centro-norte. Cenário contrastante com a realidade laboral das minas do Vice-Reino do Peru, onde a coerção da população indígena para o trabalho mineiro gerou a *mita* (CARDOSO e BRIGNOLI, 1984). O desenvolvimento da atividade mineira representou um capitalismo embrionário na formação socioespacial mexicana, ainda que a Coroa se considerasse proprietária do subsolo e concessionária das minas, cobrando o *quinto* das suas produções.

Com isso, durante os primeiros séculos de colonização existiam dois tipos de cidades no Vice-Reino da Nova Espanha: as primeiras, que surgem nas regiões mais povoadas,

herança das civilizações pré-colombianas, muito ligadas à estrutura despótico-tributária e com pouco desenvolvimento mercantil (com a exceção da capital, Cidade do México, com sua poderosa oligarquia mercantil); e as que surgem posteriormente, com a descoberta das minas e o crescimento da atividade mineira e agropastoril, cuja orientação mercantil era mais acentuada. Porém, as classes dominantes da cidade são as mesmas que as do campo: a burocracia vice-reinal, os *encomenderos* e os donos das minas (SEMO, 1987).

Desde o início da colonização, podemos dizer que a terra era o *meio fundamental de produção*, pois atribuía a quem a possuía poder econômico e político. Conforme Chevalier:

Assim como os "ricos homens" da velha Espanha eram caudilhos e patrões ainda mais do que capitalistas, também é evidente que certos mineiros e "senhores do gado" buscavam os bens materiais menos para si mesmos do que para o poder político que podiam lhes conceder. [...] Se todos estendiam suas propriedades indefinidamente, não era tanto para aumentar sua renda, mas sim para "señorear", segundo a expressão da época: ser dono e senhor da região<sup>53</sup> (CHEVALIER, 1956, pp. 139-40, tradução livre nossa).

A tendência ociosa e senhorial dos proprietários fundiários, junto à predominância das relações de produção coercitivas e extra-econômicas baseadas na renda trabalho e na renda produto, marca a face do polo interno da formação socioespacial mexicana, formado através da combinação entre a antiga estrutura despótico-tributária dos povos originários e dos institutos feudais importados da Espanha, com as chamadas *encomiendas*. Esse polo interno feudal, porém, relacionava-se com o mercado exterior através do capital comercial espanhol, representado pelos comerciantes de importação e exportação ligados à Coroa, gerando uma estrutura *internamente* feudal e *externamente* mercantil. Com o tempo essa estrutura sofre mudanças, tornando-se mais propriamente latifundiária, a partir do advento das *haciendas*. Nelas, a sujeição ao trabalho ganha novas formas, mantendo-se, no entanto, essencialmente feudais. Portanto, é no período colonial que se inicia a gestação da *dualidade básica da economia mexicana*.

### 3.1.3 A Hacienda e o Complexo Rural

“As vastas áreas, caracterizadas pela propriedade e gerência familiar, ao mesmo tempo local de residência da família extensiva e local de moradia e trabalho para as

---

<sup>53</sup> “Así como los ‘ricos homes’ de la vieja España eran caudillos y jefes más aún que capitalistas, así también es evidente que ciertos mineros y “señores de ganado” buscaban menos los bienes materiales por sí mismos que por el poder político que podían otorgarles. [...] Si cada quien extendía indefinidamente sus propiedades, no era tanto para aumentar sus ingresos, sino más bien para “señorear”, según la expresión de la época: para ser dueño y señor de la región”.

centenas de dependentes, constituía mais que uma unidade produtora. Representava um tipo de organização social, fonte de prestígio e poder político, de riqueza e de renda. [...] Essas vastas quantidades de terra representavam a segurança e, acima de tudo, simbolizavam a promessa de continuidade via preservação do mesmo *status*, de geração a geração”.

(Stanley Stein e Barbara Stein - A Herança Colonial da América Latina, 1977)

Até finais do século XVI, a propriedade da terra tinha um caráter impreciso e volátil. A maior parte das concessões atribuía apenas o direito ao uso da terra, fazendo-as dependentes do favor real e submetendo-as a fortes tributações fiscais. Somente a *merced real* que concedia o domínio privado da terra. A monarquia espanhola, passando por um período de dificuldades financeiras, vê a possibilidade de adquirir novos fundos através da regularização fundiária feita por meio de pagamento direto à coroa. É desta forma que se dá, no século XVII, a consolidação territorial dos latifúndios no México e a superação das antigas noções de *direitos de uso e pasto comum* para uma verdadeira propriedade do solo. Surgia, assim, a *hacienda* (CHEVALIER, 1956).

Um segundo fenômeno contribuiu para a aceleração da consolidação territorial: a decadência mineira. O surto mineiro, que se iniciou na segunda metade do século XVI, foi intenso, mas não muito extenso do ponto de vista temporal. Cem anos depois da descoberta da primeira mina, a atividade vivia uma grande decadência, o que refletiu na economia colonial e metropolitana. Com isso, os proprietários das minas e comerciantes transferiram seus investimentos para a terra, o que acelerou a formação e a consolidação das *haciendas*<sup>54</sup> (STEIN e STEIN, 1977). Segundo Chevalier:

[...] as poucas haciendas ilhadas em tão imensos espaços representaram, desde o princípio, algo como um mundo pequeno que tratava de se bastar em si mesmo (fora das duas explorações mineiras, quando havia). Além dos seus “engenhos” de triturar o mineral e algumas vezes seus fornos para fundir a prata, possuíam normalmente sua barragem de água, seus campos regados, suas minas de carvão, seus trens ou carrinhos, um moinho de farinha, oficinas, e sobretudo imensos rebanhos. No século XVII, a decadência das minas veio a reforçar a autonomia econômica desses pequenos centros de colonização (CHEVALIER, 1956, pp. 226-7, tradução livre nossa)<sup>55</sup>.

<sup>54</sup> Os donos de hacienda, ou hacendados, cumpriam na prática um papel de prefeito ou algum desses ofícios que o vice-rei em grande número vendeu durante o século XVII, assim como títulos de nobreza. No entanto, dentre os criollos, estes raramente ocupavam os mais altos postos do Vice-Reinado, sempre confiados a espanhóis (CHEVALIER, 1956).

<sup>55</sup> “[...] las pocas haciendas aisladas en tan inmensos espacios representaron, desde el principio, algo así como mundo pequeños que trataban de bastarse a sí mismos (fuera de sus explotaciones mineras, cuando las había). Además de sus “ingenios” para triturar el mineral y algunas veces sus hornos para fundir la plata, poseían de ordinário su presa de agua, sus campos regados, sus carboneras, sus recuas o carretas, un molino de harina, talleres, y sobre todo inmensos rebaños. En el siglo XVII, la decadencia de las minas vino a reforzar la autonomía económica de esos pequeños centros de colonización.



Com o decorrer da estruturação desse latifúndio, gerou-se também a relação de produção que se tornaria predominante em seu funcionamento interno: o sistema de peonagem. Com o fim da *encomienda* e do *repartimiento*, a queda da população, a decadência mineira e o aumento da importância dos latifúndios, os senhores de terra tinham que encontrar maneiras de sujeitar os indivíduos ao trabalho subordinado, ao invés destes se voltarem para a cultura de subsistência individual. Deste modo, os “amos” antecipavam dinheiro aos trabalhadores a fim de atraí-los ao trabalho em sua *hacienda*, pagava seus tributos à coroa, os vestia e cuidava em caso de enfermidades. Todos esses “favores” geravam uma dívida na maioria das vezes impagável, que prendia o trabalhador à terra. Outro elemento que reforçaria os endividamentos é a *tienda de raya*, um lugar dentro da *hacienda* que vendia tudo o que os peões precisavam, por um preço de monopólio, e marcavam com listras (*rayas*) as dívidas dos compradores. Tinha-se, portanto, um trabalhador pretensamente livre, mas, na prática, retido por dívidas quase eternas (CHEVALIER, 1956).

Além do sistema de peonagem e de seus *peones acasillados*, submetidos ao domínio patriarcal direto do hacendado, tinha-se algumas outras variações de trabalhadores que se ocupavam nas *haciendas*. Provenientes de comunidades vizinhas e trabalhando por temporadas, tinha-se os *peones eventuales*, cujo hacendado pressionava as comunidades para obtê-los de acordo com suas necessidades flutuantes. Existiam também os *jornaleros trashumantes*, que não estavam ligados às comunidades. Por fim, os *arrendatários* e *aparceros* recebiam do hacendado parcelas de terra, sementes, instrumentos e às vezes casa, em troca de entregar-lhe uma parte da colheita, uma soma de dinheiro ou ambos. Além disso, deveriam ajudar nos trabalhos das terras da *hacienda* (SEMO, 1978)

Acompanhado a isso, tem-se um aumento do poder dos donos de terra para com seus dependentes, de tal forma que o “amo” se apropria do direito de castigar e encarcerar seus peões. Para Hobsbawm (2017, pp. 115-16), do ponto de vista da organização interna, as *haciendas* só podem ser descritas como feudais. No entanto, essas relações de “vassalagem ou servidão” não são apenas resquícios do passado, “mas são, sob certas circunstâncias, reforçadas e elaboradas devido ao aumento da produção para o mercado”. O senhor de terras não se preocupava com grandes aumentos de produtividade e tinha uma “atitude quase feudal do homem que se importava menos com a riqueza que sua terra produzia do que com o prestígio de possuir grandes territórios e o controle sobre um grande número de pessoas que viviam nele, ou sob sua dominação” (*Ibidem*, p. 115). O grande problema para os

latifundiários não era aumentar a produção e investir em melhores técnicas, mas controlar o mercado disponível, monopolizar a terra e dominar a mão de obra.

As *haciendas* demoraram mais para se desenvolver nas zonas costeiras do golfo e do pacífico, mais quentes, onde a população indígena era menor que no planalto. Com exceção de algumas plantações pontuais de açúcar e de cacau, predominava nessas regiões fazendas de gado, trabalhadas por escravos negros e alguns trabalhadores livres. É no planalto central que se desenvolve a forma clássica da *hacienda*, com seus peões colocados sob a autoridade e a proteção dos seus amos (CHEVALIER, 1956).

Como o mercado interno era limitado e o externo instável, a economia natural sempre foi bastante presente e necessária na reprodução da vida no México colonial, e não foi diferente em relação às *haciendas*. Estas contavam quase sempre com terras de pastoreio, bosques e mananciais de água. Apenas uma parte da terra se utilizava para a produção mercantil, outra parte se utilizava para recompensar os trabalhadores em substituição ao pagamento em dinheiro e outras porções por vezes se tornavam ociosas pela incapacidade de absorver seus produtos. Desta forma, a quantidade de terra sob cultivo intenso para o mercado foi sempre restrita e, tanto as fazendas pastoris, engenhos de açúcar, minas e *haciendas*, tendiam a produzir internamente a maior parte do que necessitavam. Apenas uma parte dos produtos adquiriam o caráter de mercadoria e chegavam ao mercado. Conforme Semo:

A hacienda é fruto idôneo de uma sociedade na qual o feudalismo e a economia mercantil se entrelaçam indissolavelmente. Tem-se uma dupla função: a de servir alternativamente como unidade autárquica e produtora mercantil. Ao longo dos séculos XVII-XIX presenciamos um movimento de sístole e diástole que faz a hacienda uma unidade predominantemente mercantil em períodos de expansão do mercado e decididamente autárquica em períodos de contração. Nesse duplo caráter da hacienda, presente desde sua origem, e em sua adaptação às pulsações de um mercado submetido a poderosas pressões externas, reside o segredo de sua estabilidade (SEMO, 1987, p. 258, tradução livre nossa).<sup>56</sup>

Analisando esta realidade, podemos encontrar uma aproximação do pensamento de Lênin, quando diz que:

A população de um país de economia mercantil pouco desenvolvida (ou não desenvolvida de todo) é quase exclusivamente agrícola; disso, entretanto, não se

---

<sup>56</sup> “La hacienda es un fruto idóneo de una sociedad en la cual feudalismo y economía mercantil se entretejen indisolublemente. Tiene una doble función: la de servir alternativamente como unidad autárquica y productora mercantil. A lo largo de los siglos XVII-XIX presenciamos un movimiento de sístole y diástole que hace de la hacienda una unidad predominantemente mercantil en periodos de expansión del mercado y decididamente autárquica en períodos de contracción. En ese sobre carácter de la hacienda, presente desde su origen, y en su adaptabilidad a las pulsaciones de un mercado sometido a poderosas presiones externas, reside el secreto de su estabilidad”.

deve deduzir que se ocupe apenas na agricultura; significa unicamente que a população ocupada na agricultura transforma ela própria os produtos da terra, sendo então quase inexistentes o intercâmbio e a divisão social do trabalho (LÊNIN, 1977a, p. 40, tradução livre nossa)<sup>57</sup>

Desse modo, baseados em I. Rangel (2005a), nota-se que a economia da *hacienda*, essa estrutura feudal-mercantil por excelência, apresentava um setor ligado à economia natural, onde o trabalhador produzia seus instrumentos e equipamentos de trabalho, bem como todos os seus bens de consumo; e um outro setor, ligado à economia de mercado ainda pré-capitalista, onde a especialização produtiva e a divisão social do trabalho era maior e mais aprofundada; a distribuição de fatores entre esses dois setores, no entanto, era regulada pelos estímulos externos do comércio exterior, ou setor “resto do mundo”. A esse sistema, Rangel chamou de *complexo rural*.

Em conjunturas expansivas, aprofunda-se a divisão internacional do trabalho e, em conjunturas depressivas, diversifica-se a produção e substitui-se importações. Essa contração no comércio exterior pode gerar três movimentos diferentes de realocação de fatores, sendo eles: 1) o aumento da economia natural; 2) a substituição artesanal de importação no âmbito da economia de mercado pré-capitalista; 3) ou ainda, a substituição industrial de importações via investimentos produtivos em capital constante e recrutamento de mão-de-obra da economia pré-capitalista e da economia natural<sup>58</sup>.

Disso, pode-se tirar conclusões mais gerais a respeito do processo de desenvolvimento econômico no México, seja ele que: obedecendo a estímulos do comércio exterior (ou setor “resto do mundo”) leva-se a mudanças qualitativas da estrutura produtiva, transformando a economia natural em pequena produção mercantil, ou da pequena produção mercantil em indústria. Desse modo, a dinâmica de crescimento econômico não é somente resultado da qualificação da mão de obra e do aumento da intensidade dos meios de produção, mas também expressão do aprofundamento da divisão social do trabalho e do alargamento da economia de mercado. O processo de dissolução do complexo rural é também um processo de

---

<sup>57</sup> “The population of a country in which commodity economy is poorly developed (or not developed at all) is almost exclusively agricultural. This, however, must not be understood as meaning that the population is engaged solely in agriculture: it only means that the population engaged in agriculture, also process the products of agriculture, and that exchange and the division of labour are almost non-existent”.

<sup>58</sup> Diferentemente do desenvolvimento periférico, que tende a se industrializar após uma contração externa, no desenvolvimento clássico se dá o contrário: desenvolve-se o setor capitalista através da expansão da exportação, que aumenta a capacidade de importar e libera fatores na parte do setor pré-capitalista voltada ao mercado interno, os quais são induzidos ao setor capitalista. Exemplo: “Um país antes produtor dos bens agrícolas que consome, desenvolve seu setor manufatureiro ou industrial com vistas a produzir um excedente exportável e, com a capacidade para importar resultante, compra ao exterior um suplemento de bens agrícolas, provocando assim uma contração do seu próprio setor agrícola, o qual libera fatores que, direta ou indiretamente, passam ao setor manufatureiro (Revolução industrial inglesa)” (RANGEL, 2005, p. 249).

liberação de fatores, paralelamente a um processo de elevação da produtividade via aprofundamento da divisão social do trabalho que, levado às últimas consequências, resulta na mecanização do trabalho, o que só se concretizou com mais vigor no México no século XX.

### *3.1.4 Gênese e consolidação do Estado-nacional*

#### 3.1.4.1 A crise do sistema colonial e o processo de independência

Sobretudo durante a segunda metade do século XVIII, o mundo viveu uma gradual transição de hegemonia econômica com a decadência do capital comercial de Espanha e Portugal e a ascensão do capitalismo industrial inglês. Esse movimento tornou ambos países ibéricos entraves às relações da América Latina com a nova metrópole que ia se formando. No caso do México, a intermediação comercial inútil e onerosa da Espanha foi um elemento nevrálgico para a gestação de um sentimento anticolonial por parte das elites locais, que buscavam um acesso mais amplo ao mercado de ultramar e uma proximidade maior com o mercado consumidor de seus produtos<sup>59</sup>. As forças produtivas nacionais entravam, gradativamente, em contradição com as antigas relações externas do país. Conforme S. Stein e B. Stein:

As colônias espanholas, estimuladas e frustradas, assistiam ao exemplo norte-americano, que se beneficiava do conflito europeu (1792). As colônias espanholas ampliaram a produção de açúcar, cacau, café cru e carne salgada; a marinha mercante espanhola, não obstante, fora interrompida pela onipresente marinha inglesa, ao mesmo tempo em que a política colonial espanhola bloqueava a criação de uma indústria de construção naval nas colônias. Gêneros alimentícios e manufaturas eram negados às colônias, podendo ser apenas obtidos via participação maciça no contrabando com os navios ingleses e norte-americanos ancorados ao largo. Esse quadro levou à ampliação das pressões voltadas para o comércio direto, para a legalização do que já ocorria em realidade (STEIN e STEIN, 1977, p. 103).

Frente a este contexto de perda de poder, os espanhóis optaram por fazer uma revisão da política colonial e adotar algumas reformas no sistema comercial a fim de obter uma melhoria no contato entre a metrópole e as colônias, diminuindo o contrabando e aumentando

---

<sup>59</sup> Segundo Monteverde (1968, p. 46): “[...] el monopolio comercial español, minado ya por el contrabando y las incursiones ilegales de Inglaterra, Holanda y Francia, comienza a derrumbarse; y aunque los intentos españoles por retener los beneficios del comercio se multiplican, lo único que logran es precisamente robustecer los intereses de quienes tratan de liquidar el monopolio. A medida que Inglaterra va imponiendo su dominio en los mares, todo el sistema comercial español se bambolea. Sevilla y Cadiz pierden importancia como puntos de enlace con las colonias; las reglas del juego mercantil se abandonan, y las mercancías de contrabando entran y salen en crecientes cantidades”.

as manufaturas espanholas nas colônias. Em 1775, houve a primeira abertura de portos espanhóis ao contato direto com portos caribenhos, sem parada obrigatória em Cádiz. Posteriormente, em 1778, permitiu-se que 13 portos espanhóis comerciassem diretamente com os maiores portos coloniais, com exceção de Veracruz (México) e La Guayra (Venezuela), que seriam incluídos em 1789. No entanto, esse conjunto de reformas, conhecidas como as Reformas Bourbônicas, se mostrou limitada, pois representavam apenas uma liberalização do comércio *dentro* dos quadros imperiais (STEIN e STEIN, 1977). No começo do século XIX, com as reviravoltas da Guerra peninsular<sup>60</sup> e o ataque francês à Espanha, esta ficou dependente de uma aliança com a Inglaterra que, conseqüentemente, selaria o fim do velho sistema monopolístico do pacto colonial. Estavam dadas as condições externas para a ruptura colonial.

Assim como as condições externas, as internas foram se construindo gradualmente. O México do início do século XIX tinha uma classe dominante rachada. De um lado, a alta burocracia vice-reinal, representante direta do domínio da metrópole e a mais ferrenha defensora do regime colonial. Ao seu lado, os comerciantes de importação-exportação eram grandes privilegiados pelo sistema de monopólio comercial colonial, além de que controlavam a distribuição dos produtos importados no interior da Nova Espanha, eram detentores de grande parte do capital usurário que não pertencia a Igreja e participavam de numerosas empresas mineiras, manufatureiras, agrícolas e de transporte. Estes se opunham ao desenvolvimento e ascensão de uma nova burguesia e foram indissolúvelmente ligados à reação colonial. Do outro lado, os latifundiários feudais, proprietários das *haciendas*, não estavam diretamente ligados ao sistema de domínio colonial e, por isso, não gozavam dos privilégios dos setores já citados. Donos do meio fundamental de produção, a terra, os latifundiários não possuíam o poder estatal, mas se sentiam aptos para possuir. Essa fissão entre as classes dominantes marcaria a *contradição principal da revolução de independência* (SEMO, 1978).

O conflito entre espanhóis e *criollos*<sup>61</sup> remonta os primórdios da colonização. Se bem que todos os ricos e poderosos eram espanhóis ou *criollos*, só uma pequena parte destes últimos era rica e poderosa. A competição constante entre os dois grupos criava um sentimento de rejeição entre os *criollos*, que se encontravam em seu próprio país:

---

<sup>60</sup> Em 1807, a França de Napoleão se aliou com a Espanha com o objetivo de invadir o reino de Portugal. Um ano depois, no entanto, Napoleão se voltou contra a Espanha, sua aliada até então, o que desencadeou um conflito militar chamado de Guerra Peninsular.

<sup>61</sup> O termo espanhol *criollo* faz referência aos descendentes de espanhóis nascidos na América.

Os espanhóis ricos foram sempre donos de tudo, ou pelo menos, de tudo o que tinha maior valor: as melhores terras e haciendas, algumas das melhores minas, as maiores fortunas, os altos postos oficiais e os ramos mais lucrativos do comércio interior e exterior. Os *criollos* seguiram sendo agricultores e rancheiros cujas dívidas cresciam dia a dia, empregados modestos nas administrações de província, pequenos mineiros e industriais que deviam tolerar os baixos preços e as interferências que os espanhóis os impunham (MONTEVERDE, 1968, p. 58, tradução livre nossa)<sup>62</sup>.

Entre esses dois grandes grupos, gravitavam algumas classes ou segmentos de classes. No último meio século de vida colonial, surgiram comerciantes mais ligados ao mercado interno, desprovidos de privilégios monopolistas. Estes ingressaram no movimento de independência. Mais instável era o posicionamento da Igreja, dona de uma quantidade importante de terras e da única rede bancária incipiente do país (as *capellanías*), credora da maioria dos fazendeiros, beneficiária do dízimo e outros impostos. A Igreja se encontrou dividida entre os privilégios outorgados pela coroa e seus interesses materiais ligados à Nova Espanha, mas durante a maior parte do processo se manteve fiel ao regime colonial, defendendo seus múltiplos privilégios corporativos (SEMO, 1978).

Os grandes donos de minas eram um pequeno grupo extremamente rico, mas cuja fortuna era instável. Devido à crise mineira a partir de 1810, esse setor não teve um papel muito relevante. A classe média no geral pende para o lado independentista. Desses se destacam os pequenos produtores mercantis, constituídos por professores gremiais, donos de oficinas e alguns fazendeiros médios ligados a exploração servil; e os letrados (advogados, oficiais eclesiásticos, etc), em sua maioria de descendência *criolla* ou mestiça, reduzidos a ocupar postos de segunda ordem (*Ibidem*).

Diferentemente dos processos independentistas ocorridos na América do Sul, cuja iniciativa partira das elites nativas, no México se dá o contrário, a revolução se inicia com uma revolta de indígenas e mestiços<sup>63</sup>. Dois representantes eclesiásticos lideraram a insurreição popular que reuniu trabalhadores agrícolas e mineiros: Miguel Hidalgo, em 1810,

---

<sup>62</sup> “Los españoles ricos fueron siempre dueños de todo, o por lo menos, de todo lo que tenía mayor valor: las mejores tierras y haciendas, algunas de las mejores minas, las más grandes fortunas, los altos puestos oficiales y los ramos más lucrativos del comercio interior y exterior. Los criollos siguieron siendo agricultores y ganaderos cuyas deudas crecían día a día, empleados modestos en las administraciones de provincia, pequeños mineros e industriales que debían tolerar los bajos precios y las interferencias que los españoles les imponían”.

<sup>63</sup> Sobre a participação popular na primeira etapa da revolução de independência, Monteverde (1968, p. 67) diz: “Desde que la revolución se inicia, el pueblo es su principal protagonista; es él quien llena el escenario. Incluso los curas y los abogados pasan a un segundo plano. Son las masas, las masas de campesinos pobres, de jornaleros sin trabajo, de humildes artesanos, de vagabundos, que no saben a punto fijo de dónde vienen ni a dónde van, de indios y castas, las que al lanzarse a "matar gachupines", saquear e incendiar las fincas de los ricos, de los ricos españoles y también mexicanos; las que al tomar y en parte destruir ciudades y haciendas, contribuyen decisivamente -y en un sentido histórico profundo, positivamente, sin duda- a destruir la vieja sociedad, a agudizar la lucha, a modificar el sistema económico y a crear la nueva estructura de clases sobre la cual descansaría el país en adelante”.

nas zonas mineiras da região centro-norte, em Dolores Hidalgo; e José Maria Morelos, logo depois, mais ao sul, próximo à capital, Cidade do México. Ambas despertaram a oposição conjunta dos espanhóis e da elite nativa, e fracassaram.

Quase uma década depois, em 1821, a aristocracia *criolla* se junta à causa da independência mexicana: é a posição *anticolonial* o elemento que une as forças do povo revolucionário e da aristocracia *criolla*. Pode-se dizer que a revolução de independência também incorporou alguns aspectos burgueses e antifeudais, na medida em que atacava o sistema estamental e a *alcabala*<sup>64</sup> e era favorável a ideia de uma república parlamentarista e ao perdão das dívidas dos mexicanos para com os comerciantes da metrópole. No entanto, deve-se ter em conta que esse caráter burguês aparece profundamente debilitado e inconcluso, uma vez que: 1) a burguesia comercial e mineira estava integrada ao sistema feudal-mercantil; 2) a pequena burguesia era quase inexistente e 3) os latifundiários feudais asseguraram seu domínio após derrotar os camponeses e mineiros revolucionários (SEMO, 1978).

#### 3.1.4.2 A questão racial no nascente Estado mexicano

“Na Espanha, o fato de não possuir ascendentes judeus ou árabes constitui uma espécie de título de nobreza; na América, a cor da pele (mais ou menos branca) indica a posição social do indivíduo”.

(A. von Humboldt - Ensayo Político sobre la Nueva España, 1827)

Se na Espanha a posição social de cada indivíduo era determinada pela renda, o *status* e o poder, nas colônias se poderia agregar também a cor da pele aos elementos anteriormente mencionados. A tentativa de exterminar os ameríndios só não se completou pela necessidade de mão de obra, deste modo “a limitada integração social e tolerância racial constituíam subprodutos gerados por fatores especiais, e, em particular, a carência de mão de obra livre para as ocupações intersticiais”, uma vez que “havendo poucos europeus para o preenchimento dessas posições, a sociedade colonial foi compelida a fornecer os braços necessários” (STEIN e STEIN, 1977, p. 91). Portanto, o sistema de exploração da colônia e, posteriormente, do México independente, embasa-se na propriedade e se reforça e legitima com a discriminação étnica e racial.

Desde o início da colonização, para formar parte das classes dominantes da Nova Espanha — e isso vale para a América espanhola, de modo geral — era necessário haver

<sup>64</sup> A *alcabala* era um imposto real sob transações mercantis impostas pela Espanha em suas colônias.

nascido espanhol, europeu ou *criollo*. A burocracia, os grandes comerciantes e a alta hierarquia eclesiástica e militar eram europeus. Os proprietários de minas, *criollos* ou europeus. Os latifundiários eram predominantemente *criollos*. As classes médias eram *criollas* e mestiças. A imensa massa trabalhadora era indígena, mestiça e, em menor medida, escravos negros (SEMO, 1978). Esses últimos grupos da massa trabalhadora ofereciam o que Humboldt (1827, p. 201) chamou de “o grande espetáculo da miséria”, trabalhavam com salários de cinco a seis pesos ao mês nas haciendas, viviam perpetuamente endividados nas *tiendas de rayas*, empregavam seu esforço nos ricos engenhos e minas dos quais geravam enorme quantidade de ouro e prata que nem sequer era retida pela colônia (MONTEVERDE, 1968). Durante o processo de colonização, os espanhóis e *criollos* se concentraram nos centros comerciais e administrativos (Cidade do México) e nas principais cidades mineiras. No interior, predominava de forma esmagadora a população ameríndia, em meio à qual espalhavam-se alguns brancos em suas propriedades fundiárias e nas principais cidades.

O aparelho do Estado era utilizado pelos espanhóis para enriquecimento pessoal à custa da exploração indígena:

O caráter do colonialismo, conquista, pacificação e evangelização ibérico pode ser apreendido a partir da análise do *corregimiento*, unidade administrativa básica do México central e do altiplano peruano, cerca de 1700. Nessas regiões encontramos o *corregidor de índios* ou *alcalde mayor*, indivíduo nascido na Espanha, possuidor de limitado treinamento legal e que obtivera a nomeação através de compra direta do cargo, vinculações familiares ou patronato. [...] Imediatamente, após a posse no cargo, o *corregidor* passava a fazer parte integrante de um sistema mercantil, administrativo e financeiro cuja infraestrutura se apoiava na vassalagem do indígena, meio-servo e meio-camponês (STEIN e STEIN, 1977, pp. 63-64).

A clivagem racial da sociedade se alimentava também pela religiosidade, na medida em que, até o momento em que os descendentes de indígenas não foram completamente catolicizados, estes se encontravam em uma posição “desprovida de razão”, como comentam S. Stein e B. Stein (1977, p. 51): “Se o início da conquista tornou os ameríndios vassalos, o paganismo converteu-os em tutelados e sua ‘inferioridade’ ou relutância na aceitação do cristianismo e da tutela metamorfoseou-se em ‘povos desprovidos de razão’. Esses indígenas eram sujeitos a um tributo pessoal, impedidos de se fixarem livremente, de possuir privadamente a terra, de contrair dívidas de mais de cinco pesos (antes da formação das haciendas), de se vestirem como espanhóis, de montar a cavalo e de portar armas.

Desde os primórdios da colonização, os elementos centrais da vida econômica eram pertencentes à elite espanhola e seus descendentes *criollos*. O fracasso na diversificação da economia colonial cria como consequências as limitações e dificuldades de oportunidades



econômicas, restando às massas indígenas, negras e mestiças o trabalho no campo ou nas nascentes cidades. Aqueles que se ocupavam dos trabalhos mais degradantes — os escravos negros e, mais comumente, os servos indígenas — eram considerados seres inferiores. Para as classes dominantes, se os indígenas eram ignorantes e dóceis, isso se dava pois eram indígenas e não devido a forma como a sociedade se organizou, e ainda se organiza, que produz e reproduz a subalternidade dessa população (STEIN e STEIN, 1977). O *racismo estrutural* mexicano, portanto, sempre foi indissociável de sua base econômica, sendo o cerne dessa questão constituído pela possibilidade de acesso à propriedade da terra, das minas, do comércio e da burocracia estatal. Deste modo, conforme Silvio Almeida (2021), a formação das classes é racialmente orientada e a constituição das raças é economicamente determinada, sendo que “[...] o conceito de *nação* será o ponto de mediação histórica entre os de *raça* e os de *classe* e funcionará como o amálgama ideológico a unificar indivíduos e grupos sociais nos limites dos Estados-nacionais”.

### 3.2 A TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO

Nesta seção será abordado o processo de transição da formação socioespacial mexicana ao modo de produção capitalista através de duas dimensões. A primeira é elaborada a partir da estrutura econômica do México em seu processo de substituição de importações, apontando três grandes fases: 1) a via norte-americana, que predominou durante a maior parte do século XIX; 2) a via prussiana clássica, durante o chamado *Porfiriato*; e 3) a nova “transição pelo alto”, que se iniciou com as reformas estruturais de Lázaro Cárdenas e que produziu décadas de crescimento econômico naquilo que chamamos de uma via prussiana com um novo conteúdo de classe.

A segunda grande dimensão para abordar a transição ao capitalismo no país é elaborada a partir da superestrutura política e a dinâmica de classes envolvida. Nesta, apontam-se quatro rupturas fundamentais, que constituíram ciclos de revoluções burguesas: 1) O processo de independência e constituição do Estado mexicano; 2) a guerra civil que culminou nas Leis de Reforma e na Constituição de 1857; 3) a Revolução Mexicana de 1910; e 4) as reformas estruturais de Lázaro Cárdenas, que edificaram um Estado desenvolvimentista no México.

Essas duas dimensões, a despeito de serem tratadas separadamente para fins metodológicos, fazem parte de um mesmo e único processo de transição de um modo de produção a outro, condicionando-se mutuamente.

### 3.2.1 O processo de substituição de importações

Durante todo o período colonial, incidiam sobre o México pesadas cargas tributárias por parte da metrópole<sup>65</sup>, além de proibições sobre a produção de algumas manufaturas. Em suma, nada fabricado na Espanha poderia ser produzido no México e tudo o que era produzido no México era sujeito a fortes restrições. Desta forma, por muito tempo sua economia baseou-se na produção agrícola e extração mineral. Depois da crise da prata no século XVII, a descoberta de novas minas na segunda metade do século XVIII — *La Valenciana*, em *Guanajuato* (1770); e *Catorce*, em *San Luis Potosi* (1778) — e de novas técnicas de extração e manejo (com mercúrio) criou um novo *boom* mineiro que tornou o México colonial o maior produtor de prata do mundo, fato passageiro, tendo em vista uma nova crise mineira, relacionada desta vez com os conflitos de independência (Moreno-Brid e Ros, 2009).

Após a independência, não demorou a criar-se uma relação conflituosa entre grupos, classes e frações de classes em volta da política econômica a ser adotada pelo país, dividindo-os entre liberais e nacionalistas:

“No México, todos os que estavam vinculados à indústria têxtil artesanal desejavam preservar o mercado nacional para o escoamento de sua produção; por seu turno, os comerciantes da cidade do México optavam pela importação de produtos manufaturados ingleses. Em síntese, as novas nações foram divididas pelos conflitos: entre aqueles que desejavam monopolizar todo o comércio interno e externo, de um lado, e aqueles que buscavam ocupar posições, monopolísticas locais; entre aqueles desejosos de proteger a produção artesanal local e aqueles interessados na comercialização de artigos importados, mais baratos; entre aqueles que favoreciam o fomento à agricultura e aqueles que prestigiavam a atividade mineira ou industrial. Cada subárea, sob a proteção de constituições federais, estaduais ou provinciais, buscava criar enclaves econômicos regionais via tarifas e pedágios internos. Não se forjou, de imediato, qualquer unidade nacional, inexistindo possibilidades de uma política econômica nacional, unificada, ao contrário do que ocorreu ao alvorecer da história independente norte-americana”. (STEIN e STEIN, 1977, p. 104).

O início da conjuntura depressiva do primeiro Ciclo de Kondratieff (1815-1848) propiciou com que as forças nacionalistas ganhassem força, resultando na elevação da proteção tarifária às importações — a qual alcançou 40% *ad valorem* em 1827 — e a criação do *Banco de Avío*, em 1830, por Lucas Alamán, uma instituição cujo objetivo fora promover a

<sup>65</sup> Segundo Moreno-Brid e Ros (2009), a carga tributária no México colonial era 10 vezes maior do que nas colônias anglo-saxônicas, em termos per capita.

modernização industrial no México. Através dos impostos sobre artigos importados, o banco revertia esse capital para empréstimos a juros baixos às companhias e indivíduos nacionais, além da compra e distribuição de máquinas destinadas, sobretudo, à produção têxtil<sup>66</sup>. A despeito de ser fechado em 1842, o *Banco de Avío* fez parte de uma importante onda nacionalista, que acabou sendo refém da resistência de determinados setores da sociedade<sup>67</sup> e ao contexto político nacional marcado por intensos conflitos e instabilidade institucional durante boa parte do século XIX<sup>68</sup> (POTASH, 1953).

Gradualmente, foram-se desenvolvendo produções artesanais e manufatureiras de pequena escala durante todo o século XIX, concentradas principalmente nos centros urbanos e favorecidas pelo protecionismo estatal e pelos altos custos de transporte que inibiam as importações. O processo de substituição de importações se deu de forma lenta até o último quartel do século XIX, durante este período é possível notar uma *via norte-americana* de transição ao capitalismo, com forte participação da produção têxtil e concentrada sobretudo na região central, com ênfase na Cidade do México e Puebla, impulsionada por seus grandes aglomerados urbanos<sup>69</sup>.

A partir da chegada ao poder de Porfirio Díaz, a estabilidade política e a explosiva expansão da rede ferroviária impulsionou um processo de modernização, já iniciado na região central, a qual somou-se a região norte. Conduzido pela classe de latifundiários, o surto modernizante do período do *Porfiriato* (1876-1911)<sup>70</sup> constituiu-se em uma *via prussiana* de tipo clássico.

---

<sup>66</sup> Segundo Robert Potash (1953, p. 272): “No era un banco comercial con funciones de depósito o de emisión, ni estaba dedicado directamente al trabajo de las empresas. Su función especial era impulsar a los empresarios privados y al capital privado en el ramo industrial, ofreciéndoles la oportunidad de obtener maquinaria, crédito y fondos suplementarios, muy por debajo de los precios corrientes del mercado”. Dentre as empresas em que o Banco financiou, 65,8% eram fábricas têxteis. Os estados de Veracruz, Puebla e México foram os mais beneficiados (DURAND, 1986).

<sup>67</sup> Sobre o conflito em torno do projeto econômico que envolvia o banco, Potash (1953, pp. 275-6) aponta para o papel dos artesãos: “El intento de Azcue por eliminar el Banco refleja la determinación de los artesanos de mantener su sistema de producción con todos sus costos y su ineficacia. La administración, en cambio, se propuso reemplazar ese sistema por el de la fábrica moderna. Y en la búsqueda de este objetivo el Banco de Avío tuvo a su cargo la vital tarea de ofrecer capital, maquinaria y ayuda técnica a los pioneros de la industrialización mexicana”.

<sup>68</sup> Entre 1821 e 1867, sucederam-se diferentes formas de governos (republicanos, imperiais, federais, ditatoriais, etc.).

<sup>69</sup> A Cidade do México era a cidade mais populosa do hemisfério oeste à época, com uma população de aproximadamente 170.000, em 1810, maior que Nova York, Boston e Filadélfia juntas.

<sup>70</sup> Díaz não governou diretamente durante todo esse período pois, em um breve momento (de 1880 a 1884), o presidente foi Manuel González. No entanto, González era indicado por Díaz, que acabou governando indiretamente durante seu governo. Isso se deu porque Díaz ainda não havia acumulado forças políticas suficientes para desrespeitar o princípio da não reeleição, o que aconteceu posteriormente, quando segue seu governo ininterruptamente de 1884 a 1911.

Finalmente, é no período pós-revolucionário em que ascendem ao poder forças políticas capazes de edificar um Estado desenvolvimentista, marcada por forte industrialização guiada pelo Estado mexicano. A ruptura revolucionária com os latifundiários, característica fundamental da via norte-americana de transição, combina-se com a necessidade da forte atuação do Estado na modernização econômica do país, característica da “transição pelo alto” de tipo prussiano. Essa via prussiana, no entanto, é expressa com um novo conteúdo de classe, pois conduzida por um pacto de poder entre a nascente burguesia, os trabalhadores urbanos e os camponeses. É dessa combinação original de vias transição que o México leva a cabo sua industrialização. A seguir, analisaremos com um pouco mais de profundidade cada uma dessas fases citadas.

### 3.2.1.1 O século XIX e a via norte-americana de transição

Por ter sido centro administrativo durante e após o período colonial, todo o comércio exterior era canalizado pela Cidade do México, o que contribuiu para formar uma grande e poderosa oligarquia comercial que adquiriu, inclusive, poderes oligopsônicos de manipulação de preços. Esta oligarquia, a qual dava um caráter de cidade mercantil por excelência à Cidade do México, no entanto, tornava-se uma barreira ao desenvolvimento industrial, na medida em que promovia a importação de produtos industrializados que inibiam a produção interna. Além disso, a carência de um capital financeiro, a instabilidade política e a falta de infraestruturas tornavam a tarefa ainda mais difícil (GARZA, 1985).

A despeito das dificuldades impostas, um pequeno número de indústrias puderam se desenvolver na região central do país, concentradas nos estados do México e de Puebla, além de um número relevante em Veracruz, por sua localização estratégica de cidade portuária. A principal delas foi, sem dúvida, a indústria têxtil. Em 1843, o país possuía um total de 59 empresas têxteis, 2.609 teares mecânicos, uma produção de 161.654 quilos de fio e 6.535 peças de mantas (Tabela 1).

Tabela 1: Características principais das fábricas de fios e tecidos de algodão no México por estados 1843

Estados	Habitantes (porcentagem)	Número de fábricas	Teares	<i>Quintales</i> de algodão <sup>71</sup>	Quilos de fio	Peças de manta
Totais	100	59	2.609	2.038	161.654	6.535

<sup>71</sup> Cada *quintal* corresponde a 46.02 quilogramas de algodão.

Durango	2,3	5	140	139	400	778
Guanajuato	7,2	1	-	10	900	-
Jalisco	9,6	4	220	228	16.800	-
México	19,6	17	1.187	401	36.000	3.277
Puebla	9,7	21	530	691	61.719	1.290
Querétaro	1,7	2	112	137	10.000	400
Sonora	1,7	1	54	71	-	57
Veracruz	4,1	8	366	361	35.835	733

Fonte: GARZA, 1985

Nota-se o acirramento entre as posições de Puebla e México, contando com 35,6 e 28,8 por cento, respectivamente, do total de fábricas do país. Enquanto Puebla ganha em quilos de fio e *quintales* de algodão, o estado do México fica na frente em relação ao número de teares e peças de manta produzidas. No entanto, tendo uma participação muito menor na porcentagem de habitantes, Puebla era inegavelmente mais industrializada, em termos relativos, que seu concorrente.

Entre 1843 e 1845, a indústria têxtil viveu seu auge, aumentando de 59 para 92 o número de fábricas. Seguindo este movimento, o estado do México aumentou de 17 para 24 o número de empresas, mas reduziu sua importância relativa de 28,8 para 26,1 por cento, enquanto que Puebla quase duplicou seu número de fábricas, de 21 a 41, chegando a 44,5% do total das empresas têxteis nacionais. Este auge, portanto, marcou também a hegemonia absoluta de Puebla na produção têxtil de meados do século XIX.

Ademais, algumas outras atividades de tipo fabril, manufatureiro ou artesanal floresceram à época, dentre eles: açúcar, aguardente, sabão, tabaco, pólvora, azeite, louças, talheres, papel, móveis, ourivesaria, jóias e vidros. A indústria de papel foi, provavelmente, a que seguia em importância a têxtil, concentrada em mais da metade de suas fábricas na Cidade do México e em quatro empresas (Belén, Loreto, Peña Pobre e Santa Teresa), com um capital somado de um milhão e meio de pesos. A indústria de tabaco, por sua vez, a despeito de ter seu início na Cidade do México, ainda no período colonial como um sistema de monopólio da coroa, passou por um processo de espraiamento, contando apenas com 11,1% de suas empresas localizadas na capital, em 1876 (GARZA, 1985).

Tabela 2: PIB per capita por setor 1800-1877

	1800	1845	1860	1877
PIB <i>per capita</i> , em porcentagem (1800 = 100)	100,0	78,4	70,9	85,0
Agricultura	44,4	48,1	42,1	42,2
Mineração	8,2	6,2	9,7	10,4

Manufatura	22,3	18,3	21,6	16,2
Construção Civil	0,6	0,6	0,6	0,6
Transporte	2,5	2,5	2,5	2,5
Comércio	16,7	16,9	16,7	16,9
Governo	4,2	7,4	6,8	11,2
Outros	1,1	-	-	-

Fonte: Moreno-Brid e Ros, 2009

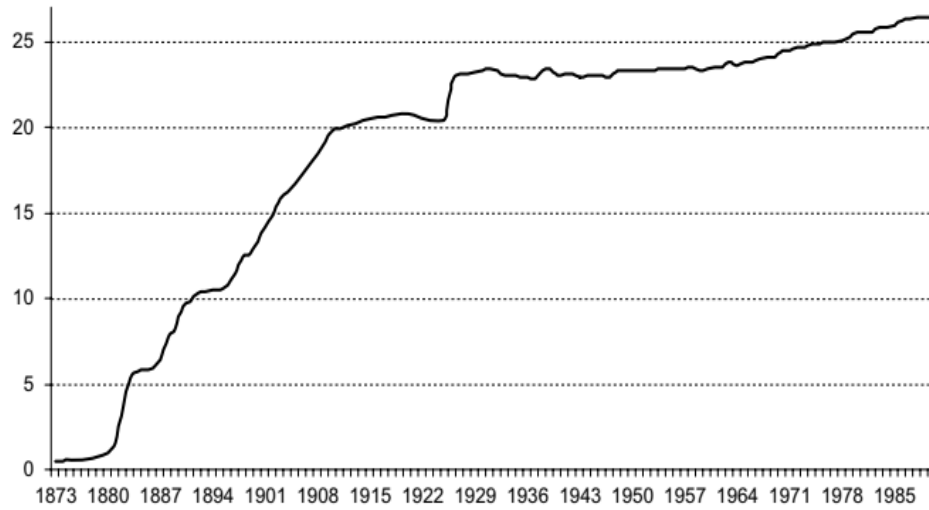
Até a década de 1860 é inegável o predomínio da *pequena produção mercantil* na economia mexicana<sup>72</sup>, representando cerca de 90% do total das empresas do país. O restante apresentava características capitalistas fabris de produção. Este pequeno número de indústrias participavam com 25% do valor da produção anual (GARZA, 1985, p. 102). Como podemos perceber analisando a evolução do PIB *per capita* (Tabela 2), a maior parte do século XIX no México foi de uma longa estagnação, sendo a instabilidade política responsável em grande parte por isso. Começando pela guerra de independência, o México ainda passou pela Guerra Mexicano-Americana (1846-1848) e todos conflitos e guerras civis que envolveram as Leis de Reforma e a nova Constituição de 1857.

### 3.2.1.2 O Porfiriato e a via prussiana clássica

Com a chegada ao poder do general Porfirio Díaz e o início do período chamado *Porfiriato* (1876-1911), o México inicia importantes transformações. A primeira delas é a estabilidade política, após praticamente todo o século XIX ser marcado por intensos conflitos internos e externos. A segunda é a grande expansão ferroviária do período. Se até esse momento, o México se constituía por ilhas econômicas desconectadas entre si e, frequentemente, voltadas para o exterior, no período do *Porfiriato* fortalecem-se forças centrípetas de unificação nacional através da construção das ferrovias com capital majoritariamente estrangeiro. Os 640 km de ferrovias que o México tinha até então, transformaram-se em 20 mil km. No Gráfico 1, podemos perceber esta forte expansão do número de quilômetros de trilhos entre 1880 e 1908, durante o *Porfiriato*. E nos mapas 5 e 6, a distribuição espacial desta expansão.

<sup>72</sup> Segundo Monteverde (1968, p. 193): “La industria seguía debatiéndose entre los inconvenientes de una libertad comercial ruinosa y una protección arancelaria asfixiante; seguía girando principalmente en torno de las plantas de hilados y tejidos y de unas cuantas decenas de manufacturas ligeras; las unidades dominantes seguían siendo el taller artesanal y la pequeña empresa local, y el tránsito a la fábrica tropezaba con toda clase de obstáculos, y a la vez avanzaba penosamente, agudizando el proceso de descomposición del artesanato”.

Gráfico 1: Expansão da rede ferroviária durante os anos de 1873 e 1985 (em milhares de quilômetros)



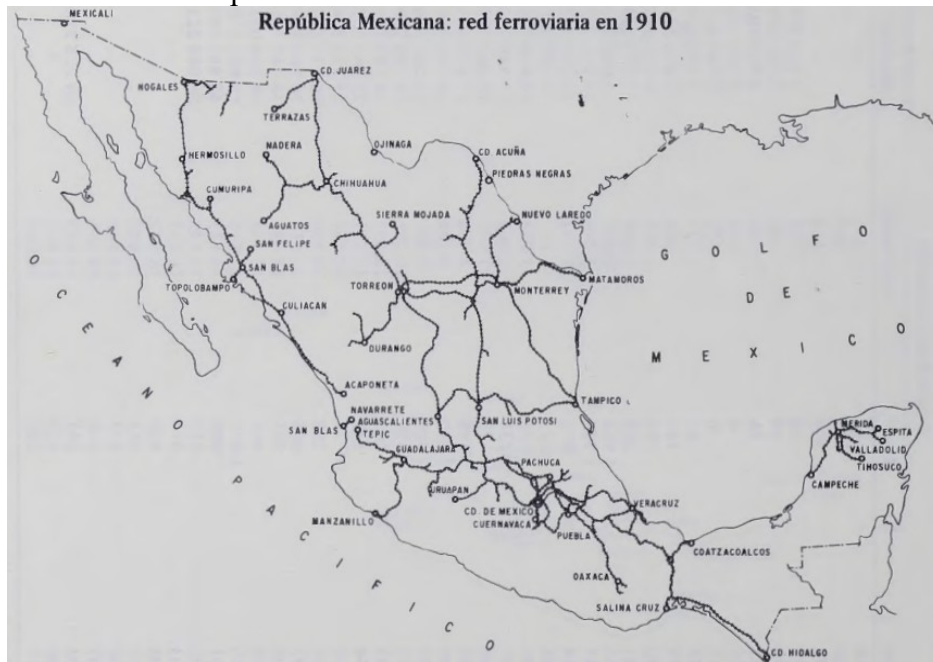
Fonte: Moreno-Brid, Ros, 2009

Mapa 5: Rede ferroviária mexicana em 1873



Fonte: GARZA, 1985

Mapa 6: Rede ferroviária mexicana em 1910



Fonte: GARZA, 1985

As ferrovias faziam a ligação do principal porto exportador do país, em Veracruz, à capital e desta ao norte, chegando aos Estados Unidos. Até esta época, a recente potência estadunidense competia com a Inglaterra como o principal comprador do México, o que mudou nos dez anos seguintes, quando as compras inglesas baixaram de 41,4% para 16,8% do total das exportações mexicanas, enquanto que as norte-americanas subiram de 40% para 73%. O México passava a gravitar em torno do gigante do norte (MONTEVERDE, 1968).

A configuração com a qual se estabeleceu a rede ferroviária favoreceu uma centralização ainda maior da Cidade do México no contexto nacional e propiciou um eclipsamento de Puebla, que gradativamente foi diminuindo sua importância econômica em relação à capital. A convergência dos fluxos propiciados pelas comunicações ferroviárias impulsionaram a consolidação da Cidade do México como o centro comercial-administrativo mais importante da república.

A implementação das ferrovias reduziu exponencialmente o custo de transporte — cerca de um décimo em comparação ao custo via rodovia — o que fez com que as importações se tornassem mais baratas. Uma das indústrias que foram levemente favorecidas foi a têxtil, que já ganhava escala à época. As ferrovias, na verdade, foram muito mais uma condição para o aumento dos investimentos estrangeiros em setores já conhecidos por eles, isto é, a mineração e a agricultura, modernizando-os, além dos aportes financeiros na dívida pública mexicana (tabela 3). As exportações ganharam ainda mais força com o início da fase



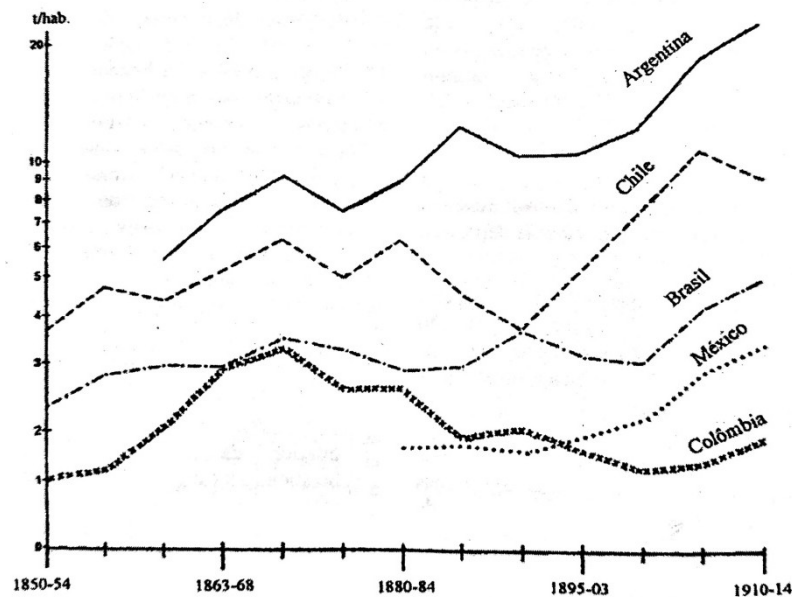
expansiva do terceiro ciclo de Kondratieff (1896-1921), tendo importante participação no aumento do comércio exterior do país (Gráfico 2)<sup>73</sup>.

Tabela 3: Capital estrangeiro investido no México por setor, 1911 (% do total)

Setor	Porcentagem
Ferrovias	33,2
Mineração	27,1
Dívida Pública	14,6
Comércio e Bancos	8,5
Serviços Públicos	7,0
Explorações Agropecuárias	5,7
Indústrias de Transformação	3,9

Fonte: BRUIT, 1982

Gráfico 2: Comércio exterior de cinco países latino-americanos. Exportação + importação em libras por habitante (médias quinquenais)



Fonte: Bruit, 1982

A região norte, por sua vez, viveu um surto industrial nesta época, muito influenciada pelo maior mercado nacional do mundo à época e líder da Segunda Revolução Industrial, os Estados Unidos da América. Com o desfecho da Guerra Mexicano-Americana e a expansão territorial estadunidense ao sul, usurpando quase metade do território mexicano, a nova fronteira norte do México passou a sofrer grande influência do dinamismo industrial dos

<sup>73</sup> Segundo Belluzzo (1999, p. 92), “Na passagem do Oitocentos para o Novecentos, o auge do comércio internacional expressou-se no crescimento espetacular do volume e do valor das exportações mundiais, bem como na diversificação das mercadorias envolvidas no intercâmbio ‘global’ e na incorporação de novas áreas periféricas, especializadas na produção de alimentos e matérias-primas. Esse auge foi impulsionado, no centro, por importantes inovações nos métodos de produção e pelo surgimento de novos produtos, acompanhados de significativas alterações nas escalas de produção”.

estados recém conquistados dos Estados Unidos, sobretudo do Texas, que conectou os nascentes núcleos empresariais do norte do México aos múltiplos segmentos do mercado mundial.

Em Monterrey, desde 1850 vinha se desenvolvendo a atividade comercial, ainda que de forma lenta devido à debilidade do mercado interno desprovido de comunicações. Os comerciantes que ali se formaram eram tanto mexicanos quanto de origem estrangeira. De quatro dos grupos familiares mais proeminentes do período pré-fábrica de Monterrey, um era de origem irlandesa (Patricio Milmo), um espanhol (os irmãos Hernández) e os outros dois mexicanos (Gregorio Sembrano e Evaristo Madero, avô do revolucionário de 1910)<sup>74</sup>. Além do comércio, este grupo de empresários acumulavam fortunas através de atividades especulativas/usureiras e apropriaram-se de vastas extensões de terra para preservar seu capital (CERUTTI, 2006a).

Com a instalação das ferrovias, a integração territorial do país e a conexão com os Estados Unidos, o montante de capital comercial acumulado previamente transfere-se para a produção, causando um verdadeiro surto industrial na região. Não demorou para multiplicarem-se os números de empresas fabris, explorações mineiras, companhias agropecuárias e bancos, dentre eles: *Compañía Minera, Fundidora y Afinadora Monterrey S. A. (1899)*, *Compañía Fundidora de Fierro y Acero de Monterrey S. A. (1900)*, *Banco Mercantil de Monterrey S. A. (1899)*, *Fábrica de Vidrios y Cristales de Monterrey S. A. (1904)*, *Banco de Nuevo León S. A. (1892)*, *Compañía Carbonífera de Monterrey S. A., Fábrica de Cartón S. A. (1900)*, *Compañía Industrial de Monterrey S. A. (1897)*, *Cementos Hidalgo (1907)*<sup>75</sup>. O enquadramento jurídico das sociedades anônimas possibilitou a reunião de capitais em grandes proporções, montando indústrias sofisticadas e de grande escala (CERUTTI, 2006a).

Em 1908, as fábricas e oficinas de Monterrey geraram valores aproximadamente nove vezes maiores que os do setor agrícola<sup>76</sup>. Em 1910, este último alcançou somente 19% dos valores gerados pela metalurgia pesada (mais voltada para o mercado estadunidense) e

---

<sup>74</sup> Falando a nível nacional, no entanto, Moreno-Brid e Ross (2009) destacam a participação dos imigrantes no empresariado do país. Segundo eles, a maioria das plantas de produção têxtil tinha como sócios principais os franceses; as cervejarias, os alemães; e nas indústrias de papel, cimento e metal predominavam franceses, britânicos, estadunidenses ou espanhóis como sócios principais. Os capitais estadunidenses e britânicos controlavam a maioria das empresas ferroviárias e o setor de mineração. Comerciantes alemães, franceses e espanhóis dominavam o comércio atacadista e tiveram função principal na criação dos primeiros bancos.

<sup>75</sup> A sociedade Cementos Hidalgo, mais tarde, se fundiu com a Cementos Monterrey e, desta fusão, surgiu a CEMEX, hoje a terceira maior produtora de cimentos do mundo.

<sup>76</sup> Até meados dos anos 1880, a produção rural dominava a economia de Nuevo León (estado que se localiza a cidade de Monterrey). No entanto, rapidamente esse cenário se inverte e, em 1896, Monterrey encabeçava o montante produzido pelo estado: 12.900.000; frente a 300.000 da agricultura.

siderurgia (mais voltada para o mercado interno)<sup>77</sup>. Seguindo um padrão pouco frequente na América Latina, que iniciou sua industrialização pela indústria leve, Monterrey tornou-se um verdadeiro polo nacional metalúrgico e siderúrgico, contando com quase um quarto do total de metal e aço produzido no país, ainda muito dependente das importações.

A rede ferroviária também influenciou o desenvolvimento econômico de Chihuahua, que viu a exportação de gado, destinado principalmente ao Texas, aumentar exponencialmente. Por sua vez, esta mesma atividade estimulou o surgimento de inúmeros bancos, tornando Chihuahua a cidade com maior quantidade de bancos de todo o México. Estes bancos cumpriram papel fundamental no financiamento produtivo destinado às indústrias de Monterrey e à produção agrícola especializada da região da *comarca lagunera* (La Laguna), especialmente na cidade de Torreón (CERUTTI, 1994).

Na divisa dos estados de Durango e Coahuila, banhada pelos rios *Nazas e Aguanaval*, La Laguna iniciou uma rápida especialização produtiva, centrada sobretudo na produção de algodão. Segundo Cerutti (1994), na década de 1890 La Laguna já representava 75% da produção total de algodão do México. Nesse processo de desenvolvimento algodoeiro, ganha destaque a família Madero, participando como: 1) financiadores de agricultores, que iam assentando-se na comarca lagunera; 2) comerciantes de algodão e 3) consumidores industriais da fibra, cujo destino era, em sua maioria, as indústrias têxteis de Monterrey.

Deste modo, impulsionado pela expansão da rede ferroviária pelo território mexicano e influenciado não por um, mas por dois mercados — o nacional, que integrava-se internamente, e o estadunidense — forma-se durante o *Porfiriato* um *eixo empresarial no norte do país*, envolvendo Chihuahua, La Laguna e Monterrey. A divisão interna do trabalho constituía-se da seguinte forma: Chihuahua desenvolvia a mineração, a atividade agropastoril e, sobretudo, seu capital bancário, que financiava a agricultura especializada e a agroindústria (óleo, sabão, etc.) da região de La Laguna, que por sua vez fornecia matérias-primas para o parque industrial de Monterrey. Este poderoso eixo empresarial atraía capitais de outros pontos do norte e, até mesmo, da Cidade do México.

As relações no campo também se modernizaram nesta região. Diferentemente do centro e do sul do país, onde se concentravam grandes contingentes populacionais de povos indígenas, no norte a mão de obra era escassa e sempre havia a possibilidade de migrar para o país vizinho. Além disso, a nascente indústria dessa região concorria para absorver a mão de

---

<sup>77</sup> Segundo Cerutti (2006a), em 1910, somente a metalurgia básica (duas grandes plantas) e a siderurgia (a *Compañía Fundidora de Fierro y Acero*) computavam 30.400.000 de pesos, enquanto que a agricultura chegou apenas a 5.700.000.

obra disponível, o que obrigava os donos das *haciendas* a oferecerem incentivos aos trabalhadores a fim de atraí-los, fazendo elevar os salários. Os trabalhos forçados pela servidão por endividamento eram cada vez mais raros quanto mais próximos da fronteira, e mais comuns quanto mais longe dela. Eram mais frequentes, por exemplo, no estado de Durango, do que nos estados de Sonora, Chihuahua e Coahuila (KATZ, 2013).

Em contraste, a região sul do país viu um recrudescimento nos regimes de coerção do trabalho via servidão por endividamento. Com o grande aumento da demanda de produtos tropicais (borracha, café, tabaco, henequén, açúcar, etc.), por conta da expansão ferroviária, aumentou-se a procura por mão de obra, que existia em grande número devido às comunidades indígenas. Estas comunidades, por conseguinte, foram em grande parte expropriadas por conta da própria instalação das ferrovias — e suas concessões fundiárias às empresas responsáveis — e por conta da Lei das Terras Devolutas e Ociosas. Como não ocorreu o simultâneo desenvolvimento industrial na região, esta camada social acabou sendo obrigada a submeter-se ao trabalho servil nas *haciendas* (KATZ, 2013).

A região central é um caso intermediário em que é difícil dizer se aumentou ou diminuiu o trabalho coercitivo, na medida em que operavam forças contraditórias. Ao mesmo tempo em que aumentava o número de trabalhadores residentes, diminuía a necessidade do hacendado de prender o trabalhador à terra por meio das dívidas (KATZ, 2013).

Se a primeira metade do governo de Díaz teve uma forte carga liberal, a segunda metade foi certamente mais intervencionista, com forte influência positivista, na figura dos *científicos*<sup>78</sup>. Aumentou-se a participação estatal no setor ferroviário, culminando na nacionalização de algumas das principais linhas conectando México e EUA, com a criação do *Ferrocarriles Nacionales de México* (FNM), em 1908. Um segundo movimento importante foi a fusão, orquestrada pelo Estado, dos dois maiores bancos do país para criar o *Banco Nacional de México* (*Banamex*)<sup>79</sup>, ainda centrado em crédito de curto prazo<sup>80</sup>. Além disso, aboliram-se as tarifas regionais (*alcabalas*) e se promoveu programas de proteção tarifária (programa *industrias nuevas*) e desvalorização cambial. Entre 1877 e 1910, o PIB mexicano cresceu a uma taxa de 3,5% em números reais e de 2,5 em termos *per capita*. Durante o

<sup>78</sup> Os *científicos* eram um grupo de intelectuais e políticos que influenciaram em grande medida os últimos anos do governo de Porfirio Díaz..

<sup>79</sup> O sistema bancário mexicano era altamente concentrado à época. Em 1911, *Banamex* e *Banco de Londres y México* detinham mais de 60% dos ativos bancários do mercado doméstico (MORENO-BRID e ROS, 2009).

<sup>80</sup> Segundo Moreno-Brid e Ros (2009, p. 66): “By 1897, no bank had legal authorization to give loans for a period longer than 1 year. By 1910, some banks were legally allowed to give such loans, but the great majority of them were provided for investments in real estate. Out of 47 banks in 1911, only 10 were legally allowed to lend for terms of more than 1 year”.

mesmo período, a produção manufatureira cresceu a uma taxa média anual de 3,6%. O país entrava em uma fase de produção em larga escala e tecnificação produtiva (MORENO-BRID e ROS, 2009).

O *Porfiriato* foi o primeiro período de modernização no país, conservando a superestrutura política oligárquica dos donos de terras e promovendo, assim, uma *via prussiana* clássica. O desenvolvimento desigual do território mexicano tornou o centro e, principalmente, o norte do país, cada vez mais modernos, com grande crescimento da economia de mercado e da indústria, contrastando com o sul semi feudal<sup>81</sup>.

### 3.2.1.3 O Cardenismo e a nova “transição pelo alto”

Influenciado pela depressão econômica mundial que se iniciou em 1921 (fase recessiva do 3º Kondratieff) e agravou-se profundamente com a crise de 1929, gerando uma conjuntura internacional propícia para novos processos de substituições de importações, Lázaro Cárdenas (1934-1940) ascende ao poder no México e realiza importantes reformas estruturais na economia do país.

Após quase vinte e cinco anos do início da Revolução Mexicana de 1910<sup>82</sup>, o país já havia passado por intensos conflitos internos a partir da guerra civil que eclodiu com a destituição de Díaz e a luta pelo poder político, a qual consagrou nomes como Francisco I. Madero, Emiliano Zapata, Francisco Villa, Obregón, Carranza, entre outros, e que culminou na institucionalização da revolução durante o período do chamado *Maximato* (1920-1934), quando Plutarco Elías Calles governou direta e indiretamente o México, pondo fim ao período dos *caudillos* (caudilhos). Durante todos estes anos de guerra civil e de *Maximato*, porém, um dos elementos centrais responsáveis pela própria revolução ainda não tinha sido tocado, isto é,

---

<sup>81</sup> Segundo Moreno-Brid e Ros (2009, p. 56): “In practice, during the Porfiriato, no norms or legal rulings were put in place to modernize labor market regulations. This allowed for the simultaneous coexistence of quasi-feudal labor relations in some regions and activities with capitalist relations in other, more modern areas”. Esse contraste regional guarda semelhanças com a análise gramsciana do desenvolvimento tardio do capitalismo italiano. Segundo o autor, em seu conhecido texto sobre *A Questão Meridional*: “A nova Itália encontrara em condições absolutamente antitéticas os dois troncos da península, meridional e setentrional, que se reuniam depois de mais de mil anos. A invasão longobarda romperia definitivamente a unidade criada por Roma; no Norte, as Comunas haviam dado um impulso especial à história, enquanto no Sul o reino dos Svevo, dos Angiò, da Espanha e dos Bourbon lhe deram um outro impulso. Em uma parte, a tradição de uma certa autonomia criara uma burguesia audaz e cheia de iniciativas; e existia uma organização econômica similar à dos outros Estados da Europa, propícia ao ulterior desenvolvimento do capitalismo e da indústria. Na outra, as administrações paternalistas da Espanha e dos Bourbon nada criara: a burguesia não existia, a agricultura era primitiva e não era sequer suficiente para abastecer o mercado local; não havia estradas, nem portos, nem utilização das poucas águas que a região, pela sua especial conformação geológica, possuía” (GRAMSCI, 1987, p. 62).

<sup>82</sup> Sobre o significado histórico da revolução e sua dinâmica de classes, veremos mais adiante.

as grandes propriedades latifundiárias. É somente com a ascensão ao poder de Lázaro Cárdenas, rompendo com o *Maximato*, que a reforma agrária é posta em prática de forma radical e as terras são distribuídas em proporções nunca antes vistas no país, realizando 37% do total das distribuições agrárias. (Tabela 4). Essa distribuição de terra, na forma dos *ejidos*, teve um duplo aspecto: um quantitativo, pela proporção sem precedentes; e outro qualitativo, pela convergência de pelos menos três circunstâncias para a sua realização: a) que a terra expropriada fosse fértil e irrigada; b) que a produção da zona tivesse importância comercial; c) que já existissem organizações sindicais requisitando a terra. E para que o sistema *ejidatario* não se dedicasse apenas ao cultivo de subsistência, criou-se o Banco Nacional de Crédito Ejidal, a fim de orientar grandes projetos de exploração comercial (CAMÍN e MEYER, 2000).

Tabela 4: Dotações agrárias por regimes presidenciais

<b>Presidentes</b>	<b>Período presidencial</b>	<b>Hectares distribuídos</b>	<b>Porcentagem do total</b>
Venustiano Carranza	1915-1920	132	0,3
Adolfo de la Huerta	maio-nov. 1920	34	0,1
Álvaro Obregón	1920-1924	971	2,0
Plutarco Elías Calles	1924-1928	3.088	6,4
Emilio Portes Gil	1928-1930	1.173	2,4
Pascual Ortiz Rubio	1930-1932	1.469	3,0
Abelardo Rodríguez	1932-1934	799	1,7
Lázaro Cárdenas	1934-1940	17.890	37,1

Fonte: Barbosa, 2010

Através do *Plan Sexenal*, pela primeira vez um presidente mexicano apresentava um plano de ações e metas de investimento em agricultura, indústria e infraestrutura, bem como investimentos de tipo social (educação, saúde pública, etc.). Durante o período cardenista, em média, os gastos se dividiram em: 44% para despesas burocráticas; 38% para objetivos de desenvolvimento econômico (infraestrutura, crédito, etc.); e 18% em investimento de tipo social (CAMÍN e MEYER, 2000, p. 179). Se antes predominava o investimento de curto prazo, com Cárdenas iniciou-se a edificação de uma rede bancária que impulsionaria o investimento de longo prazo<sup>83</sup>, centrada na atuação da *Nacional Financiera* (NAFINSA),

<sup>83</sup> Alexander Gerschenkron enfatiza o papel preponderante dos bancos de investimento de longo prazo no desenvolvimento de nações atrasadas, pois, segundo o autor, "(...) num país relativamente atrasado, o capital é escasso e disperso, a desconfiança em relação às atividades industriais é considerável e, por último, há maior pressão pela grandeza, por causa do alcance do movimento de industrialização, do maior tamanho médio das

criada um ano antes do governo cadernista, em 1933. Se, originalmente, a NAFINSA foi criada com o objetivo de administrar as propriedades que foram à falência com a crise econômica mundial, com Cárdenas ela adquire uma nova função: ser o principal banco de desenvolvimento do país. Ao final da década de 1930, havia sete instituições financeiras públicas (todas criadas entre 1925 e 1937) e 114 bancos privados. Dentre as públicas, destacam-se o *Banco Nacional de Crédito Ejidal* (1935) e o *Banco Nacional de Comercio Exterior* (1937). O governo partiu para uma política econômica claramente heterodoxa, sustentando déficits fiscais em função da socialização de investimento de caráter anticíclico (MORENO-BRID e ROS, 2009).

Além do claro apoio dos camponeses (na figura da Confederação Nacional Camponesa) à Cárdenas, por conta da realização da reforma agrária, o presidente também conquistou o apoio dos trabalhadores urbanos, organizados em torno da Confederação de Trabalhadores do México (CTM). Para tornar sólido este apoio, Cárdenas deixou claro que, em todo conflito operário-patronal em que a razão não estivesse claramente a favor do patrão, o governo se inclinaria para o lado do operariado. Deste modo, quando ocorreu uma grande greve na indústria petrolífera, em 1937, a Suprema Corte decidiu sobre a procedência do aumento salarial, decisão da qual as empresas se recusaram a obedecer. Assim sendo, em 1938, o governo mexicano decreta a nacionalização da indústria petrolífera, criando a *Petróleos Mexicanos* (PEMEX), uma ação decisiva no futuro do país<sup>84</sup>. Naquele mesmo ano, o México viveu uma crise no setor de petróleo, o que fez o setor voltar-se para o mercado interno. A demanda externa, sendo menor, tornou também menor o poder dos países estrangeiros de exercerem alguma persuasão via retaliação econômica de compressão da demanda no setor (CAMÍN e MEYER, 2000).

Durante o governo Cárdenas, de modo geral, existiam diferentes estruturas econômico-sociais coexistindo em unidade de contrários na formação socioespacial mexicana, sendo elas:

---

fábricas e da concentração dos processos de industrialização em ramos em que a relação capital/produto é relativamente alta” (GERSCHENKRON, 2015, p. 77).

<sup>84</sup> O México aceitou pagar o que havia tomado, mas dentro de um prazo de dez anos estabelecido pelas leis nacionais, o que desagradou o governo estadunidense. No entanto, a conjuntura internacional não era propícia para grandes intervenções estrangeiras por parte dos EUA, tendo em vista a fragilidade econômica pós-crise e o risco cada vez maior do desencadeamento de uma guerra mundial, que se concretizaria um ano depois, exigindo fortes alianças políticas. Com isso, a conjuntura mundial e a política de boa vizinhança de Roosevelt jogaram a favor do México (CAMÍN e MEYER, 2000).

**Economia natural:** Na figura da produção para subsistência, centrada agora no interior dos *ejidos* (quando antes era nas *haciendas*, na produção para o autoconsumo) e nas pequenas propriedades desligadas da economia de mercado. Esta estrutura predominava, sobretudo, no sul do país e nos pontos mais remotos do norte, apresentando-se em claro processo de decomposição;

**Pequena produção mercantil:** Representada pela produção orientada ao mercado dos *ejidos*, bem como dos demais pequenos produtores existentes em número maior na região norte. Leva-se em conta também os pequenos artesãos e produtores manufatureiros das cidades, principalmente na região central, na Cidade do México e Puebla. Vivia um processo rápido de diferenciação social, dividindo-se cada vez mais entre empresários e trabalhadores assalariados;

**Capitalismo privado:** Referente às empresas privadas, nacionais e estrangeiras, que predominavam na região central e norte do país. De 1940 a 1970, essas empresas aumentaram em número e tamanho.

**Capitalismo de Estado**<sup>85</sup>: Referente às empresas estatais e à rede capilarizada de bancos estatais que coordenavam o processo de desenvolvimento econômico do país.

As quatro décadas posteriores seriam marcadas por uma relativa continuidade em sua política econômica, a ponto de surgir uma ideologia política (o Cardenismo), arraigada em tradições nacional-desenvolvimentistas no país. Desta forma, o México viveu um intenso processo de industrialização: de 1940 a 1980, registrou-se um crescimento médio anual de 6,4% ao ano em termos reais e um aumento do produto interno *per capita* de 3,2% ao ano (Gráfico 3). A manufatura se tornou o motor do crescimento, com taxas de aumento da produção de 8,2% ao ano. A produção manufatureira subiu de 12,9% do PIB em 1930 para 22,5% em 1970, enquanto a agropecuária diminuiu de 18,8% para 11,5% (Tabela 5). O país saiu de uma condição agrária, quando somente 35% da população viviam nas cidades, para tornar-se majoritariamente urbano no final da década de 1960, quando 58% da população já se

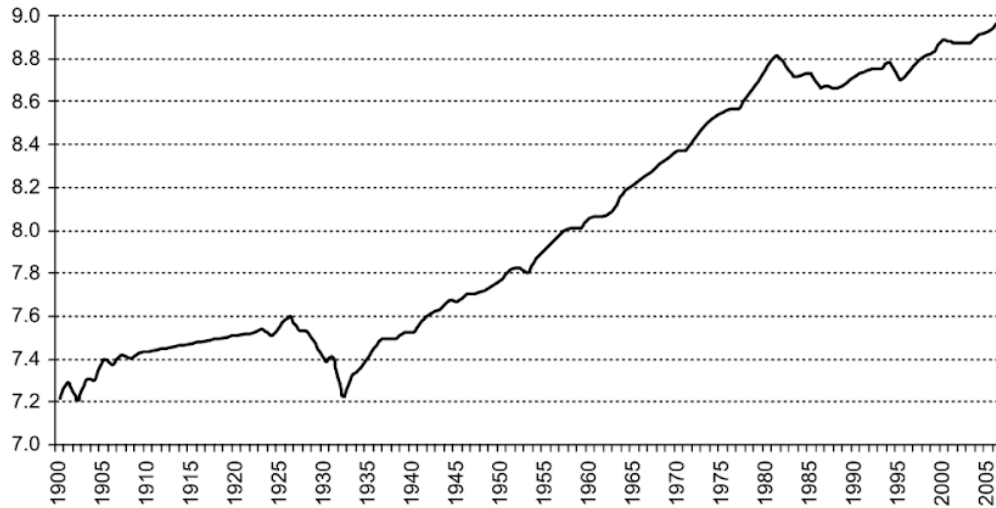
---

<sup>85</sup> Ressaltamos que a diferenciação aqui feita entre capitalismo privado e de Estado é uma mera distinção metodológica entre as empresas privadas e estatais que compõem a economia mexicana. Estado e mercado, a rigor, não são dissociáveis em uma análise de conjunto da economia capitalista. O Estado é condição *sine qua non* para o funcionamento econômico e jurídico do capitalismo, conforme Gramsci (1989, p. 32): “(...) deve-se considerar que também o liberalismo é uma ‘regulamentação’ de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberalismo é um programa político destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado; isto é, modificar a distribuição de renda nacional”. Para uma análise concreta da indissociabilidade entre Estado e mercado no desenvolvimento das nações, ver Chang (2004) e Mazzucato (2014).



encontrava nas cidades. A taxa de investimento foi de 8,6% para 20% do PIB, em 1970, com o investimento privado representando 13,4% e o público os outros 6,6% (MORENO-BRID e ROS, 2009).

Gráfico 3: PIB per capita do México, 1900-2005



Fonte: Moreno-Brid e Ros, 2009

Tabela 5: Estrutura do PIB, 1930 - 1970 (porcentagem)

Setor	1930	1940	1950	1960	1970
Agropecuária*	18,8	19,4	19,2	15,8	11,5
Mineração	6,0	3,7	2,1	1,5	1,0
Manufatura	12,9	15,4	17,1	19,0	22,5
Petróleo	3,2	2,7	3,0	3,4	4,2
Construção	2,6	2,5	3,6	4,0	4,5
Eletricidade	0,7	0,8	0,7	1,0	1,8
Serviços	21,6	22,1	19,4	21,2	19,9
Comércio	31,5	30,9	31,6	30,8	31,5

\* Inclui agricultura, pecuária, silvicultura e pesca.

Fonte: Garza, 1985

A partir da década de 1950 generalizou-se a prática do protecionismo para estimular a substituição de importações. Através da imposição de licenças para importação, o governo frequentemente proibia a importação de produtos que já eram produzidos internamente, sendo permitido para os que ainda não eram. Proteção tarifária também foi um mecanismo utilizado para tornar proibitivas as importações. Além disso, o governo investiu em incentivos fiscais para novas indústrias em troca do comprometimento das empresas em relação aos preços, controle de qualidade e treinamento dos trabalhadores (MORENO-BRID e ROS, 2009).

O apaziguamento da revolução também possibilitou o aumento dos investimentos estrangeiros diretos (IEDs). Em 1940, estes representavam apenas 450 milhões de dólares, número que superou 1 bilhão em 1960 e chegando a 4,5 bilhões na segunda metade da década

de 1960 e 10 bilhões nos anos oitenta. Grande parte destes investimentos tinha origem estadunidense<sup>86</sup> (CAMÍN e MEYER, 2000).

De forma escalonada, a industrialização mexicana seguiu ciclos de acumulação internos. Por volta da década de 1960, a substituição de importações apresentava-se completa na maior parte das indústrias de bens de consumo não duráveis e bens intermediários leves. A partir daí, durante as décadas de 1960 e 1970, as políticas industriais e comerciais focaram na produção interna de bens de consumo duráveis, bens intermediários pesados e indústria de bens de capital, como pode-se perceber na Tabela 6. Utilizou-se, sobretudo, três mecanismos de fomento, conforme Moreno-Brid e Ros:

Manufacturing, especially its heavy intermediates, consumer durables, and capital goods sectors, benefited from three main mechanisms of resource transfer: (1) high prices for their products arising from protection of domestic industrial markets; (2) lower input costs resulting from energy subsidies, export taxes, and licenses on some agricultural raw materials and minerals; and (3) low prices for imported capital goods as a consequence of appreciated real exchange rates and high tariff exemptions on imports of machinery and equipment which facilitated the financing of industrial investments (MORENO-BRID e ROS, 2009 p. 115).<sup>87</sup>

Tabela 6: Taxas de proteção tarifária, 1960 e 1970 (porcentagem)

<b>Setor</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>
Agricultura	3,0	-1,4
Mineração	-0,2	-12,3
Petróleo	-7,9	5,3
Manufatura	46,6	36,9
Bens de consumo não duráveis	40,1	28,4
Intermediários leves	42,7	15,1
Intermediários pesados	38,1	41,4

<sup>86</sup> Apesar da grande participação estadunidense nos investimentos no México, a postura externa mexicana conservou certa independência. Conforme Camín e Meyer (2000, p. 219): “O México não demonstrou entusiasmo pela derrubada de Jacobo Arbenz, na Guatemala, em 1954, não apoiou as agressões norte-americanas a Cuba a partir de 1960, nem sua intervenção na República Dominicana em 1965. Nessas e noutras ocasiões defendeu o princípio de não-intervenção, rejeitou uma aliança militar permanente com os Estados Unidos e seguiu um caminho diferente do da maioria dos países latino-americanos, conquanto não chegasse nunca ao confronto direto característico dos anos revolucionários”.

<sup>87</sup> “A manufatura, especialmente os bens intermediários pesados, bens de consumo duráveis e setores de bens de capital, se beneficiou de três mecanismos principais de transferência de recursos: (1) preços altos para seus produtos decorrentes da proteção dos mercados industriais nacionais; (2) menores custos de insumos resultantes de subsídios de energia, impostos de exportação e licenças em algumas matérias-primas agrícolas e minerais; e (3) preços baixos para bens de capital importados em decorrência do câmbio real apreciado e altas isenções de tarifas sobre as importações de máquinas e equipamentos que facilitou o financiamento de investimentos industriais” (tradução livre nossa).

Bens de capital e consumo duráveis	85,2	77,1
Proteção nominal média (todos os <i>tradables</i> )	15,1	13,1

Fonte: Moreno-Brid e Ros, 2009

Durante este processo, as disparidades regionais se exacerbaram. Somente a Cidade do México (região centro-sul), Monterrey (nordeste) e Guadalajara (centro-ocidente) contavam com 25% da população total e com mais de 60% da indústria de transformação, enquanto aproximadamente 40% da população morava em cidades com menos de 2.500 habitantes, dependendo de uma baixa renda rural (MORENO-BRID e ROS, 2009). Nesta regionalização econômica (Tabela 8), merecem destaque três regiões, a começar pelo Golfo do México, pelo simples fato de que domina quase de forma absoluta a produção de petróleo e gás.

A região noroeste levou vantagem na produção agropecuária, transformando-se num importante polo agroindustrial no país. O começo da ascensão da região iniciou-se com a realização de grandes obras de irrigação pelos governos revolucionários e ganhou força com a criação, em 1955, do *Centro de Investigaciones Agrícolas del Noroeste* (CIANO), pioneiro em matéria de vinculação entre instituições governamentais, investigação científica e setor produtivo, contribuindo para a criação de novas tecnologias e o aumento de produtividade da agricultura. Nesta região, um conjunto de pequenos produtores mexicanos e imigrantes ascendem economicamente puxados, em grande parte, pela atuação estatal, produzindo principalmente trigo e arroz. Ganha destaque nesta região a Cidade Obregón, uma verdadeira “agrocidade”, no sul do estado de Sonora (CERUTTI, 2006b).

Por fim, a região centro-sul estabeleceu-se como a mais importante do país, contando com maior densidade demográfica, maior PIB industrial e maior PIB de comércio e serviços. O crescimento pujante da região foi puxado, principalmente, pela Cidade do México, a qual tornou-se o grande polo industrial do México. Segundo o valor agregado industrial, a cidade aumentou ininterruptamente sua participação no total nacional de 1930 a 1970: 27,2% em 1930; 32,8% em 1940; 40,4% em 1950; 47,1% em 1960; e 48,6% em 1970 (Tabela 7). Uma única cidade produzia quase a metade do valor industrial do país inteiro nos anos setenta. A cidade ainda ficou acima dos 40% em relação ao pessoal ocupado, capital investido e produção bruta total. Desta forma, nota-se uma *super concentração territorial da indústria mexicana* durante o período, tendo a Cidade do México como o seu epicentro (GARZA, 1985).

Tabela 7: Principais características da indústria de transformação no México, comparação Cidade do México/resto do país, 1930-1970 (porcentagem)

	Número de estabelecimentos	Pessoal ocupado	Capital investido	Produção bruta total	Valor agregado bruto
1930					
Cidade do México	6,8	19,0	22,6	28,5	27,2
Resto do país	93,2	81,0	77,4	71,5	72,8
1950					
Cidade do México	20,0	25,0	35,5	40,0	40,4
Resto do país	80,0	75,0	64,5	60,0	59,6
1970					
Cidade do México	27,9	41,9	42,5	46,8	48,6
Resto do país	72,1	58,1	57,5	53,2	51,4

Fonte: Garza, 1985



Fonte: Batalla, 1979

Tabela 8: Importância econômica das grandes regiões em relação ao total nacional (porcentagem), 1978

Grandes Regiões	Densidade demográfica hab/km <sup>2</sup>	PIB Agro-pecuário	PIB Industrial	PIB Comércio e Serviços	Produção de Petróleo e gás	Extensão da via férrea
-----------------	---	-------------------	----------------	-------------------------	----------------------------	------------------------

Noroeste	14,0	25,2	6,1	11,1	-	14,3
Norte	12,0	16,7	8,8	8,4	-	32,6
Nordeste	31,1	6,5	13,9	10,0	7,2	7,4
Centro- Occidente	64,0	15,7	9,0	8,6	-	13,2
Centro-Sul	230,6	9,6	49,4	53,0	-	15,6
Golfo do México	65,2	12,2	9,5	5,0	92,8	7,8
Pacífico Sul	29,1	10,3	2,1	2,6	-	5,2
Península de Yucatán	11,0	3,8	1,2	1,3	-	3,9
Total Nacional	34,2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Batalla, 1979

O México, portanto, a partir de 1910 rompe com a via prussiana clássica que era levada a cabo durante o *Porfiriato* e promove uma revolução social, que logrou destruir as grandes propriedades de terra, base econômica dos antigos senhores feudais ainda existentes. Essa via norte-americana (ou via revolucionária), no entanto, encara a realidade atrasada do país e a crise que atinge a economia mundial, o que obriga as forças revolucionárias a edificar um Estado desenvolvimentista para levar a cabo o desenvolvimento nacional. Através da rede bancária de longo prazo, das empresas estatais e das políticas industriais e macroeconômicas, o Estado possibilita e impulsiona o desenvolvimento dos pequenos produtores e empresários, centrados, sobretudo, no centro e no norte do país. Conforme Gilly:

El resultado de la revolución se definió sobre todo al nivel del Estado. La revolución destruyó el viejo Estado de los terratenientes y la burguesía exportadora, el Estado sancionado en la Constitución liberal de 1857, y estableció un nuevo Estado burgués — la constitución de 1917 garantiza, ante todo, la propiedad privada —, pero amputado de la clase de los terratenientes, caso único en toda América Latina hasta la revolución boliviana de 1952. Se cortó la vía de transformación de los terratenientes en burguesía industrial (como en cambio ocurrió en Argentina, Uruguay, Chile y otros países de América Latina) y ésta tomó un nuevo origen, especialmente en la pequeñoburguesía capitalista que utilizó el aparato estatal como palanca de la acumulación de capital (combinándose, por supuesto, con los restos de la clase terrateniente)” (GILLY, 1979, p. 43).

Deste modo, a nova “transição pelo alto”, realizada pelo Estado desenvolvimentista, é produto da combinação original da via revolucionária, inaugurada com a Revolução Mexicana

de 1910, e da nova via prussiana, iniciada com Cárdenas — desta vez com um *novo conteúdo de classe*, pois rompe com a velha oligarquia semi-feudal.

### 3.2.2 A “época revolucionária” e o ciclo de revoluções burguesas no México

Segundo Marx, no conhecido prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, quando as forças produtivas se desenvolvem e entram em contradição com as relações de produção vigentes, abre-se uma “época de revolução social” (2008, p. 47). Seguindo esta perspectiva de *longa duração* das transições políticas, intelectuais como Lênin e Gramsci entendiam que a revolução democrático-burguesa francesa, mais do que simplesmente começar e acabar no famoso ano de 1789, estende-se mais de oitenta anos, durando até 1871, com a Comuna de Paris. Conforme Lênin, sobre a diferença do entendimento amplo e restrito das revoluções democrático-burguesas:

De um modo geral, este termo pode significar duas coisas. Se usado em seu sentido amplo, significa o cumprimento das tarefas históricas objetivas da revolução burguesa, a sua “consumação”, ou seja, a remoção do próprio terreno capaz de engendrar uma revolução burguesa, a consumação de todo o ciclo das revoluções burguesas. Nesse sentido, por exemplo, a revolução democrático-burguesa na França foi consumada apenas em 1871 (embora tenha começado em 1789). Mas se o termo é usado em seu sentido restrito, significa uma revolução particular, uma das revoluções burguesas, uma das “ondas”, se você preferir, que golpeia o antigo regime mas não o destrói completamente, não remove a base que pode engendrar revoluções burguesas subsequentes (LÊNIN, 1977b, pp. 202-3, tradução livre nossa)<sup>88</sup>.

Tendo por base o sentido amplo das revoluções burguesas, não é de se surpreender que no México, um país da periferia do sistema capitalista e com passado colonial, este processo levaria ainda mais tempo.

O evento que iniciaria o processo de transição seria a independência nacional, em 1821, libertando o país de seus laços coloniais que o uniam à Espanha. A partir daí, começa-se a constituição de um Estado-Nação que abriu o terreno para o desenvolvimento da luta de classes internamente. Com a independência, aboliram-se algumas das formas de exploração pré-capitalistas, tais quais tributos que incidiam sobre os camponeses indígenas, o

---

<sup>88</sup> “Generally speaking, this term may be taken to mean two things. If used in its broad sense, it means the fulfilment of the objective historical tasks of the bourgeois revolution, its “consummation”, i.e., the removal of the very soil capable of engendering a bourgeois revolution, the consummation of the entire cycle of bourgeois revolutions. In this sense, for example, the bourgeois-democratic revolution in France was consummated only in 1871 (though begun in 1789). But if the term is used in its narrow sense, it means a particular revolution, one of the bourgeois revolutions, one of the “waves”, if you like, that batters the old regime but does not destroy it altogether, does not remove the basis that may engender subsequent bourgeois revolutions”.

*repartimiento* que afetavam numerosas comunidades agrárias e a abolição da escravidão, que pesava sobre milhares de negros. No entanto, como foi falado anteriormente, os latifundiários feudais mantiveram seu domínio sobre o sistema feudal-mercantil em que a burguesia comercial e mineira também fazia parte. A revolução de independência foi o primeiro e mais incipiente passo no caminho para o capitalismo, ainda sob uma sociedade predominantemente feudal (SEMO, 1978).

Uma década após a conquista da independência, iniciou-se o governo do conservador Antonio López de Santa Anna (1833-1855), em aliança direta com a Igreja<sup>89</sup>. Nesse primeiro momento, os conservadores se preocupavam, sobretudo, em impedir que a onda de revoltas que dominou o processo de independência continuasse e ameaçasse o elemento mais importante de poder, o domínio da terra. Seu governo foi marcado pela Guerra Mexicano-Americana (1846-1848) que, com a derrota, fez o México perder quase metade de seu território para os Estados Unidos, fato que iniciou uma longa, conturbada e conflituosa relação entre ambos os países.

Mapa 8: Território mexicano perdido para os EUA após a Guerra Mexicano-Americana



Fonte: BBC, 2019

<sup>89</sup> A íntima relação entre o governo de Santa Anna e a Igreja é explanada por Monteverde (1968, pp. 113-4): “El régimen de Santa Anna tuvo siempre, es cierto, estrechísimas relaciones con el clero; en verdad uno al otro se apoyaron mutuamente. Las leyes de 33 y 34, que suprimieron la coacción civil para el pago de los diezmos y excluyeron a la Iglesia de la educación pública, primeras importantes manifestaciones de la doctrina liberal que triunfaría con la Reforma, fueron nulificadas por Santa Anna, quien así conquistaría el elogio y la entrega sin reservas del clero: Sea mil veces bendito — le dirían — el hombre que con tan diestra mano ha sabido volver a Dios su legítima herencia!”.

Durante esse período, forma-se uma pequena classe média, constituída basicamente de letrados<sup>90</sup>, que comporiam uma importante base liberal, cada vez mais contestando os elementos feudais predominantes naquela sociedade. Benito Juárez, um dos principais nomes do movimento liberal da segunda metade do século XIX, faz o seguinte relato acerca da realidade mexicana da época:

El pueblo sigue, como siempre, ignorante y miserable; en todas las industrias gozan los extranjeros de ventajas y privilegios nocivos a los mexicanos; la propiedad territorial está monopolizada por pocos y grandes señores, que han establecido en sus fincas una especie de sistema feudal; las contribuciones pesan sobre los objetos de primera necesidad y sobre todos los productos del país; no hay vías de comunicación; no están desarrollados los elementos de vida social de la República y los mexicanos vemos quitarse y ponerse gobiernos sin que en lo positivo mejoren nuestras esperanzas... (JUÁREZ, apud MONTEVERDE, 1968, pp. 118-9).

Em vista desse cenário de atraso econômico e social no país, o conflito entre liberais e conservadores se acirrou, sobretudo a partir da década de 1850. De um lado, a nascente classe média cada vez mais conquistava uma forte base popular e, do outro, a Igreja assumiria o centro da resistência conservadora, junto ao exército e os caciques regionais. O acirramento deste conflito culmina numa guerra civil que durariam três anos, começando em 1854 e acabando com a aprovação da Constituição de 1857<sup>91</sup>, a qual marcou a vitória dos liberais. Estes buscavam a separação do Estado e a Igreja, propondo a substituição dos tribunais eclesiásticos especiais por tribunais civis, a implantação do casamento civil, a proibição da posse de terras pela Igreja e a construção de um Estado laico, onde o catolicismo não seria mais a religião oficial.

No processo de guerra civil, as forças liberais conseguem estabelecer duas importantes leis: a Lei Juárez (1855) e a *Ley de Desamortización de las Fincas Rústicas y Urbanas de las Corporaciones Civiles y Religiosas de México* (1856), conhecida também como Lei Lerdo. A primeira pretendia reorganizar o sistema de justiça, acabando com a arbitrária e ineficiente organização do poder judicial, que se caracterizava por uma anárquica disseminação de tribunais especiais, dos quais mantinham um regime de privilégios em favor de certos grupos. A segunda implicava a venda das terras da Igreja e a proibição desta de acumular grandes

<sup>90</sup> Segundo Barbosa (2010, p. 27): “Pode-se traçar um perfil social desse grupo de letrados. Eram em geral da classe média, provenientes do meio urbano e figuras de projeção nacional. Formados nas melhores escolas, tinham em média 45 anos. Eram juristas, médicos, advogados e jornalistas”.

<sup>91</sup> Segundo Monteverde (1968, p. 141-2): “La Constitución expedida en Querétaro, en febrero de 1857, no era un código radical; era un estatuto análogo al que otros países mantenían en vigor desde tiempo atrás; y en algunos aspectos incluso una copia de la Constitución norteamericana”.



quantidades de terra. Ambas comporiam as chamadas Leis de Reforma. Estas leis, que tinham o objetivo de tornar o México um país de pequenos e médios proprietários, acabou por reforçar a concentração de terra, na medida em que transferiu não só as terras da Igreja, como também das comunidades indígenas, para uma nova classe de latifundiários, fato que se intensificaria ainda mais posteriormente, com a *Lei de Terras Devolutas e Ociosas* (1895).

Essas leis pretendiam representar uma ruptura completa com a ordem feudal vigente, buscando as liberdades e igualdades formais da democracia liberal. A concepção contratualista da Revolução Francesa e o princípio da livre concorrência da economia política inglesa requeriam tanto um como outro. Sem igualdade jurídica não poderia haver liberdade, e sem esta, impossibilitava-se de comprar força de trabalho. Veremos, no entanto, que essas medidas não geraram o chamado “trabalhador livre”, como se esperava. Conforme Monteverde (1968, p. 174): ““La Reforma intentó una revolución burguesa o capitalista pero no la pudo llevar a cabo; fue una revolución frustrada porque ni logró el reparto de tierras entre los campesinos ni la liberación del peón””. Portanto, a guerra civil, que culminou nas Leis de Reforma, foi um ciclo a mais da época revolucionária mexicana e teve como principal mérito a separação entre o Estado e a Igreja, instituição feudal por excelência na América Latina:

La principal corporación feudal en América Latina en el siglo XIX es la iglesia. No solamente detenta las propiedades rurales, el capital de préstamo, las propiedades urbanas en gran cantidad, sino que utiliza todas estas propiedades en función de una tarea ideológica que ella cumple dentro de la sociedad; es decir, somete todas sus propiedades económicas a un objetivo de carácter no económico y, por lo tanto, la Iglesia como corporación de tipo feudal, es el enemigo y el obstáculo principal al desarrollo del capitalismo. La revolución de Reforma se plantea la destrucción de esta corporación (SEMO, 1979, p. 140).

Dois importantes elementos agudizaram a divisão entre liberais e conservadores: primeiramente, a questão dos bens do clero, cuja partilha atraiu ao campo liberal muitos fazendeiros e grandes comerciantes antes conservadores; em segundo lugar, o recurso dos conservadores à intervenção estrangeira francesa, que veio a ocorrer em 1862 (CARDOSO e BRIGNOLI, 1984). Com essa invasão, estabeleceu-se o curto império de Fernando Maximiliano (1863-1867), marcando mais uma investida colonial no país<sup>92</sup>.

---

<sup>92</sup> Segundo Donghi (1974, p. 135): “A tentativa francesa de afirmar sua hegemonia no norte da América Latina baseia-se na transitória ausência dos Estados Unidos como importante elemento de equilíbrio entre as potências estrangeiras que gravitam sobre o continente latino-americano. Essa ausência se faz sentir desde antes da Guerra de Secessão, em consequência do difícil equilíbrio entre os Estados do norte e os Estados escravistas do sul.

Com a posterior expulsão dos franceses e a eleição de Benito Juárez para presidente, tem-se a *República Restaurada*. Apesar de carregar toda a luta dos liberais, Juárez não logrou grandes avanços. A imigração não vingou, a divisão da terra não aconteceu, não se conseguiu atrair investimentos estrangeiros e o *sistema de peonaje* seguiu subjugando o povo do campo. Os avanços mais importantes foram no tocante a cultura laica e a liberdade de imprensa (BARBOSA, 2010).

Durante o processo de libertação da invasão francesa, ganha destaque a figura dos militares e, em especial, de Porfirio Díaz, o que fez dele um herói nacional. Apesar disso, não logrou êxito em suas tentativas eleitorais para presidência da república, ganhando apenas cargo de deputado. Somente com o Plano de Tuxtepec, em sua segunda tentativa de golpe, chegou à presidência. O período do *Porfiriato* (1876-1911) foi marcado por uma clássica via prussiana, promovendo uma modernização conservadora, calcada principalmente na ampliação da rede ferroviária, fato que teve papel importante no desencadeamento do processo revolucionário que atingiria o México em 1910.

A ampliação da rede ferroviária no território mexicano aumentou a especulação fundiária, fazendo com que o governo concedesse terras, via concessão, às companhias agrimensoras (em sua maioria estrangeiras), visando a subdivisão das terras e a colonização por imigrantes, bem como também concedeu para as próprias empresas responsáveis pela construção das ferrovias, que recebiam o direito pelas terras às margens das ferrovias, o que as tornaram grandes proprietárias<sup>93</sup>. Porém, esse processo acabou por atingir os camponeses, as comunidades indígenas e mesmo os trabalhadores da construção das ferrovias, que viviam nessas regiões mas que não possuíam a propriedade legal. Essas populações foram expulsas de suas terras e obrigadas a procurar outro lugar para se estabelecer, o que gerou uma grande insatisfação camponesa que se somaria às forças revolucionárias anos mais tarde (STEIN e STEIN, 1977). Segundo Barbosa:

Para a classe camponesa do México central e do sul, o principal problema foi a expropriação da terra, que vinha ocorrendo desde os governos liberais, mas que foi acelerada durante o porfiriato. Para se ter uma ideia, em 1821, 40% das terras para a agricultura no centro e no sul pertenciam às aldeias comunais; em 1910, às vésperas da Revolução, apenas 5%. Assim, nessa época, 90% dos camponeses não possuíam terras. Durante o governo de Díaz, houve mais incentivos à expropriação das terras comunais, no intuito de maximizar a produção e ao mesmo tempo expulsar os camponeses de suas

---

Mas, com o fim da Guerra de Secessão, os Estados Unidos voltam a desenvolver uma política coerente e decidida na América Latina”.

<sup>93</sup> É notável a semelhança com a Guerra do Contestado, em Santa Catarina, em que a expropriação de terras para a construção da ferrovia gerou uma insatisfação generalizada que culminou num conflito direto.

terras, tentando dessa forma ampliar a mão de obra disponível para trabalhar nas fazendas e nas empresas industriais. Tais objetivos foram atingidos com a especulação, com novas leis e com um maior poder de repressão e força para impor as novas políticas (BARBOSA, 2010, p 49).

O movimento que se deu durante as Leis de Reforma, o qual tirou as terras das mãos da Igreja, combinou-se às expropriações durante o *Porfiriato*, fazendo surgir uma nova classe de latifundiários modernos e aumentando ainda mais a concentração fundiária. No México, em 1910, 3% das propriedades avaliadas (aproximadamente 13 mil propriedades) controlavam 58% da superfície do país. Segundo o relato de D. A. Wells, de 1887 (apud (STEIN e STEIN, 1977, pp. 107-8):

Um dos maiores obstáculos consiste no fato de que todo o país acha-se dividido em imensas fazendas; as pequenas propriedades são bastante raras. E, de uma população igual ou superior a 10 milhões de habitantes, os títulos de terra (sem incluímos as terras possuídas pelas comunidades indígenas) pertencem a um número que não ultrapassa 5 ou 6 mil pessoas. Algumas dessas grandes propriedades consistem de léguas e não de acres quadrados (em extensão); diz-se, igualmente, que tais propriedades possuem canais de irrigação de até 40 a 50 milhas de comprimento (WEELS apud STEIN e STEIN, 1977, pp. 107-8).

Do ponto de vista do enfrentamento político, um dos grupos de maior relevância foi o zapatista, na região meridional do país. Constituído pelos camponeses servos dos senhores *hacendados*, os quais trabalhavam sob coerção extra econômica em condições miseráveis, eram também os descendentes indígenas, das antigas comunidades de organização comunal e, no momento da revolução, lutaram pela volta dos *pueblos*<sup>94</sup>. Deste modo, a luta política do zapatismo não passava por nenhum socialismo — a não ser para os que advogavam o que Marx chamou de socialismo feudal — mas a luta pela terra (ainda que em sentido diferente daquele que moveu os camponeses franceses em 1789, por exemplo, devido ao elemento comunitário de descendência indígena no caso mexicano, e não necessariamente voltado para o pequeno produtor mercantil, como o caso francês).

Em meio aos trabalhadores fabris, foi se criando uma insatisfação generalizada e um sentimento nacionalista motivado pela discriminação nos postos de trabalho. Isso porque “em

---

<sup>94</sup> Segundo Gilly (1979, pp. 32-33): “Los pueblos, todavía vivos como centro de vida comunal de los campesinos en su resistencia de siglos al avance de las haciendas, fueron el organismo autónomo con que entraron naturalmente a la revolución los surianos. Todo eso se resumía en el grito con que Otilio Montaña proclamó la insurrección del sur: ‘¡Abajo haciendas y viva pueblos!’”. Era un grito político, profundamente revolucionario, porque para los oídos campesinos hablaba no sólo de la recuperación y el reparto de las tierras, sino también de la conquista de la capacidad de decidir, arrebatada a las haciendas como encarnación local del poder omnímodo del Estado nacional y entregada a los pueblos, al sencillo y claro instrumento de autogobierno de los campesinos”.

setores como o ferroviário, a mineração e a indústria petrolífera, todos com forte participação internacional, os melhores postos e salários eram reservados aos estrangeiros”, o que estimulou a multiplicação de greves durante a última década do *Porfiriato* (BARBOSA, 2010, p. 52-3). Não por acaso que as duas grandes greves que marcaram a crise porfirista foram a greve de Cananea (1906) e a greve de Río Blanco (1907). A primeira atingiu as indústrias mineiras do norte do país, dominado pelo capital de origem estadunidense; a segunda, as indústrias têxteis de Veracruz, no Golfo do México, onde espanhóis e franceses controlavam as fábricas, o comércio e os privilégios da região. Ambas ocorreram contra a discriminação das nacionalidades dos trabalhadores e por melhores condições de trabalho. Durante este período, o incipiente proletariado mexicano não tinha familiaridade com os ideais socialistas<sup>95</sup>, sendo influenciados principalmente pela corrente anarco-sindicalista dos irmãos Flores Magón<sup>96</sup>, organizadores do jornal *Regeneración*, que exerceu grande influência sobre os trabalhadores.

Por fim, a aliança do regime de Díaz com os interesses estrangeiros fez surgir um descontentamento nas elites locais, que se viram alijadas do poder. É deste descontentamento que surge a célebre figura de Francisco I. Madero, empresário do norte do México que seria o líder da revolta popular e da queda de Díaz, o que desencadeou a guerra civil que se estenderia até 1917, com a nova constituição. Conforme Barbosa:

Por sua vez, ocorreram conflitos entre as elites e entre estas contra os elementos e empresas de estrangeiros. Em Chihuahua, a repressão e a crise levaram a uma união multiclassista, enquanto em Coahuila, o clã Madero, uma das famílias mais tradicionais e pertencentes à elite, ficou extremamente insatisfeito com a entrada de empresas norte-americanas, o que praticamente acabou com o seu predomínio em alguns segmentos da atividade mineradora (BARBOSA, 2010, p. 56)

Deste modo, os pontos centrais que envolveram o processo revolucionário foram: 1) a questão da terra e o rompimento com os latifundiários semi-feudais, que promoviam uma modernização conservadora durante o *Porfiriato*; 2) a luta por melhores condições de trabalho; 3) e a posição anti-imperialista, contra a aliança porfirista com o capital estrangeiro, que uniu trabalhadores e empresários. A Revolução de 1910 foi uma mudança de rumos no processo de transição ao capitalismo, mas que, ao fim e ao cabo, manteve-se sob uma

<sup>95</sup> Conforme Gilly (1979, p. 28): “El proletariado mexicano, en ninguno de sus sectores importantes, se proponían cambiar el régimen del trabajo asalariado y luchar por el socialismo, sino mejorar su situación económica y social dentro del régimen capitalista imperante. El hecho de que en México no existiera un Partido Socialista de la Segunda Internacional (como los había, por ejemplo, en primer decenio del siglo, en Argentina, Chile y Uruguay) no era, en último análisis, la causa de esa situación, sino más bien su reflejo”.

<sup>96</sup> Para uma análise da perspectiva política do *magonismo*, ver Bartra (1979).

“transição pelo alto”, quando Cárdenas, em 1934, aprofunda as reformas estruturais e edifica um Estado desenvolvimentista:

La revolución de 1910 es una rebelión contra ese modelo de desarrollo capitalista. Se trata de implantar una reforma agraria que destruya los latifundios y el poder de los terratenientes; crear un capitalismo de Estado capaz de actuar como contrapeso al capitalismo extranjero y promover el desarrollo de la burguesía mexicana; colocar en el poder nuevas capas de la burguesía, interesadas en una vía de desarrollo más revolucionaria del capitalismo en la agricultura y la industria; modificar o restringir el dominio del imperialismo sobre la economía del país. La revolución de 1910 no logró sustituir el desarrollo ‘desde arriba’, por la vía revolucionaria de instauración del capitalismo, pero su resultado fue un híbrido, una amalgama muy peculiar de soluciones revolucionarias y reaccionarias (SEMO, 1978, pp. 289-90).

Com Cárdenas a reforma agrária é realizada de forma vigorosa, o intervencionismo estatal eleva-se a novos patamares, com a criação de um sistema bancário estatal de financiamento de longo prazo, e é posto em ação um plano sexenal marcado por políticas heterodoxas e investimentos econômicos e sociais. Esse conjunto de reformas estruturais de caráter desenvolvimentista forma a quarta onda revolucionária no país.

Portanto, à luz do sentido amplo das revoluções burguesas sugerido por Lênin, notam-se quatro grandes ciclos revolucionários vividos no México: o processo de independência (1810-1821); A guerra civil que culminou nas Leis de Reforma (1854-1857); a Revolução Mexicana (1910-1917); e as reformas estruturais de Lázaro Cárdenas (1934-1940) (SEMO, 1978). Este longo processo, reflexo do conflito entre o velho feudalismo e o novo capitalismo que coexistiam em unidade de contrários, completa-se com a ascensão do Estado desenvolvimentista estruturado por Cárdenas e o intenso processo de industrialização vivido pelo país até a década de 1970, produto de uma via prussiana com novo conteúdo de classe.

#### 4. O PERÍODO NEOLIBERAL

Diferentemente do liberalismo clássico, que entende o livre mercado como um fenômeno natural, o neoliberalismo o entende como uma construção jurídico-política. Nesse sentido, os pais do neoliberalismo, tais como Friedrich Hayek e Milton Friedman, defendem uma espécie de intervencionismo liberal. Essa reformulação do liberalismo, por sua vez, foi uma reação aos intervencionismos estatais que marcaram as políticas keynesianas e as experiências do socialismo real com suas economias planificadas. A fase depressiva do 4º Ciclo de Kondratieff (1973-atualmente), parte integrante das crises cíclicas do capitalismo, produziu a reestruturação do regime de acumulação, substituindo-se o fordismo pelo toyotismo.

Os chamados “anos dourados” do capitalismo no pós-guerra, no qual foram apresentadas altas taxas de crescimento da economia mundial, foi caracterizado pelo sistema fordista de produção, conhecido pelas grandes plantas produtivas, produção em massa de mercadorias, fortalecimento dos sindicatos e do Estado de bem-estar social. Tudo isso em um período histórico de Guerra Fria e de avanço do comunismo no mundo.

A desaceleração da economia estadunidense no final da década de 1960 e o crescimento de novos *players* mundiais, tais como o Japão e a Alemanha, evidenciou mais uma vez a dinâmica do desenvolvimento desigual do capitalismo. Um novo regime de acumulação surgia com o toyotismo, desagregando as relações sociais próprias do período anterior, trazendo consigo a terceirização, a fragmentação produtiva, o enfraquecimento dos sindicatos e a destruição do Estado de bem-estar social, o que iria se tornar hegemônico no mundo na década de 1990.

Com o objetivo de retomar seu domínio econômico, os Estados Unidos promoveram o fim do Acordo de Bretton Woods e a desregulamentação dos mercados, gerando um processo de financeirização da economia mundial e de abertura comercial.

No México, estas políticas neoliberais se realizaram não apenas nas privatizações, desregulamentações e abertura comercial, mas numa experiência voltada à industrialização orientada para a exportação, baseada principalmente em capitais estadunidenses, atraída por benefícios fiscais e pela mão de obra barata. Esse processo teve fortes impactos socioespaciais no país, em que a região setentrional se refuncionalizou e se tornou protagonista de novos fluxos voltados aos Estados Unidos.

#### 4.1 FINANCEIRIZAÇÃO E IMPERIALISMO

Passadas as experiências traumáticas da grande crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, as potências capitalistas perceberam que um mecanismo de regulação do sistema financeiro seria fundamental para a não repetição de ditas crises e vital para a manutenção do sistema capitalista frente ao avanço do comunismo. Foi a partir dessa coalizão de interesses do bloco capitalista que surgiu o *acordo de Bretton Woods*, o qual lastreou o ouro ao dólar e fixou as demais taxas de câmbio dos países ao valor deste último, com margem de variação de 1%, criando a instituição do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial para acompanhar este novo sistema financeiro. O acordo de Bretton Woods tinha como objetivo formar uma ordem econômica internacional capaz de estimular o desenvolvimento do comércio entre as nações e de garantir a confiança na moeda-reserva (o dólar), propiciando um ambiente econômico internacional com um amplo raio de manobra para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social.

Esse regime monetário e financeiro do pós-guerra era baseado na *predominância do crédito bancário*, privilegiando o papel dos bancos na gestão do crédito e da liquidez. Em geral, as relações entre as empresas, os bancos e o banco central eram relações de clientela, favorecendo o refinanciamento das posições devedoras, possibilitando, por um longo período, a manutenção de taxas de juros nominais e reais muito baixas, as últimas geralmente inferiores ao ritmo de crescimento do produto real. Segundo Belluzzo:

Num sistema internacional ‘regulado’, como o de Bretton Woods, os processos de ajustamento deveriam funcionar mais ou menos assim: taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis; limitada mobilidade de capitais; e demanda por cobertura de déficits (problemas de liquidez) atendidas, sob condicionalidades, por meio de uma instituição pública multilateral. O câmbio e os juros, nesse sistema, são preços-âncora, cuja relativa estabilidade e previsibilidade constituem-se em guias para a formação das expectativas dos possuidores de riqueza. No pós-guerra, o rápido crescimento das economias capitalistas esteve apoiado numa forte participação do Estado, destinada a impedir flutuações bruscas do nível de atividades e a garantir a segurança dos mais fracos diante das incertezas inerentes à lógica do mercado. Essa ação de regulação dos mercados e de promoção do crescimento supunha a redução da influência dos condicionantes externos sobre as políticas macroeconômicas domésticas. Os controles de capitais eram prática corrente e assim as políticas monetárias e os sistemas financeiros nacionais estavam voltados para a sustentação de taxas elevadas de crescimento econômico. Comandados por políticas monetárias acomodatórias, os sistemas financeiros — incluídos os bancos centrais — funcionavam como redutores de incertezas para o setor privado, que, por sua vez, sustentava elevadas taxas de investimento (BELLUZZO, 1999, p. 100).

Este sistema evoluiu de forma razoavelmente estável. Os déficits fiscais eram passageiros, as taxas de investimento privado elevadas e os próprios níveis de endividamento

do setor privado como proporção do PIB evoluíram satisfatoriamente, devido às elevadas taxas de crescimento do produto e da renda.

Enquanto emissor da moeda reserva internacional, os Estados Unidos mantiveram alguns benefícios, como: 1) os norte-americanos suportavam grande parte dos custos da aliança militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); 2) permitiu a expansão da indústria estadunidense no mundo e seu estilo tecnológico (o fordismo), sobretudo através de investimentos diretos; e 3) a condição de “banqueiro internacional” dos Estados Unidos concedeu um enorme espaço para o crescimento de seus bancos. Embasado em Minsky, Belluzzo assinala o papel de “regulador” do sistema capitalista exercido pelos Estados Unidos, na medida em que atuava como fonte autônoma de demanda efetiva e prestador de última instância. Para os países membros do sistema hegemônico esta função reguladora era uma “garantia *ex-ante* de políticas nacionais expansionistas continuadas e estratégias de crescimento neo-mercantilistas” (BELLUZZO, 2016, p. 14).

No entanto, a reconstrução dos países capitalistas centrais fez surgir sistemas industriais e empresariais mais novos e mais permeáveis a mudanças tecnológicas e organizacionais, tais como o toyotismo japonês, ao mesmo tempo em que a economia estadunidense vivia um intenso processo de oligopolização, com a perda de dinamismo econômico. Estavam se formando os prelúdios da fase recessiva do 4º Kondratieff. Ao longo da década de 1960 a balança comercial estadunidense se tornou cada vez mais deficitária, com o aumento exponencial de suas importações, sobretudo, da Alemanha e do Japão. As pressões sobre sua moeda fizeram com que os Estados Unidos não fossem capazes de sustentar o dólar como moeda-padrão, uma vez que uma oferta excessiva de dólares brotava do desequilíbrio crescente de sua balança comercial. Esta oferta excessiva foi a grande responsável pelos primeiros sinais de desequilíbrio do sistema, quando começam a ganhar força os euromercados<sup>97</sup> e as praças *off-shore*, funcionando fora do controle dos bancos centrais.

No entanto, a desvalorização cambial necessária para impulsionar as exportações estadunidenses não era desejável por eles, pois havia o risco de que esta mudança pudesse gerar fuga de capital do dólar para o ouro. Nesse contexto, a saída encontrada pelos Estados

---

<sup>97</sup> Conforme Fiori (1997, p. 90-91): “Quase todos os analistas estão de acordo que a ‘pré-história’ destas finanças privadas e globalizadas ocorreu nos anos sessenta e foi obra inicial da decisão política do governo inglês de autorizar um mercado interbancário paralelo e autônomo com relação aos sistemas financeiros nacionais (o ‘euromercado de dólares’). Para ali foram canalizados os capitais norte-americanos que começavam a ‘fugir’ das baixas taxas de lucros e das regulações internas do seu país de origem. E foi deste casamento que nasceu o embrião do ‘espaço financeiro mundial’ que se afirmará de maneira cada vez mais rápida a partir da decisão política de suspensão do padrão dólar e introdução do sistema de ‘taxas flexíveis de câmbio’, transformando, desde 1973, num verdadeira bomba de propulsão alimentada, naquele momento, pelos recursos de reciclagem dos petrodólares e da dívida pública americana”.



Unidos foi declarar unilateralmente a inconvertibilidade do dólar em ouro e a dissolução do acordo de Bretton Woods, em 1971, abrindo as portas para as *taxas de câmbio flexíveis*. Durante a queda da taxa de juros norte-americana para operar a desvalorização cambial, desenvolveu-se uma grande onda especulativa de *commodities*, que culminou na crise do petróleo de 1973, gerando uma explosão inflacionária no mundo todo (MEDEIROS e SERRANO, 1999).

A partir de 1979, inicia-se um novo movimento da política estadunidense com o objetivo de retomar o controle financeiro internacional através da chamada *diplomacia do dólar forte*. Com ela, apesar de mergulhar o mundo numa recessão generalizada, deu aos EUA a capacidade de retomar a hegemonia. O choque de juros feito por Paul Volcker (presidente do FED à época) fez com que as taxas de juros nominais e reais atingissem níveis sem precedentes, sendo acompanhadas por onda de “desregulações financeiras, que desde então vêm espalhando por todo o mundo a combinação entre enormes fluxos de capitais de curto prazo e a volatilidade de juros e taxa de câmbio”. O choque de juros foi mais dramático para a América Latina, que havia contraído dívidas no período anterior, de grande oferta de dólares, e deparou-se com a crise da dívida. No México, este choque deu origem à crise de 1982.

No quinquênio posterior, os EUA iniciaram uma desvalorização forçada do dólar, a fim de estimular suas exportações, que se traduziu numa valorização do marco alemão e do iene japonês, através do Acordo de Plaza (1985) e do Acordo do Louvre (1987). A partir disso, impulsiona-se uma intensa migração de capital dos países centrais para os periféricos, em busca de diminuir os custos de produção. É desse movimento que ganha força o investimento externo direto no dragão (China) e nos tigres asiáticos (Coreia do Sul, Cingapura, Hong Kong, etc.), financiados em grande parte por capitais japoneses e estadunidenses, e no México, financiado por capitais estadunidenses (MAMIGONIAN, 2018).

Com o novo padrão monetário desregulamentado, o dólar segue tendo o papel de moeda internacional, mas não mais com as amarras que limitavam o padrão ouro-dólar, a saber, “a necessidade de manter o câmbio fixo (para evitar a fuga para o ouro) e de evitar déficits na conta corrente, para inibir reduções nas reservas de ouro do país central” (MEDEIROS e SERRANO, 1999, p. 124). Conforme Medeiros e Serrano:

No atual padrão dólar flexível, os EUA podem incorrer em déficits globais na balança de pagamentos e financiá-los com ativos denominados em sua própria moeda [...]. Além disso, a ausência de convertibilidade em ouro dá ao dólar a liberdade de variar

por sua iniciativa unilateral a paridade em relação às moedas dos outros países, conforme sua conveniência, através de mudanças nas taxas de juros americanas. Isso é verdade tanto para valorizar o dólar (período 80-85 e 95-99) quanto para desvalorizá-lo (período 85-95). No último caso não há mais por que temer uma fuga para o ouro, pois o novo padrão dólar flexível é inteiramente fiduciário, baseado na premissa de que um dólar *'is as good as one dollar'*, premissa ancorada no poder do Estado e da economia americana no mundo unipolar pós-Guerra Fria. O dólar é o meio de pagamento internacional, a unidade de conta nos contratos e nos preços dos mercados internacionais e também naturalmente a principal reserva de valor” (MEDEIROS e SERRANO, 1999, p. 124).

As vantagens para os Estados Unidos nesse novo sistema são imensas, a começar pelo fato de que as flutuações das demais moedas em relação ao dólar têm efeito apenas para as outras moedas, que perdem competitividade quando se valorizam e sofrem pressões inflacionárias quando se desvalorizam. A outra vantagem é a eliminação completa da restrição externa para a economia norte-americana, podendo incorrer em déficits permanentes, pois a dívida gerada é vinculada a moeda que eles mesmos emitem, gerando um déficit fiscal estrutural:

Os EUA apresentam um déficit fiscal de natureza estrutural cuja incompressibilidade decorre da própria política financeira e da política armamentista, ambas agressivas e ‘imperiais’. O componente financeiro do déficit é crescente graças à mera rolagem da dívida pública americana, que alcançou em maio de 1985 cerca de 1 trilhão de 600 bilhões de dólares, cifra correspondente à cerca de 80% da circulação monetária total no mercado interbancário internacional. Esta dívida é o único instrumento que os EUA têm para realizar uma captação forçada da liquidez internacional e para canalizar o movimento do capital bancário japonês e europeu para o mercado monetário americano. Por outro lado, é um instrumento de aplicação seguro e de alta rentabilidade para o excesso de recursos financeiros dos principais rentistas à escala mundial (TAVARES, 1997, p. 34-35).

Em meio a esta enorme injeção de liquidez sustentada pelo déficit fiscal estadunidense, ocorre o processo de substituição da moeda por ativos geradores de juros, implantando a *securitização*<sup>98</sup>, que dificultou ainda mais o controle da liquidez pelo Banco Central. Os financiamentos ofertados por organizações não-bancárias crescem como percentual do total de financiamentos da economia, constituindo o fenômeno da chamada *desintermediação bancária*:

Atores relevantes desse padrão são as demais instituições financeiras, condutoras do chamado movimento de securitização, pelo qual os títulos financeiros dominam o universo de posições credoras/devedoras, ativas/passivas. Dentre eles estão os fundos

---

<sup>98</sup> Segundo Braga (1997, p. 198): “A securitização é, em sentido amplo, o processo pelo qual empresas produtivas, bancos, demais empresas financeiras, e governos emitem títulos de dívida, com inúmeras finalidades, envolvendo e interligando, desta forma, os chamados mercados creditício, de capitais, de derivativos (swaps, opções e futuro)”.

mútuos do mercado monetário, as seguradoras e os fundos de pensão, os chamados investidores institucionais, que adotam estratégias de gestão de portfólio, reduzindo o tempo médio de manutenção das ações, em função de ganhos de capital mais ‘imediatos’, internacionalizando suas aplicações e alimentando o crescimento dos mercados de derivativos (BRAGA, 1997, p. 206).

Em suma, gera-se uma massa monetária e financeira em magnitudes desproporcionais às necessidades de financiamento da produção e circulação de bens e serviços, de forma estrutural, sendo essa uma “característica da financeirização como padrão sistêmico de riqueza” (Ibidem, p. 206). Esse descolamento da esfera das finanças para com a da produção se reflete nos números: Nos países da OCDE, em 1992, a soma do produto bruto da área foi de 16,7 trilhões, ao passo que o total de ativos financeiros acumulados era de 35,4 trilhões (Ibidem, p. 229). Deste modo, o padrão de financeirização é centrado no *rentismo do capital a juros*, de forma sistêmica, abarcando o conjunto da economia<sup>99</sup>.

O crescimento pujante que marcou os anos dourados do capitalismo no pós-guerra transfigurou-se em taxas de crescimento diminutas, com exceção de alguns dos países que não seguiram a onda de desregulamentações financeiras, como foi o caso da China. Aos demais, a nova estrutura financeira asfixiou as tentativas de desenvolvimento econômico:

O ‘equilíbrio macroeconômico’ da economia mundial, dada a ‘dolarização’ generalizada do sistema de crédito, obriga a maioria dos países a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e a obter superávits comerciais crescentes para compensar a situação deficitária global da potência hegemônica. Estas políticas, por sua vez, esterilizam o potencial de crescimento endógeno das economias nacionais e convertem os déficits públicos em déficits financeiros estruturais, inúteis para uma política de reativação econômica, de corte keynesiano (TAVARES, 1997, p. 36).

Ganha força, então, ideias liberais de não intervenção estatal na economia e de diminuição do tamanho do Estado, gerando uma onda de privatizações em massa na maioria dos países. Na América Latina, as políticas do período foram sistematizadas no chamado *Consenso de Washington*, calcado nos seguintes princípios: disciplina fiscal; reordenamento das prioridades dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização do setor financeiro; liberalização comercial; atração de investimentos diretos estrangeiros. A ideia era simples:

---

<sup>99</sup> Conforme Braga (1997, p. 196): “Trata-se de um padrão sistêmico porque a financeirização está constituída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecer uma dinâmica estrutural segundo princípios de uma lógica financeira geral. Nesse sentido, ela não decorre apenas da práxis de segmentos ou setores —o capital bancário, os rentistas tradicionais— mas, ao contrário, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionado a operação das finanças e dispêndios públicos, modificando a dinâmica macroeconômica. Enfim, tem sido intrínseca ao sistema tal como ele está atualmente configurado”.

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessário uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército industrial de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas (ANDERSON, 1995, p. 11).

Por fim, é importante ressaltar que o movimento global de financeirização da economia mundial desencadeada com o fim do acordo de Bretton Woods e a onda de desregulamentação que o sucedeu, não foi um acontecer natural e espontâneo do “aumento da competição e da eficiência dos ‘mercados globalizados’”, mas foi produto de uma “política deliberada de retomada da hegemonia mundial, a partir da década de setenta, quando a potência norte-americana parecia entrar em decadência” (TAVARES, 1997, p. 57). Os Estados Unidos, com isso, lograram asfixiar os seus concorrentes capitalistas, sobretudo Alemanha e Japão, e se manterem como detentores da moeda-padrão, agora com ainda mais vantagens, pois não mais lastreada ao ouro, mas simplesmente na confiança depositada no dólar por parte da comunidade internacional. Por esse motivo, o processo de financeirização é tratado neste trabalho como parte de um movimento do imperialismo estadunidense de reconfiguração de seus instrumentos de hegemonia (FERNANDES, 2011).

#### 4.2 A CRISE DE 1982 E A ENTRADA DO MÉXICO AO NEOLIBERALISMO

A década de 1970 se inicia no México com grandes turbulências. A desregulamentação dos mercados financeiros com o fim do Acordo de Bretton Woods, junto à crise do petróleo que o sucedeu, gerou instabilidades internas. Este último torna a balança comercial mexicana deficitária. Estes choques se traduzem no aumento da inflação e em desequilíbrios fiscais que levaram o país, em 1976, a abandonar a paridade vigente de 12,5 pesos em relação ao dólar, fixados desde meados de 1950 (MORENO-BRID e SANCHEZ, 2022).

Em pouco menos de um ano a crise estava superada. A chegada ao poder de López Portillo (1977-1982), com seu ambicioso *Plan Nacional de Desarrollo Industrial* (PNDI) apoiado na recente descoberta de novas reservas de petróleo no sudeste do país, fez com que se retomasse o papel ativo do Estado no desenvolvimento econômico mexicano. As exportações de petróleo junto ao endividamento externo seriam a base de financiamento do

plano de governo. Um elemento importante é que, além de aprofundar a substituição de importações, o plano propôs promover a capacidade exportadora:

“[...] desarrollar industrias que agregan valor a materias primas abundantes en el país o que procesan insumos industriales básicos como la petroquímica secundaria, química diversa y productos metálicos; líneas tradicionales [...] como los textiles; rama que para alcanzar un nivel de productividad adecuada tienen que producir en gran escala por consiguiente, alimentarse de demanda externa además de la interna. Tal es el caso entre otros, de las industrias productoras de bienes de capital.; [y] sectores que en el pasado han generado considerable déficit comercial no obstante estar dominados por empresas extranjeras que tienen fácil acceso a los mercados internacionales. Entre éstos se encuentran la industria automotriz, la del hule, la farmacéutica y las químicas. (Plan Nacional de Desarrollo Industrial, 1979)

O boom petrolero teve um efeito forte e passageiro. Entre 1978 e 1981 o PIB cresceu a uma média de 8% ao ano, estimulado pelo crescimento industrial e pelo investimento público. No entanto, passado este curto período, a prosperidade se converteu em crise, produto da queda do preço do petróleo e, principalmente, da subida repentina da taxa de juros estadunidense, a qual converteu a dívida externa mexicana em um pesadelo, com a moratória da dívida, fuga de capitais, inflação, perda das reservas internacionais e crescimento exponencial do déficit público (MORENO-BRID e SANCHEZ, 2022).

Frente à crise, o então presidente De La Madrid (1982-1988) aplicou uma série de reformas neoliberais que marcaram a política econômica do país até 2018. Segundo Moreno-Brid e Sanchez (2022), o pressuposto era de que, sem as distorções da intervenção estatal na economia, estimular-se-ia a formação de capital fixo pelo setor privado e se modernizaria rapidamente a estrutura produtiva para potencializar as vantagens competitivas do país pautadas na abundância de mão de obra pouco qualificada, estimulando uma expansão das exportações de manufaturas direcionadas, fundamentalmente, aos Estados Unidos. Com isso, a crise de 1982 marcou a entrada oficial do México ao neoliberalismo.

#### 4.3 MAQUILADORAS: A INDUSTRIALIZAÇÃO ORIENTADA PARA A EXPORTAÇÃO

Políticas voltadas para o fomento industrial na região da fronteira norte não são tão recentes na história do país. Conforme Hansen (2003), já na década de 1930 se começou a criar programas com esse objetivo, como os *perímetros libres*, promulgada em 1933, que estabelecia zonas de livre comércio nas cidades fronteiriças de Tijuana, Tecate e Mexicali. No entanto, essa primeira tentativa não teve êxito em criar manufaturas locais, pelo contrário, em

alguma medida estimulou o hábito de importar bens de consumo em quantidade cada vez maiores.

Na década de 1960, uma nova tentativa de desenvolvimento industrial naquela região foi posta em prática, agora de forma mais robusta. Em 1961, criou-se o *Programa Nacional Fronteirizo* (Pronaf), estabelecendo isenções fiscais numa faixa de 20 quilômetros ao longo da fronteira norte, além de uma redução de 25% nas tarifas de transporte de carga, ferroviário, aéreo ou marítimo para bens importados à fronteira. Em 1965, outros dois programas decisivos foram fundados, os quais mudaram o cenário da região: o *Programa de Industrialización de la Frontera* e o *Fomento y Operación de la Industria Maquiladora de Exportación*. A partir disso, surgem as conhecidas indústrias maquiladoras. Estas implicavam benefícios fiscais atribuídos pelo Estado mexicano para empresas se instalarem no país, podendo importar insumos e matérias-primas do exterior com tarifas máximas de importação de 20% *ad valorem* e realizar a montagem no México para a posterior exportação. Os objetivos principais das maquiladoras eram a aquisição de divisas cambiais através das exportações, geração de emprego num curto período de tempo e a diminuição do fluxo migratório aos Estados Unidos. Até 1973, a propriedade estrangeira das empresas mexicanas era limitada a 49% (HANSEN, 2003). A partir de 1989, passou-se a permitir 100% de participação de capital estrangeiro sob a condição de manter uma balança comercial positiva. Em 1993 as restrições diminuíram ainda mais e apenas treze atividades eram destinadas exclusivamente reservadas para o Estado e seis para investidores mexicanos (PETERS, 1996).

Foi, principalmente, após a crise da dívida de 1982 que as indústrias maquiladoras foram fortemente impulsionadas, na medida em que a falta de liquidez do país o obrigava a manter superávits comerciais para aquisição de dólares e, assim, honrar suas dívidas. A partir disso, as maquiladoras ganham cada vez mais destaque na economia mexicana: o número de plantas maquiladoras sobe de 620, em 1980, para mais de 2.000, em 1992; o emprego nelas expande de 100.000 para 518.000 e suas exportações sobem de US\$ 2,5 bilhões em 1980 para US\$ 10,1 bilhões em 1988.

Importante ressaltar que a crise dos anos oitenta teve efeito demolidor no dinamismo econômico das grandes metrópoles do país (Cidade do México, Guadalajara, Monterrey e Puebla), concentradas mais no centro do país — com exceção de Monterrey, que se localiza mais ao norte — tendo sua produção industrial diminuído em 19,2%. A soma da participação das quatro cidades, em 1985, corresponde ao valor que a Cidade do México produziu sozinha em 1980, isto é, 48,6% da produção industrial do país (MEDRANO, 1999). A crise, com isso,

marcou a queda do dinamismo econômico da região central do país em detrimento de um aumento do dinamismo da região norte, em função das indústrias maquiladoras.

Os investimentos externos diretos (IEDs), que inundaram o México com o advindo das maquiladoras, tinham como principais origens capitais estadunidenses (tabela 9), os quais utilizavam a mão de obra mexicana, consideravelmente mais barata em relação à do vizinho do norte, para reduzir os custos de produção. Por esse motivo, a maioria das empresas foi instalada na região setentrional do país, próxima à fronteira com os Estados Unidos, como se pode ver no mapa 9. Num primeiro momento, as cidades que acumularam maior número de empresas foram Mexicali, com 61 empresas e 8500 empregados; Tijuana, com 94 empresas e 7000 empregados; Matamoros, com 43 empresas e 6500 empregados; e Ciudad Juárez, com 42 empresas e 7760 empregados.

Tabela 9: IED acumulado por país de origem 1980-1993

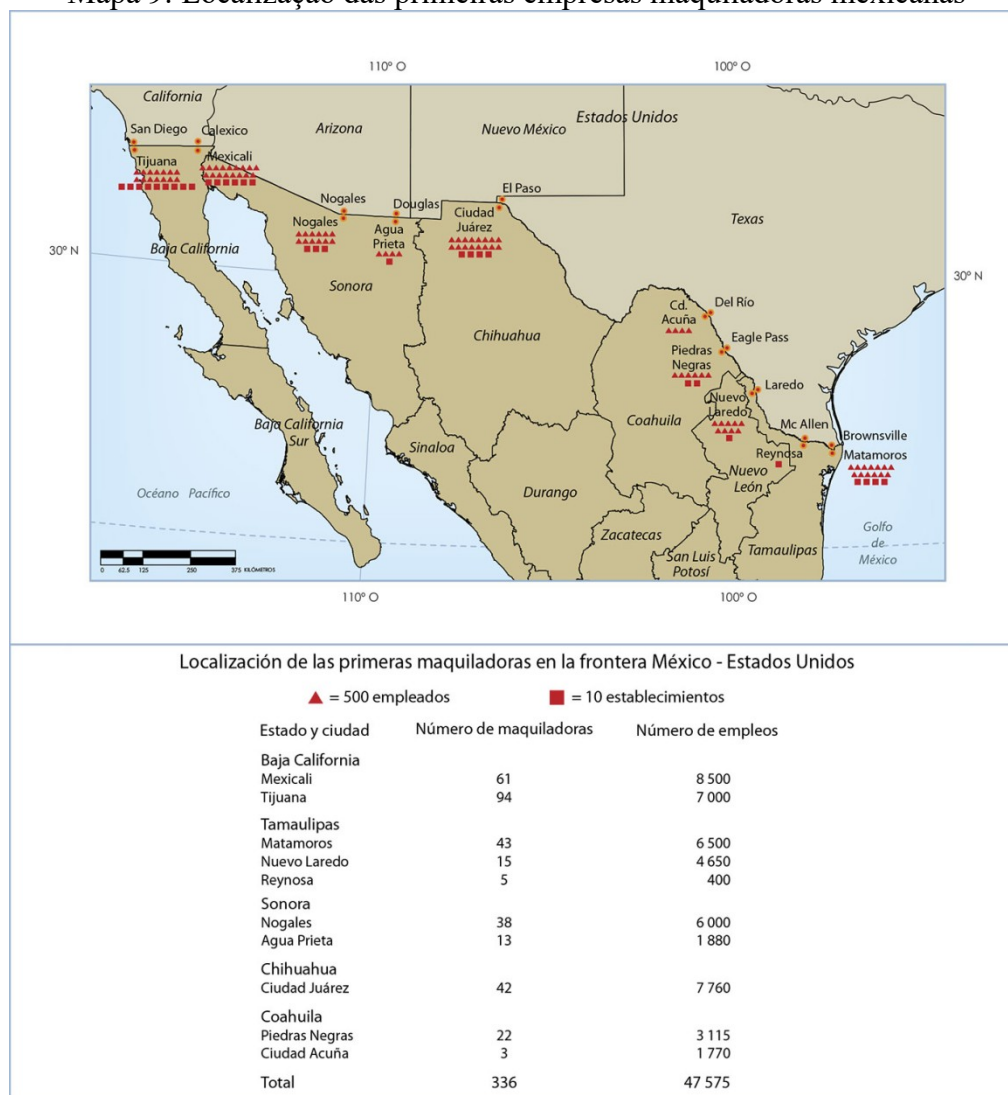
<b>País de Origem</b>	<b>Participação percentual do acumulado 1980-1993</b>
Estados Unidos	61,5%
Reino Unido	6,7%
Alemanha	4,9%
França	4,3%
Suíça	4,1%
Japão	3,7%
Espanha	2,0%
Países Baixos	1,9%
Outros	10,9%

Fonte: Secretaría de Economía, 2020

Posteriormente, a partir da criação do *Programa de Importación Temporal para Producir Artículos de Exportación* (PITEX), em 1985, as indústrias de exportação foram se interiorizando no território mexicano, chegando aos estados do centro-oeste, como Jalisco, Zacatecas e San Luis Potosí; do centro, como Puebla e Tlaxcala; e até mesmo do sul do país, como o estado de Yucatán. No entanto, a presença na região norte seguiu preponderante, devido ao baixo custo de transporte das mercadorias ao país vizinho<sup>100</sup>.

<sup>100</sup> Segundo Alejandro Mungaray: “Mientras 89% de las plantas y los empleos se localizaba en los estados fronterizos en 1980, para 1995 la proporción disminuye a 80% en el caso de establecimientos y de 85% en el de empleos. En cuanto al valor nominal agregado, pasó de 87 a 84 por ciento” (MUNGARAY, 1998, p. 4).

Mapa 9: Localização das primeiras empresas maquiladoras mexicanas



Fonte: Enciclopedia de Conocimientos Fundamentales, 2010

O desenvolvimento da indústria maquiladora mexicana comporta diferentes fases. Segundo Gereffi (1996) essas fases se dividem em duas: as “velhas” e as “novas” maquiladoras. Para Carrilo e Lara (2009), esse desenvolvimento abarca quatro gerações de maquiladoras. É consenso, porém, que as primeiras maquiladoras se caracterizavam por ser indústrias de trabalho intensivo, baixo nível tecnológico, baixa conexão com a economia nacional, baixos salários e mão de obra majoritariamente feminina (cerca de 80%). As produções se concentravam na indústria têxtil e na montagem de componentes eletrônicos para televisores e rádios.

A segunda fase é marcada pela crise de 1982, quando as indústrias maquiladoras sofrem algumas transformações e passam a incorporar produções com maior nível de automatização, mais intensivas em capital e tecnologia, maior conexão com a economia nacional, além de aumentarem o número de homens no quadro de trabalhadores. Este período



é marcado pelo sistema toyotista de produção. A partir disso, as maquiladoras concentram-se na indústria automobilística, a qual será abordada na próxima seção.

Carrillo e Lara (2009) ainda destacam duas outras gerações posteriores de maquiladoras. A terceira geração, segundo os autores, abarcaria plantas industriais de corporações transnacionais orientadas ao desenho, pesquisa e desenvolvimento. Seriam unidades com maior valor agregado, maior nível tecnológico, com maior autonomia na tomada de decisões e com trabalho mais qualificado e melhor remunerado.

Por último, a quarta geração de maquiladoras seriam aquelas que coordenam diferentes atividades (pesquisa, desenvolvimento, produção, etc.) a partir do México, atuando não como subsidiárias, mas como empresas matrizes. Esta geração implica a criação de marcas próprias mexicanas. Para embasar a tese da existência de uma quarta geração de maquiladoras no México, os autores citam o caso da Delphi, uma empresa *spin off*<sup>101</sup> da General Motors e que atualmente é uma das líderes mundiais do setor de autopartes (CARRILLO e LARA, 2009).

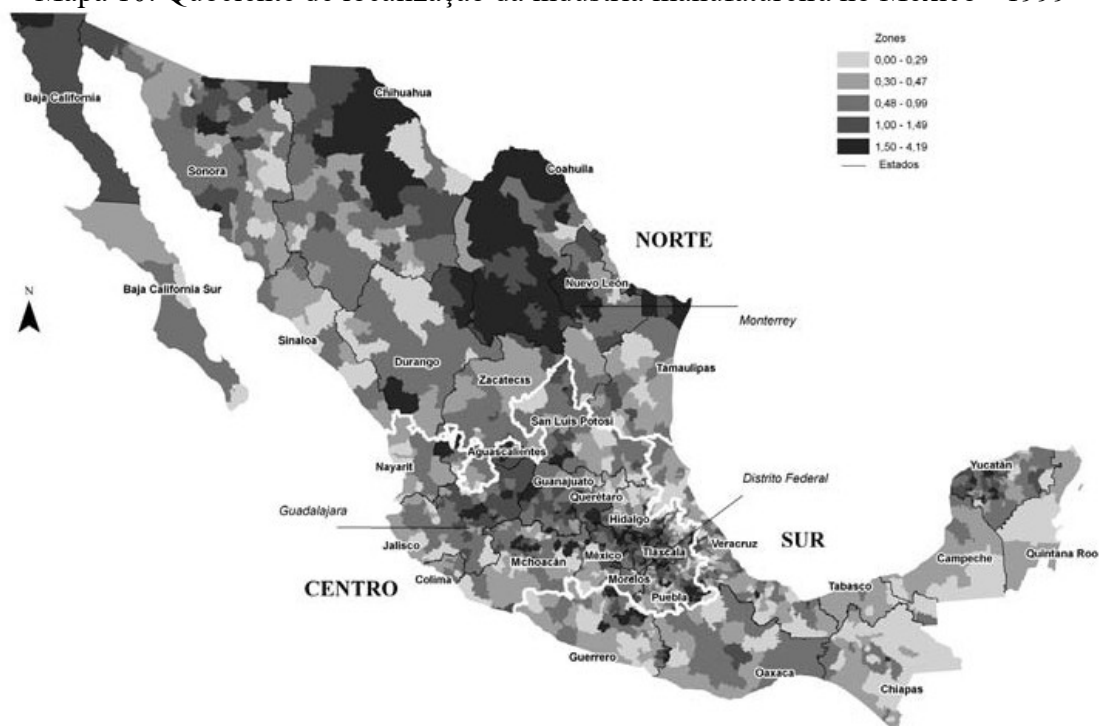
No entanto, o grau de absorção tecnológica por parte do México gera acirrados debates, principalmente quando comparado com a realidade dos países do leste asiático (China, Coreia do Sul, etc.) que também promoveram iniciativas de industrialização orientada para a exportação durante o mesmo período e conquistaram resultados bastante distintos. Esse debate, porém, será feito mais adiante. Fato é que a indústria maquiladora do México viveu importantes transformações ao longo do tempo, tendo iniciado suas atividades com produções simples e de baixo valor agregado, aumentando gradativamente sua composição orgânica do capital, na medida em que se tornava cada vez mais intensiva em capital.

Outro fato evidente é a volta de um maior dinamismo econômico para a região setentrional do país. Partindo de uma regionalização que divide o México em três regiões (norte, centro e sul), Angoa *et al* (2009) apontam para a importância da indústria na região norte, enquanto que a região central se destaca pelos serviços sofisticados. De forma contrastante, a região sul fica bem abaixo da média nacional tanto em relação à indústria quanto aos serviços sofisticados.

---

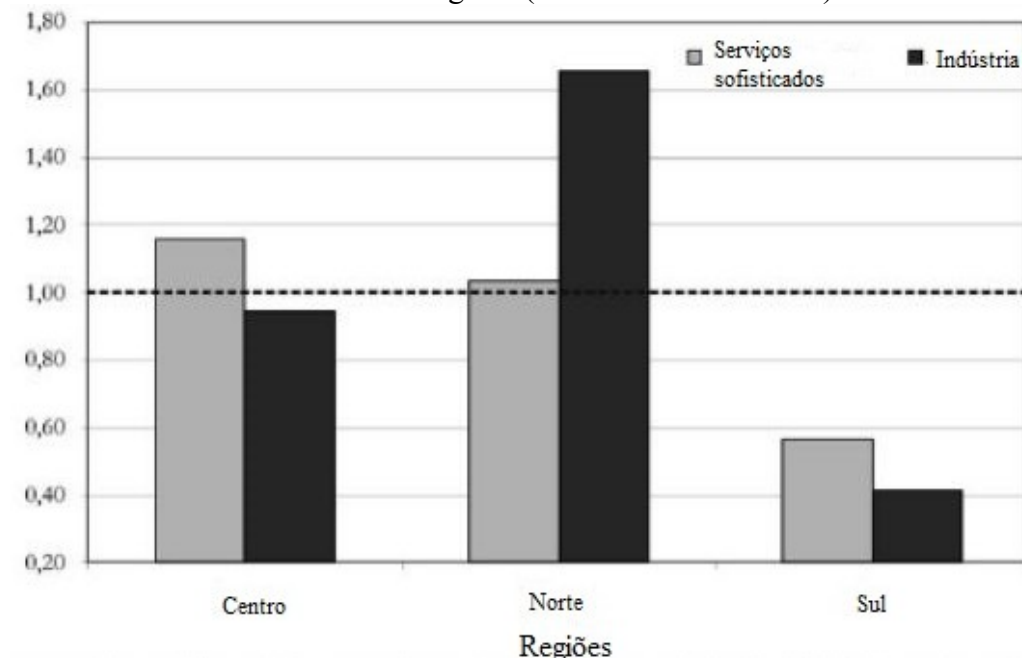
<sup>101</sup> *Spin off* é uma empresa derivada de outra, uma companhia independente que nasceu dentro de outra pessoa jurídica.

Mapa 10: Quociente de localização da indústria manufatureira no México - 1999



Fonte: Angoa *et. al.*, 2009

Gráfico 4: Concentração relativa do emprego nos setores de serviços sofisticados e indústria, divisão em três regiões (Média nacional = 1.00)



Fonte: Angoa *et. al.*, 2009

Em suma, as maquiladoras foram protagonistas do esforço exportador vivido pelo México, resultando em uma importante transformação em sua pauta exportadora: de uma economia fundamentalmente exportadora de petróleo, como era no começo da década de 1980, para, vinte anos depois, ter quase 80% de suas exportações compostas por bens

manufaturados (gráfico 5). Além disso, as maquiladoras passaram a ocupar um papel central na geração de empregos no país, como se nota no gráfico 6. Desta forma, o México mudou a sua inserção na divisão internacional do trabalho, participando de novos circuitos espaciais de produção, sobretudo àqueles ligados a indústria automobilística, como veremos a seguir. Ademais, promoveu uma transformação em sua divisão territorial do trabalho, refuncionalizando a região setentrional através de novos fluxos voltados aos Estados Unidos, relacionados às importações de insumos e equipamentos e exportações de produtos manufaturados.

Gráfico 5: Composição das exportações mexicanas, 1980-2014

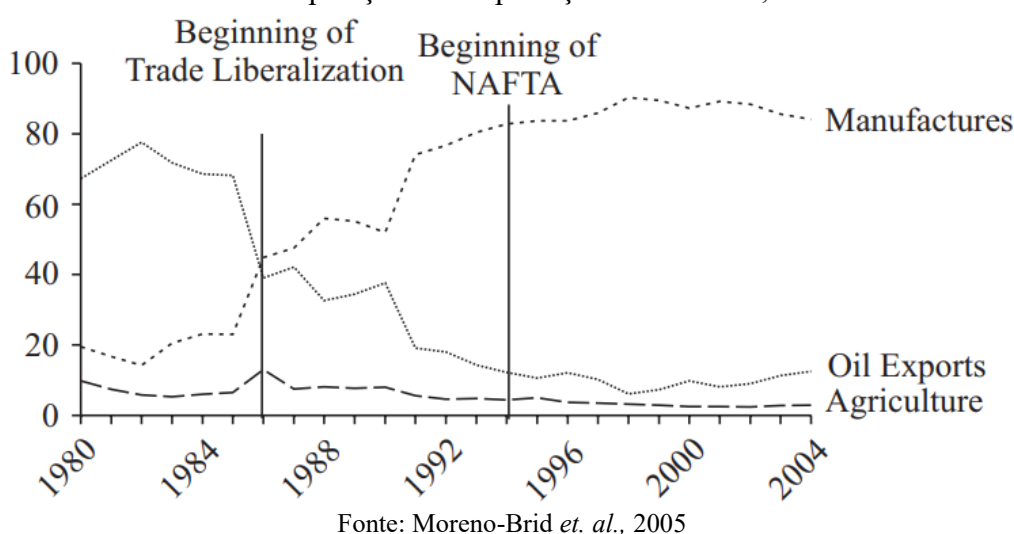
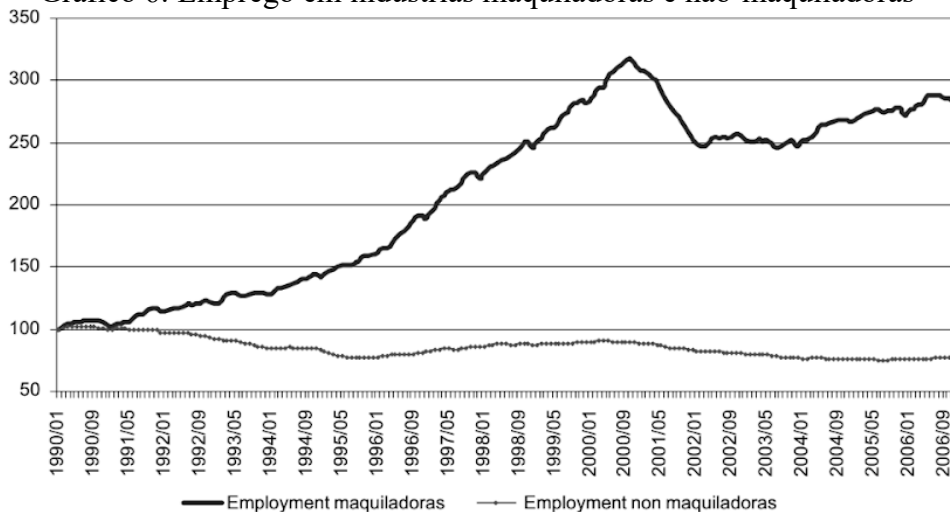


Gráfico 6: Emprego em indústrias maquiladoras e não-maquiladoras



#### 4.3.1 O caso da indústria automobilística

Com a segunda fase de desenvolvimento das maquiladoras, a indústria automobilística ganha protagonismo, sendo a principal receptora dos Investimentos Externos Diretos. Porém, a implantação da indústria automobilística no México remonta a décadas anteriores.

O primeiro período de sua estruturação no país começa em 1925, com a instalação da Ford para realizar a montagem e abastecer o mercado interno. Antes disso, só chegavam automóveis já montados, através de importação. Posteriormente, em 1935, foi a vez da General Motors se estabelecer e, três anos depois, a Automex (mais tarde chamada de Chrysler). A localização das plantas automobilísticas se concentrava na região central, no estado do México, Puebla e na Cidade do México<sup>102</sup> (MEDRANO, 1999).

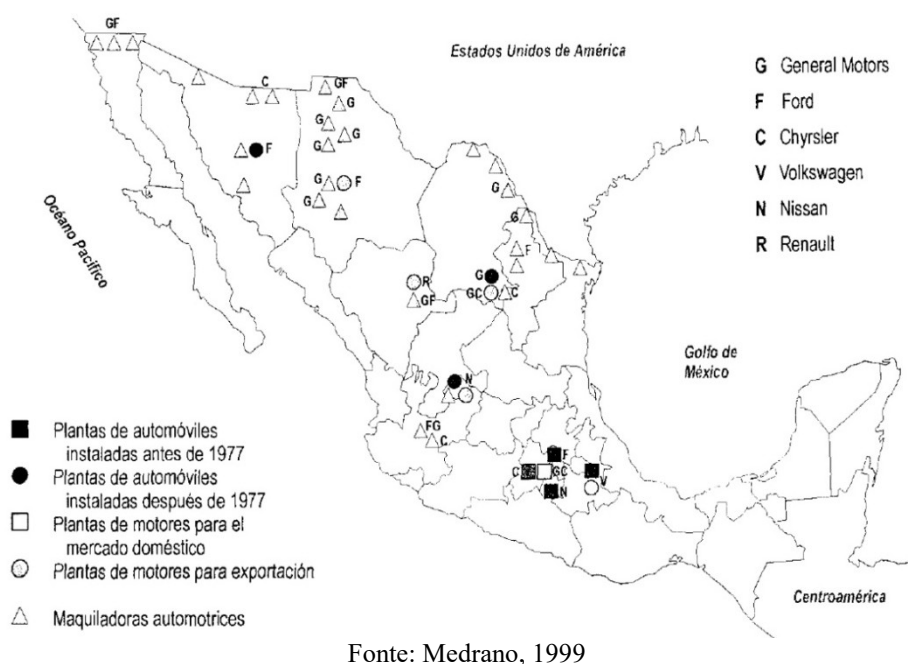
A segunda fase se inicia na década de 1960, quando a indústria automobilística apresenta um maior desenvolvimento em relação ao período anterior, tornando-se não apenas uma montadora de veículos, mas passando efetivamente a realizar o processo de produção, contando com departamentos de fundição, fabricação de motores, pintura, etc. Em quinze anos a produção aumentou sete vezes. Já em 1966, a indústria de autopeças chegava a empregar quase 25 mil trabalhadores. A localização das plantas automobilísticas seguiu concentrada na região central, a produção voltada para o mercado interno e sendo realizada pelas transnacionais (MEDRANO, 1999).

A partir de 1977, já nos marcos das maquiladoras, promove-se o desenvolvimento de uma indústria automobilística de exportação, impulsionada após a crise de 1982. O incremento das exportações de automóveis de 2.938 para 195.999 unidades entre 1975 e 1989, fez com que a indústria automobilística, já em 1986, ocupasse o segundo lugar em exportação, depois da indústria petrolífera. Esta nova indústria automobilística maquiladora, por sua vez, concentrou-se na região setentrional do país, diferentemente das anteriores, instaladas nas regiões centrais, como se pode ver no mapa 11.

---

<sup>102</sup> Segundo Medrano, “ya para el año de 1960, el número de empleados y obreros en promedio que laboraban por empresa dentro de la industria automotriz mexicana era de 801 trabajadores, mientras que para ese mismo año el promedio en la industria mexicana en general, era de tan sólo 8,4 ocupados” (1999, p. 158).

Mapa 11: Localização da indústria automobilística e de autopeças por data de implantação



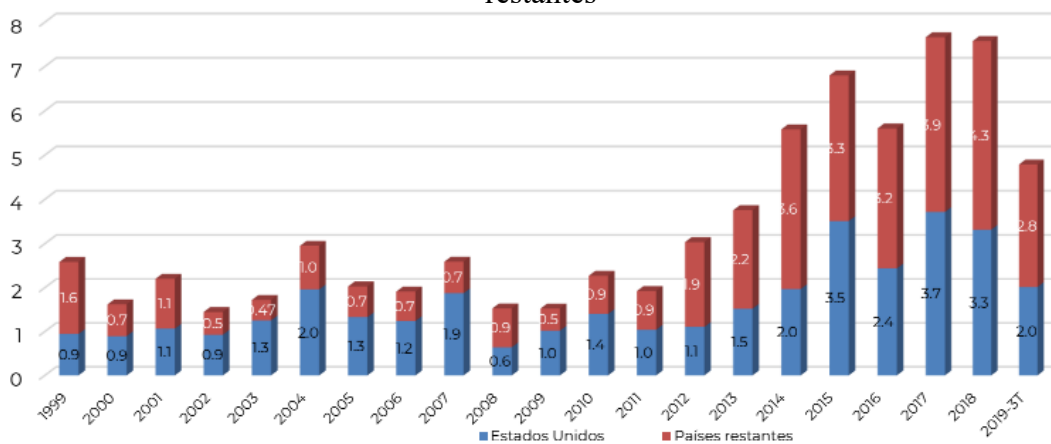
Dentre as empresas que mais se destacaram na produção de automóveis neste período, tem-se a Ford (Estados Unidos), Chrysler (Estados Unidos), General Motors (Estados Unidos), Volkswagen (Alemanha) e a Nissan (Japão). As duas primeiras exportaram mais de 90% de sua produção para os Estados Unidos, entre 1988 e 1993. Seguidas por Volkswagen, que exportou 72%, e General Motors, que exportou 67%. A Nissan obteve exportações mais diversificadas, tendo o Chile seu principal destino, com 30%. Do total das exportações mexicanas de automóveis, a Ford foi quem liderou o ranking, com 30% das exportações; seguida pela Chrysler e a General Motors, com 28% e 20%, respectivamente; em quarto lugar, a Volkswagen exportou 12% e a Nissan, 9% (MEDRANO, 1999).

A presença de capital estadunidense é preponderante nos IEDs da indústria automobilística no México, contando com 49,5% do total acumulado das últimas duas décadas, segundo a Secretaria de Economia do México (Gráfico 7). Os estados fronteiriços (Baja California, Sonora, Chihuahua, Coahuila, Nuevo León, Tamaulipas) receberam 63% desses IEDs, o restante se concentrou na região central, principalmente no estado do México, Guanajuato, Distrito Federal (Cidade do México) e San Luís Potosí (Mapa 12).

Deste modo, contrapõem-se duas situações na indústria automobilística mexicana. Por um lado, tem-se as empresas tradicionais do centro do país, destinadas à produção ao mercado interno e sob um padrão fordista de produção. Por outro, tem-se novas plantas de exportação

instaladas na região setentrional, adotando um sistema toyotista de produção e exportando, em grande parte, para o mercado estadunidense<sup>103</sup>.

Gráfico 7: IED no setor automobilístico 1999-2019 (bilhões) – Comparação EUA/Países restantes



Fonte: Secretaria de Economía do México, 2019

Mapa 12: As dez unidades federativas com maior investimento direto dos EUA no setor automobilístico



**Distribuição do investimento direto dos Estados Unidos no setor automotivo, 1999-2019-3T**

- 10 unidades federativas com maior investimento direto dos EUA no setor
- Outras unidades federativas

Elaboração: Fernando de Jesus com base em dados da Secretaría de Economía (2019)

<sup>103</sup> Entre 1988 e 1993, quase 80% do total das exportações automotrizes se destinavam aos Estados Unidos (MEDRANO, 1999).

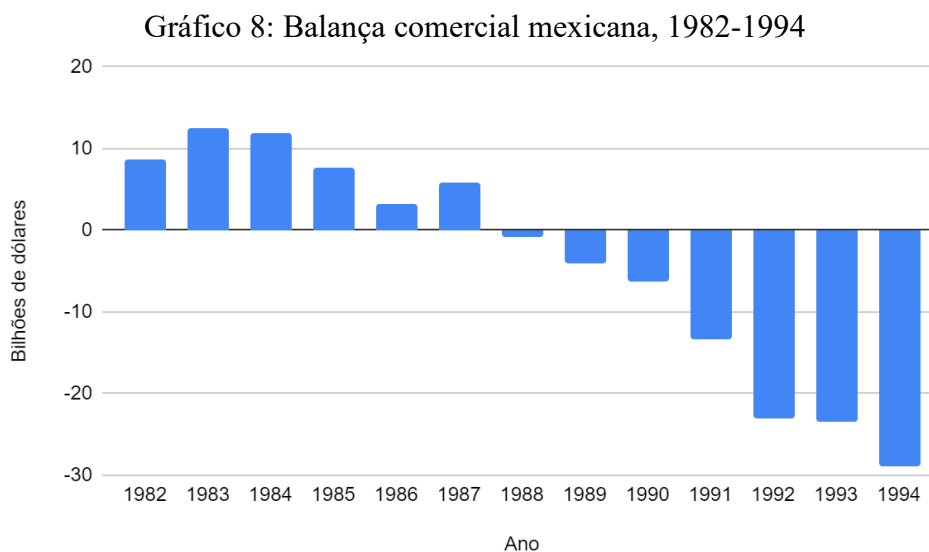
#### 4.4 DA EXPORTAÇÃO À IMPORTAÇÃO: A GRANDE CRISE DE 1994

Como já foi mencionada, a década de 1980 no México foram anos de grande liberalização econômica. A partir da crise de 1982 e durante o governo de Miguel de la Madrid (1982-1988) o país iniciou a liberalização de importações que reduziram ainda mais tarifas e licenças, logrando integrar-se ao GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) em 1986.

Posteriormente, com o governo de Salinas de Gortari (1988-1994), este processo ganhou ainda mais força, quando ocorreu uma série de reformas visando à liberalização dos investimentos estrangeiros nos mercados financeiros nacionais, assim como a desregulamentação dos investimentos externos diretos. Essas reformas relaxaram as reservas bancárias, as cotas de crédito para setores de alta prioridade, os controles sobre as taxas de juros e aboliram o controle sobre o fluxo de capitais que havia sido adotado durante a crise de 1982 (ROS, 2001).

Com o objetivo de combater a inflação, Gortari recorreu a dois instrumentos. De um lado, iniciou uma lenta desvalorização cambial que, no entanto, foi menor que a diferença entre os preços relativos internos e externos, o que eventualmente gerou uma *valorização da taxa de câmbio real*. Por outro lado, manteve *altas taxas de juros* para atrair investimentos e seguir honrando a dívida externa (PETERS, 1996).

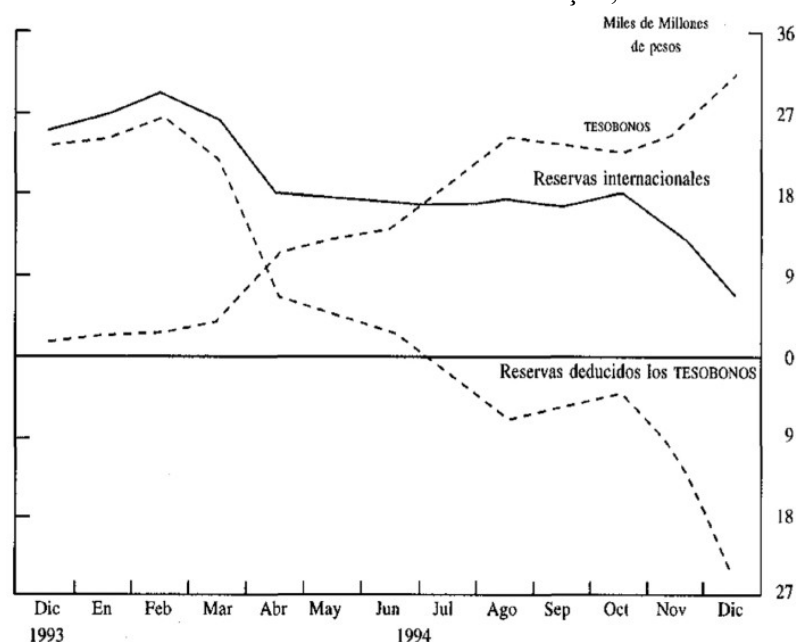
Essas políticas, porém, geraram resultados avessos ao projeto exportador do país. A valorização cambial estimulou a importação e gerou déficit na balança comercial, chegando a 29 bilhões de dólares de déficit em 1994. Já os altos juros conseguiram atrair capital, mas diminuíram a propensão ao investimento produtivo, na medida em que os lucros rentistas eram mais altos e com menor risco. Deste modo, a liberalização econômica no México resultou numa reorientação econômica, de uma industrialização orientada à exportação para uma orientada à importação (PETERS, 1996).



Fonte: Peters, 1996

O ano de 1994 também foi marcado por uma extrema tensão política, com a assinatura do acordo do NAFTA, dia 1 de janeiro, simultaneamente ao início da revolta armada no sul do país, com o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) tomando o controle de diversas cidades do estado de Chiapas, o que criou um ambiente de insegurança financeira e fuga de capital. Diante disso, o governo mexicano se apoiou cada vez mais em títulos públicos de curto prazo, com os *Certificados de la Tesorería de la Federación* (CETES) e os *tesobonos* (títulos públicos indexados no dólar), para atrair capital estrangeiro (gráfico 9).



Gráfico 9: Reservas internacionais e *tesobonos* em circulação, dez. de 1993 - dez. de 1994

Fonte: Griffith-Jones, 1996

A liberalização dos fluxos de capitais facilitava tanto a entrada de capitais, como ocorreu até 1994, quanto a saída de capitais, como se deu a partir de 1994. A junção do déficit comercial, choque especulativo e crise política culminaram, em dezembro de 1994, na maior crise financeira no país desde a grande crise de 1929, fazendo o PIB real cair cerca de 6%, naquela que ficou chamada de “Crise da Tequila”.

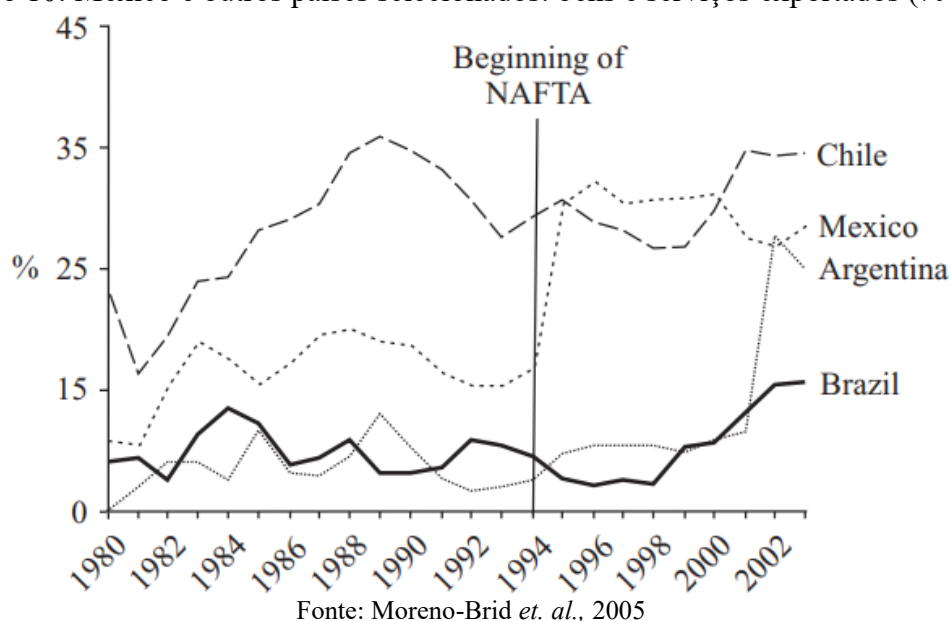
#### 4.5 NAFTA E O NEOCOLONIALISMO

O NAFTA (*North America Free Trade Agreement*), ou TLCAN (*Tratado de Libre Comercio de América del Norte*), foi um acordo comercial firmado entre México, Estados Unidos e Canadá a fim de formar uma zona de livre comércio na América do Norte, iniciando sua vigência no dia 1 de janeiro de 1994. Segundo o artigo 102 do acordo, seus principais objetivos eram: eliminar barreiras ao comércio e facilitar a circulação transfronteiriça de bens e serviços entre os territórios das Partes; promover condições de concorrência leal na área de livre comércio; aumentar substancialmente as oportunidades de investimento nos territórios das Partes; fornecer adequada e eficaz proteção e aplicação dos direitos de propriedade intelectual no território de cada Parte (TRATADO DE LIBRE COMERCIO DE AMERICA DEL NORTE, 1993).

O NAFTA foi mais um capítulo no esforço exportador vivido pelo México. Em 1994, as exportações totais representaram 16% do PIB real do México. No ano 2000, esse número

mais que dobrou, chegando a 35,1%, tornando-se um dos principais exportadores da América Latina, como é possível notar no gráfico 10. Quando comparado aos demais países exportadores do mundo, os números também impressionam. Se, de 1985 a 1994, o México ficou em quinto lugar entre os países com os maiores aumentos em exportações manufatureiras no mundo, entre 1994 e 2000 o país alcançou o segundo lugar, logo atrás da China (MORENO-BRID *et. al.*, 2005).

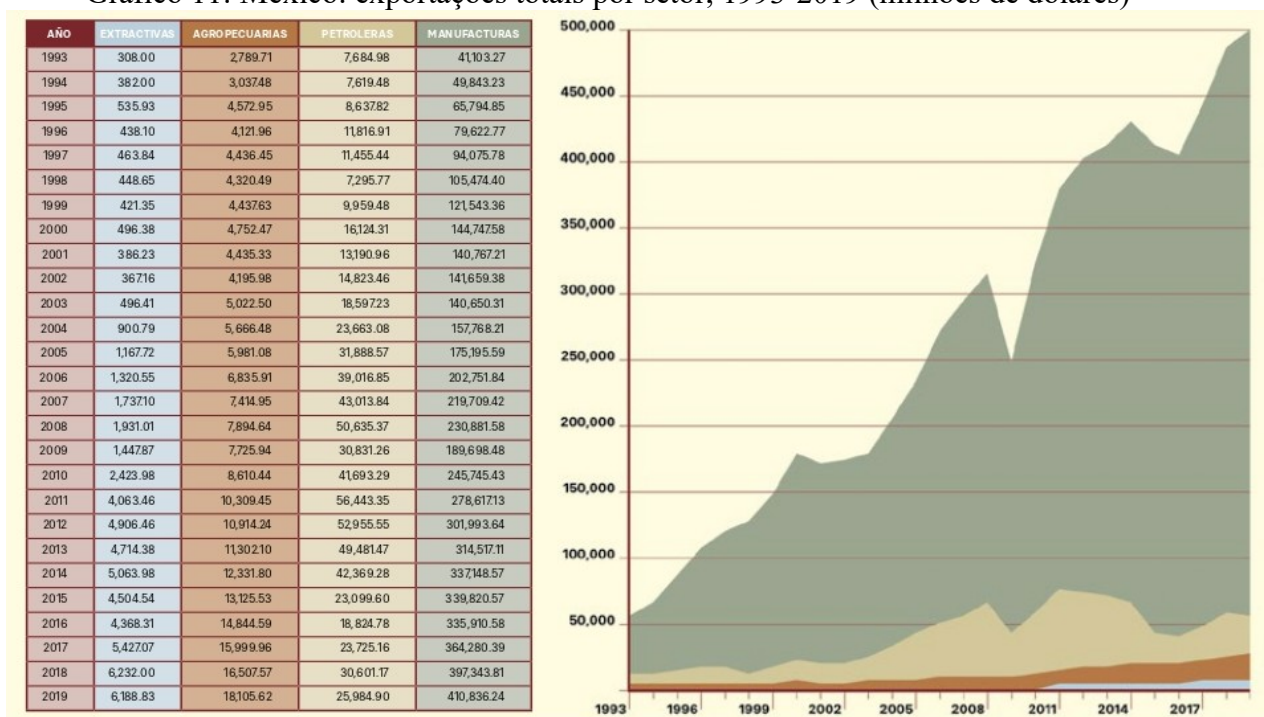
Gráfico 10: México e outros países selecionados: bens e serviços exportados (% PIB),



Durante o período de vigência do NAFTA, o valor das exportações manufatureiras do país aumentou oito vezes, ao passar de 50 bilhões de dólares, em 1994, para 410 bilhões, em 2019. Em comparação. As exportações de petróleo, assim como as de produtos extrativistas e agropecuários cresceram valores irrisórios ou permaneceram estagnadas durante esses vinte e cinco anos (Gráfico 11).

A partir do NAFTA, nota-se que a evolução das exportações totais e de manufaturas exhibe padrões espaciais diferenciados. A começar pelo fato de que, em 2018, 57% das vendas setoriais se concentravam em seis estados fronteiriços (Baja California, Sonora, Chihuahua, Coahuila, Nuevo León e Tamaulipas) e outros cinco estados distribuídos no centro do país participam com outros 25% (Guanajuato, Jalisco, Querétaro, Aguascalientes e San Luís Potosí) (ZAMORA, 2020).

Gráfico 11: México: exportações totais por setor, 1993-2019 (milhões de dólares)

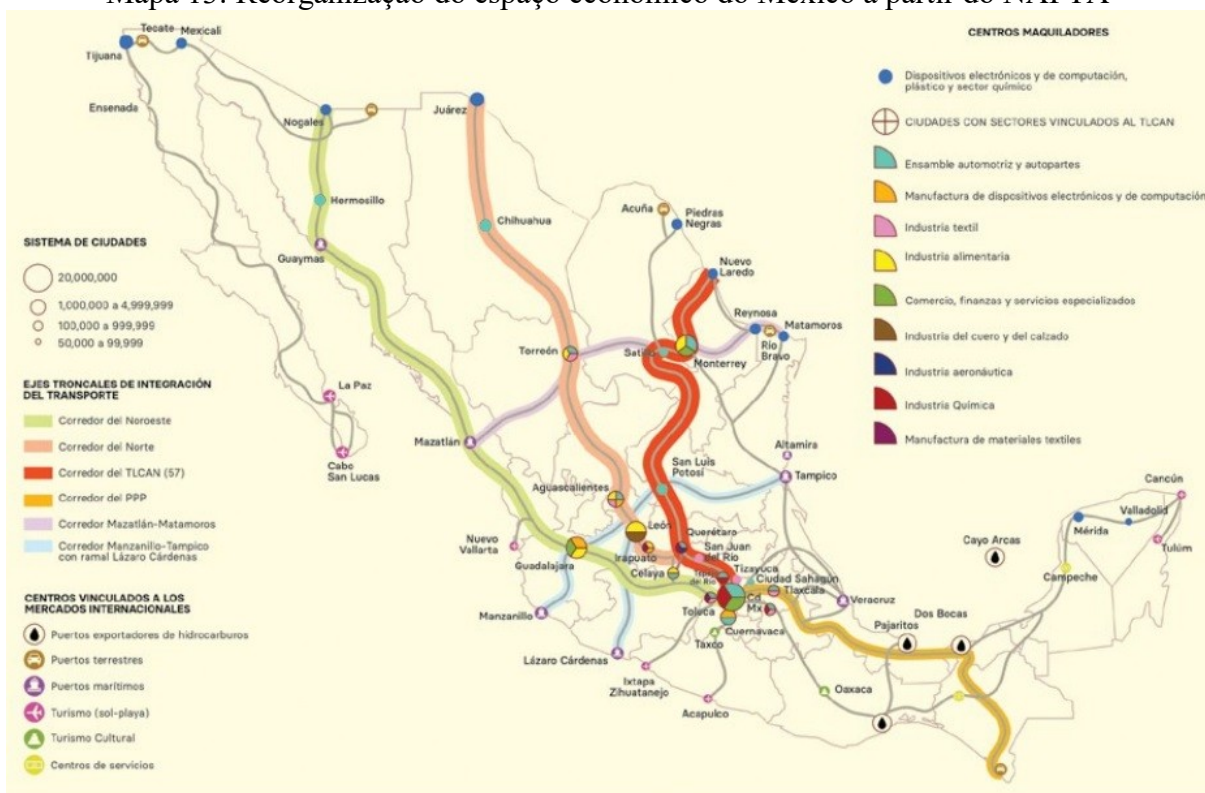


Fonte: Zamora, 2020

Segundo Zamora (2020), as cidades mais eficientes para a dinâmica produtiva do NAFTA são aquelas que possuem uma infraestrutura adequada para as montadoras de automóveis: Hermosillo, Chihuahua, Saltillo-Ramos Arizpe, Aguascalientes y Torreón-Gomez Palacio. Em um plano similar, encontram-se as cidades de Querétaro, Guanajuato y San Luis Potosí. Outros exemplos são os centros urbanos especializados em indústrias como as de eletrônicos e de equipamentos de informática (Tijuana, Ciudad Juárez, Guadalajara y Aguascalientes); têxtil (Torreón-Gómez Palacio, Aguascalientes); aeroespacial (Tijuana, Querétaro y Guanajuato); e alimentícia (Guadalajara, León, Monterrey, Aguascalientes y Torreón-Gómez Palacio).

Os fluxos de mercadorias, insumos e maquinários são transportados, principalmente, por três eixos: o corredor do noroeste (Guadalajara-Hermosillo-Nogales); o corredor do norte (Aguascalientes-Torreón-Chihuahua-Juárez); e o corredor da rodovia 57 (San Luís Potosí-Monterrey-Nuevo Laredo), considerado o eixo central do NAFTA no fluxo de mercadorias para o mercado estadunidense, especialmente com o estado do Texas (ZAMORA, 2020).

Mapa 13: Reorganização do espaço econômico do México a partir do NAFTA

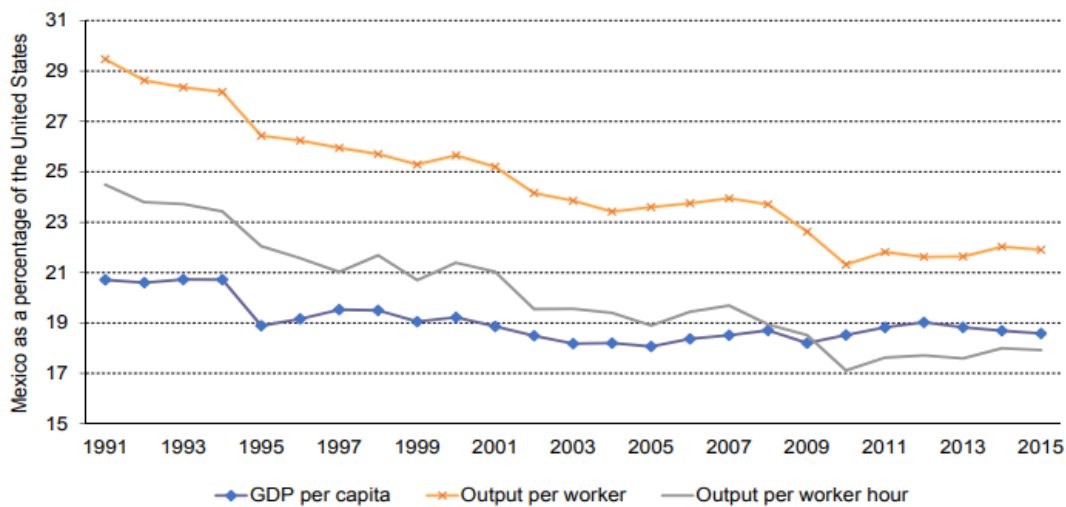


Fonte: Zamora, 2020

O comércio regional deu um grande salto, de US\$ 290 bilhões de dólares, em 1993, para mais de US\$ 1,1 trilhão em 2016. Os fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) no México também aumentaram, de uma média de 1,2% do PIB do México, em 1980-1993, para uma média de 2,7% do PIB, em 1994-2016. Durante o mesmo período, o estoque de IED dos Estados Unidos no México aumentou de US\$ 15 bilhões para mais de US\$ 100 bilhões (Fonte: Blecker *et. al.*, 2017).

No entanto, a despeito do NAFTA lograr êxitos no que cerne ao aumento das exportações e do investimento externo direto, muitos dos objetivos estabelecidos não foram alcançados. Contrariamente a afirmação do então presidente Carlos Salinas de Gortari, de que o acordo transformaria o México num país de primeiro mundo, não houve nenhuma convergência entre México e Estados Unidos no que se refere à renda *per capita* ou à produtividade do trabalho, pelo contrário. Conforme o gráfico 12, tanto o PIB *per capita*, quanto a produção por trabalhador caiu em relação aos índices estadunidenses.

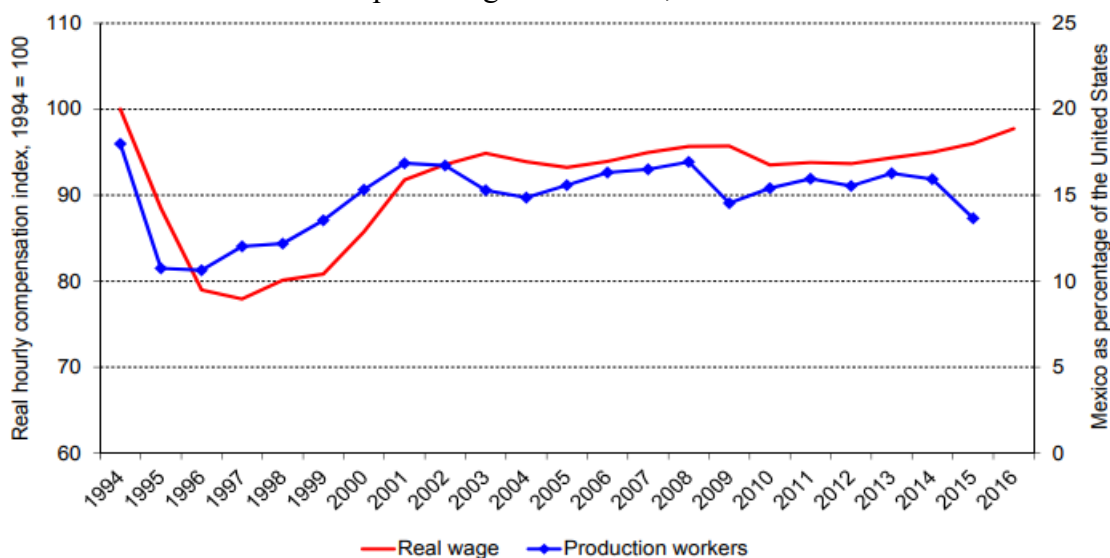
Gráfico 12: México, PIB per capita e produtividade do trabalho como porcentagem dos EUA, 1994-2015



Fonte: Blecker *et. al.*, 2017

No que se refere à remuneração dos trabalhadores, esta expectativa também não se realizou. Como é possível observar no gráfico 13, o salário real passou por uma drástica queda a partir da execução do NAFTA e, em 2016, ainda não havia recuperado o valor alcançado em 1994. Da mesma forma, o salário real mexicano ficou ainda mais longe do salário real estadunidense.

Gráfico 13: Remuneração horária dos trabalhadores mexicanos da produção em termos reais e como porcentagem dos EUA, 1994-2016

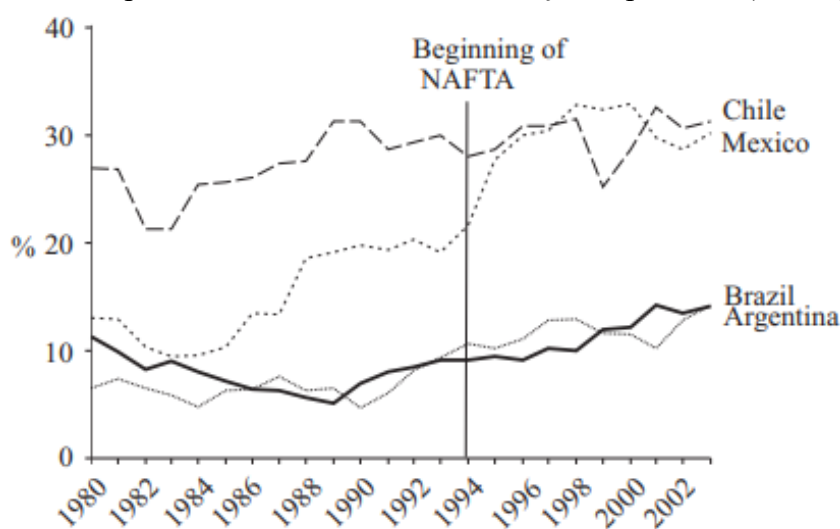


Fonte: Blecker *et. al.*, 2017

Por fim, com o NAFTA o México seguiu o mesmo problema vivenciado desde a implementação das indústrias maquiladoras, isto é, o desequilíbrio na balança comercial. Por não criar grandes efeitos de encadeamento internos, as importações cresceram junto ao

crescimento das exportações. Esse crescimento vertiginoso das importações mexicanas é possível observar no gráfico 14. Deste modo, em grande parte o NAFTA significou a incorporação do espaço econômico mexicano pelos Estados Unidos, na medida em que não gerou um centro dinâmico endógeno de inovação tecnológica (como veremos de forma mais aprofundada a seguir) e não logrou reduzir as disparidades regionais, servindo principalmente como plataforma de mão de obra barata para as transnacionais estadunidenses, em troca da geração de empregos e de divisas cambiais.

Gráfico 14: México e países selecionados, bens e serviços importados (% PIB), 1980-2003



Fonte: Moreno-Brid *et. al.*, 2005

#### 4.6 A QUESTÃO TECNOLÓGICA E OS CONTRASTES DA CHAMADA GLOBALIZAÇÃO

A partir da década de 1970, com a ascensão do neoliberalismo no mundo, notam-se dois grandes padrões de desenvolvimento econômico e inserção no sistema mundial entre os países da periferia: de um lado, os países da América Latina, que abriram sua economia de forma indiscriminada, seguindo à risca os preceitos liberais que seriam sistematizados posteriormente com o Consenso de Washington; de outro, os países do leste-asiático, que se valeram de forte intervenção estatal e competitividade internacional em diferentes ramos industriais.

Desde 1978, com as reformas de abertura implementadas por Deng Xiaoping, a China – liderada por seu partido comunista – voltou a se integrar ao sistema capitalista mundial e abriu sua economia para o capital estrangeiro. No entanto, ao contrário do que é comumente aceito, o Estado chinês nunca deixou de coordenar o desenvolvimento econômico. Conforme

Jabbour (2021), a China nos últimos quarenta anos passou por sucessivos ciclos de aumento quantitativo do setor privado e aumento qualitativo do setor estatal. As transnacionais norte-americanas, européias e japonesas tiveram permissão para investir e produzir no país, atraídas pela abundante oferta de mão de obra, mas foram condicionadas a atuar sob o regime de *joint-venture* com empresas nacionais, a fim de transferir tecnologia para a economia doméstica. Além disso, o estado chinês controla os principais mecanismos de regulação da acumulação de capital, tais como taxas de juros, taxas de câmbio e o sistema financeiro, dominado por grandes bancos estatais que ofertam crédito. No núcleo da economia chinesa, concentrando as empresas com maior composição orgânica do capital, produtividade e conteúdo tecnológico estão os grandes conglomerados empresariais estatais. Dessa forma, o próprio Estado toma para si o papel de prestador de última instância e de investidor de primeira instância.

Na Coreia do Sul ocorreu algo similar à experiência japonesa da virada do século XIX para o XX, na chamada Restauração Meiji, em que unidades empresariais familiares (denominados *zaibatsus*) foram deliberadamente impulsionadas pelo Estado e formaram grandes conglomerados empresariais. A partir da chegada ao poder do general Park Chung-hee (1961-1979), o país sul-coreano inaugurou sucessivos planos quinquenais de desenvolvimento e fomentou os chamados *chaebols*<sup>104</sup>. Em troca dos benefícios estatais, o governo exigia destes últimos “resultados imediatos, desempenho exportador e aprendizado tecnológico” (COUTINHO, 1999, p. 359). Atualmente, muitos *chaebols* são empresas mundialmente conhecidas, como a Hyundai, a Samsung e a LG. Além disso, a Coreia do Sul se aproveitou da conjuntura geopolítica da Guerra Fria, em que estava cercada por países de orientação comunista (URSS, China e Coreia do Norte), para obter uma maior margem de manobra para realização de políticas desenvolvimentistas.

Na América Latina, o que se viu na maioria dos países foi o contrário do que ocorreu nos países do leste-asiático, que impulsionaram o processo de industrialização. Países como o Brasil e a Argentina, seduzidos pelos ideais liberais, abriram sua economia de forma indiscriminada, o que acarretou em importações predatórias e um intenso processo de desindustrialização.

Depois de ser o país que, entre 1930 e 1980, apresentou o maior crescimento da produção industrial do mundo capitalista, o Brasil passou por um grande retrocesso industrial.

---

<sup>104</sup> Sobre os *chaebols*, Coutinho (1999, p. 359) explica: “os chaebols eram então uma réplica dos antigos zaibatsus japoneses (antes da II Guerra), caracterizados pelo controle familiar, gestão centralizada em empresários líderes audaciosos, com forte presença dos parentes na administração, paternalismo e compadrio (amigos de faculdade se contratam entre si) e, acima de tudo, gestores interessados em manter estreitas relações de cooperação obediente com o governo, para obter deste a incumbência em desenvolver novos negócios e atividades, beneficiando-se dos incentivos correspondentes.

Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003) ao poder, a elevação da taxa de juros a patamares acima de 40% combinados com a sobrevalorização do real, o qual chegou a valer mais do que o dólar, promoveu uma entrada massiva de mercadorias importadas e a quebra de muitas indústrias nacionais. A estrutura liberal sofreu alguns reveses durante a década de 2000, com o fortalecimento de bancos públicos de fomento, como o BNDES, empresas públicas estratégicas, como a Petrobrás, e a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), bem como com o estabelecimento de uma atuação internacional de construção de blocos econômicos regionais, com o fortalecimento do Mercosul, e contra-hegemônicos (BRICS). No entanto, a partir da década seguinte o processo de desindustrialização do país foi retomado, de tal forma que a participação da indústria de transformação no PIB passou de 35%, na década de 1980, para 11% atualmente.

Gráfico 15: Participação da indústria de transformação no PIB, Brasil (%)



Fonte: Confederação Nacional da Indústria, 2021

Na Argentina, o mesmo caminho neoliberal foi trilhado. Durante a década de 1990 a desindustrialização da economia foi aprofundada através de dois processos: 1) dolarização da economia, que facilitou importações e dificultou exportações e; 2) privatizações selvagens, entregando às multinacionais até mesmo empresas estratégicas ligadas à segurança nacional, como a YPF, vendida à Repsol, e a Aerolíneas Argentinas, vendida à Iberia Airlines (MAMIGONIAN, 2006). Segundo Ferreira:

Praticamente todos os setores da indústria nacional foram desmantelados através do estrangulamento financeiro (os juros cobrados pelos bancos nacionais chegavam a ser até quatro vezes maiores do que a média mundial) e da abertura de mercado lastreada pela paridade peso-dólar. Muitas empresas de capital argentino foram incorporadas por grandes multinacionais estrangeiras e outras foram levadas a fechar as portas. Os grupos empresariais que resistiram ao genocídio industrial passaram a operar com um maior percentual de capacidade ociosa, tendo sua produção reduzida



juntamente com o número de trabalhadores e as margens de lucro (FERREIRA, 2016, p. 143).

Como resultado, o produto interno bruto argentino foi reduzido de US\$ 126 bilhões, em 1988, para US\$ 102 bilhões, em 2002. Entre 1975 e 2002, a participação da indústria na economia caiu de 23,9% para 16%, o salário médio real caiu 52%, o índice de desigualdade social aumentou 124% e a população em situação de pobreza avançou de 2 milhões para 21 milhões (FERREIRA, 2016).

Diferentemente do Brasil e da Argentina, países que viveram um intenso processo de desindustrialização de sua economia, o México passou por uma nova onda de industrialização durante o período neoliberal. Como se viu, através das políticas de industrialização orientada para a exportação, capitais estrangeiros instalaram plantas produtivas no país, atraídos por benefícios fiscais e pela mão de obra barata, naquilo que ficou conhecido como as indústrias maquiladoras. Esse padrão de industrialização, no entanto, mostrou-se excessivamente dependente de importações, culminando na grande crise de 1994, o que demonstrou uma fragilidade da economia mexicana no que cerne a criação de efeitos multiplicativos e de encadeamento internos.

A conhecida economista Alice Amsden, em seu livro *A ascensão do “resto”* (2009), assinala que, entre a inserção internacional dos países latino-americanos e dos leste-asiáticos no último quartel do século XX, a diferença fundamental é que os primeiros se voltaram a “comprar” tecnologia e os últimos a “fazer” tecnologia. Entre os que compram tecnologia, predomina a presença de multinacionais em seus parques industriais, enquanto que nos países que fazem tecnologia, formam-se indústrias nacionais.

Tabela 10: Características vinculadas a “fazer” ou “comprar” tecnologia, década de 1990

País		F&A		IED/FCFB		E. P&D (% do PIB), 1995
		A. Total, 1990-97 (bil. De US\$)	B. Maioria/média total, 1990-97 (%)	C. Média, 1986-91 (%)	D. Média, 1992-96 (%)	
“Fazer”	Coréia	3,40	n.d.	1,30	0,80	2,8

	Taiwan <sup>105</sup>	6,20	15	3,60	2,40	1,8
	China	82,20	4	2,90	13,80	0,5
	Índia	15,20	8	0,30	1,60	0,8
“Comprar”	Argentina	21,50	59	5,60	8,10	0,4
	Brasil	22,90	73	11,60	3,50	0,6
	Chile	10,10	44	114,10	12,80	0,7
	México	21,90	36	8,30	12,10	0,0

Notas:

F&As = fusões e aquisições transfronteiriças por parte do país vendedor.

IED = investimento estrangeiro direto entrando no país.

FCFB = formação de capital fixo bruto.

P&D = pesquisa e desenvolvimento.

Fonte: Amsden, 2009.

Dentre os países que dependem de “comprar” tecnologia, espera-se que apresentem um alto valor de F&A (coluna A), bem como uma parcela relativamente grande de propriedade estrangeira majoritária (coluna B). Além disso, a estratégia de “comprar” tende a estar acompanhada com um alto nível de investimento estrangeiro direto na formação de capital fixo bruto (colunas C e D). Por outro lado, para os países que buscam “fazer” tecnologia, o contrário tende a ser verdadeiro, apresentando níveis mais baixos de F&A, propriedade estrangeira majoritária, IED e FCFB<sup>106</sup>.

Nota-se com mais clareza esse contraste quando se analisa o montante de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na indústria manufatureira, em geral, e na indústria automobilística, em particular. Na Tabela 11 encontra-se o investimento privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das seis economias que mais produzem automóveis no mundo (excluindo a Índia), agora com dados de 2015 e 2018, mais recentes aos da tabela anterior. Como se observa, a China foi o país com maior produção total de automóveis e com maior investimento em P&D na indústria manufatureira, bem como ficou em segundo lugar em P&D na indústria automobilística, atrás apenas do Japão. O caso do México é mais bem

<sup>105</sup> Por muitas décadas os países ocidentais não reconheciam a ilha de Taiwan como um território subordinado politicamente à China continental, uma vez que fora local de fuga dos nacionalistas chineses (*kuomintang*) no momento da revolução comunista de 1949. Por esse motivo, os dados da fonte aqui utilizada separam Taiwan da China. No entanto, desde as reformas econômicas de Deng Xiaoping o ocidente passou a reconhecer a soberania chinesa sobre a ilha, fato cada vez mais contestado recentemente pelos Estados Unidos por conta do clima de acirramento geopolítico entre as duas nações e a tentativa estadunidense de fragmentar o território chinês, insuflando tensões internas (Taiwan, Hong Kong, Tibet e Xinjiang).

<sup>106</sup> Por seu elevado tamanho absoluto, a China foge um pouco dessa regra nos indicadores apresentados. No entanto, em dados mais recentes o país asiático mostra-se com altos índices de P&D, evidenciando um novo estágio de desenvolvimento e aprendizagem tecnológica, como se notará mais a frente.

elucidado quando comparado com a Alemanha e a Coréia do Sul. Estes últimos dois possuem uma produção total de automóveis próxima à quantidade produzida pelo México. No entanto, o P&D de ambos é substancialmente superior ao do país latino-americano, tanto em termos da indústria manufatureira quanto especificamente na indústria automobilística.

Tabela 11: Produção total de automóveis e investimento privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na indústria manufatureira e automobilística\*

Países	Produção total de automóveis	P&D na indústria manufatureira**	P&D na indústria automobilística**
China	27.809.196	276.548	27.440
Estados Unidos	11.314.705	236.132	19.078
Japão	9.728.528	105.123	31.144
Alemanha	5.120.409	59.377	24.552
Coréia do Sul	4.028.834	51.101	7.218
México	4.100.525	1.707	445

\*As cifras de produção de automóveis são de 2018. As de P&D na indústria manufatureira e automobilística são de 2015.

\*\* Milhões de dólares

Fonte: Niell e Morales, 2021

A ideologia da globalização, predominante após a Guerra Fria, preconizou um “mundo sem fronteiras”, em que o Estado nacional não seria mais necessário no desenvolvimento das nações e que a simples atuação das transnacionais produziria a diminuição da desigualdade entre os países. Porém, o que se notou durante o período foi um grande discrepância de resultados entre as nações que adotaram o receituário do Consenso de Washington e os que, de forma contrária, edificaram e fortaleceram seus Estados nacionais.

A América Latina, que abriu indiscriminadamente sua economia, viu seu PIB *per capita* muito mais deprimido se comparado ao leste-asiático, marcado pelas políticas estatais de desenvolvimento — sobretudo entre os anos de 1998 e 2003, quando se estabeleceu uma diferença de quase cinco pontos percentuais entre ambas as regiões (tabela 12). A China é talvez o melhor exemplo, em que o Partido Comunista se reinventou a partir das reformas econômicas de 1978 e se aproveitou dos IEDs para absorver tecnologia e criar um centro endógeno de inovação tecnológica, chegando atualmente a disputar a fronteira tecnológica (Inteligência Artificial, 5G, Big Data, Internet das Coisas, Semicondutores, etc) e se tornando uma das grandes potências mundiais e atores geopolíticos.

Tabela 12: Percentual médio do PIB anual per capita, ajustado pela inflação

Ano	América Latina	Ásia
1981-1990	0,6%	4,8%
1991-1997	2,5%	6,5%

1998-2003

-0,1%

4,8%

Fonte: Mamigonian, 2006

#### 4.7 O MÉXICO NA ATUALIDADE: ESPAÇO GEOGRÁFICO E DISPUTAS POLÍTICAS

O México inicia a década de 2020 como uma economia regional importante, sendo a segunda maior da América Latina, atrás apenas do Brasil. Segundo o *Observatory of Economic Complexity*, em 2021, o país foi a 15ª economia do mundo em termos de PIB (US\$ atuais), a 12ª em exportações totais, a 13ª em importações totais e a 67ª economia em termos de PIB per capita (US\$ atuais). Como se viu anteriormente, o país passou por diferentes fases de desenvolvimento, e essas diferentes fases influenciaram, de um jeito ou de outro, na configuração territorial atual do México.

Mapa 14: Densidade demográfica do México, 2020.



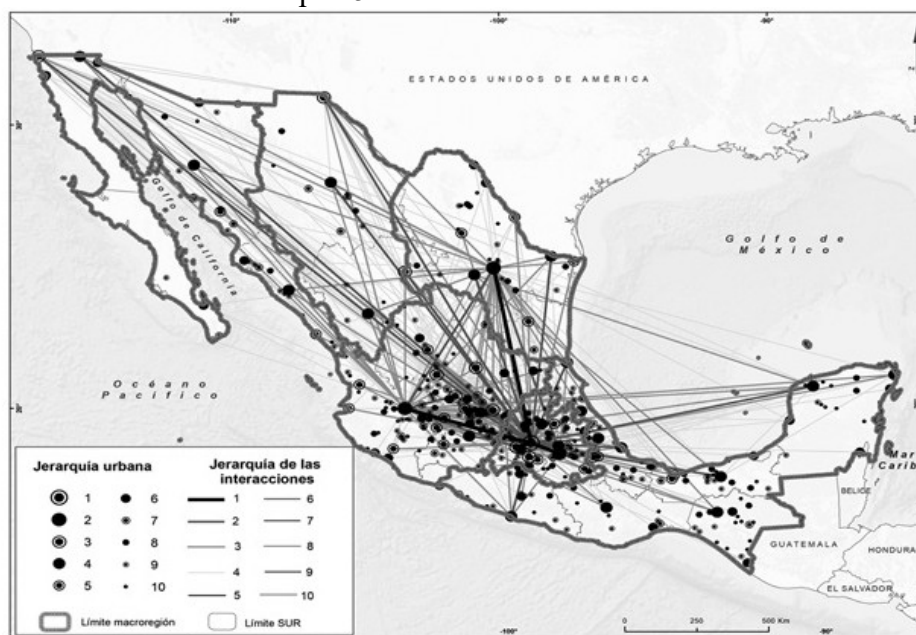
Fonte: INEGI, 2020

Quando se analisa, por exemplo, a densidade demográfica do país, nota-se a forte concentração presente na região central. Desde antes da colonização, esta região já concentrava grande parte da população presente nesse território, quando ocupada pelos povos originários, em especial a civilização asteca. No decorrer do século XX e, principalmente, durante o que chamamos de “nova transição pelo alto”, com a ascensão do cardenismo e o

intenso processo de industrialização, a região foi palco da super concentração territorial das indústrias mexicanas, junto à concomitante concentração demográfica, principalmente na Cidade do México.

A centralidade da capital também se expressa fortemente na hierarquia urbana do país, tendo na Cidade do México o eixo centralizador das interações espaciais, seguido de Guadalajara e Monterrey. Segundo Almanza (2021), existem quatro modelos de interações espaciais da rede urbana mexicana: a) a primeira seria o modelo proeminente, o qual ressalta a papel da Cidade do México enquanto centro articulador; b) o segundo é o modelo rede, que se aplica principalmente à macrorregião do centro-ocidente do país, onde se manifesta um processo urbano mais equilibrado e policêntrico, com cidades grandes, médias e pequenas interconectadas. Em geral, as cidades dessa macrorregião apresentam grande complementaridade econômico-produtiva em detrimento de uma competição ou subordinação hierárquica; c) o terceiro modelo é o transfronteiriço, o qual se aplica às cidades da fronteira norte, onde a industrialização calcada nas maquiladoras orientou os fluxos de mercadorias, insumos e maquinários para os Estados Unidos; e d) o quarto e último modelo é o disperso, abarcando cidades do pacífico sul e da península de Yucatán, como Campeche, Cancún, Mérida, Tuxtla Gutiérrez e Villahermosa, cidades que possuem uma força gravitacional mais baixa em relação as outras cidades do país, além de menor densidade de comunicações terrestres.

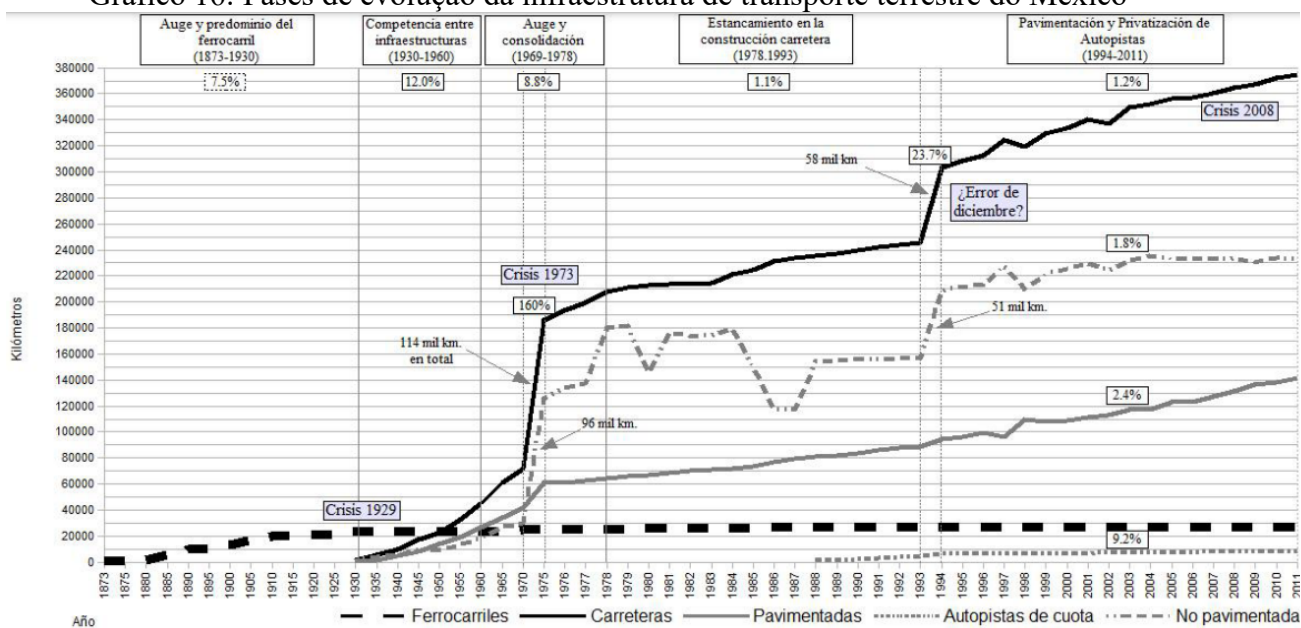
Mapa 15: Rede urbana mexicana



Fonte: Almanza, 2021

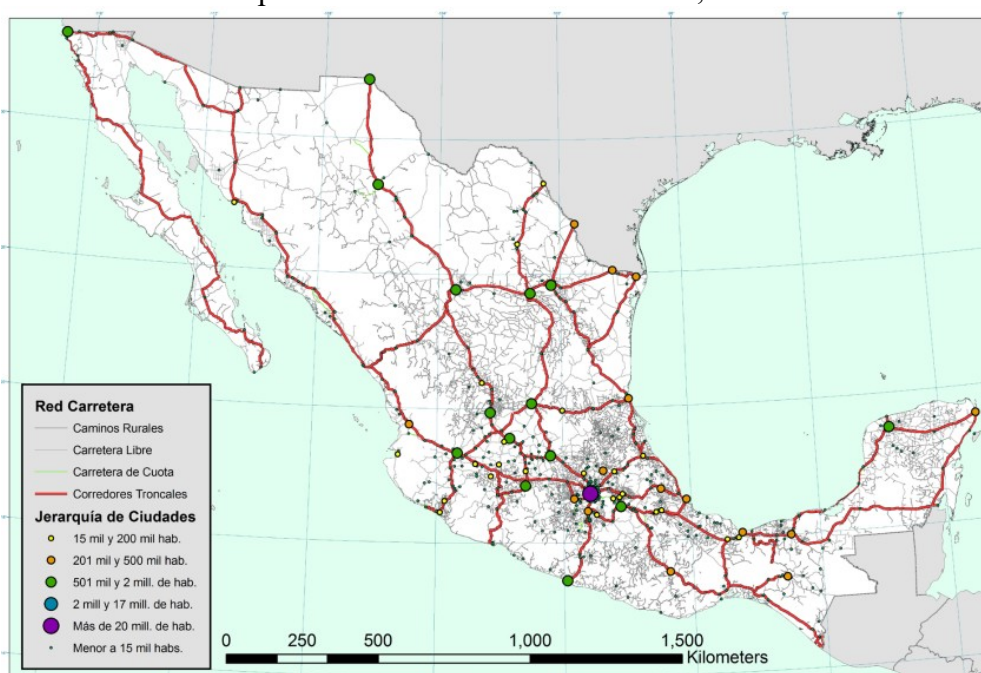
No que tange aos transportes terrestres, é também durante o processo de industrialização da “nova transição pelo alto” em que há uma grande expansão da rede rodoviária — sobretudo no quinquênio de 1970 a 1975 —, tornando-se o principal modal terrestre do país, no lugar do ferroviário. Uma nova expansão iria ocorrer durante os anos imediatamente anteriores ao acordo do NAFTA (gráfico 16), conformando boa parte da malha rodoviária atual, a qual se pode visualizar no mapa 16.

Gráfico 16: Fases de evolução da infraestrutura de transporte terrestre do México



Fonte: Rangel, 2015

Mapa 16: Rede rodoviária do México, 2015



Fonte: Rangel, 2015

Analisando as interações espaciais da rede urbana mexicana no mapa 15 e a rede rodoviária no mapa 16, pode-se notar que as regiões centrais são aquelas cujos espaços são dotados de uma maior densidade técnica, sendo mais fluidos e dinâmicos de fluxos. Logo em seguida, têm-se as regiões setentrionais, ligadas tanto à região central do país quanto aos Estados Unidos. Por fim, as regiões meridionais são aquelas que possuem menor densidade de comunicações, sendo espaços de maior viscosidade e lentidão de fluxos.

A industrialização orientada para a exportação no México segue vigente nos dias atuais, sob a tutela de um novo programa. No ano de 2006, os programas *Fomento y Operación de la Industria Maquiladora de Exportación* e *Programa de Importación Temporal para Producir Artículos de Exportación* (PITEX) se integraram, formando o *Programa de la Industria Manufacturera, Maquiladora y de Servicios de Exportación* (IMMEX), representando 85% das exportações manufatureiras do país. Essas exportações, por sua vez, permanecem fortemente concentradas nos estados da fronteira norte e em alguns estados do centro-sul e centro-ocidente (mapa 17). O mesmo padrão se vê com o número de estabelecimentos e o número total de trabalhadores ocupados, em que os estados fronteiriços concentram cerca 55% dos estabelecimentos e 58% dos trabalhadores ocupados. As regiões do centro-ocidente e centro-sul concentram cerca 37% dos estabelecimentos e 27% dos trabalhadores (tabela 13).

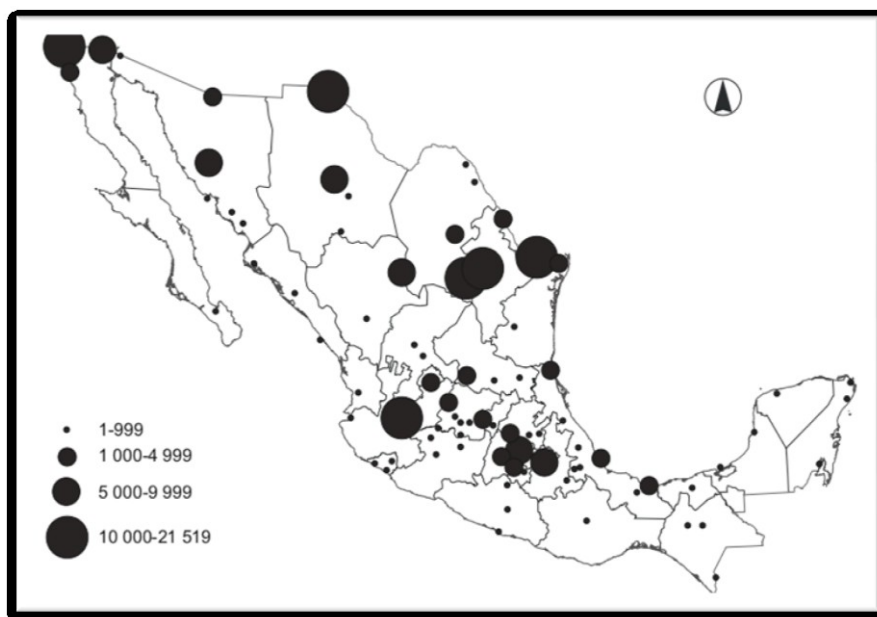
Tabela 13: Número de estabelecimentos manufatureiros com o Programa IMMEX e número total de trabalhadores ocupados, maio de 2023

<b>Unidades Federativas</b>	<b>Número de estabelecimentos ativos</b>	<b>% de estabelecimentos ativos sobre o total</b>	<b>Número trabalhadores ocupados</b>	<b>% de trabalhadores ocupados sobre o total</b>
<b>Total Nacional</b>	5182	100%	2978608	100%
Aguascalientes	89	1,8%	66868	2,2%
Baja California	932	18,0%	379221	12,7%
Coahuila	399	7,7%	296641	10,0%
Chihuahua	483	9,3%	466752	15,7%
Ciudad de México	68	1,3%	19742	0,6%
Durango	74	1,4%	48173	1,6%
Guanajuato	342	6,6%	182343	6,1%
Jalisco	292	5,6%	178499	6,0%
México	273	5,3%	148432	5,0%
Nuevo León	679	13,1%	337861	11,3%
Puebla	176	3,4%	81006	2,7%
Querétaro	249	4,8%	118985	4,0%
San Luís Potosí	181	3,5%	96486	3,2%
Sonora	218	4,2%	111877	3,8%
Tamaulipas	364	7,0%	254622	8,6%

Veracruz	56	1,0%	20995	0,7%
Yucatán	48	0,9%	24458	0,8%
Outras Unidades Federativas	259	5,0%	145647	5,0%

Fonte: INEGI, 2023

Mapa 17: Exportações de bens manufaturados, 2018



Fonte: Sobrino, 2016

Mapa 18: Número de empregados no IMMEX por estado mexicano, 2014

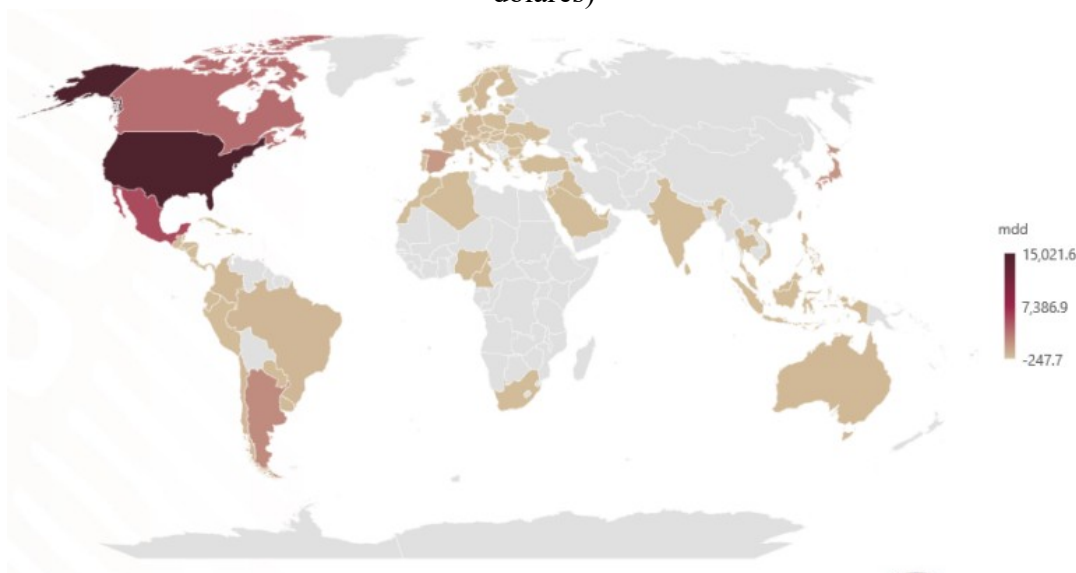


Fonte: Pavlakovich-Kochi, 2015



Segundo a Secretaria de Economía do México (2020), os investimentos externos diretos no país continuam tendo nos Estados Unidos sua principal origem, ainda que a participação estadunidense tenha diminuído seu montante relativo nos últimos anos. Se, entre 1980 e 1993, os Estados Unidos tiveram participação em 61,5% dos IEDs acumulados no México, entre 1994 e 2019, esse número diminuiu para 48,1%. Tendo como referência apenas o ano de 2022, a diminuição é ainda maior, chegando a 42,6%, seguido de Canadá (10,7%) e Argentina (6,6%). Desses IEDs, 36% são destinados ao setor manufatureiro, destacando-se para a fabricação de automóveis e caminhões, fabricação de componentes eletrônicos, autopeças, equipamento de geração e distribuição de energia elétrica e indústria de base de ferro e aço (Secretaría de Economía, 2023).

Mapa 19: Investimento externo direto no México por país de origem, 2022 (milhões de dólares)

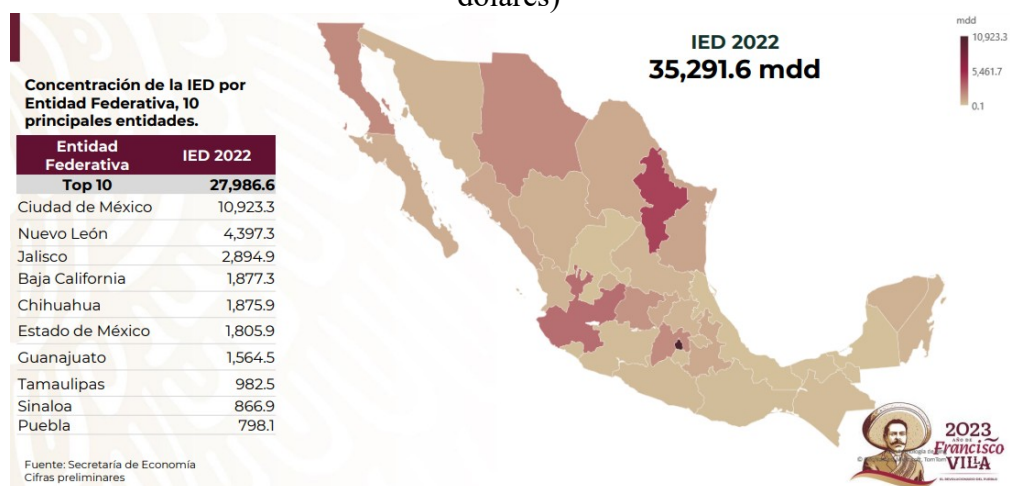


Fonte: Secretaría de Economía (México), 2023

O destino dos IEDs, como era de se esperar, segue um padrão semelhante ao das exportações de bens manufaturados, tendo forte participação os estados da fronteira norte (concentrando cerca de 25% dos IEDs), e das regiões centrais (concentrando cerca de 50% dos IEDs). Ressalta-se aqui a proeminência da capital, tendo mais que o dobro do segundo colocado (Mapa 20). Isso acontece, pois a Cidade do México concentra grande parte dos investimentos no mercado de ações da bolsa de valores, conforme o Mapa 21. Os investimentos na produção de equipamentos de transporte, por exemplo, são melhores distribuídos espacialmente, ainda que fortemente presentes nas regiões setentrionais e centrais. Os investimentos nas indústrias de bebidas e tabacos se concentram nas regiões

meridionais do país, como Yucatán, Chiapas e Oaxaca. Os estados de Baja California, Tamaulipas e Jalisco são as principais receptoras de investimentos em equipamentos eletrônicos, e os estados de Baja California Sur, Quintana Roo e Nayarit tem no setor hoteleiro seu principal foco de IEDs, estimulado pelo turismo. Por fim, na região costeira do Golfo do México é onde se encontra os investimentos no complexo petroquímico do país (Mapa 21).

Mapa 20: Investimento externo direto no México por unidade federativa, 2022 (milhões de dólares)



Fonte: Secretaría de Economía (México), 2023

Mapa 21: Principal subsector receptor de IED por entidad federativa, 1999-2020

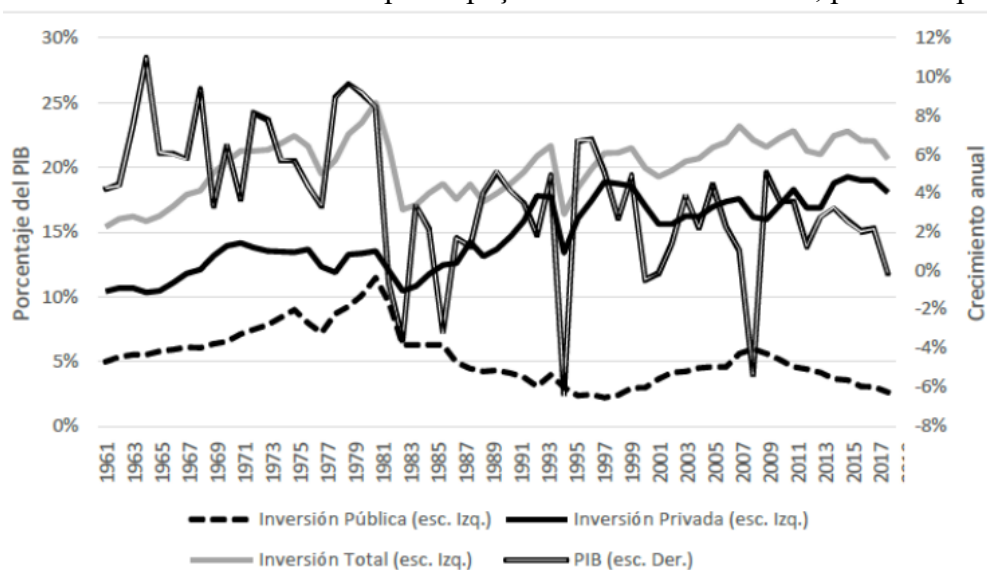


Fonte: Secretaría de Economía (México), 2020

Na última década, o país passou por intensas disputas em torno da política econômica a ser seguida. Essa disputa se expressa em dois momentos de sua história recente. O primeiro foi o *Pacto por México*, naquilo que Moreno-Brid e Sanchez (2022, p. 109) chamaram de “o clímax da agenda neoliberal”. O *Pacto por México* foi um acordo político nacional firmado em 2012 e que definiu mais de 100 compromissos específicos em políticas econômicas, incluindo uma nova onda de reformas de mercado com o objetivo de transformar as áreas de educação, finanças, energia, telecomunicações, entre outras, em questões legais, penais e político-eleitorais. O pressuposto era de que estas reformas liberariam o setor privado para investir e aumentar a produtividade, eficiência e eficácia da economia mexicana. Em relação ao trabalho, a reforma apostou em flexibilizar ainda mais o mercado de trabalho, facilitando a contratação e a demissão de trabalhadores. Da mesma forma aconteceu acerca da política industrial, limitando-se a reduzir as travas administrativas. A ideia foi seguir apostando na abertura econômica e nas exportações como impulsionador da modernização industrial.

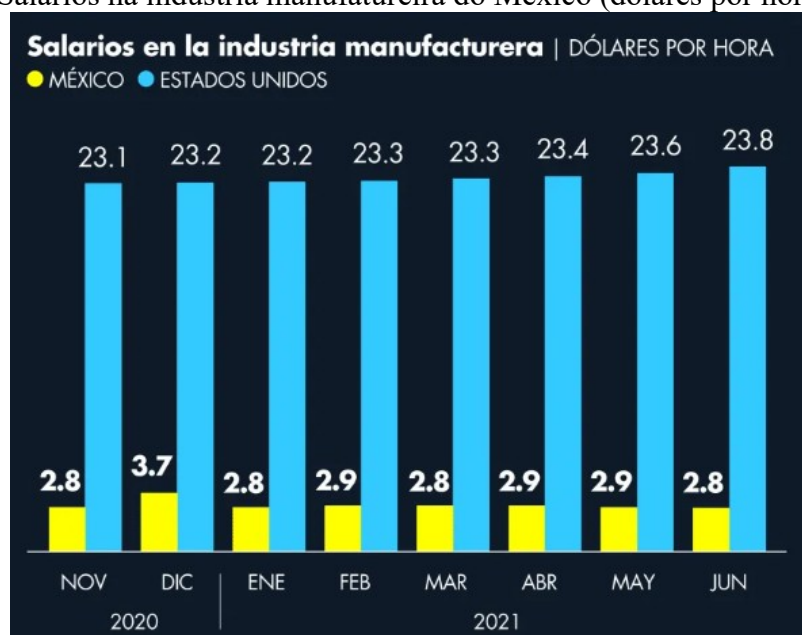
O resultado foi o pobre desempenho do investimento fixo e a queda do PIB. Analisando o histórico, um determinante deste desempenho foi o retraimento do investimento público que, ao não ser compensado pelo aumento investimento privado, impacta no baixo quociente de crescimento do PIB (gráfico 17). Não é de se surpreender que após décadas de reformas de mercado, a distância entre México e Estados Unidos em termos de PIB per capita e produtividade do trabalho não tenha reduzido, como se viu anteriormente. Da mesma forma, os salários na indústria manufatureira seguem extremamente díspares com os salários estadunidenses, sendo estes mais de oito vezes maiores que os mexicanos (gráfico 18).

Gráfico 17: Crescimento do PIB e participação do investimento fixo, público e privado



Fonte: Moreno-Brid e Sanchez, 2022

Gráfico 18: Salários na indústria manufatureira do México (dólares por hora), 2020-2021



Fonte: El economista, 2021

Além disso, as indústrias do Programa IMMEX seguem com o mesmo ímpeto importador que as antigas indústrias maquiladoras possuíam. Em 2023, dos 620 bilhões de pesos consumidos em insumos pelos estabelecimentos manufatureiros ligados ao Programa IMMEX, 72% foram constituídos de insumos importados. Alguns estados fronteiriços apresentam as maiores taxas, com Coahuila tendo 81% de insumos importados, Tamaulipas 90%, Chihuahua 95% e Baja California 96%, demonstrando uma baixa capacidade de promover encadeamentos internos com a economia nacional (tabela 14).

Tabela 14: Insumos consumidos pelos estabelecimentos manufatureiros com o Programa IMMEX segundo Unidades Federativas, maio de 2023 (milhares de pesos)

Unidades Federativas	Total	Insumos Importados	Insumos Nacionais	Insumos importados sobre o total (%)
Total Nacional	620 016 427	447 264 229	172 752 198	72%
Aguascalientes	8 872 420	5 619 133	3 253 287	63%
Baja California	60 663 913	58 490 260	2 173 653	96%
Coahuila	64 597 998	52 460 361	12 137 637	81%
Chihuahua	88 367 389	84 177 284	4 190 105	95%
Ciudad de México	2 437 542	341 244	2 096 298	14%
Durango	3 848 828	3 239 307	609 521	84%
Guanajuato	54 025 718	31 519 353	22 506 365	58%
Jalisco	41 876 300	22 565 312	19 310 988	54%
México	29 798 846	14 236 491	15 562 355	48%
Nuevo León	94 617 191	61 078 734	33 538 457	64%
Puebla	19 968 368	8 210 882	11 757 486	41%
Querétaro	36 169 503	25 034 086	11 135 417	69%

San Luís Potosí	18 177 608	11 036 627	7 140 981	61%
Sonora	16 254 405	11 599 872	4 654 533	71%
Tamaulipas	46 495 686	42 153 707	4 341 979	90%
Veracruz	7 124 801	1 028 336	6 096 465	14%
Yucatán	1 636 465	1 288 795	347 670	79%
Outras Unidades Federativas	25 083 446	13 184 445	11 899 001	53%

Fonte: INEGI, 2023

Em meio à discrepância entre promessas e resultados do projeto neoliberal, um movimento político de oposição foi ganhando força no cenário mexicano. Desde o início das campanhas de 2018, o *Movimiento de Regeneración Nacional* (MORENA) advogou por uma chamada “Quarta Transformação”, em alusão às três grandes transformações políticas no México (Revolução de Independência, Leis de Reforma e Revolução Mexicana de 1910). Esta quarta transformação, por sua vez, teria dois objetivos principais: eliminar a pobreza e a corrupção. Isso seria alcançado através da erradicação das políticas neoliberais.

As eleições, então, foram vencidas por Andrés Manuel López Obrador, representante do MORENA. Após cinco anos de mandato, seu governo segue na tentativa de superação do neoliberalismo. Os avanços mais significativos foram na área da política trabalhista, em que o governo buscou introduzir um salário mínimo digno, mantendo-o acima da linha da pobreza. Além disso, aprovou-se um aumento de 100% do salário mínimo vigente nos municípios da fronteira com os Estados Unidos (MORENO-BRID E SANCHEZ).

Por outro lado, no que diz respeito à política fiscal, industrial e monetária, pouco avançou. Mantiveram-se o superávit primário e a austeridade como princípios norteadores, sem a utilização de endividamento público nem de uma reformulação tributária progressiva. O Banco do México continuou priorizando manter a inflação baixa e estável, funcionando sob o regime de metas de inflação e o investimento público seguiu baixo, mesmo frente à pandemia COVID-19 e à depressão econômica que se seguiu.

Do ponto de vista das relações internacionais, o governo de Obrador levou a cabo o prosseguimento da reformulação do NAFTA, com a criação do USMCA, que na prática resguarda empregos estadunidenses e vincula ainda mais o país à zona de influência norte-americana, sem nenhuma contrapartida de transferência tecnológica ao México.

#### 4.7.1 Do NAFTA ao USMCA: O México no novo mundo multipolar

Após a ofensiva imperialista através da financeirização mundial, os Estados Unidos lograram asfixiar seus competidores capitalistas (Japão e Alemanha) e destruir seu principal adversário sistêmico (URSS). Por algumas décadas a geopolítica se configurou de forma unipolar, com a hegemonia estadunidense em pacto com a União Europeia e o Japão como sócios menores. No entanto, o desenvolvimento desigual do capitalismo nos últimos quarenta anos fez surgir uma nova grande potência mundial, a China, desta vez com a especificidade de ser uma formação social socialista integrada ao mercado mundial. A geopolítica atual cada vez mais ganha contornos de uma nova guerra fria, com os Estados Unidos subindo o tom em relação à “ameaça chinesa”, arrastando a China — e seu principal aliado estratégico, a Rússia — para um conflito econômico, ideológico e, no limite, militar (vide guerra na Ucrânia e as tensões em Taiwan). O México não fica de fora deste conflito mundial. Mesmo o NAFTA sendo um instrumento para tornar os vizinhos norte-americanos satélites do centro financeiro estadunidense, a ascensão chinesa dos últimos anos desequilibrou esta configuração original.

A estagnação econômica nos Estados Unidos, puxada pelo domínio rentista da financeirização, deprime a participação da indústria em sua economia. Desde a década de setenta, o país passa pela diminuição da participação da manufatura em relação ao PIB: esta representava 25% do PIB na década de 1960; passando para 20% na década de setenta, diminuindo sucessivamente até alcançar o nível de 11% em 2019. Fato que contrasta com os 30% de participação da manufatura no PIB chinês no mesmo ano (VERA, 2020).

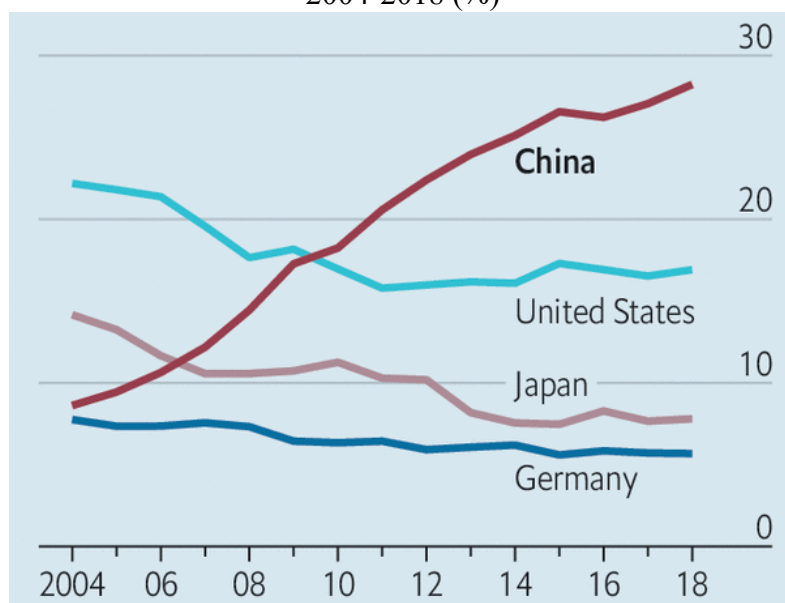
De acordo com o Gráfico 19, a China alcançou 15% das exportações mundiais de manufaturados em 2020, enquanto os Estados Unidos e a Alemanha decaíram de 12% para 8%, nas últimas décadas. No que cerne a participação no valor agregado das manufaturas, a China também lidera, chegando a quase 30%, em 2018, enquanto os Estados Unidos se encontraram abaixo dos 20%, e Japão e Alemanha abaixo dos 10% (gráfico 20). Nota-se, assim, que a China cada vez mais amplia sua liderança na produção manufatureira mundial, deixando antigas potências para trás.

Gráfico 19: Participação da China, EUA e Alemanha nas exportações mundiais de manufaturados, 1980-2020 (%)



Fonte: Jungbluth, 2021

Gráfico 20: Participação de China, EUA, Japão e Alemanha no valor agregado da manufatura, 2004-2018 (%)



Fonte: The Economist, 2020

A implicação da desindustrialização para a economia estadunidense foi o aumento exponencial das importações, tornando sua balança comercial cada vez mais deficitária, sobretudo com a China. Nota-se que de 2010 a 2018 o déficit dos Estados Unidos com a China aumentou de US\$ 273 bilhões para US\$ 417 bilhões. Em relação com a balança comercial estadunidense com o México, esse padrão se repete, aumentando o déficit de US\$ 69 bilhões para US\$ 107 bi (Tabela 15).

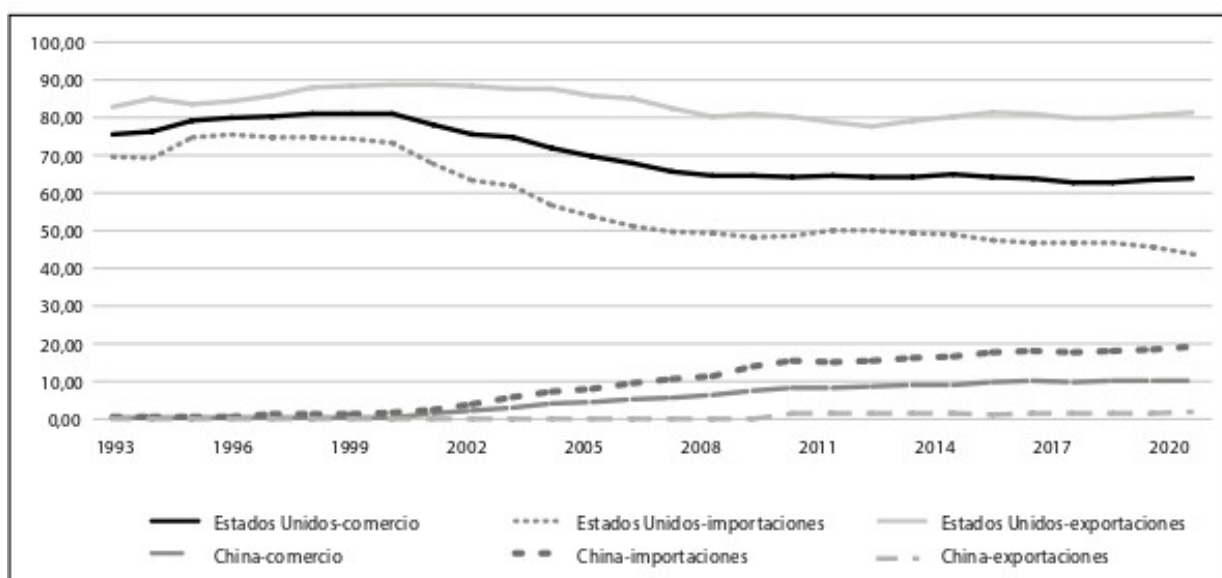
Tabela 15: Déficit comercial dos EUA com México e China, 2010-2019

Ano	Déficit comercial de bens e serviços (total)	Déficit comercial (de bens) com o México	Déficit comercial (de bens) com a China
2010	-503.087	-69.047	-273.067
2011	-554.522	-68.762	-295.187
2012	-554.522	-66.752	-314.937
2013	-446.829	-60.255	-318.764
2014	-484.144	-61.574	-344.932
2015	-491.261	-66.603	-367.567
2016	-481.169	-69.333	-347.098
2017	-513.791	-74.413	-374.265
2018	-579.937	-84.346	-417.988
2019	-576.865	-107.267	-344.239

Fonte: Vera, 2020.

O México, por sua vez, ao mesmo tempo em que mantém superávits com os Estados Unidos, também vê crescer seu déficit com a China. Até 1996 a China participou com menos de 1% do comércio exterior do México. Em pouco mais de vinte anos este valor alcançou 10,17%, particularmente através de importações. Desta forma, a China tornou-se o país em que o México mantém o maior déficit comercial, valor que foi de US\$ 75 bilhões em 2018. Em paralelo a isso, a participação estadunidense no comércio exterior mexicano caiu de 81%, em 1999, para 63%, em 2020, sobretudo no que diz respeito às importações, que caiu de 75% para 43%, entre 1996 e 2020. (PETERS, 2022).

Gráfico 21: Comércio exterior mexicano com EUA e China, 1993-2022



Fonte: Peters, 2022

Deste modo, formou-se nos últimos anos uma relação comercial triangular entre Estados Unidos, México e China, em que este último aumentou suas exportações para o



México, que por sua vez exporta mais para os Estados Unidos. Esta configuração triangular enfraquece o interesse estadunidense construído a partir do NAFTA, de tornar o país vizinho sua área de influência, através de uma industrialização calcada em importações de máquinas e insumos estadunidenses.

Diante da desagregação do espaço econômico do NAFTA e a diminuição da hegemonia dos Estados Unidos no bloco, Donald Trump ascende ao poder, em 2017, com um discurso fortemente nacionalista de retomada da industrialização para “tornar a América grande novamente” (“Make America Great Again”). Para além das medidas protecionistas frente aos produtos chineses, uma das políticas deste governo foi a mudança do acordo do NAFTA, com a sua substituição pelo novo USMCA (United States-Mexico-Canada-Agreement).

O USMCA, a despeito de não conter mudanças radicais com o acordo antecessor, impõe novas regras que refletem o momento atual. Em primeiro lugar, o acordo busca retomar empregos perdidos nas últimas décadas da chamada “globalização”, em que unidades produtivas inteiras migraram, principalmente para o México, em busca da redução dos custos de produção.

Uma das medidas destacadas é a criação da cláusula de valor de conteúdo laboral (VCL), estabelecendo que 40% do valor agregado dos veículos leves devem ser produzidos por trabalhadores que ganhem ao menos US\$ 16 dólares por hora, condição apenas atendida pelos Estados Unidos e Canadá. Desta forma, contribuir-se-ia para a concentração das atividades de inovação e tecnologia nos EUA e Canadá.

Outra medida importante sob a indústria automobilística foram os novos valores de conteúdo regional (VCR). Para que um automóvel seja comercializado sem taxas o VCR passa de 62,5% do custo líquido para 75%, nas partes essenciais; 70% nas partes principais; e 65% nas partes complementares. Com essa medida os EUA buscam reduzir as importações vindas da China (FRANZONI e CARVALHO, 2020).

Por fim, o novo acordo estabelece condições caso um dos países membros tenha o interesse de participar de um tratado de livre comércio com “um país de economia que não é de mercado”. Dentre as principais condições estão que:

- 1) Ao menos três meses antes de começar as negociações, uma Parte informará as outras sobre sua intenção de iniciar as negociações para um tratado de livre comércio com um país de economia que não é de mercado;
- 2) Frente à um solicitação, a Parte com a intenção de iniciar as negociações de livre comércio com um país de economia que não é de mercado proporcionará a maior quantidade de informação possível sobre os objetivos dessas negociações;

3) O mais breve possível, e até 30 dias antes da data de assinatura, a Parte com a intenção de firmar um tratado de livre comércio com um país de economia que não é de mercado proporcionará as outras Partes a oportunidade de revisar o texto completo de tratado, incluindo os anexos e instrumentos complementares, para que as Partes possam revisar o tratado e avaliar o seu impacto potencial neste presente Tratado [...];

4) A assinatura por qualquer uma das Partes de um tratado de livre comércio com um país que não seja de mercado permitirá as outras Partes encerrar este presente Tratado, mediante uma notificação prévia de seis meses e substituir este tratado por acordos bilaterais (GOBIERNO DE MÉXICO, 2021, p. 1523).

Esta última medida é uma clara mensagem aos países membros de que os Estados Unidos não aceitarão acordos comerciais com a China, a nova potência econômica que ameaça a hegemonia estadunidense, numa espécie de Doutrina Monroe 2.0.

Portanto, o USMCA surge em um momento geopolítico de reação estadunidense sobre: 1) a expansão da influência chinesa no mundo, em geral, e na América do Norte, em particular, reforçada pelo novo projeto *Belt and Road Initiative* (Iniciativa do Cinturão e Rota, ou como ficou conhecido, a Nova Rota da Seda), e pelo fortalecimento dos BRICS; e 2) o processo de desindustrialização estadunidense, produto da financeirização de sua economia e da migração de plantas produtivas para outros territórios, principalmente para o território mexicano.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os objetivos iniciais do trabalho, sendo eles o de investigar a forma como a formação socioespacial mexicana transitou ao modo de produção capitalista e o de analisar o padrão contemporâneo de acumulação de capital do país, chegaram-se às seguintes conclusões.

No que diz respeito ao primeiro objetivo, notou-se que a formação socioespacial mexicana, ainda como colônia espanhola, gestou aquilo que chamamos de dualidade básica da economia mexicana. Essa dualidade foi produto da combinação dialética entre a estrutura social dos povos originários, das instituições feudais da Coroa espanhola e de seu capital comercial. Desta forma, seu pólo interno, isto é, as relações internas de produção e troca, era predominantemente feudal, enquanto que seu pólo externo tinha o capitalismo comercial como modo de produção dominante, na figura dos comerciantes de importação e exportação. Essa estrutura se consolidou com as chamadas *haciendas*, unidades produtivas sensíveis aos fluxos e refluxos do comércio exterior, inserindo-se na divisão internacional do trabalho nas fases expansivas e realizando substituição de importações nas fases depressivas.

A superação da dualidade básica da economia mexicana e a transição capitalista implicaram um processo de longa duração. Se antes o capitalismo se apresentava no pólo externo da formação socioespacial mexicana, durante sua superação ele se internaliza. Para analisar a transição ao capitalismo, abordaram-se dois processos concomitantes e relacionados, o de substituição de importações e o ciclo de revoluções burguesas.

O processo de substituição de importações aconteceu em três etapas. A primeira foi da chamada via norte-americana, em que gradualmente foram se desenvolvendo produções artesanais e manufatureiras nos centros urbanos da região central, principalmente na Cidade do México e Puebla, com forte participação da pequena produção mercantil têxtil. Esta primeira etapa de substituição artesanal de importações englobou o período desde a independência do país até o chamado *Porfiriato* e foi associada à conjuntura internacional recessiva do 1º Kondratieff (1815-1848), que estimulou políticas econômicas protecionistas e a criação do Banco de Ávio. No entanto, esta etapa também foi marcada pela instabilidade política, conflitos internos e externos, o que freou o crescimento econômico.

Por sua vez, durante o governo de Porfirio Díaz tem-se a via prussiana clássica. Esse período foi marcado pela forte expansão da rede ferroviária no país, o que possibilitou uma primeira integração nacional e o aumento de fluxos de mercadorias, principalmente, aos Estados Unidos, o qual liderava a Segunda Revolução Industrial. O crescimento

estadunidense em conjunto ao forte caráter positivista e intervencionista do Estado mexicano estimulou o desenvolvimento econômico na região setentrional do México, formando um eixo empresarial envolvendo Monterrey, Chihuahua e La Laguna. Com isso, desloca-se o centro dinâmico da região central para a região norte.

As contradições do desenvolvimento capitalista deste período produziram as revoltas que culminaram com a Revolução de 1910, a qual rompeu com a dominação política dos latifundiários semifeudais, construindo uma aliança da pequena e média burguesia nacional, junto aos trabalhadores e camponeses. Produto da revolução, esse novo Estado se defrontou com uma realidade de extremo atraso, o que exigia a atuação de um Estado forte. Isso iria se concretizar com o início da fase depressiva do 3º Kondratieff (1921-1948) e sua crise mais aguda (1929), propiciando a ascensão de Lázaro Cárdenas ao poder, o qual promoveu reformas estruturais e inaugurou um período que vai além de seu próprio governo. O cardenismo se mostrou um projeto político-econômico com grande carga nacional-desenvolvimentista e que produziu décadas de crescimento, em que o México se industrializou e se urbanizou. Durante esse longo período de 1940 a 1980, substituiu-se também o modal principal de transporte terrestre no país, do ferroviário para o rodoviário. A indústria, por sua vez, sofreu uma super concentração territorial na Cidade do México, a qual produzia quase metade do valor agregado bruto do país na década de 1970. Novamente, o centro dinâmico se deslocava da região setentrional para a região central. Esta terceira e última fase de transição ao capitalismo foi denominada de “nova transição pelo alto”, em que o Estado mexicano promoveu e estimulou o desenvolvimento econômico “de cima para baixo”, em um novo pacto de poder. Através destas três fases, completa-se a substituição de importações que produziu a transição ao capitalismo no México de um ponto de vista econômico.

A segunda abordagem utilizada completou esta análise a partir de uma dimensão superestrutural, com o chamado ciclo de revoluções burguesas. O primeiro evento que marcaria o início deste longo ciclo seria, justamente, o processo de independência nacional. Com ele, romperam-se os laços coloniais com a Espanha e se abriu caminho para o desenvolvimento da luta de classes internamente no recém formado Estado-nacional. Este processo, no entanto, a despeito de superar alguns elementos feudais do período colonial, tornou os latifundiários feudais a classe dominante do sistema feudal-mercantil. Foi um primeiro e necessário passo para a transição ao capitalismo no México.

A segunda revolução burguesa foi marcada por uma intensa guerra civil e a vitória dos liberais, liderados por Benito Juárez, culminando com as chamadas Leis de Reforma e a

Constituição de 1857. Com isso, logra-se a separação entre o Estado e a Igreja, instituição feudal por excelência na América Latina, e a expropriação de suas imensas terras. No entanto, essa expropriação, longe de gerar o “trabalhador livre” do capitalismo, aprofundou a concentração de terra e a tensão com os camponeses, um dos vetores principais que gerariam a Revolução Mexicana de 1910.

Esta revolução, por sua vez, significou a terceira revolução burguesa no país. Aglutinando trabalhadores, camponeses e empresários nacionais em um grande pacto de poder de caráter anti-imperialista, a Revolução de 1910 foi capaz de romper com a dominação política dos latifundiários semi-feudais, constituindo um importante passo para a superação do feudalismo, ainda que seria necessário o desenvolvimento industrial para esta superação se completar. Isso iria acontecer com as reformas estruturais de Lázaro Cárdenas e a edificação de um Estado desenvolvimentista, que completou a transição ao capitalismo no país e representou a quarta e última revolução burguesa mexicana.

Importante ressaltar que esse desenvolvimento capitalista descrito apresentou contornos regionais bem definidos. Durante o período da via norte-americana, o México apresentou maior dinamismo em sua região central. Com a via prussiana clássica, a região setentrional se torna o centro dinâmico do país, com a formação do eixo empresarial envolvendo Monterrey, La Laguna e Chihuahua. Por sua vez, durante a nova transição pelo alto, a região central volta a ganhar protagonismo no cenário econômico nacional, com a super concentração territorial da indústria mexicana. Por fim, com o desenvolvimento das indústrias maquiladoras no norte do país, no período neoliberal, gera-se novamente um centro dinâmico de maior relevância na região setentrional.

Respondida a primeira pergunta, coube voltarmos ao segundo objetivo proposto e investigar o padrão contemporâneo de acumulação de capital no país, caracterizado pelo neoliberalismo. Através da dinâmica do desenvolvimento desigual do capitalismo apontado por Lênin, notou-se que durante a segunda metade do século XX os Estados Unidos vinham perdendo dinamismo econômico frente aos concorrentes capitalistas, Japão e Alemanha, e ao seu concorrente sistêmico, a URSS. A partir disso, inicia-se uma reação estadunidense que implicou a desregulamentação dos mercados e a financeirização da economia mundial, bem como o brusco aumento de sua taxa de juros e o choque da dívida nos países latino-americanos. Com isso, o México entra oficialmente no período de sua história econômica em que se pode chamar de neoliberal.

Durante este período, o país iniciou uma experiência de industrialização orientada para a exportação, com as chamadas indústrias maquiladoras. Através de benefícios fiscais e da

mão de obra barata mexicana, atraiu-se capitais majoritariamente estadunidenses para instalarem plantas industriais no país e exportar suas produções. Essa industrialização concentrou-se na região setentrional, por conta da proximidade com os Estados Unidos, o que diminuía os custos de transporte. Com as maquiladoras, gerou-se uma grande quantidade de empregos e transformou-se drasticamente a pauta exportadora do país, de uma pauta baseada no petróleo para outra baseada em produtos manufaturados, especialmente em automóveis e autopeças.

A desregulamentação da economia mexicana foi aprofundada durante o governo de Salinas de Gortari (1988-1994), com uma maior liberalização dos fluxos de capitais. A manutenção de políticas econômicas recessivas, baseadas na valorização da taxa de câmbio real e elevação da taxa de juros, geraram resultados avessos ao projeto exportador do país, culminando numa reorientação econômica, de uma industrialização orientada à exportação para uma orientada à importação. A soma do déficit comercial, choque especulativo e a crise política vivida no país naquele período resultaram na grande crise de 1994, consequência da radical liberalização econômica e financeira.

No mesmo ano, inicia-se outro capítulo importante na história econômica do México, a vigência do acordo do NAFTA. Este acordo representou um maior estímulo ao ímpeto exportador do país, agora mais do que nunca voltado para o comércio com os vizinhos norte-americanos, tendo quase quadruplicado este comércio regional após a assinatura do acordo. Com ele, as manufaturas ganham ainda mais espaço na pauta exportadora mexicana. No entanto, a promessa de que o acordo tornaria a região mais homogênea do ponto de vista de seu desenvolvimento econômico e social não se concretizou, muito pelo contrário. A diferença entre México e Estados Unidos em índices como o do PIB *per capita* e o de produtividade do trabalho aumentaram continuamente. O índice da remuneração horária dos trabalhadores somente recentemente alcançou os mesmos patamares anteriores ao acordo, mantendo uma diferença brutal de remuneração entre os trabalhadores mexicanos e estadunidenses.

Ao longo destes mais de vinte e cinco anos de vigência do acordo e mais de quarenta anos da liberalização econômica vivida pelo México, fica claro um grande contraste da experiência mexicana quando comparada com as experiências de industrialização orientada para a exportação dos países do leste-asiático, em especial a Coreia do Sul e a China. Se estes últimos lograram absorver tecnologia, gerar um centro dinâmico endógeno de inovação tecnológica e produzir suas próprias marcas empresariais, o México realizou uma industrialização calcada em sua mão de obra barata e baseada em capitais transnacionais,

tendo dificuldade de internalizar a inovação tecnológica e gerar postos de emprego mais sofisticados e melhor remunerados.

O país atualmente enfrenta conflitos políticos internos e externos. Um campo de disputa abre-se no México em torno do projeto político-econômico e, após anos de hegemonia neoliberal, chega ao poder um presidente que propõe enterrar o neoliberalismo e construir uma agenda autônoma de desenvolvimento. Seus avanços e limites geram debates, frente a um governo com evidentes contradições. Uma delas é a aderência a reformulação do NAFTA, com o novo USMCA. Frente à ascensão chinesa e a contínua desindustrialização de sua própria economia, os Estados Unidos propuseram um novo acordo com os vizinhos norte-americanos a fim retomar empregos perdidos e afastar a influência chinesa na região, dificultando que os países membros possam aderir a qualquer acordo comercial ou bloco econômico alternativo ao USMCA, como o BRICS.

Para responder a estas questões, foi-nos imprescindível a categoria de formação socioespacial e seu princípio da combinação concreta de diferentes modos de produção em um espaço particular, em meio ao seu desenvolvimento desigual e combinado. Desta forma, não caímos na armadilha teórica circulacionista, que homogeneiza diferentes formações socioespaciais a partir da primazia do capital comercial na transição ao capitalismo; e nem na armadilha pós-moderna, a qual prende o intelectual na jaula do subjetivismo e no culto ao empirismo abstrato, a antítese da totalidade social.

Da mesma forma, o pensamento de Ignácio Rangel possibilitou nos afastarmos da dicotomia entre a esfera da produção e da circulação presentes nos debates sobre o modo de produção dos países da América Latina, analisando a formação socioespacial mexicana como uma unidade dialética entre diferentes modos de produção, a partir da subdivisão das relações de produção, para as relações internas e externas, na figura dos polos interno e externo. Bem como contribuiu para identificar o comportamento da economia mexicana em meio às conjunturas expansivas e recessivas na economia mundial.

Por fim, o pensamento leninista das vias de transição permitiu compreender as diferentes dinâmicas político-econômicas que a formação socioespacial mexicana vivenciou para transitar ao capitalismo. Lênin também contribuiu para analisar a correlação de forças a nível internacional ao longo do desenvolvimento desigual do capitalismo, que gerou a reação imperialista estadunidense com a financeirização da economia mundial e abertura comercial no México, bem como a atual reformulação do NAFTA.

Respondendo a essas perguntas através dos referenciais teórico-metodológicos utilizados, acreditamos termos nos aproximado de uma compreensão mais completa da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no México e suas implicações socioespaciais.



## REFERÊNCIAS

- ALMANZA, Adolfo Sánchez. 7. Estructura y funcionamiento territorial del sector industrial en México. Elementos para una política de desarrollo. In: KUNHARDT, Jorge Basave. **Política industrial en México: antecedentes, lecciones y propuestas**. 1. ed. México : Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas, 2021.
- ALMEIDA, Silvio. [orelha do livro]. In: BALIBAR, Étienne. WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, Nação, Classe: as identidade ambíguas**. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2021.
- AMSDEN, Alice. **A ascensão do “resto”**: os desafios ao Ocidente de economias de industrialização tardia. São Paulo : Editora UNESP, 2009.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. (org.) SADER, Emir. GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995.
- ANGOÁ, Isabel. PÉREZ-MENDOZA, Salvador. POLÈSE, Mario. Los tres Méxicos: análisis de la distribución espacial del empleo en la industria y los servicios superiores, por tamaño urbano y por región. **Revista Eure**. vol. 34, nº 104, 2009.
- BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A Revolução Mexicana**. São Paulo : Editora UNESP, 2010.
- BARTRA, Armando. La revolución mexicana de 1910 en la perspectiva del magonismo. In: GILLY, Adolfo *et. al.* **Interpretaciones de la revolución mexicana**. México : Editorial Nueva Imagen, 1979.
- BASTOS, José Messias. Rangel e a Geografia. In: HOLANDA, Felipe Macedo *et. al.* (org). **Ignácio Rangel, Decifrador do Brasil**. São Luís : Edufma, 2014.
- BATALLA, Angel Bassols. **Geografía, subdesarrollo y regionalización: México y el tercer mundo**. 5. ed. Editorial Nuestro Tiempo : México, 1979.
- BBC**. Cómo la disputa del río Nueces entre Texas y México desembocó en la pérdida de 55% del territorio mexicano, 2019. Disponível em: < <https://www.bbc.com/mundo/noticias-46900171>>. Acesso em agosto de 2023.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Dinheiro e a transfiguração da riqueza. In: TAVARES, Maria da Conceição. FIORI, José Luís. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis : Vozes, 1997.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Finança global e ciclos de expansão. In: FIORI, José Luís (org). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3. ed. Vozes : Petrópolis, 1999.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 11–20, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643205>. Acesso em: 21 jun. 2022.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro : Contraponto, 2004.

BLECKER, Robert. MORENO-BRID, Juan Carlos. SALAT, Isabel. **Trumping the NAFTA renegotiation: an alternative policy framework for Mexican-United States cooperation and economic convergence** (2017). Disponível em: <  
<https://www.cepal.org/en/publications/42579-trumping-nafta-renegotiation-alternative-policy-framework-mexican-united-states>>. Acesso em março de 2023.

BOITO, Armando. **Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos**. São Paulo : Editora UNESP, 2007.

BORON, Atilio. A questão do imperialismo. In: BORON, Atilio. AMADEO, Javier. GONZALEZ, Sabrina (orgs). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.

BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global - O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição. FIORI, José Luís. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis : Vozes, 1997.

BRENNER, Robert. The origins of capitalist development: a critique of neo-smithian marxism. **New Left Review**. n° 109, 1977.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. REGO, José Márcio. Um mestre da economia brasileira: Ignacio Rangel revisitado. In: **Ignacio Rangel: decifrador do Brasil**. HOLANDA, Felipe Macedo *et. al.* (org). São Luís : Edufma, 2014.

BRUIT, Hector. **Acumulação Capitalista na América Latina**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1982.

CAMÍN, Héctor Aguilar. MEYER, Lorenzo. **À Sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História econômica da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1984.

CARRILLO, Jorge. LARA, Arturo. Maquiladoras de cuarta generación y coordinación centralizada. **Revista Ciências Administrativas**. v. 14. n. 2, 2009.

CERUTTI, Mario. Empresarios y sociedades empresariales en el norte de México (1870-1920). **Revista de Historia Industrial**. n° 6, 1994.

CERUTTI, Mario. **Burguesía y capitalismo en Monterrey (1850-1890)**. Monterrey : Fondo Editorial de Nuevo León, 2006a.

CERUTTI, Mario. **La construcción de una agrocidad en el noroeste de México**. Ciudad Obregon (1925-1960). Secuencia. 64. enero-abril, 2006b.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo : Editora UNESP, 2004.

CHEVALIER, François. La formación de los grandes latifundios en Mexico: tierra y sociedad en los siglos XVI y XVII. **Problemas agrícolas e industriales en Mexico**. n.º 1. vol VIII. Mexico, 1956.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista Geográficos. In: **Boletim Geográfico**. n. 179 (1ª parte, p. 139-145), n. 180 (2ª parte, p. 267-276). Rio de Janeiro: IBGE, 1964, p.139-145 e 267-276.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Perfil da indústria brasileira**. 2021. Disponível em:

<<https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/transformacao/producao/#!/industria-transformacao06>>. Acesso em: 06 nov. 2022

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis : Vozes, 1999.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 7. ed. Editora Guanabara ; Rio de Janeiro, 1987.

DONGHI, Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra, 1974.

DURAND, Jorge. Auge y crisis: un modo de vida de la industria textil mexicana. **Relaciones**: estudios de historia y sociedad. ed. 28. El Colegio de Michoacán, 1986.

EL ECONOMISTA (México). **Comparación de salarios en México y Estados Unidos: manufactura**. 2021. Disponível em:

<https://www.economista.com.mx/empresas/Comparacion-de-salarios-en-Mexico-y-Estados-Unidos-manufactura-20211017-0004.html>. Acesso em: 06 fev. 2023.

**Enciclopedia de conocimientos fundamentales**: UNAM-Siglo XXI / coord. Jaime Labastida y Rosaura Ruiz. – México : UNAM ; Siglo XXI, 2010. Disponível em:

<file:///C:/Users/ACT34/Downloads/Tomo\_3.pdf>. Acesso em setembro de 2022.

ENGELS, Friederich. **Anti-Dühring**: A revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2015.

FACTS ABOUT MEXICO. **The Mexican-American War**. Disponível em:

<<https://www.facts-about-mexico.com/mexican-american-war.html>>. Acesso em maio de 2021.

FERNANDES, Luis. **O enigma do socialismo real**: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais. Rio de Janeiro : Mauad, 2000.

FERNANDES, Luis. Desenvolvimento desigual e a geopolítica da crise mundial. **Revista Princípios**, 2011. Disponível em :

<[https://www.escolapdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina\\_inicial/Biblioteca/37\\_FERNANDES\\_Luis-Desenvolvimento\\_desigual\\_e\\_a\\_geopolitica\\_da\\_crise\\_mundial.pdf](https://www.escolapdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/37_FERNANDES_Luis-Desenvolvimento_desigual_e_a_geopolitica_da_crise_mundial.pdf)>. Acesso em: dezembro de 2022.

FERNANDES, Luis. **A revolução bipolar**: a gênese e a derrocada do socialismo soviético. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio : Anita Garibaldi, 2017.

FERREIRA, Lucas dos Santos. **Desenvolvimento econômico e questão nacional na Argentina**. Jundiaí : Paco Editorial, 2016.

FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria da Conceição. FIORI, José Luís. **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis : Vozes, 1997.

FIORI, José Luís. As trajetórias intelectuais do debate sobre desenvolvimento na América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Antônio (org). **Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano**. 1. ed. Rio de Janeiro : Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 5. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2017.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. Colección Socialismo y Libertad. Livro 39, 1965.

FRANZONI, Marcela. CARVALHO, Carlos Eduardo. **O México de Obrador e o acordo regional**. 2020. Disponível em: <<https://neai-unesp.org/o-mexico-de-obrador-e-o-acordo-regional/>>. Acesso em novembro de 2022.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**. 2. ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1978.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro : Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GARZA, Gustavo. **El proceso de industrialización en la Ciudad de México (1821-1970)**. 1. ed. Ciudad de México : El Colegio de México, 1985.

GEREFFI, Gary. Mexico's "Old" and "New" Maquiladora Industries: Contrasting Approaches to North American Integration. In: OTERO, Gerardo (org.) **Neoliberalism Revisited**: Economic Restructuring and Mexico's Political Future, 1996.

GERSCHENKRON, Alexander. **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios**. 1. ed. Rio de Janeiro : Editora Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado, 2015.

GILLY, Adolfo. La guerra de clases en la revolución mexicana (Revolución permanente u auto-organización de las masas). In: GILLY, Adolfo *et. al.* **Interpretaciones de la revolución mexicana**. México : Editorial Nueva Imagen, 1979.

GOBIERNO DE MÉXICO. **T-MEC**: Tratado entre México, Estados Unidos y Canadá. Tomo 2. Ciudad de México : Impresora y Encuadernadora Progreso, 2021. Disponível em: <<https://www.gob.mx/t-mec/acciones-y-programas/textos-finales-del-tratado-entre-mexico-estados-unidos-y-canada-t-mec-202730?state=published>>. Acesso em fevereiro de 2023.

GRAMSCI, Antonio. **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1989.

GRIFFITH-JONES, Stephany. La crisis del peso mexicano. **Revista de la CEPAL**. n. 60, Santiago, 1996.

HANSEN, Lawrence Douglas Taylor. Los orígenes de la industria maquiladora en México. **Comércio Exterior**. vol. 53. nº 11, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola : São Paulo, 2016.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 6. ed. Paz e Terra, 1991.

HOBSBAWM, Eric. **Viva la revolución: a era das utopias na América Latina**. 1. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2017.

HO CHI MINH. O leninismo e a libertação dos povos oprimidos. In: PINSKY, Jaime (org). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1980.

HUMBOLDT, Alexander Von. **Ensayo político sobre la Nueva España**. Tomo II. 2. ed. Paris, 1827.

INEGI. Mapas para imprimir, 2020. Disponível em:  
<<https://cuentame.inegi.org.mx/mapas/nacional.aspx?tema=M>>. Acesso em julho de 2023.

INEGI. Estadística del Programa de la Industria Manufacturera, Maquiladora y de Servicios de Exportación IMMEX, 2023. Disponível em:  
<<https://www.inegi.org.mx/programas/immex/#Tabulados>>. Acesso em julho de 2023.

JABBOUR, Elias. **China hoje: projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado**. 1ª ed. São Paulo : Anita Garibaldi : Fundação Maurício Grabois : EDUEPB, 2012.

JABBOUR, Elias. GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2021.

JUNGBLUTH, Cora. Global superpower rising – the background of China’s economic success story in a nutshell. **Global & European Dynamics**, 2021. Disponível em:  
<<https://globaleurope.eu/globalization/global-superpower-rising-the-background-of-chinas-economic-success-story-in-a-nutshell/>>. Acesso em 07 nov. de 2022.

KATZ, Friedrich. **La servidumbre agraria en México en la época porfiriana**. Edición digital. México D.F. : Ediciones Era, 2013.

LANDI, Gabriel. MANOEL, Jones. **Raça, classe e revolução: a luta pelo poder popular nos Estados Unidos**. 1. ed. São Paulo : Autonomia Literária, 2020.

LEFEBVRE, Henri. GUTERMAN, Norbert. Introdução. In: LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Cadernos filosóficos: Hegel**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lênin**. São Paulo : LavraPalavra, 2020.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Obras escogidas: en tres tomos. t. 2**. Moscú : Instituto de Marxismo-Leninismo del CC del PCUS, 1960.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Collected works**. 22 vol. 2 ed. Progress Publishers Moscow, 1974. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/cw/pdf/lenin-cw-vol-22.pdf>>. Acesso em janeiro de 2021.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Collected works: the development of capitalism in Russia**. 3 vol. 4 ed. Progress Publishers Moscow, 1977a. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/cw/pdf/lenin-cw-vol-03.pdf>>. Acesso em janeiro de 2021.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Collected works**. 16 vol. Progress Publishers Moscow, 1977b. Disponível em: <[marxists.org/archive/lenin/works/cw/pdf/lenin-cw-vol-16.pdf](https://www.marxists.org/archive/lenin/works/cw/pdf/lenin-cw-vol-16.pdf)>. Acesso em novembro de 2021.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Obras Escolhidas**: em três tomos. t. 1. São Paulo : Editora Alfa-Omega, 1979

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo : Ed. Brasil Debates, 1980a.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Obras Escolhidas**: em três tomos. t. 3. São Paulo : Editora Alfa-Omega, 1980b.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. Notas críticas sobre a questão nacional. In: PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1980c.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. 1 ed. São Paulo : Expressão popular, 2012.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Escritos da Juventude**: volume 1. São Paulo : Lavrapalavra, 2020.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. Marxismo e revisionismo. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 12, n. 2, 2020.

LOSURDO, Domenico. Para uma crítica à categoria de totalitarismo. **Crítica Marxista**. nº 17. UNICAMP, 2003. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo100artigo3.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo100artigo3.pdf)>. Acesso em novembro de 2021.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes**: uma história política e filosófica. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2015.

LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial**: desafios da revolução no século XXI. MANOEL, Jones (org). 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2020a.

LOSURDO, Domenico. **Liberalismo**: entre civilização e barbárie. 2. ed. São Paulo : Anita Garibaldi ; Fundação Maurício Grabois. 2020b.

LYOTARD, Jean-François. **Condição Pós-moderna**. 12. ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 2009.

MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. **Geosul**. nº 3. 1º sem. Florianópolis, 1987.

MAMIGONIAN, Armen. **A geografia e “a formação social como teoria e como método”**. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (org.). O mundo do cidadão, um cidadão do mundo. São Paulo : Hucitec, 1996.

MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis: DGC/UFSC, n. 2, 2000.

MAMIGONIAN, Armen. Qual o futuro da América Latina?. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de. SILVEIRA, María Laura. ARROYO, Mônica (org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires, Ed. Clacso, 2006.

MAMIGONIAN, Armen. O Mundo no final do século XX e início do século XXI. **Boletim Paulista de Geografia**. v. 100, 2018, p. 173-205.

MAMIGONIAN, Armen. Visão geográfica do Brasil atual: estado, crises e desenvolvimento regional. In: **Revista latino-americana de geografia econômica e social**. 1 vol. n. 1. Foz do Iguaçu, 2019.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. 4. ed. Petrópolis : Editora Vozes Ltda, 1987.

MAO TSE-TUNG. Patriotismo e Internacionalismo. In: PINSKY, Jaime (org). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1980.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 6. ed. Paz e Terra, 1991.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista**. 2. ed. São Paulo : Boitempo, 2017.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. 1. ed. São Paulo : Portfolio-Penguin, 2014.

MEDEIROS, Carlos A. SERRANO, Franklin. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, José Luís (org). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3. ed. Vozes : Petrópolis, 1999.

MEDRANO, José Antonio Vieyra. **Tecnología, empleo y territorio en el marco de la globalización económica**. El caso de la industria automotriz en México. Madrid, 1999.

MERCADANTE, Paulo. Ignácio Rangel e a substância da nossa realidade. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio (orgs). **O Pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo : Ed. 34, 1998.

MONTEVERDE, Alonso Aguilar. **Dialéctica de la Economía Mexicana**: del colonialismo al imperialismo. 1. ed. Editorial Nuestro Tiempo : Cidade do México, 1968.

MORENO-BRID, Juan Carlos. VALDIVIA, Juan Carlos Rivas. NÁPOLES, Pablo Ruiz. The mexican economy after of NAFTA. **Revista Galega de Economía**, vol. 14, núm. 1-2, 2005.

MORENO-BRID, Juan Carlos. ROS, Jaime. **Development and Growth in the Mexican Economy**: a historical perspective. New York : Oxford University Press, 2009.

MORENO-BRID, Juan Carlos. SANCHEZ, Joaquín. Giros em la agenda de desarrollo de México 1950-2020: luces y sombras. **Estudos Econômicos Regionais e Setoriais**, vol. 22, edição 2, 2022.

MUNGARAY, Alejandro. Maquiladoras y organización industrial en la frontera norte de México. **Comércio Exterior**. vol. 48. nº 4, 1998.

NETTO, José Paulo. Pós-facio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do Método de Marx**. 1. Ed. São Paulo : Editora Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. **LavraPalavra**, 2019. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2019/11/06/de-como-nao-ler-marx-ou-o-marx-de-sousa-santos/>>. Acesso em novembro de 2021

NIELL, Mateo Crossa. MORALES, Josefina. Escalamiento industrial o industrialización dependiente: El caso automotriz em México. In: KUNHARDT, Jorge Basave (org.). **La política industrial em México**: antecedentes, lecciones y propuestas. 1. ed. México : Universidad Nacional Autónoma de México : Instituto de investigaciones económicas, 2021.

NOTICONQUISTA. Galería. Instituto de Investigaciones Históricas, UNAM. Disponível em: <<https://www.noticonquista.unam.mx/imagen-popup/1003>>. Acesso em julho de 2022.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira**: crítica à razão dualista. 6. ed. Petrópolis : Editora Vozes Ltda, 1988.

PAVLAKOVICH-KOCHI, Vera. **IMMEX** – Mexico’s export-oriented manufacturing and services, 2015. Disponível em: < <https://www.azeconomy.org/2015/03/economy/immex-mexicos-export-oriented-manufacturing-and-services/>>. Acesso em maio de 2023.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. 4º ed. Florianópolis : Ed. da UFSC, 2009.



PETERS, Enrique Dussel. From export-oriented to import-oriented industrialization: changes in Mexico's manufacturing sector, 1988-1994. In: OTERO, Gerardo (org.) **Neoliberalism Revisited: Economic Restructuring and Mexico's Political Future**, 1996.

PETERS, Enrique Dussel. La relación económica México-China durante 50 años: condiciones y retos. In: PETERS, Enrique Dussel (org.). **50 años de relaciones diplomáticas entre México y China**. Pasado, presente y futuro. Ciudad de México : Universidad Nacional Autónoma de México, 2022.

SECRETARÍA DE GOBERNACIÓN. **Plan Nacional de Desarrollo Industrial [1979]**. Disponível em: <[https://dof.gob.mx/nota\\_detalle.php?codigo=4811247&fecha=17/05/1979#gsc.tab=0](https://dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=4811247&fecha=17/05/1979#gsc.tab=0)>. Acesso em maio de 2023.

POTASH, Robert. La fundación del Banco de Avio. **Historia Mexicana**, Vol. 3, No. 2 (Oct. - Dec., 1953), pp. 261-278.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 1. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

PREBISCH, Raúl. **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro : Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

RAMOS, João Victor Moré. A Dualidade básica como teoria e método das formações sociais periféricas. **Anais XIII ENANPEGE**. São Paulo, 2019.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas/Ignácio Rangel**. vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005a.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas/Ignácio Rangel**. vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2005b.

RANGEL, Jorge Adrián Flores. Infraestructura carretera: construcción, financiamiento y resistencia en México y América Latina. **Revista Transporte y Territorio**. n. 13. Argentina, 2015.

ROS, Jaime. Del auge de capitales a la crisis financiera y más allá: México en los noventa. In: FFRENCH-DAVIS, Ricardo (org). **Crisis financieras en países "exitosos"**. 1. ed. Santiago : Andros Impresores, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 1. ed. São Paulo : Editora Paz e Terra, 2007.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Espaço e sociedade**. Petrópolis : Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed., São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SCHUMPETER, Joseph. **Business cycles: a theoretical, historical, and statistical analysis of the capitalist process**. New York : McGraw-Hill Book Company, 1939.

SECRETARÍA DE ECONOMÍA (MÉXICO). **Inversión directa de Estados Unidos hacia México**, 2019. Disponível em: <<https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/515408/DistribuciondeinversiondeEstadosUnidos2019-3T.pdf>>. Acesso em setembro de 2022.

SECRETARÍA DE ECONOMÍA (MÉXICO). **Inversión extranjera directa en México y en el mundo**: carpeta de información estadística, 2020. Disponível em: <[https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/575327/Carpeta\\_IED\\_2020-2T.pdf](https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/575327/Carpeta_IED_2020-2T.pdf)>. Acesso em setembro de 2022.

SECRETARÍA DE ECONOMÍA (MÉXICO). **T-MEC: Tratado entre los Estados Unidos Mexicanos, Estados Unidos de América y Canadá**. Tomo II. Ciudad de México : Encuadernadora Progreso, 2021. Disponível em: <[https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/708696/T.MEC TOMO II CAP TULO 14 AL 34 y Acuerdos Paralelos.pdf](https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/708696/T.MEC_TOMO_II_CAP_TULO_14_AL_34_y_Acuerdos_Paralelos.pdf)>. Acesso em novembro de 2022.

SECRETARÍA DE ECONOMÍA (MÉXICO). **Inversión Extranjera Directa durante el año 2022**. 2023. Disponível em: <[https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/802549/Presentacion\\_080223\\_18.02.pdf](https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/802549/Presentacion_080223_18.02.pdf)>. Acesso em junho de 2023.

SEMO, Enrique. **Historia mexicana: economía y lucha de clases**. Ediciones Era : México, 1978.

SEMO, Enrique. Reflexiones sobre la revolución mexicana. In: GILLY, Adolfo *et al.* **Interpretaciones de la revolución mexicana**. México : Editorial Nueva Imagen, 1979.

SEMO, Enrique. **Historia del Capitalismo en México**. Ciudad de México : Ed. Lecturas Mexicanas, 1987.

SERENI, Emilio. DE MARX A LÊNIN: a categoria de “formação econômico-social”. **Revista de Geografia Meridiano**. n.º2, 2013.

SILVA, Marcos Aurélio da. FES: Transições, vias de desenvolvimento e questões territoriais: uma abordagem a partir de Antonio Gramsci. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Vol. 21. n.º 1.161, 2016.

SILVA, Marcos Aurélio da. Para a crítica da geografia pós-moderna (uma nota). **Revista Formação (ONLINE)**. v. 26, n. 48, 2019, p. 230-239.

SOARES, Paulo de Tarso Pesgrave Leite. Convergências entre Ignácio Rangel e Delfim Netto: uma leitura com base em Lênin. In: HOLANDA, F. M. *et al.* (org). **Ignacio Rangel: decifrador do Brasil**. São Luís : EDUFMA, 2014.

SOBRINO, Jaime. Localización industrial y concentración geográfica en México. **Estudios demográficos y urbanos**. vol. 31, n. 1 (91), 2016, pp. 9-56.

STEIN, Stanley J.; STEIN, Barbara H. **A herança colonial da América Latina**: ensaios de dependência econômica. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1977.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição. FIORI, José Luís. **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis : Vozes, 1997.

THE ECONOMIST. **China is the world's factory, more than ever**. 2020. Disponível em: <<https://www.economist.com/finance-and-economics/2020/06/23/china-is-the-worlds-factory-more-than-ever>>. Acesso em: 07 nov. 2022.

TRATADO DE LIBRE COMERCIO DE AMERICA DEL NORTE (1993). Disponível em: <<https://www.cndh.org.mx/DocTR/2016/JUR/A70/01/JUR-20170331-II01.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2023.

TROTSKY, Leon. **História da revolução russa**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

VERA, José Luis Ríos. **El T-MEC (USMCA) entre el declive imperial y la “amenaza” China**, 2020. Disponível em: <<https://www.laizquierdadiario.mx/El-T-MEC-USMCA-entre-el-declive-imperial-y-la-amenaza-China#notes>>. Acesso em outubro de 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The rise and future demise of the world capitalist system**: concepts for comparative analysis. Comparative studies in society and history. Vol. 16. n. 4, 1974.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2014.

ZAMORA, José Gasca. Reconfiguración económica del territorio mexicano en la era del TLCAN. **Nueva Época**. n. 22, 2020.